



Naomi Elizabeth Orton

**Práticas de atropelamento, práticas de resistência:
dinâmicas de gênero e a construção discursiva da
horizontalidade nos movimentos sociais
contemporâneos**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem do Departamento de Letras da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Liana de Andrade Biar

Rio de Janeiro
Abril de 2020



Naomi Elizabeth Orton

**Práticas de atropelamento, práticas de resistência:
dinâmicas de gênero e a construção discursiva da
horizontalidade nos movimentos sociais
contemporâneos**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Profa. Liana de Andrade Biar

Orientadora e presidente
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Liliana Cabral Bastos

Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Elizabeth Sara Lewis

UNIRIO

Profa. Rossana Brandão Tavares

UFF

Prof. Daniel do Nascimento e Silva

UFSC

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Naomi Elizabeth Orton

Graduada em Letras Inglês/Literatura pela Universidade de Oxford Brookes, em 2003. Mestre em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio em 2014.

Ficha Catalográfica

Orton, Naomi Elizabeth

Práticas de atropelamento, práticas de resistência: dinâmicas de gênero e a construção discursiva da horizontalidade nos movimentos sociais contemporâneos / Naomi Elizabeth Orton; orientadora: Liana de Andrade Biar. – 2020.

205 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2020.

Inclui bibliografia

1. Letras - Teses. 2. Movimentos sociais. 3. Esfera pública. 4. Horizontalidade. 5. Narrativa. 6. Interação. I. Biar, Liana de Andrade. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

Para Maysa Blay, in memoriam.

Agradecimentos

À minha querida orientadora Liana de Andrade Biar pela confiança depositada em mim e nesse projeto desde o princípio, pela parceria, pela competência e pelas preciosas sugestões.

Ao CNPq, à FAPERJ e à PUC-Rio pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Às professoras e ao professor da banca pela disponibilidade para participar da Comissão Examinadora.

Às professoras da Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio, especialmente, a Liliana Cabral Bastos, pelos ensinamentos e preciosas colaborações no desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da PUC-Rio e da Secretaria de Letras, especialmente, a Chiquinha e a Di, pela disponibilidade, eficiência e paciência.

Aos integrantes do grupo de pesquisa Navis, especialmente, a Etyelle Araujo, minha irmã por adoção, pela parceria, pelo apoio e pelo carinho.

A todos aqueles cujas pesquisas, contribuições e reflexões se fazem presentes nesse texto, especialmente, a Mariana Albuquerque, Cristiene Nascimento, Ana Carolina Machado, Pedro Legey, Lucas Garcia e Poliana Monteiro.

Às amigas que a bicicleta me trouxe, especialmente, a Naone Wagner Lopes e a Gabriela Ribeiro, pela parceria e pelo apoio durante todo esse processo.

A Luciana Camara e a Cristianne Sousa, pelo apoio e pelo incentivo sempre.

Aos colegas do PPGEL, especialmente, a Carla Mirelle Matos Lisboa, Talita Rosetti, Glauber Lemos e Flávia Pereira da Silva, por tornarem as atividades acadêmicas mais lúdicas.

A todos aqueles cuja passagem pela PUC-Rio cruzou com a minha, deixando sua marca nesta tese de alguma forma, especialmente a Joice Guedes-Bonthonneau, Hisham Muhammad e Caio Valente.

À minha família, especialmente, à minha irmã Lois, pelo apoio constante, mesmo distante.

Resumo

Orton, Naomi Elizabeth; Biar, Liana de Andrade. **Práticas de atropelamento, práticas de resistência: dinâmicas de gênero e a construção discursiva da horizontalidade nos movimentos sociais contemporâneos.** Rio de Janeiro, 2020. 205p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A proliferação de movimentos sociais que se organizam em uma estrutura dita horizontal vem despertando a imaginação daqueles que questionam as formas atuais de fazer política. Esta tendência suscita a questão de saber até que ponto sujeitos diversos encontram voz em meio a esses grupos e a alegada horizontalidade se concretiza. Visando lançar luz sobre esta questão, esta pesquisa qualitativa interpretativista debruça-se sobre as lutas urbanas contemporâneas, tomando as práticas discursivas de cicloativistas engajados em grupos de debate no Rio de Janeiro como seu objeto micro. A partir da compreensão de que suas reivindicações se encontram atravessadas pelas lutas de grupos minoritários na esfera pública, elege como norte analítico a noção de gênero enquanto performance. Embora diversas assimetrias possam manifestar-se nas interações, o enfoque aqui conferido decorre de observações proporcionadas pelo estudo de campo e pelo contato aproximado aos dados gravados. No intuito de ouvir vozes tradicionalmente marginalizadas, a pesquisa propõe uma “escuta (auto)etnográfica”, privilegiando narrativas contadas por protagonistas mulheres. A microanálise é dividida em duas lâminas: a primeira centrada na construção do mundo narrado e a segunda nas interações que se desenvolvem no mundo narrativo. Buscando compreender a articulação e a negociação dos significados emergentes, bem como os possíveis diálogos com as contingências macrosociais que posicionam os atores sociais de forma diferenciada nas interações, o estudo se baseia na concepção da prática narrativa enquanto modo de resistência, assim como terreno fértil para a negociação de performances identitárias e o acúmulo de poder simbólico. A partir dessa perspectiva, o percurso analítico busca mapear a navegação pelas dinâmicas de poder em jogo nas interações. As práticas discursivas identificadas indicam que as narradoras desestabilizam concepções essencialistas de gênero, contestando assimetrias convencionais e reivindicando a criação de relações mais simétricas – tanto no nível micro, como na sociedade mais ampla em que buscam efetuar

mudanças. Isso posto, a valorização de traços simbolicamente masculinos frisa a linha tênue trilhada pelas narradoras na busca por *status*, e na evitação de sanções sociais sutis, no contexto de uma cultura “pós-feminista”. O questionamento de suas performances, a partir da prática de conarração, sinaliza a emergência de disputas tácitas por aprovação, por reconhecimento e pela pauta, saldo do embate entre práticas de resistência e pressupostos generificados conflitantes. As interlocuções multifuncionais das quais seus pares lançam mão: práticas de higiene verbal, alternâncias de código e problematizações, representam eventuais obstáculos à participação significativa na construção de significados e na deliberação da agenda. Simultaneamente, a análise destaca a dinamicidade de valores socioculturais – passíveis de renegociação a partir da prática intersubjetiva de segundas narrativas e a negociação de práticas identitárias atreladas a meios distintos de fazer política, entre as quais os participantes oscilam. Estes entendimentos indicam que a ação discursiva dos ativistas ora desafia noções binárias de gênero, se aproximando do ideal da horizontalidade, ora as reifica, tornando a criação de espaços discursivos mais igualitários objeto de contestação. Desse modo, a pesquisa salienta a urgência de um olhar mais crítico direcionado a interações localmente situadas a fim de fazer avançar uma compreensão mais nuançada da construção da horizontalidade. Assim, será possível identificar eventuais atropelamentos microdiscursivos, arena para resistência; bem como práticas discursivas, potencialmente, fomentadoras da participação ativa de vozes plurais, para que as próprias práticas transformacionais almejadas pelos movimentos sociais possam ser colocadas em ação.

Palavras-chave

Movimentos sociais; esfera pública; horizontalidade; narrativa; interação; identidade; gênero; performance; discurso; (auto)etnografia.

Abstract

Orton, Naomi Elizabeth; Biar, Liana de Andrade (Advisor). **A spoke in the wheel? Gender dynamics and the discursive construction of horizontality in contemporary social movements.** Rio de Janeiro, 2020. 205p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The notion of horizontal organization continues to hold resounding appeal for those in pursuit of fairer societies, disillusioned with archaic models of representation. To an extent, overriding enthusiasm for such a model has led to the concept becoming something of a rallying cry for contemporary activists. Yet further reflection on the role of their own discursive practices in its construction can be scarce on the ground. This qualitative interpretive case study therefore asks to what extent symmetrical relations may materialize discursively within an ostensibly horizontal group, by taking a critical look at the narrative and interactional practices of a group of bicycle advocates, guided by a view of gender as performance. This is based on the understanding that the group's claims over the use of public space are intertwined with the struggles of minority groups in civil society more generally. Though numerous social asymmetries may manifest themselves in such a group's discursive practices, the focus here lies on gendered asymmetries. This choice stems from observations gained during fieldwork, as well as those made possible by audio recordings of face to face debates held in Rio de Janeiro. With the aim of zooming in on these traditionally marginalized voices, data selection prioritized narratives told by women protagonists, as part of what is deemed an "(auto)ethnographic listen". Microanalysis of these narratives is split into two layers: the first centered on the construction of the narrated world and the second on the interactions which unfold during the narrative world. In order to further comprehend this process, the analysis draws on constructs of narrative practice as a form of resistance, as well as identity as performance. Such practices are conceived of as fertile terrain for the negotiation of social roles and the accumulation of symbolic power. Such locally produced meaning is understood here as part of the geopolitics of gender on a macro scale, at once informed by and informing such structures. Based on this view, we seek to trace the navigation of power dynamics at play between those whose perceived social identities are understood to be organized hierarchically. The analysis indicates that essentialist notions of gender are destabilized by narrators

who contest conventional social asymmetries and lay claim to the creation of more symmetrical relationships, both at the level of micro interaction as well as in wider society in which they seek to effect change. Having said that, the extolling of symbolically masculine traits highlights the fine line which must be negotiated in the quest for status while simultaneously avoiding tacit social sanctions in a *post-feminist* culture. The questioning of these performances, via conarration, suggests that discursive struggles arise over claims for approval and recognition, which may result from conflicting gendered assumptions brought to bear on the interactions. The deployment of multifunctional discursive phenomenon, such as practices of verbal hygiene, code switching and problematization appears to hinder more significant participation in the construction of meaning as well as agenda setting. At the same time, the analysis highlights the fluidity of sociocultural values, which may be subject to renegotiation via the intersubjective practice of second narratives and the (re)negotiation of identity claims bound up with distinct ways of doing politics, between which the participants oscillate. Such insights suggest the activists' linguistic action at once reifies and challenges binary notions of gendered social roles, rendering the creation of fairer discursive spaces fraught with discursive contestation, albeit subtle. This study therefore highlights the need to critically examine locally situated interactions in order to obtain a more nuanced understanding of the construction of horizontality. As a result, it may be possible to identify discursive practices which potentially foster the active participation of less privileged groups. This might then enable the very transformative practice sought out by those engaged in social movements.

Keywords

Social movements; public sphere; horizontality; narrative; interaction; identity; gender; performance; discourse; (auto)ethnography.

Sumário

1. Práticas de atropelamento	16
2. Práticas de resistência	28
2.1 As lutas urbanas contemporâneas	28
2.2 O conceito de esfera pública e a construção da horizontalidade	32
2.3 A Massa Crítica ou “Bicicletada”	38
2.4 Os movimentos em prol da mobilidade ativa no Rio de Janeiro	48
3. Os jogos da verdade	61
3.1 Posicionamento teórico-epistemológico	61
3.1.1 A eleição do micro como ponto de partida da pesquisa social	63
3.1.2 O ponto de vista do observador participante	64
3.1.3 Da etnografia clássica à etnografia contemporânea: novas aproximações com os estudos discursivos	68
3.1.4 A pesquisa de inspiração (auto)etnográfica: o colapso do binário sujeito/objeto	74
3.2 Implicações éticas e políticas da pesquisa	79
4. Deslocamentos de uma pesquisa em terreno movediço	85
4.1 Procedimentos de pesquisa	85
4.1.1 Geração dos dados e delimitação do campo	86
4.1.1.1 Reuniões presenciais e espaços “virtuais”	87
4.1.1.2 O diário de bordo e o olhar retrovisor	93
4.1.1.3 A inclusão de múltiplos olhares: algumas tentativas	96
4.1.2 Procedimentos de análise	98
4.1.2.1 Recorte analítico e categorias selecionadas	99
4.1.2.2 Transcrição dos dados	101
4.2 Apresentação da análise e as questões de pesquisa	101
4.3 Os participantes da pesquisa	104

5. Práticas de atropelamento e práticas de resistência no mundo narrado	110
5.1 Narrativas canônicas e reformulações posteriores	111
5.2 Narrativa, avaliação e intersubjetividade	113
5.3 A terceira virada narrativa: pequenas histórias e performances situadas	116
5.4 Práticas identitárias e a produção de <i>status</i>	119
5.5 Narrativas de resistência	124
5.6 A navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrado	126
5.7 Encaminhamentos	136
6. Práticas de atropelamento e práticas de resistência no mundo narrativo	138
6.1 Gênero como performance identitária contestável	140
6.2 Pressupostos generificados e higiene verbal	144
6.3 Alternância de código	149
6.4 Papéis narrativos, problematização e assimetrias sociais	155
6.5 A navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrativo	158
6.6 Segundas narrativas, diálogo construído e dinâmicas interacionais	174
6.7 Encaminhamentos	178
7. Práticas de atropelamento, práticas de resistência e práticas transformacionais	186
8. Referências bibliográficas	195

Lista de figuras

Figura 1 - Pauta da primeira plenária, agendada no dia 14 de março de 2016.	50
Figura 2 - Ideias propostas para discussão na primeira plenária ciclística, na Quinta da Boa Vista.	51
Figura 3 - Faixa criada pelo grupo de intervenção, fruto da plenária, posteriormente usada em atos da Massa Crítica do Rio de Janeiro, podendo ser visualizado na foto principal do grupo “virtual”.	54
Figura 4 - Esboços elaborados por participantes da sexta reunião realizada em 2016 no intuito de formular a carta de princípios do grupo.	57
Figura 5 - Postagem feita por Simone no grupo “virtual” das cicloconversas.	59
Figura 6 - Postagem feita no grupo das cicloconversas a respeito do uso dos dados.	77
Figura 7 - Compartilhamento de transcrição no grupo das cicloconversas.	97
Figura 8 - A roda gigante busca ilustrar a relação micro/macro de acordo com a visão exposta por Rod Watson em palestra oferecida na PUC-Rio em 2011.	103
Figura 9 - Áreas de planejamento urbano do município do Rio de Janeiro.	107
Figura 10 - O parque “Quinta da Boa Vista” no dia 10 de abril de 2016.	160
Figura 11 - Pauta da cicloconversa 11 postada por Gustavo no evento virtual.	169
Figura 12 - Participantes da décima-primeira cicloconversa chegam na Praça Seca, Jacarepaguá.	170

Lista de quadros

Quadro 1 – Distribuição de tarefas administrativas em reuniões agendadas em 2016.	90
Quadro 2 - Práticas discursivas que podem contribuir para a construção de relações mais simétricas.	182
Quadro 3 - Práticas discursivas que podem contribuir para a construção de relações mais assimétricas.	183

Convenções de transcrição*

Símbolos	Especificação
?	Subida de entonação
↑	Subida acentuada na entonação
↓	Descida acentuada na entonação
-	Corte abrupto no enunciado
::	Alongamento de som
<u>naõ</u>	Ênfase em sílaba ou palavra
EXATAMENTE	Fala mais alta
°pode ser também°	Fala mais baixa
>tipo assim<	Fala comprida ou acelerada
<qualquer coisa>	Desaceleração de fala
=	Enunciados contínuos
(1.5)	Pausa em décimos de segundo
(.)	Micropausa de menos de dois décimos de segundo
(.....)	Segmento de fala incompreensível
[colchetes]	Fala sobreposta
hhhh	Aspirações audíveis
uhã, aham, ã	Pausa preenchida, hesitação ou sinais de atenção

*Convenções baseadas nos estudos de Sacks, Schlegoff & Jefferson (1974).

*Ainda vão me matar numa rua.
Quando descobrirem,
principalmente,
que faço parte dessa gente
que pensa que a rua
é a parte principal da cidade.*

Paulo Leminski

When you are in the middle of a story it isn't a story at all, but only a confusion; a dark roaring, a blindness, a wreckage of shattered glass and splintered wood; like a house in a whirlwind, or else a boat crushed by the icebergs or swept over the rapids, and all aboard powerless to stop it. It's only afterwards that it becomes anything like a story at all. When you are telling it, to yourself or to someone else.

Margaret Atwood, *Alias Grace*

1. Práticas de atropelamento

Passado o compasso de espera, o sinal pisca verde. Agradeço à CET-Rio pelos quinze segundos calculados para a travessia. Ansiosamente, insiro o pé esquerdo no encaixe¹. Não há margem para hesitação: o viaduto desenha-se no horizonte, convocando à subida antes da largada motorizada, a qual aguarda, impacientemente, a reabertura do semáforo. A marcha da bicicleta pesada, intensifica a força precisa para propulsionar o giro da roda. Antes mesmo da cadência necessária se alcançar, a ameaça da violência, já inscrita no meio urbano, avança por cima do corpo: um veículo escolar, um micro-ônibus. Tudo acontece em câmera lenta e, ao mesmo tempo, de forma desenfreada. Um grito arrepiante penetra aquela manhã. *Mais um corpo invisível*. Sou derrubada. Os gritos ainda ensurdecedores. *Mais um corpo imperceptível*. A primeira roda passa por cima. Gritos desesperados emitidos em vão. *Mais um corpo esmagado*. A segunda roda passa por cima. E para. Apertam pausa no filme de terror do qual virei protagonista. A roda traseira em cima da minha coxa. Os gritos ecoam ao redor enquanto os planos para aquele dia em diante esvoaçam pela minha mente, já ciente de que, de alguma forma, a vida foi interrompida. Violências no trânsito como essa encerram vidas e mudam, irreversivelmente, outras, porém, na contemporaneidade, se tornaram corriqueiras e banalizadas.

No registro de ocorrência, posteriormente enunciado, consta o seguinte: “*Lesão Corporal Culposa Provocada por Atropelamento. Motivo Presumido:*

¹ Sistema de encaixe chamado de “firma pé” que deixa os pés presos a fim de pedalar com mais eficiência. É de uso obrigatório em bicicletas fixas (como usava no dia em questão), possibilitando que a velocidade da bicicleta seja diminuída pela força giratório, pois o pedivela gira junto à roda traseira.

Acidente”. *Acidente*. A prática narrativa, aquele imperativo cultural, representa uma tentativa de impor ordem e coerência a ocorrências, por vezes, incompreensíveis. Ela constrói a experiência a partir de uma posição subjetiva, produzindo consequências para a almejada compreensão da ação humana – demanda, assim, que as múltiplas narrativas em circulação sejam contempladas, e que aquelas silenciadas, reprimidas, ou que não atendam às nossas condições de “verdade”, sejam priorizadas.

Por esta razão, submeto aqui, à apreciação da leitora, uma narrativa alternativa àquelas hegemônicas, típicas da mídia hegemônica e do senso-comum: *não foi acidente*². Indago, nessa tese, se os atropelamentos sobre os quais ela versa, sejam físicos, discursivos ou simbólicos, poderiam ser evitáveis? Esta questão decorre do entendimento de que eles são produzidos por escolhas, tanto no nível macro do planejamento urbano de uma sociedade organizada hierarquicamente, quanto no nível micro das interações cotidianas, em que esta ordem é produzida e reproduzida, e sobre as quais esta pesquisa se debruça, buscando problematizar.

De acordo com dados da OMS, em 2018, ocorreram 38.651 fatalidades no trânsito brasileiro, o equivalente a uma taxa de 19,7 por 100.000 pessoas³. Os discursos que circulam sobre essas mortes tendem a questionar as ações das vítimas – em vez de interrogar as políticas públicas que naturalizam a soberania dos veículos motorizados – a chamada “colonização motorizada” (Legey, 2017) – que produzem ambientes urbanos hostis aos próprios habitantes. Quando estas violências são noticiadas, comentários feitos por internautas, repetidamente, transferem a responsabilidade pela morte à vítima– *“na faixa exclusiva de ônibus é lugar de se passear de bicicleta? Quem trafega de bicicleta assume o risco de morrer; Devia haver uma lei que recompensasse quem atropela pedestre embaixo de passarela!”*⁴ Tais afirmações normalizam o que denomino aqui a “mobilidade desumana” a qual, recorrentemente, pune os elos mais vulneráveis. Essa mobilidade desumana, vestida de planejamento urbano, nos obriga a fazer uso de passagens

² Lema comum dos movimentos em prol da mobilidade ativa e da segurança viária. Ver, por exemplo, “Vision Zero”: <https://visionzeronetwork.org/about/pledge/>.

³ Ver: https://www.who.int/violence_injury_prevention/road_safety_status/2018/en/.

⁴ Ver: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/motorista-que-atropelou-ciclista-no-rio-e-indiciado-por-homicidio-culposo.html> e <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/02/idosa-ignora-passeira-e-se-arrrisca-ao-atravesar-rodovia-em-monte-mor-sp.html>.

subterrâneas e passarelas a fim de atravessar vias de tráfego rápido, as quais rasgam os próprios corações das nossas cidades.

Pedalar, nesses espaços inóspitos, ainda hoje pode ser considerado um ato de resistência. Quem se desloca pelos modais ativos, seja por escolha própria ou não, encontra-se sujeito a agressões diárias – por vezes direcionadas diretamente à integridade física do “transgressor”, tais como as finas e fechadas advindas de motoristas convictos de sua autoridade para implementar o “devido” quadro punitivista⁵ e eliminar o “infrator” – por vezes verbalizadas, tal como nos discursos frequentes de “*Saia da rua! Quer morrer?!?*”, os quais ressoam ao entorno, legitimando estas violências. O uso da bicicleta enquanto meio de transporte no Rio de Janeiro permite novas percepções da cidade, entre elas, a percepção de que a cidade não foi projetada para tal e de que na guerra “bikes vs carros⁶” (em que há apenas um lado armado)⁷, a reivindicação do espaço público é enxergada e enquadrada por muitos como uma reivindicação individual, em vez de coletiva. Esta falta de percepção – de que a luta pela mobilidade ativa busca a criação de uma cidade mais humana para todos – dificulta mais ainda a reconfiguração desse espaço.

Para agravar o quadro, no contexto específico desta pesquisa, a prefeitura do Rio de Janeiro garante que a semiótica da via reforce e naturalize a todo momento a hierarquia invertida das relações no trânsito, compactuando com a “privatização psicológica” (Orton, 2017) do espaço público no imaginário motorizado. O tempo fugaz destinado aos pedestres e aos ciclistas para atravessar a rua nas cidades não é arbitrário, mas depende sim de políticas públicas elaboradas no intuito de privilegiar o fluxo dos automóveis acima da vida humana.

Dito isso, no Rio de Janeiro, assim como em outras cidades ao redor do

⁵ Paradoxalmente, esta postura punitivista tem sido adotada também pelo Estado a fim de reduzir o alto índice de mortes no trânsito, por meio de legislação como a “lei seca”, infelizmente, produzindo pouco resultado. Ao mesmo tempo, o Brasil não cumpriu metas estabelecidas pela OMS para a redução da velocidade nas vias. Ver, por exemplo: http://www.who.int/violence_injury_prevention/road_safety_status/2015/Summary_GSRRS2015_POR.pdf.

⁶ Título de documentário lançado em 2015 o qual reflete sobre a natureza, inevitavelmente, antagônica das relações no trânsito.

⁷ A noção de guerra implica alguma igualdade de número e de ameaça recíproca. Como afirmou o ciclista de competição, Chris Boardman, “2% de usuários são vulneráveis, enquanto 98% encontram-se protegidos por duas toneladas de metal, como se poderia ter uma guerra? Isso se chama de massacre!”

mundo⁸, é possível vivenciar um fenômeno no qual este poder é reapropriado por aqueles mais agredidos pelo “planejamento urbano”⁹. Paradoxalmente, ele é gerado pelas mesmas políticas de mobilidade desumana aqui expostas, as quais fazem com que aqueles que adotam modais ativos se amontoem esperando atravessar a rua – ao alcançar um número suficiente, ou uma “massa crítica”, se movem juntos com a força de seu número, partindo e parando os motorizados enquanto atravessam a rua, tomando consciência, neste instante, de seu poder enquanto massa.

Experiências como estas me estimularam a procurar grupos em prol da bicicleta enquanto meio de transporte, após a bicicleta fazer uma invasão definitiva em minha vida no início de 2014. O ponto de virada¹⁰ dessa história surgiu em meio às agressões típicas do trânsito de uma sexta-feira quando, no mesmo semáforo em que seria, posteriormente, atropelada no sentido literal, participei, espontaneamente, de uma “abertura do mar motorizado”. Comovida pela solidariedade dos outros e pela possibilidade de desafiar as relações de poder convencionais, uma busca *on-line* me encaminhou ao ato mundial inspirado nesse fenômeno, a “Massa Crítica”¹¹ – o qual vem ocorrendo no Rio de Janeiro desde 2003 e visa trazer visibilidade para os modais ativos por meio de uma intervenção direta na via. Contudo, expectativas da formação de redes solidárias com outros iguais foram, de certa forma, frustradas. Após a participação em atos da Massa Crítica do Rio de Janeiro ao longo de 2014 e de 2015, e, posteriormente, em grupos de debate os quais surgiram dela, a sensação esmagadora era de que a articulação de meus próprios anseios ou opiniões, nem sempre se dava tão facilmente.

De 2015 em diante, a formação de núcleos em prol da mobilidade ativa, dedicados a grupos minoritários, (como, por exemplo, mulheres e pessoas transgênero), aliada à minha participação neles, possibilitaram a reinterpretação das práticas dos demais grupos. Sobretudo, a consciência crescente de que a experiência

⁸ O fenômeno foi observado na China (onde não houve sinais de trânsito) por Ted White, cujo documentário “*Return of the Scorcher*” está disponível em: <https://vimeo.com/85469566>. No Rio de Janeiro é possível observar na esquina da Avenida Pasteur com a Avenida Venceslau Brás, em Botafogo, bem como no Centro da cidade, onde há grande fluxo de pedestres.

⁹ “Planejamento urbano” se encontra entre aspas pois, apesar de ser sim planejada, a cidade não é planejada contemplando a mobilidade de todos seus habitantes.

¹⁰ De acordo com Mishler (2002), os pontos de virada podem ser compreendidos como ocorrências repentinos ou inesperados, os quais possibilitam a resignificação de experiências passadas e a reorganização de histórias de vida.

¹¹ A ser apresentada mais detalhadamente em 2.3.

vivida, enquanto pedalava, se diferenciava daquela do “cicloativista” estereotipado e onipresente nos demais movimentos – o homem branco de classe média/média alta¹². Se, por um lado, aqueles que se deslocam de bicicleta se tornam invisíveis aos demais em trânsito, percepção tipificada pela expressão infame “*não te vi!*”, por que tantos olhares voltaram sua atenção para mim enquanto pedalava? Por que, subitamente, me encontrava abordada por “testemunhas” da minha ação “transgressora” – pessoas desconhecidas comprometidas com o repasse de informações a respeito das vias por onde tinha pedalado em dias distintos? Por que estas mesmas pessoas estavam tão dispostas a oferecer “conselhos” relativos à escolha de tais trajetos, à minha postura e ao meu vestuário enquanto pedalava? Por que, enquanto veículos passavam milímetros do meu corpo, me ameaçando de morte, ouvia, simultaneamente, gritos de “*gostosa?*”?

Em meio a questionamentos como esses, a gravação não autorizada da minha volta da universidade¹³, feita de dentro de um caminhão, tornou mais nítidas as diversas relações de poder pelas quais as experiências do meio urbano se encontram atravessadas. Como disse Goffman (2002a, p.109-110), “uma mulher deve estar sempre de prontidão (...) para que outros lhe alterem o chão onde pisa, uma vez que está sujeita a se transformar momentaneamente em objeto de atenção e aprovação”. Para além de um simples elemento no trânsito, o uso do aparelho para vigiar meu deslocamento sublinhou a forma qual o corpo sempre pode ser posto sob escrutínio. Tais impressões foram compactuadas durante um pedal proposto pelo próprio grupo de mulheres mencionado há pouco. Neste momento específico, a identificação de duas pessoas de motocicleta, em alta velocidade, prestes a colidir com o grupo na entrada de um túnel, já fez soar o alarme. Contudo, a forma pela qual a agressão se manifestou – um golpe desferido contra minhas nádegas – tornou salientes as diversas disputas territoriais, relativas à via pública e ao corpo feminino, as quais podiam entrar em jogo a um só tempo. A luta pela mobilidade ativa tende a dar

¹² Grupos formalizados em prol da mobilidade ativa tendem a apresentar o mesmo perfil, devido, possivelmente, ao foco do debate em questões técnicas associadas à masculinidade simbólica. Dito isso, atividades de organizações como o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU) e o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP) têm conquistado alguns avanços, com destaque para a atuação de Clarisse Linke, por exemplo.

¹³ Enquanto pedalava pela Rua Jardim Botânico, na Zona Sul do Rio, percebi um caminhão me seguindo na mesma velocidade que pedalava, sem fazer a ultrapassagem pela faixa da esquerda, apesar de esta possibilidade. Quando me passou, na aproximação ao semáforo, percebi que um dos passageiros estava me gravando com um aparelho celular, enquanto os três me olhavam de forma maliciosa.

destaque a uma relação de poder única, sustentada entre os motorizados e não motorizados. Embora o uso passageiro de diferentes modais de transporte permita graus diferenciados de acesso ao espaço público, tenho como crença que outros marcadores sociais da diferença, tais como classe social, raça e gênero, podem ser tornados relevantes a qualquer momento. As relações de gênero que moldam as experiências do espaço urbano, igualmente moldam as interações entre atores que buscam a reimaginação desse espaço.

Apesar de a bicicleta ter desempenhado papel fundamental nos movimentos pelos direitos das mulheres (ver Harkot, 2018, entre outros), aumentando seu raio de deslocamento e possibilitando a economia de recursos, além de até mesmo gerar mudanças no vestuário feminino, as mulheres, ainda hoje, apresentam minoria no seu uso,¹⁴ não obstante iniciativas como “Bike Anja¹⁵”. Como argumentarei ao longo deste trabalho, a bicicleta é, muitas vezes, associada ao lazer e ao esporte e por isso, vista como um elemento intruso no trânsito. Em se tratando do esporte, a representação e a inclusão de mulheres no ciclismo representam pontos de partida produtivos para pensar as questões levantadas nesta tese. A título de exemplo, no século 21, o mundialmente conhecido “*Tour de France*”, não permite a participação de mulheres, tampouco há uma prova paralela oficial¹⁶. O papel da mulher na prova se limita a “*hôtesse du tour*”, responsável por presentear e beijar os ganhadores no pódio ao final da corrida. Esta visão, da mulher como acessório, sem preparação para a participação propriamente dita, ainda se faz presente na publicidade contemporânea, tal como uma campanha lançada pela marca “*Pinarello*”. Nesta propaganda, a foto de uma mulher jovem, dentro dos padrões de beleza ocidentais, é acompanhada pela legenda “*sempre quis pedalar com meu namorado, mas parecia impossível. Logo, tudo será possível.*”. Anunciava o lançamento de uma bicicleta elétrica. Não é objetivo desse trabalho discorrer sobre a eventual capacidade física ou não de diferentes grupos sociais. O destaque dado a esses exemplos tem por objetivo direcionar a atenção a posturas, ainda hoje, presentes no “mundo da bicicleta”, as quais restringem e subestimam a participação com base

¹⁴ Ver cf 2.3 para dados.

¹⁵ Braço feminino da organização não governamental “Bike Anjo” que oferece aulas gratuitas a pessoas de todas as idades com interesse em aprender a pedalar e ganhar segurança no trânsito.

¹⁶ De 1984 a 1989 foram organizadas provas femininas sob o mesmo nome “*Tour de France*”, as quais corriam um dia antes da prova masculina. Porém, dificuldades de patrocínio e disputas legais sobre o uso do nome “*Tour de France*” fizeram com que não se sustentasse no mesmo formato.

em categorias generificadas.

Diante disso, as experiências proporcionadas pela inserção em iniciativas voltadas a grupos minoritários indicaram que uma participação mais significativa seria sim possível, assim como o debate de pautas nem sempre priorizadas pelos grupos tradicionais. Tais entendimentos instigaram uma série de perguntas: se movimentos sociais¹⁷ como a Massa Crítica, e os grupos de debate nela inspirados, não fomentam a incidência política ou formas de resistência, quais práticas interacionais estão na origem disso? Qual papel a alegada horizontalidade desempenha nessa problemática?

A reflexão a respeito das relações entre mobilidade, gênero e simetria interacional provocou a presente pesquisa, a qual se debruça, simultaneamente, sobre as práticas discursivas de grupos interessados na questão da mobilidade urbana e na construção discursiva da horizontalidade nos movimentos sociais contemporâneos, com vistas a compreender até que ponto contemplam sujeitos diversos em suas práticas interacionais. Entre as diversas assimetrias que podem se manifestar nas interações, as relações generificadas são eleitas como norte principal da microanálise realizada. Essa escolha se deu em função das características específicas do contexto que vem sendo apresentado, em que esta assimetria, em específico, aparece, ao meu olhar, em primeiro plano. Esta escolha não significa que outras assimetrias não podem ser simultaneamente reproduzidas, mas significa que se encontram para além do escopo desta pesquisa, a qual apresenta um recorte do objeto estudado. Embora ela não vise produzir generalizações a partir de interações compreendidas como localmente situadas, a relevância do conhecimento aqui construído não se limita ao âmbito da mobilidade ativa. Isso porque ela busca lançar luz sobre práticas discursivas eventualmente imbricadas com a construção de relações mais simétricas/assimétricas, bem como a produção política e de formas de resistência dos movimentos sociais *grosso modo*¹⁸.

Embora já existam estudos que tratam da atuação das mulheres nos movimentos sociais latino-americanos (ver Gohn, 2007, por exemplo), outros que

¹⁷ O conceito de movimento social adotado neste trabalho é aquele proposto originalmente por Tilly (1978): “um fenômeno de opinião de massa lesada, mobilizada em contato com as autoridades” (Melucci, 1989, p.54), porém a discussão a respeito da definição encontra-se além do escopo desta tese.

¹⁸ A relação entre fenômenos de pequena escala e aqueles de larga escala será desenvolvida mais a fundo no terceiro capítulo desta tese (cf.3.1.1).

buscam compreender as práticas identitárias de ativistas diante da violência estatal (Araújo, 2015), bem como investigações voltadas, especificamente, à Massa Crítica do Rio de Janeiro e seus discursos (Lopes, 2010), a interrogação das questões do ponto de vista interacional – a partir da preocupação com as práticas discursivas dos ativistas enquanto inseridos nos movimentos – ainda é pouco explorado pela pesquisa sobre movimentos sociais, sobretudo, no âmbito da mobilidade urbana. Quando abordadas as práticas discursivas dos ativistas, as discussões teóricas tendem a recair sobre discursos de mobilização e enquadres de ação coletiva (Benford & Snow, 2000; Snow & Benford, 1998), em vez de examinar as relações construídas entre os participantes. Portanto, é esta a lacuna que a presente investigação se propõe a preencher, por meio de uma reflexão sobre as questões teóricas gerais apresentadas a seguir, indagando a própria configuração dos movimentos sociais na contemporaneidade a partir de um caso específico, um movimento social do qual participo. Adentrando este contexto microsocial, foram escolhidos os espaços discursivos os quais surgem do ato “Massa Crítica” como *locus* de investigação, a fim de abordar as interações que se desenvolvem a partir dos estudos narrativos e da interação. Esta escolha foi feita a partir da aproximação aos dados, a qual indicou que as práticas narrativas têm protagonismo entre as práticas sociodiscursivas do grupo. Nesse sentido, a investigação fará uma *bricolagem* entre uma perspectiva interacionista de narrativa, contemplando fenômenos discursivos julgados propícios para os objetivos da pesquisa, aliados a observações (auto)etnográficas¹⁹ proporcionados pelo trabalho de campo.

O conceito de narrativa sobre o qual o estudo se debruça se distingue do modelo laboviano (1972), por compreender a narrativa como uma prática discursiva (Bamberg, 1997, 2006; Georgakopolou, 2006; De Fina & Georgakopolou, 2008) e performance (Bauman, 1977, 1986; Langellier, 2001; Schriffin, 1984), a partir da qual construímos o “mundo narrado”, sem que ele exista de antemão (Carr, 1986, *apud* Brockmeier & Carbaugh, 2001). A partir desta visão, então, é possível investigar a negociação de significados pelos atores sociais em contextos específicos, a fim de compreender a contestação e/ou reificação de normas e valores sociais, bem como sua relação com questões de ordem macro.

¹⁹ O prefixo “auto” aparece entre aspas, uma vez que, na contemporaneidade, a distinção entre etnografia e (auto)etnografia vem sendo questionada. O capítulo 3 (cf. 3.1.4) versará mais especificamente sobre essa questão.

As narrativas aqui contempladas emergem de contextos cotidianos, plenárias aproximadamente mensais, as quais contam com múltiplos participantes, se diferenciando, assim, de entrevistas de pesquisa, muitas vezes, diádicas. Nestes contextos dinâmicos, é possível que os participantes assumam e abandonem um leque maior de papéis sociais organizados hierarquicamente, criando relações mais ou menos (a)simétricas. A partir do estudo de narrativas espontâneas, emergentes deste contexto – os papéis narrativos reivindicados pelos interlocutores e os significados negociados – é possível examinar o diálogo com discursos “macro”, os quais circulam e posicionam os atores sociais de forma diferenciada nas interações. Ou seja, busca-se a compreensão de fenômenos discursivos que fomentem e/ou limitem a construção de relações mais simétricas no contexto dos movimentos sociais contemporâneos em geral e no contexto da mobilidade ativa do Rio de Janeiro em particular.

O estudo confere enfoque a falantes que questionam as normas sociais em suas práticas discursivas, no intuito de iluminar processos sociodiscursivos que não apenas produzem, como também regulam determinadas identidades, as quais são entendidas aqui como feitas na interação com o outro (Georgakopolou, 2017; McEntee & Lisotelletti, 2017), suscetíveis a situações e interlocutores específicos. Tal enfoque permite a identificação da forma pela qual os atores sociais interrogam as contingências macrossociais que limitam as possibilidades de ação discursiva, (Bucholtz & Hall, 2004, 2005), o que é imprescindível na criação de relações mais simétricas. A identificação de narrativas de resistência (Ewick & Silbey, 2003), em específico, mostrou-se produtiva para as questões que a pesquisa busca problematizar – a disputa por significados e por papéis sociais e narrativos em uma estrutura dita horizontal. Ao analisar a coconstrução de significados a respeito do mundo narrado nestas narrativas, especificamente – em que arranjos naturalizados já são questionados, torna-se possível compreender a negociação de visões possivelmente divergentes no que tange à ordem social e a forma pela qual ela pode ser reimaginada no projeto de construção de uma sociedade mais igualitária.

No intuito de contemplar a complexidade destas questões, a análise se divide em duas lâminas (Biar, 2012), se fundamentando nas noções de “evento narrado” e “evento narrativo”²⁰ propostas por Bauman (1986). Assim, a primeira lâmina

²⁰ A serem apresentadas no quinto capítulo (cf.5.1).

investiga os significados criados a respeito do evento narrado, as identidades projetadas e as normas e valores comunicados, enquanto a segunda procura compreender a negociação desses significados e as relações que se desenvolvem entre os participantes presentes no decorrer do evento narrativo. A relevância desta segunda lâmina de análise se tornou visível a partir do trabalho de campo e do contato prolongado com os dados. Ela confere enfoque a fenômenos interacionais considerados pertinentes para a investigação da dinâmica de disputas por *status*, por aprovação ou por reconhecimento, as quais podem se manifestar em práticas de higiene verbal (Cameron, 2006), na alternância de códigos (Blom & Gumperz, 2002) e na negociação e/ou problematização de papéis narrativos e performances identitárias (Bucholtz & Hall, 2004, 2005; Cameron, 2010; Ochs & Taylor, 1995). A investigação do mundo narrativo parte do pressuposto de que existem relações macrossocais as quais podem restringir as possibilidades de ação discursiva. Dito isso, aposta também na possibilidade da agência e na eventual contestação de pressupostos normativos relativos ao *status* social dos interlocutores, a qual pode ser observada a partir dos fenômenos selecionados para nortear a análise.

Ao adentrar as narrativas que emergem das interações entre os ativistas, um outro conceito que se mostrou propício para as duas lâminas de análise é o de diálogo construído (Tannen, 2007 [1989]), compreendido aqui como um processo transformador, situado e dialógico (Bakhtin, 1997), o qual constitui, na realidade, um recurso significativo para o engajamento dos interlocutores nos significados construídos. Além disso, a análise da função de segundas narrativas – seu papel intersubjetivo no desenvolvimento das interações – possibilitou a observação da dinâmica das relações entre os participantes, as quais se encontram em constante oscilação.

Com base nos conceitos teóricos aqui apresentados, portanto, a pesquisa privilegia o estudo de práticas de resistência, no contexto dos movimentos sociais contemporâneos ditos horizontais, buscando entendimentos a respeito da possibilidade para transformação social. Mais especificamente, lança um olhar crítico sobre as práticas narrativas e interacionais de ativistas engajados em um movimento que luta pela construção de relações mais igualitárias no espaço urbano, no intuito de compreender até que ponto estes mesmos atores sociais criam relações mais simétricas em suas práticas discursivas.

A partir da análise da prática narrativa e das interações que se desenvolvem

ao longo dos fragmentos escolhidos, a investigação tem como objetivo central:

- *Interrogar os modos de produção política/resistência, e a alegada horizontalidade dos movimentos sociais contemporâneos, a partir do exame das práticas discursivas de um grupo específico.*

Esta questão se divide em duas perguntas, mais especificamente delineadas a partir do contato com os dados, as quais mobilizarão as duas lâminas de análise:

1. *Como se dá a navegação pelas dinâmicas de poder no evento narrado?;*
2. *Como se dá a navegação pelas dinâmicas de poder durante o evento narrativo?*

Para dar conta das questões especificadas, o trabalho conta com a apresentação textual seguinte. No segundo capítulo, amplio a contextualização do cenário urbano aqui iniciada, situando as lutas urbanas contemporâneas, e examinando suas configurações. Feito isso, é introduzido o conceito de esfera pública, domínio discursivo no qual as práticas aqui investigadas se desenvolvem. Em seguida, parto para o contexto mais específico da Massa Crítica, apresentando suas origens e chegada ao Brasil, assim como suas características típicas. A última seção é, então, dedicada a uma descrição dos grupos de debate, os quais nasceram da Massa Crítica do Rio de Janeiro e constituem o objeto micro desse estudo. A partir das noções apresentadas, propõe-se uma reflexão sobre a possibilidade da construção da horizontalidade na esfera pública em sentido amplo e nos grupos de debate descritos, mais especificamente.

O terceiro capítulo versa sobre o posicionamento epistemológico da pesquisa, localizando a presente pesquisa no que tange à construção de conhecimento. Nesse momento, explico a escolha do contexto micro como ponto de partida para a compreensão de questões também de ordem macro. Em seguida, a partir de um olhar retrospectivo para estudos de inspiração (auto)etnográfica, reflito sobre as possibilidades proporcionadas por investigações desta natureza, assim como eventuais questões entrelaçadas com esta posição de dentro. No final do capítulo, algumas das implicações éticas e políticas da pesquisa são discutidas.

No quarto capítulo, apresento os procedimentos metodológicos adotados para

a elaboração da pesquisa, em consonância com a perspectiva epistemológica pela qual é orientada. As primeiras subseções versam sobre a geração de dados e a delimitação do campo, contemplando: o processo de gravação das reuniões presenciais; as características dos espaços *on-line*, também constituintes do campo, e as relações entre dois mundos teoricamente distintos – o chamado “real” e “virtual”; minha relação com o diário de campo e seu papel na construção de conhecimento, bem como as tentativas de inclusão das percepções das participantes. Em seguida, os procedimentos de análise são expostos: os motivos pelas quais o recorte de dados aqui apresentado foi feito, as categorias de análise selecionadas para examiná-lo, assim como o processo de transcrição e as escolhas envolvidas. A segunda seção se dedica à apresentação das perguntas de pesquisa e as lâminas norteadoras da análise e a última seção introduz os participantes da pesquisa.

O quinto capítulo revisa os estudos narrativos, conferindo enfoque especial a noções contemporâneas de narrativas na interação, narrativas de resistência e práticas identitárias. É também apresentada a primeira lâmina de análise, a qual investiga o evento narrado a partir dos conceitos teóricos expostos.

O sexto capítulo versa sobre a arquitetura teórica que embasa a segunda lâmina de análise – noções dos estudos da interação e de gênero enquanto performance. Em seguida, a segunda lâmina de análise debruça-se sobre o evento narrativo, interrogando eventuais disputas por *status* a partir do exame de práticas de higiene verbal, alternâncias de código e a negociação de papéis narrativos, bem como as possíveis funções de segundas narrativas, com vistas a lançar luz sobre a segunda pergunta da pesquisa.

O sétimo capítulo sintetiza os resultados da pesquisa, suas possíveis contribuições e lacunas a serem ainda preenchidas. A partir de reflexões sobre as mais diversas formas de atropelamento, propõe discussões sobre a construção discursiva da horizontalidade nos movimentos sociais contemporâneos e a possibilidade de ativistas inseridos neste meio se engajarem em práticas transformacionais.

você tá colocando como se a gente pudesse subverter a maneira como a sociedade funciona e que não houvesse uma razão diz assim que a gente não tá- eu não acho que aqui o objetivo aqui não é tratar de reinventar toda a maneira como a sociedade se organiza.

Theo²¹, *Cicloconversa 5*

2. Práticas de resistência

Neste capítulo reflito sobre a produção do espaço nas grandes metrópoles da atualidade – o contexto do qual nascem as lutas urbanas contemporâneas. A partir disso, coloco em pauta a possível construção discursiva da horizontalidade por ativistas engajados neste cenário, no âmbito da dita “esfera pública”. Essa reflexão é feita conferindo enfoque à trajetória do movimento mundial “Massa Crítica” e às questões que me moveram enquanto participante deste fenômeno, propulsionando a presente investigação. Finalmente, traço o advento dos grupos de debate inspirados na Massa Crítica do Rio de Janeiro, os quais constituem o objeto micro desta pesquisa, assim como sua relação com este panorama de fundo. Ao longo do capítulo busco contemplar os múltiplos significados de organização horizontal possíveis, já que, conforme frisada pela posição de Theo acima, a própria noção constitui objeto de contestação. Ou seja, defender a horizontalidade sempre significa defender uma versão da horizontalidade.

2.1 As lutas urbanas contemporâneas

Sintoma de um alheamento generalizado “em relação aos processos decisórios na política e da falta de expressão pública de parte significativa da população” (Rolnik, 2013), a proliferação de movimentos sociais que se organizam em uma estrutura dita horizontal e democrática, sem organização formal, vem, novamente, despertando a imaginação daqueles que questionam as formas atuais de fazer política. Emergindo em contraposição aos esgotados modelos de

²¹ Os perfis dos participantes serão apresentados no quarto capítulo.

representação baseados em estruturas verticais – típicos da democracia contemporânea – estes movimentos menos institucionalizados, antipartidários e sem lideranças definidas, prezam pela autogestão. Frutos da confluência de tradições de mobilização política e suas múltiplas expressões ao longo da história, os novos arranjos autônomos e independentes das instituições convencionais, sobretudo os coletivos²², vêm sendo impulsionados pelo efeito catalisador da ação coletiva manifestada em protestos ao longo do século XXI no Brasil e em diferentes lugares do mundo, a qual tem reinserido no cenário contemporâneo questões centrais como a importância dos atos de ocupação do espaço público (ibid).

Embora o aproveitamento da rua como forma de expressar a revolta e a indignação não seja uma nova maneira ou método de fazer política, o que vem chamando a atenção é a centralidade dada ao tema da ocupação – no sentido da retomada do espaço urbano, mesmo que de modo efêmero. Tal ocupação aparece como o objetivo e o método que determina diretamente os fluxos e os usos da cidade, possibilitando àqueles que estão alijados do poder de decisão sobre seu destino que tomem esse destino com o próprio corpo, por meio da ação direta – seja ela organizada a partir de assembleias ou de plenárias descentralizadas, seja pelo meio “virtual”.

Na realidade, a noção de esfera pública²³ propriamente dita vem sendo ampliada, dada a chegada do ciberativismo, isto é, o uso sistemático da internet e das tecnologias da comunicação, tanto como ambiente quanto como instrumento de mobilização, representado pelas manifestações dos últimos anos nos países árabes, em Hong Kong e no Chile, entre outros, pelos fenômenos “*Occupy*” e “*Extinction Rebellion*”, bem como pelas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Advindo destes protestos, espaços híbridos têm sido construídos “conectando o ciberespaço com o espaço urbano em uma interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de práticas transformadoras” (Castells, 2013).

De certo modo, o panorama tecnológico crescente encontra-se na base da chamada “crise da representatividade”. Isso porque as novas dinâmicas de interação

²² De acordo com pesquisa feita pela escola de ativismo em 2015, disponível em: <https://ativismo.org.br/project/pesquisa-contexto-urbano/>.

²³ Esta noção será desenvolvida posteriormente neste capítulo, na subseção 2.3.

permitidas – por meio de ferramentas como a troca de mensagens instantâneas – ampliam a comunicação direta e múltipla entre as pessoas, promovendo uma alteração no padrão de constituição e organização dos grupos sociais. Dessa forma, emerge um novo sujeito político, possibilitado pela autoconvocação mediada pelas tecnologias, bem como pela facilidade cada vez maior de compartilhamento de mídias alternativas. Nesse sentido, os meios “virtuais” fomentam a expressão de contradiscursos e narrativas transgressivas por aqueles que se consideram sem voz pública, ainda que as narrativas hegemônicas e a chamada ‘formação de opinião pública’ continuem de domínio quase exclusivo das grandes mídias monopólicas (Rolnik, 2013). Não obstante a perpetuação de tais estruturas de poder, a emergência de novos processos de construção de significados é perceptível nas ações discursivas dos ativistas na atualidade²⁴.

A compreensão destes processos suscita a questão de saber até que ponto esses atores sociais produzem, em suas práticas discursivas, relações menos hierarquizadas. Ou seja, faz-se necessário indagar até que ponto sujeitos diversos encontram voz em meio a esses grupos, e até que ponto a almejada horizontalidade se concretiza em suas práticas interacionais, ou persiste um ideal utópico visível apenas no plano teórico.

Perante essas questões, esta pesquisa situa-se no contexto dos movimentos sociais contemporâneos, e examinará suas práticas interacionais típicas, no intuito de entender como sentidos em disputa são negociados dentro de uma estrutura alegadamente horizontal. A horizontalidade, conceito caro aos atores engajados nestes movimentos, propõe o estabelecimento de relações mais igualitárias entre os participantes. De acordo com Sitrin & Azzellini (2014, p.17), ela pode ser compreendida como

uma relação social dinâmica que representa uma quebra com a lógica de representatividade e formas de organização verticais. Isso não significa que estruturas não emergem, como ocorre com plenárias em massa e governança autônoma, porém as estruturas não são representativas, nem hierárquicas.

Interpretada em sentido amplo, isso significa a eliminação de relações hierárquicas entre os participantes em suas interações, tornando necessário o

²⁴ Na atualidade, vêm surgindo preocupações a respeito da relação entre o uso crescente das mídias sociais e as práticas democráticas (devido à circulação de notícias falsas, bem como à manipulação de dados pessoais por empresas etc.), porém essas questões encontram-se além do escopo desta tese.

estabelecimento de um consenso²⁵ entre os participantes sobre os meios pelos quais isso pode ser criado e defendido. Nesse sentido, precisam aprender a construir um espaço horizontal dentro de uma sociedade verticalmente estruturada e pela qual são moldadas. A partir disso, teoricamente, os grupos minoritários, tradicionalmente mantidos na periferia das interações, podem participar em condição de igual valor. A noção de participação aqui adotada é aquela que tem sido denominada a “abordagem política”, definida como “a equalização de relações de poder entre atores privilegiados e não privilegiados em processos de tomada de decisão formais e informais” (Carpentier, 2016, p. 72). Dessa forma, a participação efetiva é aqui vista não apenas como necessária para que a horizontalidade se concretize, mas sim como objeto de luta, o qual implica na renegociação de papéis sociais e de relações de poder convencionais.

É possível dizer que a construção da horizontalidade enfrenta três problemas principais: (i) a questão da autoridade; (ii) a possibilidade da representatividade e (iii) o encaminhamento das demandas ao poder público (Silva, 2017). A autoridade – conceito interrogado por Arendt (1972) – se refere à possibilidade de governar sem o uso da coerção ou da força. Para a autora, se fundamenta em estruturas hierárquicas reconhecidas como legítimas. Discorrerei mais sobre a questão de hierarquias naturalizadas e sua “legitimidade” ao apresentar o conceito de esfera pública na próxima subseção (cf.2.2), e, posteriormente, à luz da noção de gênero enquanto categoria social nos capítulos teórico analíticos (cf.5, cf.6). A possibilidade da representatividade, bem como o potencial de as demandas desaguiarem nas vias institucionais, representam arenas de conflito recorrentes nos debates do grupo investigado neste estudo. Dito isso, diversos participantes expressam a crença na possibilidade de uma organização/estrutura horizontal amparada por um porta-voz, responsável por comunicar decisões e/ou posições – previamente acordadas dentro de uma estrutura horizontal – às instituições midiáticas, políticas e assim por diante. Afinal, quando o porta-voz não é definido pelo grupo, a imprensa, por vezes, o identifica, ao abordar indivíduos diretamente nos atos, por exemplo.

A proposta do porta-voz sublinha a dificuldade de desvincular a

²⁵ De certo modo, é possível questionar o próprio processo de deliberação sobre os mecanismos necessários para a construção da horizontalidade e até que ponto atende a “critérios horizontais”, permitindo que atores diversos participem do processo de decisão a respeito.

horizontalidade das relações verticais da sociedade dentro da qual ela é criada. Para Toplišek & Thomassen (2017), por serem inextricavelmente entrelaçadas, a relação entre a horizontalidade e a verticalidade não deve ser vista como uma dicotomia, mas sim como uma relação de apoio mútuo e de tensão a um só tempo.

A fim de melhor compreender esta dinâmica, a investigação micro proposta lançará um olhar crítico sobre as práticas discursivas de ativistas e a eventual construção da horizontalidade, entendendo que suas reivindicações são atravessadas por outras lutas, e que os diferentes lugares que eles ocupam na vida social e no exercício do poder, os posicionam “de forma diferenciada nas assimetrias/simetrias interacionais” (Moita Lopes, 2001, p.60). Nesse sentido, a pesquisa visa identificar e problematizar construções discursivas que emergem do nível micro, examinando possíveis relações com o contexto macro em que elas se inserem, por perceber que os processos de construção de significado apenas podem ser compreendidos ao se considerar “as contingências macro-sociais sob as quais se vive” (Moita Lopes, 2001, p.58).

Por esta razão, a próxima seção se dedica à apresentação do conceito de esfera pública, contexto macro do qual os espaços de debate presenciais aqui investigados representam parte constituinte, tendo por objetivo refletir sobre a possível construção discursiva de relações mais simétricas no contexto dos movimentos sociais contemporâneos de uma maneira geral.

2.2 O conceito de esfera pública e a construção da horizontalidade

Os espaços de debate dos movimentos sociais se realizam naquilo que Habermas (1962, 1999 [1992]) conceituou como **esfera pública**, no intuito de entender a formação das primeiras associações da sociedade civil burguesa. A esfera pública burguesa se constituía por pessoas privadas reunidas em público, com o objetivo de debater e problematizar questões antes consideradas pertencentes à esfera privada. Caracterizadas internamente por “práticas igualitárias (...) de discussão livre [e] decisão por maioria” (1999 [1992], p.423), as pessoas se encontravam, nas palavras da socióloga Paiva (2014, p.119), em “condição de igualdade e de autonomia em relação ao Estado e ao mercado”. Nesse sentido, representava uma arena institucionalizada de interação discursiva, cuja separação do Estado era fundamental para que se produzisse e se circulasse discursos críticos

em relação às práticas estatais.

Embora a obra seminal da Habermas tenha iniciado as discussões a respeito da esfera pública, foi sujeita a críticas ao longo das décadas a seguir. Suas reflexões posteriores, publicadas originalmente em 1992, se endereçaram a tais críticas. Nesse momento subsequente, Habermas passou a admitir a existência de esferas públicas múltiplas, constituídas por pessoas oriundas de grupos subalternos, para além da esfera pública única, outrora vista como desejável enquanto espaço único.

De acordo com o autor (1999 [1992]), tais grupos tomaram a esfera burguesa hegemônica como modelo, porém desenvolveram seu potencial emancipatório em contextos livres dos pré-requisitos sociais dela, tendo princípios organizacionais e práticas próprias. Mais do que isso, representaram uma revolta à cultura dominante hierárquica, que os excluía. Nos tempos atuais, temos testemunhado a dissolução de barreiras oficiais para a participação de grupos tradicionalmente excluídos da esfera pública hegemônica. Ao mesmo tempo, emerge um paradoxo, pois a menos que suas normas e regras discursivas sejam também reimaginadas, persistem uma barreira latente a tal participação.

Não obstante as reformulações do autor, em trabalho posterior, Fraser (1997), advoga por uma interrogação crítica do conceito habermasiano, a fim de construir uma categoria capaz de teorizar os limites das democracias atuais. Tal reconceitualização é proposta a partir de uma perspectiva feminista, por considerar que o papel da mulher na esfera pública tem sido negligenciado por Habermas, apresentando, assim, grande pertinência para o presente estudo.

Fraser identifica quatro pressupostos que subjazem o modelo de esfera pública na perspectiva habermasiana a serem repensados: (i) o de que as desigualdades podem ser eliminadas da esfera pública; (ii) o de que é necessário ou desejável estabelecer apenas uma esfera pública em vez de uma multiplicidade; (iii) o de que as questões debatidas deveriam se restringir ao que é “público” e (iv) o de que uma separação do Estado da sociedade civil é necessária para o funcionamento da esfera pública.

As interrogações de Fraser se iniciam pela noção de um espaço discursivo livre de desigualdades que, ela argumenta, representa um potencial utópico que nunca se concretizou. Isso porque a esfera pública burguesa permitiu a entrada apenas daqueles que já ocupavam posições de *status* elevado na sociedade, tornando sua caracterização enquanto “pública” passível de questionamento. Por

esta razão, alega Fraser, ela sempre foi contestada pelos grupos excluídos, que criaram espaços próprios, nos quais desenvolveram normas e práticas discursivas também próprias. A esfera burguesa, por sua vez, inferiorizou tais práticas, no intuito de bloquear a participação ampla. A valorização de traços simbolicamente masculinos enquanto características desejáveis do discurso político, por exemplo, serviu para manter a exclusão das mulheres, cujas intervenções, segundo a autora, ainda tendem a ser ignoradas com mais frequência. Desse modo, não obstante seu propósito enquanto espaço de questionamento da elite política, a esfera pública burguesa passou a representar uma nova elite, constituindo um *lócus* para a construção do consentimento que define o novo modelo hegemônico de dominação. Maneiras mais sutis, como as normas relativas ao discurso político, garantiram, portanto, a continuação da dominância do grupo hegemônico, o qual emergiu enquanto grupo legitimamente representativo, sem precisar recorrer à força física.

Na contemporaneidade, a simples declaração de que um espaço é horizontal não implica performar esse espaço como horizontal²⁶. Ou, como diz Sitrin (2012), espaços horizontais não ocorrem espontaneamente. As dinâmicas de poder que permeiam a vida social não podem ser facilmente eliminadas das arenas discursivas dos movimentos sociais contemporâneos a fim de estabelecer uma ordem social neutra *a priori*. A exclusão de grupos menos privilegiados não precisa ser formal, pois o *status* diferenciado atribuído às práticas sociais desses grupos impede a participação em condição de igual valor. Por isso, em vez de mitigar as marcas de diferença entre categorias sociais, é possível que a esfera pública hegemônica as amplifique, caso ignore a organização hierárquica da sociedade, em que papéis sociais prescritivos limitam justamente as possibilidades para efetuar as mudanças sociais almejadas por atores menos privilegiados. Nesse sentido, é possível que a exclusão implícita apresente um desafio maior a ser superado, por ser mais dificilmente contestada do que barreiras explícitas.

Nos tempos atuais, a organização hierárquica dos grupos sociais continua subjacente ao gerenciamento da interação face a face. Normas discursivas como quem pode iniciar a fala, a quem a fala é endereçada, quem pode se autosselecionar na tomada de turnos, quem estabelece e muda de assunto ou de registro, assim como a quem é dado peso ou aprovação quando fala ou quando aumenta o volume, são

²⁶ No sentido proposto por Austin em “Atos de Fala” (1962).

tipicamente generificadas – aprendidas na socialização, podendo ser ora desafiadas ora reforçadas (Goffman, 1977). Dito isso, ao assumir um papel mais ativo nas interações, a mulher arrisca ser sujeita a sanções sociais, dado o comportamento passivo esperado. No mais, na esfera pública, em que diferentes grupos sociais hoje se encontram, é possível que as mulheres, assim como outros grupos minoritários, ainda sejam percebidas como ‘intrusos’. Isso significa que precisam se empenhar em trabalho interacional significativo a fim de acumular o *status* de participantes de igual valor (Eckert, 2000).

Como afirma Cameron (2005), o papel desempenhado pela linguagem na exclusão e na marginalização das mulheres na esfera pública consta na agenda feminista desde sempre. Entretanto, na contemporaneidade, a ênfase dada aos avanços tímidos impulsionados por políticas de redistribuição socioeconômica, por vezes, leva a noção de igualdade social a ser tomada como pressuposto. Esse estudo, portanto, busca iluminar mecanismos mais sutis ou nuançados que podem manter os grupos minoritários na periferia das interações em um grupo alegadamente horizontal. Para tal, examinará a forma pela qual participantes subalternos estrategicamente resistem às posições sociais a eles atribuídos e lutam pelo reconhecimento no domínio discursivo (Cameron, 1992a).

Disse há pouco que a horizontalidade era uma marca dos movimentos sociais contemporâneos, e embora seja frequentemente vista como sinônimo de um espaço discursivo mais livre e igualitário, é também possível que passe a representar um dispositivo insidioso para a manutenção de precisamente as assimetrias contestadas pelos movimentos. Como aponta Freeman (1972, p.52), a concepção da horizontalidade pode virar “uma cortina de fumaça para os mais fortes (...) estabelecerem hegemonia irrestrita sobre os demais”. Ou seja, um grupo “sem estrutura” é simplesmente um grupo cuja estrutura oculta permite que uma elite informal tome o poder por meios mais sutis. No mais, a autora identifica que “se o movimento continua a, propositalmente, não selecionar quem exercerá o poder, ele não elimina o poder. Ele apenas cessa o direito a exigir que quem exerça o poder e a influência responda por isso” (ibid, p.162). É por esta razão, me parece, que Fraser (1997), considera necessário tornar visíveis as formas pelas quais as assimetrias sociais ainda permeiam as interações que se desenvolvem na esfera pública.

O segundo pressuposto problematizado diz respeito às esferas múltiplas, consideradas um impedimento à democracia por Habermas (1999 [1992]). Fraser

(1997), por sua vez, argumenta que, em uma sociedade estratificada, a contestação entre públicos concorrentes melhor promove a participação do que um público único. No mais, a limitação a um grupo único agrava as assimetrias, pois aqueles marginalizados não têm espaço para a articulação de seus pensamentos sem a supervisão dos grupos hegemônicos, tornando a exposição da representatividade falsa da classe dominante mais difícil. Por este motivo, os grupos subalternos encontram vantagens ao formar seus próprios grupos, uma vez que representam espaços em que contra discursos podem ser criados e circulados, permitindo a formulação de interpretações dissidentes. A proliferação destes grupos aumenta a possibilidade de expandir o espaço discursivo a fim de incluir pautas excluídas da esfera pública hegemônica e ampliar a possibilidade de contestação. Assim, funcionam tanto como um espaço para se retirar e reagrupar, quanto como uma base para elaborar atividades para contestar um público mais amplo. O contexto investigado neste estudo se encontra teoricamente aberto a todos, se aproximando à noção de uma “esfera pública única”. Isso posto, o surgimento, em tempos recentes, de grupos cujas pautas não, necessariamente, são contempladas pelo grupo aqui analisado, como grupos para ciclistas mulheres, e pessoas transgênero²⁷, sugere que as dinâmicas interrogadas por Fraser (ibid) se repetem no contexto investigado. Assim, parece pertinente investigar como se dá a participação dos grupos marginalizados no espaço investigado, principalmente no que diz respeito à articulação de contra-discursos, ou à introdução de pautas tradicionalmente excluídas, bem como as dinâmicas interacionais que acompanham tal resistência.

O terceiro pressuposto identificado pela autora se refere à definição do que é público e, assim, digno de debate. Decisões a respeito do que se encaixa no seu escopo, se dão a partir de processos de deliberação, os quais se encontram, por sua vez, atravessados por relações de poder. Tal quadro se agrava ao levar em consideração que os termos ‘público’ e ‘privado’ não são neutros, mas sim empregados, recorrentemente, para deslegitimar determinadas pautas ou pontos de vista e valorizar outros. A violência doméstica, por exemplo, foi rotulada como uma questão ‘privada’ até pouco tempo, impossibilitando que fossem debatidas políticas

²⁷ Como “Minas na Pixxta” no Rio de Janeiro e “Pedale como uma Guria” em Porto Alegre, entre outros, bem como o festival nacional “100gurias100medo”. Para mais informações sobre o grupo localizado no Rio de Janeiro, ver Nogueira, 2017.

públicas para combatê-la²⁸. Assim, a limitação do escopo do debate representa mais um modo para manter os grupos subalternos na periferia, ainda que sua participação seja teoricamente possível. A título de exemplo, a circulação de relatos de agressão física praticada por integrantes da Massa Crítica contra suas parceiras já provocou mobilizações a respeito²⁹. Apesar desta pauta estar em discussão nos dias de hoje, a ocorrência de casos desta natureza e a forma pela qual os grupos, (sejam eles organizados formalmente ou não) lidam com as denúncias, continuam a ser questões dignas de interrogação.

Em relação ao quarto pressuposto, Habermas argumentou por uma separação entre o Estado e a sociedade civil, concebendo a esfera pública como uma entidade não governamental de formação de opinião pública, informalmente mobilizada. Assim, seus debates tiveram como objetivo criticar o Estado, sem produzir decisões que autorizariam o uso do poder do Estado. Esta distinção se via como necessária, pois a partir do momento em que a esfera pública adquire poder de decisão, se torna o Estado, em vez de questioná-lo. Já para Fraser (1997), a separação defendida por Habermas promove o que ela chama de “públicos fracos”, justamente pela ausência de poder de decisão. No mais, a emergência de espaços híbridos como parlamentos, ou instituições de auto-gestão engajadas em processos de democracia direta, borra as fronteiras da distinção habermasiana. Para Toplišek & Thomassen (2017), hibridismos como o uso de um braço formalizado – enquanto instrumento de um movimento mais amplo e inclusivo – emergem como uma possível solução à crise da representatividade. Os discursos que se desenvolvem nestes espaços compreendem tanto a formação de opinião pública, como a tomada de decisões, levantando novas questões sobre “*accountability*”. No contexto da Massa Crítica, os propósitos são objeto de contestação, mas é possível argumentar que o ato mensal vise contribuir para a formação de opinião pública, ao provocar uma reimaginação do uso do espaço público. Ao mesmo tempo, uma preocupação com a participação civil na tomada de decisões do Estado é palpável na formação dos grupos de debate presencial, cujas discussões recorrentemente voltam à questão da

²⁸ A Lei Maria da Penha: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm entrou em vigor no Brasil em 2006, criminalizando a violência doméstica.

²⁹ Ver: <https://web.facebook.com/events/563025394097061/>. Um caso parecido com repercussão nacional ocorreu em 2017, no Bicultura, quando Daniel Guth, o então diretor da Ciclocidade (ONG sediada em São Paulo) e, também membro da Bike Anjo, foi acusado de ter agredido uma integrante de um coletivo. Isso provocou a mobilização de mulheres presentes no evento e em decorrência disto, Guth renunciou o cargo.

representatividade diante do poder público, conforme mencionado na subseção anterior (cf.2.1). Assim, observamos no contexto investigado uma percepção de que a formação de um espaço híbrido é desejável, no intuito de efetuar mudanças sociais, embora esta perspectiva não seja consenso. Pode ser propício, portanto, observar como estas divergências de opinião são negociadas pelos participantes nas interações a serem analisadas.

Diante das questões apresentadas ao longo deste capítulo, este estudo se preocupará, mais especificamente, com a participação das mulheres neste espaço discursivo, por entender que sua participação ativa é necessária para que suas pautas e perspectivas sejam também levadas em consideração tanto na formação de opinião pública, quanto nos processos decisórios aqui mencionadas. Como já apontado, a fim de observar esta participação, o estudo toma como objeto micro os grupos de debate inspirados na Massa Crítica do Rio de Janeiro. Sendo assim, antes da apresentação destes grupos, a seção a seguir traça as origens da Massa Crítica até sua chegada ao Rio de Janeiro, visando refletir sobre suas características específicas, bem como características relativas à configuração dos movimentos sociais contemporâneos de um modo geral.

2.3 A Massa Crítica ou “Bicicletada”

Como já delineado, a fim de refletir sobre a possível construção de relações mais simétricas nos movimentos sociais em geral, lanço um olhar crítico sobre as práticas discursivas de um grupo de ativistas localizados no Rio de Janeiro, cujas ações se inspiram no movimento mundial “Massa Crítica”. Esta luta, em prol da mobilidade ativa, emerge do cenário urbano ao qual venho me referindo, em que atores sociais denunciam a fragmentação, a privatização e a precarização da vida nas cidades que, como aponta George (*apud* Damiani, 2008, p.183), já se transformaram em "universos de concreto, labirintos de vias organizadas que se ligam a anéis rodoviários sobrecarregados de automóveis”. Perante esta cena, o habitante dos grandes aglomerados “perdeu a ideia de que poderia participar da posse de sua cidade, ser, de uma maneira ou de outra, responsável pela sua administração e manutenção. Ao contrário, sente-se, às vezes, agredido pelo meio e toma mesmo uma atitude hostil para com ele” (*ibid*). Esta sensação de ameaça generalizada, bem como certa impotência face aos deslocamentos pelos grandes

centros urbanos, não apenas produz a referida atitude hostil, como é agravada por ela, até que o próprio habitante se sinta deslocado de sua cidade, tornando-se seu adversário. A visão aqui evocada, do espaço público como uma matriz estendida de espaço motorizado, podendo ser apenas atravessado, mas não exatamente ocupado, já se tornou realidade em grande número de metrópoles pelo mundo. No mais, tal travessia representa um desafio diário, uma vez que o crescimento vertiginoso das cidades, por mais contraditório que isto pareça, levou à sua própria paralisação. Assim, instaura-se a (i)mobilidade urbana, uma experiência coletiva, porém vivenciada, pela maior parte das pessoas, isoladamente, nos próprios automóveis que prometeram tal almejada liberdade (Orton, 2017).

Embora a questão da (i)mobilidade urbana apresentada tenha relevância mundial, o foco da presente pesquisa recai sobre ativistas inseridos no cenário brasileiro, no qual políticas públicas de planejamento urbano implementadas ao longo do século XX produziram a paisagem atual, de metrópoles rasgadas por infraestruturas centradas em um único meio de transporte: o motorizado, ampliando as distâncias e aumentando a dispersão, a separação e a segregação. A resultante cultura do automóvel, ou chamada “carrocracia” – hoje, arraigada na sociedade brasileira – transformou o carro em um símbolo de *status*, visto como a única forma viável de se deslocar por cidades cada vez mais desumanas, a despeito do quadro atual – que coloca em questão as presumíveis vantagens deste meio de transporte (Lopes, 2010).

Diante deste panorama, a bicicleta, assim como outros meios de transporte de propulsão humana, se apresenta como uma possível alternativa, além de potencial ferramenta de transformação social. No Brasil, contudo, ela continua sinônimo de “brinquedo de fim de semana” (Ludd, 2005, p.128). Esta perspectiva é palpável no Rio de Janeiro pela infraestrutura cicloviária, a qual apenas contorna as regiões turísticas da cidade (tais como a orla e a lagoa), sem ser projetada em rede, o que possibilitaria seu uso para fins de transporte. Embora tal “brinquedo” possa fazer parte do cotidiano, trazendo seu caráter lúdico para os deslocamentos diários, a bicicleta enquanto meio de transporte continua a ser vista como uma escolha de “pessoas não qualificadas³⁰” e sua presença nas vias como um impedimento para

³⁰ É o que afirma o morador de um bairro nobre de São Paulo, Francisco Augusto da Costa Porto em entrevista ao “*Estadão*” sobre a implantação da ciclovia na rua onde mora. Disponível em:

uma circulação cada vez maior de automóveis, o que o urbanismo tende a priorizar (Orton, 2017).

O direito de a bicicleta transitar pela via já é garantido pelo CTB brasileiro³¹, ainda que, na prática, o compartilhamento do espaço, raramente, se dê tão tranquilamente. A lei da Mobilidade Urbana³² no Brasil, que prevê a priorização dos meios de transporte não motorizados e do transporte coletivo, entrou em vigor em 2012. Ela determina que municípios com mais de 20 mil habitantes elaborem Planos de Mobilidade Urbana, incentivando a participação da sociedade civil neste processo. Entretanto, até o momento da elaboração desta tese, segundo a Confederação Nacional de Transporte, o Brasil “deu poucos e vagarosos passos rumo à efetivação dos instrumentos previstos nessa política³³”. A crítica se direciona ao fato de que os prazos para concluir tais planos não têm sido cumpridos pela maioria das prefeituras e, com o passar dos anos, vem sendo prorrogados. No Rio, a implantação de um número crescente de estações de bicicletas compartilhadas³⁴, bem como a ampliação de infraestrutura cicloviária se fazem perceptíveis em alguns pontos da cidade, porém se limitam a regiões já privilegiadas. Assim, sua adequação à demanda, bem como sua manutenção³⁵, continuam questões prementes. No ano de 2018, em que o Rio de Janeiro foi palco de uma série de eventos nacionais e internacionais conferindo enfoque à bicicleta, tais como: “Bicicultura”, “100gurias100medo”, “Fixolimpíadas” e “Velocity”, a verba anunciada pela prefeitura para investimento em infraestrutura cicloviária foi de cinco mil reais³⁶. Ademais, a conscientização daqueles que compartilham o espaço urbano, no que diz respeito aos meios de transporte ativos, parece distante da visão utópica em que os mais frágeis têm preferência, não apenas de acordo com

<http://saopaulo.estadao.com.br/noticias/geral,moradores-de-areas-nobres-da-capital-acionam-mp-contra-ciclovias-de-haddad,1603212>.

³¹ Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/publicacoes/download/ctb.pdf>.

³² Versão integral da Lei 12.587/12. Acesso em www.itdpbrasil.org.br em outubro de 2014.

³³ <http://www.cnt.org.br/Imprensa/noticia/lei-que-trata-da-politica-nacional-de-mobilidade-urbana-completa-cinco-anos>.

³⁴ Sistema que disponibiliza bicicletas em diferentes estações e permite que qualquer pessoa retire uma bicicleta em um local e a devolva em outro local, viabilizando, assim, o transporte ponto-a-ponto por tração humana.

³⁵ A título de exemplo, a ciclovia “Tim Maia”, foi inaugurada em 2016, possibilitando que a orla fosse percorrida da Praia do Leme até a Praia do Pontal, a despeito de outros projetos que possibilitariam o uso da bicicleta enquanto meio de transporte. Posteriormente, a estrutura sofreu sucessivos desabamentos, provocando a morte de duas pessoas. Encontra-se interditada desde o primeiro desabamento, ocorrido três meses após sua inauguração.

³⁶ <https://oglobo.globo.com/rio/a-menos-de-oito-meses-de-evento-internacional-prefeitura-nao-investiu-em-vias-para-bicicletas-22059970>.

a lei, como também na prática³⁷.

Diante das questões apresentadas, as quais atingem todas as grandes metrópoles em certa medida, nasceu o movimento **Massa Crítica** (do inglês “*Critical Mass*”). Este fenômeno provoca uma reconceitualização dos meios de transporte movidos à propulsão humana, por meio de uma intervenção direta no espaço urbano. Caracterizando-se como um movimento efêmero e cunhado pelos fundadores como uma “coincidência organizada”³⁸ (Carlsson, 1997), a Massa Crítica iniciou-se em São Francisco, nos EUA, em 1992, quando um grupo de mensageiros resolveu pedalar juntos para casa no horário do *rush*. Segundo Furness (2007), ela se originou parcialmente como protesto, parcialmente como celebração, com o objetivo de tomar conta das ruas e demonstrar a força coletiva das pessoas reunidas, bem como trazer visibilidade para a bicicleta enquanto meio de transporte. Dessa forma, ela permite que os participantes expressem sua insatisfação com o sistema de transporte vigente e exerçam, nas palavras de Lefebvre (1991), seu “direito à cidade”, embora não estejam vinculados por objetivos pré-definidos.

Em menos de um ano, a manifestação de caráter alegre chegou a agregar milhares de participantes em sua cidade de origem. Paralelamente, houve um efeito multiplicador, fazendo com que diversas Massas se constituíssem ao redor do mundo, auxiliadas parcialmente, pelo advento da Internet, bem como pela ressonância das questões trazidas à tona pela manifestação (Blickstein & Hanson, 2001). Chegando ao Brasil em 2002, e ao Rio de Janeiro em 2003, o movimento hoje é um fenômeno global, reconhecível pela simples presença de ciclistas congregados na última sexta-feira do mês (Lopes, 2010).

A Massa Crítica se destaca por sua natureza teoricamente espontânea e horizontal³⁹, em princípio sem estatuto ou organização formal, assim como outros movimentos de ação direta⁴⁰. De certa forma, ela exhibe características utópicas, pois ao se engajarem na ação direta e ocupar a rua, aqueles presentes reconfiguram seu

³⁷ Uma campanha feita pela prefeitura do Rio de Janeiro sem a participação da sociedade civil gerou revolta por parte daqueles que usam a bicicleta enquanto meio de transporte, por banalizar a violência no trânsito: <https://bikeelegal.com/no-rj-prefeitura-faz-campanha-para-ciclistas-e-mobirio-reage/>.

³⁸ Todas as traduções são da minha autoria.

³⁹ De certo modo, a autonomia e o poder de decisão investidos em cada participante, bem como a demarcação dos rumos em conjunto, fazem com que o movimento, no nível micro, se alinhe estruturalmente aos coletivos que surgiram no Brasil a partir das manifestações de junho de 2013, embora no Rio ele atualmente não se defina discursivamente como tal..

⁴⁰ Principalmente o “Movimento Passe Livre” e outros grupos que se preocupam com o direito à cidade.

ambiente urbano, mesmo que seja de modo efêmero. Sendo assim, para o geógrafo Bruzzone (2012), mais do que um protesto contra a ordem social atual, ela pode ser considerada uma performance,⁴¹ a qual antecipa e produz a ordem social almejada. Até que ponto, portanto, interroga o autor, ela se assemelha a uma “zona autônoma temporária⁴²” no sentido proposto por Hakim Bey (2001), liberando o espaço urbano do controle do Estado e de suas hierarquias? Isto é, até que ponto ela produz uma nova ordem social no que tange às posições sociais diferenciadas ocupadas pelos participantes na vida social, se prestando à criação de relações mais simétricas? Seu potencial para a construção de significados localmente situados é enfatizado por Furness (2007, p.301). Este autor argumenta que a natureza descentralizada da Massa “fomenta um espaço retórico flexível onde os participantes ativamente produzam e disseminem discursos e mídia alternativa”, canalizando a energia e o foco da massa em várias direções, contando sua própria história e assumindo um papel ativo na sua organização e divulgação. Nesse sentido, as múltiplas pautas levantadas e as diferentes interpretações trazem um caráter mutável ao movimento, podendo produzir a abertura para “uma verdadeira exploração de significados” (Ludd, 2005, p.125). Chris Carlsson (1995), um dos participantes fundadores, ainda afirma que “a ausência de líderes formais ou de uma agenda específica tem possibilitado que todos se apropriam da Massa, a construindo de acordo com suas próprias demandas e desejos”. Mais do que isso, o papel dos participantes em moldar esse fenômeno amorfo, a partir de seus próprios ideais, tem frustrado tentativas a defini-lo mais precisamente – a Massa Crítica já foi classificada como um protesto, um movimento, uma rebelião, uma forma de teatro de rua, uma celebração, ou simplesmente um pedal (Blickstein & Hanson, 2001; Furness, 2007).

O processo de negociação destas interpretações, por vezes conflitantes, tem sido interrogado por participantes da Massa situados em diferentes cidades ao redor do mundo. Seus relatos de experiência salientam a forma pela qual relações de classe, raça e gênero entram em jogo na produção do fenômeno, limitando as possibilidades para participação significativa (ver Bodzin, 2002; Bruzzone, 2012; Camarena, 2012; Klett, 2002). Em sua descrição da Massa Crítica de São Francisco, D’Andrade (2012, p.24), por exemplo, aponta que a alegada espontaneidade do

⁴¹ De acordo com a definição de Butler (1990), noção a ser desenvolvida no sexto capítulo (cf. 6.1).

⁴² “TAZ” na sigla em inglês.

evento significa que “o trajeto é decidido por quem se encontrar na frente do grupo (geralmente homens jovens, barulhentos e agressivos)”. Tal observação é sustentada por Bruzzone (2012), que ainda denomina tal grupo a “brigada de testosterona”. Para este autor, além de atos explícitos de agressão e violência, por vezes, praticados por esse grupo, é possível identificar formas mais sutis pelas quais os participantes da Massa reproduzem o privilégio masculino, como, por exemplo, quando decidem quem será ouvido em processos decisórios sobre o trajeto. Para Bruzzone, os participantes da Massa Crítica de San Francisco tendem a prestar mais atenção em quem fala mais alto, ou atende a expectativas sociais de um “líder carismático”. Ainda de acordo com o autor, apesar da ausência de líderes formais, emergem líderes temporários que exibem características ideologicamente associadas à masculinidade hegemônica, assim como força e assertividade. Embora Bruzzone verse sobre o contexto específico de San Francisco, foi possível perceber padrões de comportamento parecidos no contexto desta investigação ao longo do trabalho de campo⁴³. Falarei sobre isso adiante, nesta tese. Este quadro suscita determinadas questões: se a mudança social almejada pela massa é contestada, e em seus processos decisórios os participantes valorizam características associadas à masculinidade hegemônica, quem participa, efetivamente, dessa “exploração de significados”?

A ideologia de uma convivência harmoniosa entre as múltiplas interpretações do fenômeno, se manifesta também na premissa de “xerocracia”. O termo diz respeito a ideia de que qualquer participante pode produzir e circular, seja durante o protesto ou “virtualmente”, literatura que versa sobre questões julgadas relacionadas, como, por exemplo, o uso do espaço público (Furness, 2007). Esse material costuma ser distribuído a pessoas que se encontram nas proximidades, além de ser, pelo menos nos tempos atuais, compartilhado em redes sociais na internet. Inicialmente, em San Francisco, tais textos lidavam com as dificuldades enfrentadas por movimentos sociais contemporâneos em sentido amplo, perpassando questões como a (des)construção de polarizações, e o fomento de uma cultura democrática. Paradoxalmente, os textos eram produzidos, em sua maioria,

⁴³ A preocupação com o processo de tomada de decisões é expressa por diversos participantes da pesquisa ao debater a construção da horizontalidade nas reuniões gravadas. Nesses momentos, alguns problematizam a noção de líderes “naturais”, enquanto outros parecem reforçar noções generificadas a respeito.

por um grupo limitado de pessoas, entre elas, Carlsson, que, posteriormente, passou a ser visto como o criador do movimento – apesar de suas próprias afirmações bakhtinianas de que “movimentos sociais não nascem de indivíduos, e indivíduos não possuem ideias que são unicamente suas” (Carlsson, 2002, p.8).

Em ensaio sobre a Massa de San Francisco, Bodzin (2002, p.103) comenta que, mesmo entre os “xerocratas⁴⁴”, “existia uma hierarquia que era apenas parcialmente voluntária”, a qual contribuía para o *status* de celebridade “não desejado” de Carlsson. O fato de que um leque maior de participantes não parece ter se envolvido nos debates a respeito da pauta da Massa de San Francisco nos seus primórdios, sugere que a noção de xerocracia, possivelmente, não se fez ressoar em meio aos grupos minoritários que, como Fraser (1997) observa, tendem a desenvolver suas próprias práticas comunicativas. Embora a noção de xerocracia seja entendida como um dos paradigmas principais do protesto, no contexto específico investigado, ela é pouca aproveitada. Dessa forma, no intuito de entender como interpretações divergentes são negociadas neste grupo, é necessário voltar a atenção às práticas discursivas dos participantes, seja a partir de suas interações no ambiente “virtual”, ou aquelas que se desenvolvem em reuniões presenciais.

Devido às observações dos autores aqui destacados, a respeito da eventual construção da horizontalidade, além das minhas próprias percepções ao longo do trabalho de campo, nesta tese, procuro identificar os traços valorizados pelos participantes em suas performances identitárias, bem como possíveis elos com a construção de *status* nas interações. Por entender que as relações de poder são dinâmicas, me interesso pelo processo de produção de relações mais simétricas, o qual pode ser observado a partir do estudo de práticas sociodiscursivas. Mesmo que a horizontalidade seja uma noção utópica, isso não significa que os atores não possam trabalhar em prol dela, como sinalizam muitos participantes nas discussões gravadas. Afinal, se “a consciência da infelicidade supõe a possibilidade de outra coisa (de uma vida diferente) além da existência infeliz” (Lefebvre, 1991, p.216), a inquietação que move esta tese se compromete com a identificação de maneiras pelas quais as práticas sociodiscursivas podem estar imbricadas no processo de produção de (as)simetrias, a fim de apontar caminhos alternativos na busca pela transformação social.

⁴⁴ Aqueles que, a partir do princípio da xerocracia, produziram e distribuíram material sobre a Massa Crítica a fim de comunicar suas próprias perspectivas a respeito do fenômeno.

A Massa Crítica do Rio de Janeiro raramente dá origem a provocações ou repressões do Estado, pelo menos no momento de elaboração desse texto. Isso sugere que talvez não seja vista pelo poder público como uma ameaça significativa à ordem social atual. Como aponta Camarena (2012) em sua análise global do movimento, para representar tal ameaça, aqueles envolvidos precisam fazer mais do que se manifestarem verbalmente a favor da horizontalidade. Afinal, apenas a inclusão simbólica dos grupos minoritários não fomenta práticas transformacionais.

Embora a maioria daqueles que adotam a bicicleta enquanto meio de transporte no Brasil pertençam a grupos sociais menos privilegiados⁴⁵, os participantes da Massa Crítica tendem a representar a classe dominante, política e economicamente falando. Ou seja, a maioria daqueles presentes nos atos podem ser categorizados como homens brancos, cisgênero, heterossexuais, de classe média⁴⁶. Esta configuração dificilmente pode ser considerada representativa da sociedade carioca, muito menos a sociedade carioca “pedalante”, em toda sua diversidade. No que tange aos grupos sociais ausentes dos protestos, talvez a disparidade de gênero não deva representar uma grande surpresa. Afinal, pesquisas feitas pela organização não governamental “Transporte Ativo”⁴⁷ sugerem que as mulheres representam apenas 4% daqueles que se deslocam de bicicleta no Centro do Rio de Janeiro, local da concentração do ato. Embora tal disparidade talvez não seja exclusiva ao Brasil (de acordo com dados recentes, as mulheres representam 24% dos ciclistas nos EUA⁴⁸, onde a Massa Crítica se originou), ela parece ser mais discrepante no Brasil.

Na verdade, a aderência à Massa Crítica do Rio de Janeiro em si apresenta outra possível questão. Apesar do Rio de Janeiro ser entre as cidades mais populosas do Brasil, a Massa Crítica do Centro dificilmente reúne mais do que trinta pessoas. Já cidades como São Paulo e Porto Alegre reúnem centenas. A baixa aderência à Massa Crítica do Rio de Janeiro e aos grupos de discussão que nasceram dela talvez não possa ser desvinculada das práticas generificadas às quais venho comentando,

⁴⁵ Um estudo realizado pela ONG “Transporte Ativo” em 2018 (<http://ta.org.br/perfil/ciclista18.pdf>.) sugere que mais que 50% daqueles que adotam a bicicleta enquanto meio de transporte no Brasil ganham menos de dois salários mínimos.

⁴⁶ Para se ter uma ideia dos participantes típicos, é possível encontrar registros fotográficos dos atos da Massa Crítica do Rio de Janeiro no seu próprio grupo no “facebook”, bem como no site da fotógrafa e ciclista Michelle Castilho: <http://michellecastilho.com/>.

⁴⁷ Segundo dados gerados por “Transporte Ativo” em 2012, disponíveis em: <http://ta.org.br/Contagens/CB/CBCT.pdf>.

⁴⁸ Segundo dados gerados por “League of American Bicyclists” em 2009, disponíveis em: <https://bikeleague.org/womenbike>.

embora haja outros fatores também envolvidos. Ao se debruçar sobre as interações que se desenvolvem entre os participantes do grupo estudado, é possível que esta investigação lance luz sobre esta questão.

No que tange à negociação de significados no contexto da Massa Crítica do Rio de Janeiro, a justaposição de visões divergentes, por vezes, atravessa a linha tênue entre convivência e disputa, tanto pela pauta, quanto pelo discurso. A título de ilustração, o próprio nome do grupo já foi alvo de conflito no ambiente “virtual”, pois há uma tendência no Brasil a chamar o ato de “Bicicletada”, em vez de “Massa Crítica” – alguns ativistas percebem tal nomenclatura como um esvaziamento político do protesto, já outros acreditam no contrário. Na realidade, tais disputas parecem ter suas origens na natureza do movimento – apesar de se caracterizar como um evento lúdico, bem como antipartidário, para alguns, a Massa Crítica inevitavelmente exhibe objetivos políticos, que vão além do ato de pedalar na via em si. Em determinadas ocasiões, o protesto se pauta em (e se filia a) outras manifestações globais e locais (Lopes, 2010), tais como os protestos contra a FIFA na véspera da Copa do Mundo de 2014; contra o aumento da tarifa do transporte coletivo; contra a criminalização dos movimentos sociais e contra as remoções de populações vulneráveis, como na Vila Autódromo. A decisão de apoiar outras lutas precisa ser votada na concentração do ato, mas, as sugestões aparecem, por vezes, no ambiente “virtual”. O caráter político do fenômeno pode ser considerado uma das questões centrais desta tese, pois encontra-se suscetível a questionamento – isto é, para alguns participantes, a bicicleta representa a pauta singela do grupo, sem diálogo ou intersecção com outras lutas.

No que diz respeito a divergências desta natureza, em *Bikenomics: como a bicicleta pode salvar a economia*, Blue (2016) cita uma disputa ocorrida em Portland, nos EUA, a qual se assemelha àquelas observadas no presente estudo. No caso descrito pela autora, é destacada a eventual relação entre a expansão de infraestrutura ciclovária e os processos de gentrificação, ou seja, as questões de classe e raça que atravessam a luta pela mobilidade ativa (Para outros exemplos, ver Hoffman, 2013, 2016). De acordo com Blue (2016), um bairro tradicionalmente visto como o “Centro Negro” da cidade, passou por um projeto de renovação urbana, fazendo com que os aluguéis subissem. Tal cenário obrigou os antigos residentes a abandonarem a vizinhança, em busca de habitação por preços mais acessíveis, nas periferias. Neste processo, em que o local deixou de ser

majoritariamente habitado por afro-americanos, as ciclovias começaram a surgir. Por ser um bairro até então negligenciado pelo poder público, tais ações provocaram questionamentos. Diante deste cenário, Blue (ibid, p.95) relata que:

[o]s defensores das bicicletas responderam que raça e justiça social eram temas irrelevantes no programa de expansão da estrutura para ciclismo, que as ciclovias iriam beneficiar a todos na vizinhança e que seria contraproducente se opor.

A posição aqui expressa, de que a luta pela mobilidade pode ser conquistada sem, necessariamente, levar em consideração as diversas outras lutas que a atravessam, pode ser também identificada nas interações gravadas para esta pesquisa e constitui objeto de disputa. Ao longo desta tese, procuro identificar a manifestação e eventual resolução discursiva destes conflitos.

É durante as concentrações da Massa Crítica, realizadas na Cinelândia⁴⁹, que costuma ocorrer uma apresentação do movimento e de sua história, destinada aos novos participantes. Dito isso, existe pouca rotatividade entre os participantes no que tange ao papel de narrador. Assim, os potenciais significados criados são restringidos, levando à possível construção e/ou reforço de relações assimétricas, ainda que o movimento se proponha como horizontal. Similarmente, o uso de um microfone para fazer sugestões de trajeto, interagir com outras pessoas presentes no entorno, bem como orientar os participantes de um modo geral, por vezes acarreta a centralização do movimento, embora o uso do equipamento seja teoricamente aberto a todos (Orton, 2017).

Por esse motivo, o estudo de narrativas divergentes, narrativas de resistência, ou narrativas contadas por grupos sociais que permanecem à margem durante os protestos, possibilita um entendimento mais aprofundado de pontos de vista diversos. A construção de sentido por meio da prática narrativa pode emergir durante os debates que costumam ocorrer após os atos, no retorno ao local da concentração, sejam eles sobre intervenções urbanas, sobre o uso posterior de fotos e vídeos registrados durante determinadas ações, ou sobre qualquer outra decisão objeto de disputa. Estas discussões ainda podem estender-se aos espaços de debate presenciais que surgiram da Massa Crítica do Rio e constituem o objeto micro desta

⁴⁹ Esta informação refere à Massa Crítica do Centro. A Massa Crítica do Méier tem ocorrido na primeira sexta-feira do mês e sua concentração se realiza perto da Praça Leão Etíope.

pesquisa, durante os quais os participantes negociam papéis narrativos na busca pela construção de significados, por reconhecimento e por *status*. Sendo assim, a narrativa torna-se um aspecto importante para o presente estudo. O quinto capítulo versará sobre as práticas narrativas, em específico as narrativas de resistência, visando destacar sua pertinência para as questões aqui investigadas.

Os encontros presenciais foram escolhidos como objeto desta investigação, em vez das interações que se desenvolvem nos protestos em si, já que as concentrações dos atos costumam ser dispersas – o desenvolvimento de diversas conversas paralelas dificulta a gravação, a transcrição e a eventual análise. Os encontros presenciais para além dos atos representam um momento dedicado para o debate de questões específicas, e, portanto, são mais focados, embora ocorram também diversas falas sobrepostas, principalmente quando há disputa por significado. A última seção deste capítulo, a seguir, se destina a uma descrição detalhada desses espaços de debate presenciais.

2.4 Os movimentos em prol da mobilidade ativa no Rio de Janeiro

Os grupos de debate, objeto micro deste estudo, surgiram em 2015 sob o nome de “Plenária Ciclística” ou “Plenária da Massa Crítica”. As plenárias se iniciaram após diversas discussões pouco produtivas no grupo “virtual” da Massa Crítica do Rio de Janeiro no “*facebook*”, no intuito de dedicar um espaço presencial ao debate de assuntos relativos à luta pela mobilidade ativa, nos sábados após os protestos. Visaram atender à vontade de discutir questões para além do efeito efêmero produzido pelo ato em si – questões como a possibilidade de representatividade diante do poder público, bem como a eventual realização de uma gama maior de ações, tais como campanhas educativas ou intervenções artísticas.

Estes debates⁵⁰, teoricamente, possibilitariam a confluência de múltiplas vozes, por reunir ativistas de diversas regiões de uma cidade a qual já comportou três Massas Críticas, a do Centro, a da Zona Oeste, e a da Zona Norte, embora apenas a do Centro venha ocorrendo sem interrupção. No Centro, o grau de rotatividade entre os participantes torna amplo o espectro do evento, favorecendo os diversos conflitos já mencionados. Para alguns, a Massa Crítica representa uma

⁵⁰ O quarto capítulo especificará os contextos em que foram feitas as gravações que constituem os dados desta pesquisa.

oportunidade para reinventar as regras, rejeitando o *status quo* e as normas que privilegiam os automóveis; para outros, o não respeito do código de trânsito, ou a adoção de uma postura vista como “agressiva”, por exemplo, sustentam a imagem deteriorada do ‘ciclista’ que circula no nível macrossocial e com a qual procuram romper (Kessel, 2002)⁵¹. Estas são apenas algumas divergências que decorrem da natureza contemporânea da configuração do grupo, cujos processos de negociação de sentido pretendo interrogar neste estudo ao me debruçar sobre as práticas discursivas emergentes das reuniões.

O agendamento da primeira plenária em março de 2015 suscitou grande interesse no grupo “virtual” da Massa Crítica do Rio de Janeiro no “facebook”. No evento “virtual”⁵² criado para organização e divulgação, constavam 175 participantes confirmados e 41 com interesse em participar, embora no dia tenham comparecido em torno de 20 pessoas. Paralelamente, uma votação realizada no mesmo grupo no “facebook”, acompanhada por um debate, visou estabelecer o local em que seria realizada a reunião. Nesse debate, alguns participantes, como Theo, propuseram o uso de auditórios, ou espaços que privilegiassem a escuta dos demais, sem deixar os participantes a mercê das condições climáticas. Já outros, como Diego, Joaquim e Simone, advogaram pela ocupação de espaços públicos, por entender tal ação como um ato político, a qual aumentaria a visibilidade da causa, além de possibilitar a chegada de participantes novos que passavam pelo local. Posteriormente, foi possível observar como estas divergências se traduziram nos diferentes objetivos articulados pelos participantes ao longo dos debates presenciais. Aqueles que defenderam o uso de espaços cobertos, como auditórios, tendiam a ser a favor da formalização do grupo e da captação de integrantes de grupos sociais hegemônicos (por apostar na possibilidade de vantagens em negociações com o poder público). Já aqueles que defenderam o uso de espaços públicos, tendiam a problematizar a formalização do grupo, privilegiando a ação direta e a inclusão de participantes das mais diversas camadas da sociedade.

Acho pertinente pontuar que a iniciativa das plenárias se inspirou na Massa Crítica de Niterói. Nesta cidade vizinha, já existia um espaço de debate vinculado à Massa, do qual alguns ativistas do Rio também participavam. Durante os debates

⁵¹ Discussões como estas são frequentes tanto no ato em si como no grupo “virtual” “Massa Crítica Rio de Janeiro” no “facebook”.

⁵² <https://web.facebook.com/events/1598816497002542/>.

a respeito do local da primeira plenária ciclística do Rio de Janeiro, Diego, por exemplo, se refere a suas experiências enquanto participante da plenária de Niterói, a qual afirma ser realizada em espaços públicos pelos motivos citados.

A partir da votação, a Quinta da Boa Vista, um parque na Zona Norte da cidade, foi eleito para a realização da primeira plenária. O evento “virtual” no “facebook”, foi criado a partir do perfil da Massa Crítica do Rio de Janeiro e a pauta proposta foi embutida na descrição do evento. Nela constavam quatro itens a serem debatidos, conforme figura 1, a seguir.

Item 1 - Que cada bairro, através de representantes, coloque suas demandas por "cicloestrutura" - ciclovias, ciclofaixas, bicicletas compartilhadas, bicicletários, sinalização etc.

Item 2 - Pensarmos formas de nos organizar para propor e cobrar ações do poder público.

Item 3 - Pensarmos em intervenções de cunho educativo voltadas para ciclistas e motoristas, em ambientes de trabalho, escolas, e locais públicos.

Item 4 - Pensarmos em meios e em materiais de divulgação sobre a bicicleta como meio de transporte.

É claro que não vamos restringir as falas, entretanto temos que dar oportunidade para que todos falem, então acredito que possamos escolher uma pessoa que atue como um mediador, para que a reunião seja objetiva e muito proveitosa.

Ver menos ▲

Figura 1: Pauta da primeira plenária, agendada no dia 14 de março de 2016.

Nessa pauta inicial, é possível observar interesses diversos contemplados para discussão – tanto a formalização do grupo, como a ação direta – no intuito de afinar os objetivos, conforme o andamento dos debates. No que diz respeito ao gerenciamento de turnos, acrescento que, em outra postagem feita no evento “virtual”, a participante Roberta pergunta sobre a possibilidade de um dos participantes, Noah, “*levar seu microfoninho*”, equipamento comumente utilizado na Massa Crítica. Conforme comentado na subseção anterior (cf.2.3), o uso do microfone, por vezes, constitui objeto de conflito, dado seu eventual papel na

centralização do movimento. No entanto, no dia da primeira plenária, Noah não participou e o equipamento não foi levado ao local, tampouco foi usado em reuniões posteriores. O eventual papel de mediador, proposto abaixo da pauta, também não foi assumido por algum participante, porém, em diversas ocasiões, foram adotadas metodologias no intuito de fomentar uma distribuição mais igualitária de turnos, além de estimular a participação daqueles menos propensos a verbalizar suas ideias. Tais tentativas incluíam o estabelecimento de um tópico específico sobre o qual cada um tinha um tempo limitado para discorrer, bem como o esboço de ideias individualmente e/ou a separação em grupos menores para discussão, seguido pelo compartilhamento posterior das ideias expressas com o grupo como um todo. Dito isso, o sucesso relativo delas é passível de questionamento.

No que tange ao acolhimento de sujeitos diversos – como, por exemplo, aqueles com filhos – no evento “virtual” criado para a organização da primeira plenária, Roberta sugeriu uma atividade paralela para crianças, cujos desenhos podem ser vistos na figura 2, a seguir, junto a algumas ideias esboçadas pelo grupo.



Figura 2: Ideias propostas para discussão na primeira plenária ciclística, na Quinta da Boa Vista.

Embora esta iniciativa tenha se repetido apenas mais uma vez, a preocupação pela inclusão de moradores de bairros mais distantes do Centro, ou participantes novos de um modo geral, foi perceptível nas práticas dos integrantes. Postagens feitas nos eventos “virtuais” no “facebook”, informando os locais dos quais

partiriam, buscavam incentivar tal participação a partir do deslocamento coletivo em direção às reuniões.

A seguir, apresento um relato de campo mais pormenorizado da organização de um deslocamento coletivo até a primeira plenária, a qual pode ser considerada representativa do tipo de fenômenos que irei observar no decorrer desta tese:

No evento “virtual” da primeira plenária ciclística, a participante Marcia propôs que os participantes da Zona Sul se encontrassem no Largo do Machado⁵³. No texto elaborado, também foram solicitadas sugestões de trajeto. Roberta e Joaquim opinaram a respeito e, após seus comentários, Pablo acrescentou o seguinte “vou estar com a galera e conheço vários caminhos alternativos... Dá pra optar com ou sem emoção. Rsr rsrsrsrsrs ^^”. De certo modo, me parecia que Pablo se oferecia enquanto ‘guia’ do grupo, por ser, aparentemente, mais experiente e conhecer “vários caminhos”, algo que pode contribuir para a acumulação de status no grupo. Mais adiante, Pablo comentou novamente “fiz a rota no strava⁵⁴, por que (sic) fica mais fácil visualizando no Mapa. Tenho outras sugestões de roteiros, mas não sei quem vai participar então a princípio descarto rotas por túneis, elevados e vias expressas”. Por um lado, é possível que a criação de uma rota que evite vias expressas fomenta o acolhimento de uma diversidade maior de participantes, inclusive aqueles não confortáveis ao pedalar por vias de grande fluxo. Ao mesmo tempo, as duas postagens de Pablo igualmente faziam alusão a uma familiarização com a passagem por vias deste tipo. Dessa forma, parecia se projetar como alguém bem informado e destemido. Esta projeção foi compactuada em comentário posterior, em que ainda afirmou “nem faço a rota, mas o caminho ‘divertido’ é Santa Bárbara-> Av. 31 de março -> Viaduto São Sebastião -> Praça Santo Cristo -> Av. Cidade Lima -> Av. Francisco Bicalho -> Av. Pedro II”. Ou seja, Pablo comunicou conhecimento de que a rota não seria viável para o grupo, porém destacou sua preferência pela rota mais “divertida”. O caminho citado passa por um túnel longo com velocidade máxima de 80km/h e onde a passagem da bicicleta é proibida. Por isso, tende a ser evitado por aqueles que se deslocam de bicicleta, que optam por contornar a serra por onde passa, salvo em condições excepcionais que permitam a ocupação de uma faixa inteira⁵⁵.

Seja para ir aos atos da Massa Crítica, seja para ir aos debates, aposto na formação de “bondes” como um meio crucial para estimular a participação de sujeitos diversos. Isso porque o meio urbano raramente representa um ambiente acolhedor a quem pedala, ainda mais quando se dá por regiões desconhecidas. Por isso, é possível que a referência feita por Pablo a caminhos *com emoção* tenha

⁵³ A primeira plenária se realizou em um sábado, possibilitando que os participantes também fossem de metrô ou de trem, uma vez que o embarque com bicicleta costuma ser liberado aos finais de semana. Dito isso, as redes metroviária e ferroviária possuem cobertura limitada da cidade. Apesar de se localizar na Zona Norte, o parque escolhido se situa relativamente próximo ao Centro e assim, é de mais difícil acesso para moradores da Zona Oeste e alguns moradores da Zona Norte, do que para os moradores da Zona Sul.

⁵⁴ Aplicativo que usa gps para monitorar atividades físicas. Também permite a criação de rotas e de uma rede para que seja possível concorrer com contatos.

⁵⁵ Assim como na Massa Crítica em apoio às ciclovias em São Paulo, ocorrida em março de 2015. Essa mobilização nacional suscitou grande interesse e o ato no Rio contou com aproximadamente 300 participantes, possibilitando a ida pelo túnel.

assustado participantes potenciais, além de contribuir para a criação de um ambiente competitivo⁵⁶. Seja qual for o destino, na medida do possível, opto por pedalar na companhia de outros, devido à possível segurança proporcionada pela presença do grupo. Por isso, no dia da primeira plenária me direcionei ao Largo do Machado, onde me juntei ao grupo rumo à Quinta da Boa Vista. Fomos aproximadamente 10 pessoas; algumas delas eu já conhecia da Massa Crítica, da qual comecei a participar em meados de 2014. Ao chegarmos no parque, integrantes de outras regiões da cidade já estavam a nossa espera, assim como aqueles que tinham optado pelo metrô. Nós nos sentamos na sombra das árvores ao lado do Museu Nacional e o clima foi relativamente descontraído. Por ser o primeiro encontro, foi um momento de desabafo e de articular nossos incômodos relativos ao uso da bicicleta enquanto meio de transporte, algo que, durante a Massa Crítica, há oportunidades limitadas para fazer. Conversamos sobre a possibilidade de mais incidência política e da formação de grupos de trabalho, como, por exemplo, um grupo de intervenção urbana⁵⁷, além da possível *“formação de um outro espaço de militância, mais institucionalizado e adequado a negociação com instâncias de governo, que corresse paralelo à massa crítica”*⁵⁸.

Após o debate, muitos participantes foram pedalando juntos para o Centro da cidade, onde almoçamos. Neste dia, na parte da tarde, ocorreram mais dois eventos voltados à mobilidade por bicicleta: (i) uma reunião sobre a participação da sociedade civil na elaboração do Plano da Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) da cidade do Rio de Janeiro, organizada pelo ITDP⁵⁹, entre outras organizações, e

⁵⁶ No evento “virtual” criado para a segunda plenária, duas mulheres postaram sobre possíveis “bondes” saindo das Zonas Oeste e Norte, respectivamente. Estas postagens não foram comentadas, o que poderia ter contribuído para desincentivar a participação. No mais, uma postagem minha sobre um possível bonde saindo do Largo do Machado rumo ao MAM, recebeu o seguinte comentário de Pablo “*precisa?*”, o que pode contribuir para desestimular a formação do bonde e, por assim dizer, desestimular a participação daqueles menos confiantes no trânsito.

⁵⁷ Entre os grupos “virtuais” criados a partir desta reunião (de comunicação e de segurança, por exemplo), apenas o grupo de intervenção, do qual participava, passou a atuar, marcando oficinas de criação de material de intervenção (placas e faixas por exemplo), posteriormente, instalado em diferentes bairros, além de ser usado em atos da Massa Crítica e outras atividades voltadas à mobilidade humana.

⁵⁸ De acordo com relato feito por Roberta no evento “virtual”: <https://web.facebook.com/events/1598816497002542/permalink/1607387572812101/>.

⁵⁹ Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento, em parceria com Agência de Redes para Juventude, Casa Fluminense, Instituto de Estudos da Religião (ISER), Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), Observatório de Favelas, Rio Como Vamos, Studio-X - Rio de Janeiro, Transporte Ativo; apoio do Lab.Rio e D-Think.

(ii) a segunda edição da “Pedalada Pelada⁶⁰”, evento inspirado no “*World Naked Bike Ride*”, que visa trazer visibilidade para a fragilidade do corpo no trânsito.



Figura 3: Faixa criada pelo grupo de intervenção, fruto da plenária, posteriormente usada em atos da Massa Crítica do Rio de Janeiro, podendo ser visualizado na foto principal do grupo “virtual”.

Apesar de apostar mais em ações diretas, do que na possibilidade de ser ouvida pelo poder público enquanto membra da sociedade civil, nesse dia, optei por participar da reunião do PMUS. Esta escolha se deu por motivos atrelados às inquietações que me levaram a desenvolver a presente pesquisa. Embora seja possível garantir algum grau de anonimato durante a pedalada pelada, ao usar uma máscara, por exemplo, me preocupei com possíveis registros da ação, sejam feitos por outros participantes, por aqueles no entorno, ou pela mídia. No mais, me preocupei com a eventual postura de outros participantes, diante de uma multidão de corpos nus. Embora todos os corpos tornem-se frágeis em meio ao trânsito, o corpo ainda se encontra marcado pelo gênero e, na minha perspectiva, as possíveis repercussões da participação em um ato deste tipo não podem ser desvinculadas desta questão. Por isso, apesar de me alinhar com seus propósitos, acabei por me ausentar do ato.

Teoricamente, a plenária representava um espaço em que preocupações desta natureza poderiam ser levantadas, porém a dificuldade de trazer para a pauta questões caras a grupos minoritários será problematizada ao longo desta tese. Apesar de sua proposta inicial, enquanto eventual espaço de articulação de

⁶⁰ Mais informações podem ser encontradas em: <https://web.facebook.com/pedalada.peladaRJ/>.

divergências e de escuta, a plenária acabou por gerar conflitos próprios. Esses conflitos giraram em torno da natureza de sua relação com a Massa Crítica e da possibilidade de a plenária representar ou ter incidência sobre o protesto ou não. Após a realização de cinco plenárias ao longo de 2015, uma discussão acalorada no grupo “virtual” da Massa Crítica do Rio de Janeiro no “facebook”, relativa à relação entre a plenária e o ato, levou ao fim dos encontros.

Após um intervalo sem mais reuniões desta natureza, no início de 2016, surgiu, novamente, no grupo “virtual” da Massa Crítica do Rio de Janeiro, a proposta de encontros presenciais sob o nome, desta vez, de “cicloconversa”. A escolha de tal nome, possivelmente, representava uma tentativa de dar relevo à separação entre este grupo presencial de debate e o ato da Massa Crítica em si, visto que a relação já tinha provocado tensões no grupo. De certa maneira, a Massa Crítica funciona como uma incubadora para uma gama ampla de grupos e iniciativas⁶¹, fruto das trocas proporcionadas pelo ato. No momento de elaboração desta tese, estes grupos incluem aqueles formalizados, cujo objeto principal é o diálogo com o poder público⁶², além de grupos sem formalização, os quais buscam um espaço próprio em que seja possível focalizar pautas mais específicas, ou desenvolver contra discursos⁶³. Por nascerem da Massa Crítica do Rio de Janeiro, os encontros aqui investigados possuem um laço com o ato – as plenárias de 2015 mantinham uma relação mais estreita, já as cicloconversas de 2016 se estabeleceram como um espaço independente, embora muitos participantes também se conhecessem a partir do protesto.

As chamadas cicloconversas foram realizadas em espaços públicos, salvo quando condições climáticas não permitiam. Foram estabelecidas regras relativas à escolha dos locais físicos em que se realizaram, com o objetivo de incentivar a participação de sujeitos diversos, precisando ser públicos e de acesso livre. Os debates ocorreram tanto nas Zonas Norte e Oeste, como na Zona Sul e no Centro. Os locais eleitos abarcaram parques, praças e universidades, tais como o Parque de Madureira e a Praça Seca na Zona Oeste; a Praça Saens Peña, o Parque Quinta da Boa Vista e a UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) na Zona Norte; a

⁶¹ Como “Ciclocourier”, empresa de entrega de bicicleta; “Triciclo” e “Roda Livre”, oficinas comunitárias, e “Ciclocine”, evento itinerante que promove a exibição gratuita de material audiovisual relacionado à mobilidade urbana em ambientes públicos.

⁶² Como “MobiRio” e “ACERJ”, associações que se formaram na época das cicloconversas.

⁶³ Como “Night Ride” e “Pedal das Minas”.

Cinelândia no Centro e a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Campus Praia Vermelha, na Zona Sul. Dito isso, os locais eleitos costumavam ser relativamente próximos aos locais de trabalho ou de residência dos participantes existentes, por se oporem, muitas vezes, a deslocamentos maiores. Metade das reuniões organizadas ao longo de 2015 e 2016 se realizaram em locais que podem ser classificados como o Centro da cidade. Como pode ser visto, os espaços escolhidos na Zona Norte, por exemplo, se localizavam nas áreas de planejamento mais próximas ao Centro e, por assim dizer, mais privilegiadas⁶⁴, tornando a eventual participação de moradores de bairros mais distantes um desafio maior. No mais, a preferência pela realização das reuniões em universidades talvez não acolha aqueles que não cursam e/ou cursaram o ensino superior e, possivelmente, não se sentem contemplados por atividades agendadas nestes espaços.

Com o advento das cicloconversas em 2016, os eventos criados para fins de divulgação foram feitos a partir dos perfis individuais dos participantes no “facebook”, cada vez por um ativista diferente. Tal método visou estimular a participação ativa de cada um na organização e na divulgação dos encontros, bem como sublinhar o caráter independente do grupo, sem vínculo direto com a Massa Crítica em si. Nesta segunda instância, além dos eventos “virtuais”, um grupo “fechado” foi criado no “facebook”, no intuito de reunir as informações relativas às reuniões em um único espaço. As cicloconversas ocorreram entre janeiro e maio de 2016 e inicialmente reuniram uma quantidade de pessoas parecida com a das plenárias, até gradualmente se esvaziaram também. Foram realizadas um total de onze cicloconversas.

Nos debates que se desenvolveram nessas reuniões, questões relativas à configuração do grupo e os meios pelos quais uma organização horizontal poderia ser construída novamente surgiram, porém sem o estabelecimento de um consenso sobre as metodologias a serem usadas. Após diversas discussões sobre o assunto, na sexta reunião, os participantes se propuseram a elaborar uma carta de princípios. Para tal, cada participante inicialmente esboçou suas ideias a respeito, para que pudessem ser posteriormente debatidas em conjunto. A figura 4, a seguir na próxima página, ilustra alguns desses esboços em que a possível organização do grupo é

⁶⁴ As áreas de planejamento da cidade do Rio de Janeiro podem ser consultadas acessando: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5148142/4145881/ListadeBairroseAPs_Mapa. Este mapa é também reproduzido na seção 4.3.

abordada pelos participantes.

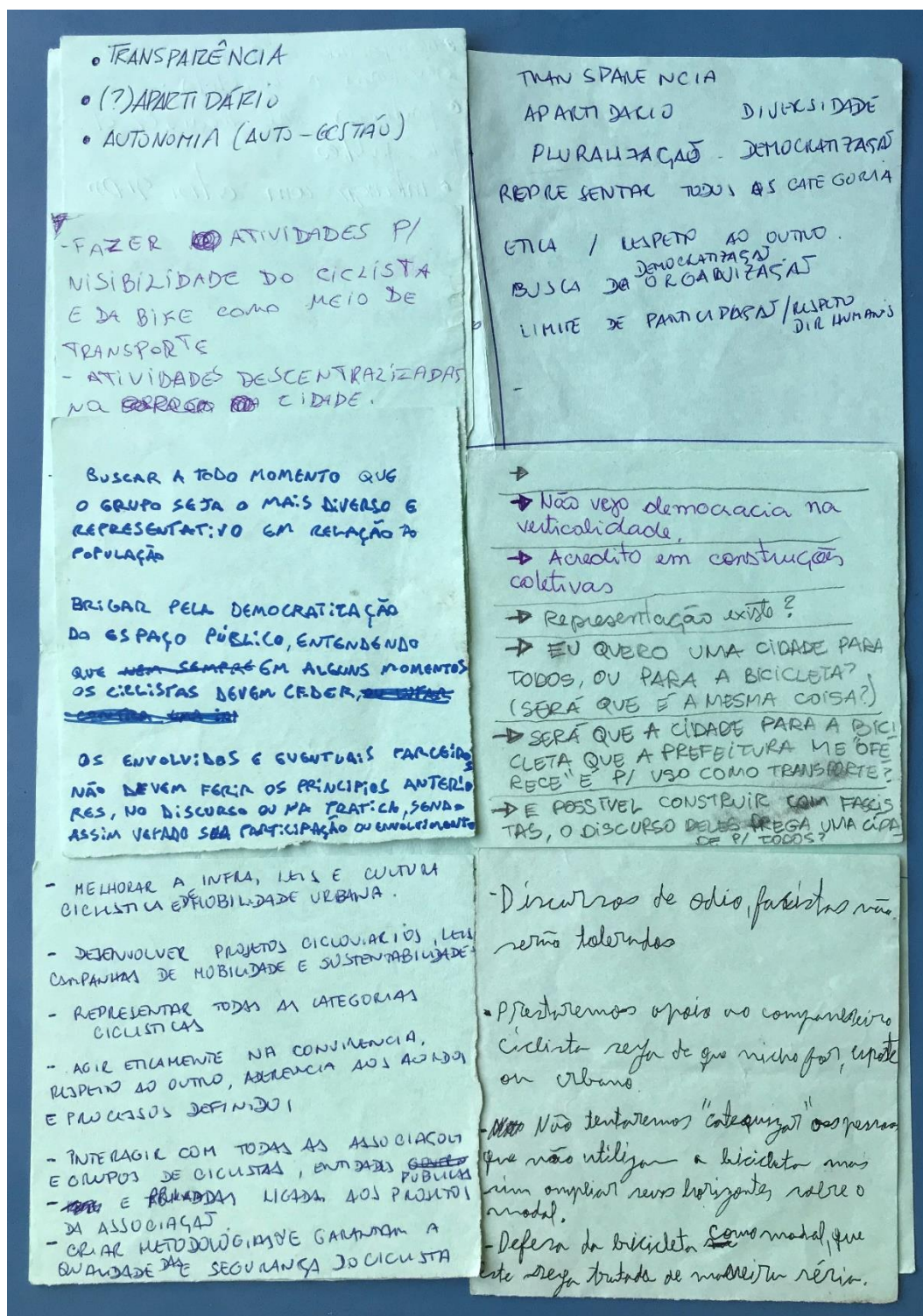


Figura 4: Esboços elaborados por participantes da sexta reunião realizada em 2016 no intuito de formular a carta de princípios do grupo.

A alusão, feita por alguns, à restrição do grupo àqueles que não firmam os princípios acordados, ou que não sejam “fascistas”, está em consonância com outro

ponto feito por Sitrin (2012, p.81-2); o autor afirma que a horizontalidade “não pode ser totalmente inclusiva, pois necessariamente depende da exclusão daqueles contra a horizontalidade”. Embora muitos participantes façam referência a uma organização “*democrática*” ou “*não vertical*”, caracterizada por “*autonomia*” e “*auto-gestão*”, nos esboços aqui reunidos, o item lexical “horizontal” não aparece explicitamente, apesar de surgir, recorrentemente, nas interações verbais. É possível que os participantes entendam o termo como controverso, devido às disputas sobre seu eventual significado, ou à dificuldade de ela ser posta em prática e, por isso, tenham optado por termos vistos como parecidos. Posteriormente, na nona cicloconversa, quando os esboços foram resgatados e lidos em conjunto a fim de elaborar a carta, a participante Camila afirma “*vamos ser claros nessa merda ponha horizontal aí não vamos botar auto-gestão não*”. Este posicionamento provoca risos daqueles presentes, sem gerar algum tipo de oposição. Após a reunião, o rascunho da carta foi então compartilhado por mim no grupo “virtual” criado para esse fim. Nela constavam os princípios seguintes:

grupo apartidário; esfera municipal; horizontalidade; encontros itinerantes; transparência; discurso de ódio não tolerado; buscar a todo momento que o grupo seja mais diverso e representativo em relação à população no que diz respeito à raça, cor, etnia, gênero, orientação sexual, classe social etc.; lutar pela democratização do espaço público, buscando um convívio harmonioso com pedestre e outros modais; os envolvidos e eventuais parceiros não devem ferir os princípios e objetivos anteriores no discurso ou na prática, sendo assim vedada sua participação ou envolvimento.

A carta, assim como a constituição de um país, pode funcionar como uma forma de autoridade no sentido elaborado por Arendt (1972), direcionando as ações do grupo. Dito isso, nessa carta, a horizontalidade é apenas elencada enquanto característica do grupo, sem maiores esclarecimentos em relação à forma pela qual ela pode ser buscada. Apesar das ações já mencionadas, as quais visavam incentivar a participação de sujeitos diversos, houve pouca discussão sobre sua possível participação plena nas discussões. Isto é, não foram estabelecidos métodos específicos a serem seguidos a fim de fomentar a almejada horizontalidade, ocorrendo apenas momentos de reflexão mais esporádicos a respeito. A tomada de decisões por votação *on-line*, por exemplo, constituía uma prática recorrente, porém, como criticaram alguns participantes, frequentemente não foi acompanhada por um debate amplo das questões envolvidas.

Considero o espaço de debate investigado neste estudo um espaço híbrido, que reúne ativistas, muitas vezes, também participantes da Massa Crítica, e cujas discussões recorrentemente recaem sobre ações que vão além daquelas possibilitadas pelo protesto, bem como a eventual formalização do grupo. Será pertinente, portanto, examinar até que ponto o grupo de debate investigado serve como um espaço crítico, em que seja possível refletir sobre as práticas emergentes tanto no ato como neste espaço discursivo, além da possibilidade destes ambientes contemplarem vozes diversas.

Tanto as plenárias como as cicloconversas contaram com uma participação significativa de mulheres, apesar de serem número menor no uso da bicicleta de um modo geral. Dito isso, sua participação efetiva, no sentido de se autosselecionar no gerenciamento de turnos, ou de incidir sobre a pauta, é uma questão que esta pesquisa se propõe a interrogar. Para os propósitos da presente discussão, apresento, a seguir na figura 5, uma postagem compartilhada no grupo “virtual” fechado, criado para os participantes das cicloconversas em 2016.



Figura 5: Postagem feita por Simone no grupo “virtual” das cicloconversas

Como pode ser observado, o texto foi postado por Simone, no dia 14 de fevereiro de 2016, e constitui um compartilhamento feito diretamente da página de outra usuária da plataforma. A esse texto, Simone acrescenta um *emoji* de piscar, sem fazer maiores intervenções. O que quero pontuar aqui não diz respeito à confiabilidade dos dados citados, mas sim à posição expressa a respeito das dificuldades enfrentadas por mulheres na tomada do piso conversacional e na articulação de suas ideias. A perspectiva veiculada na postagem não parece ter sido ou contestada, ou endossada pelos outros integrantes do grupo, apesar de ter sido visualizada pela maioria. Os poucos comentários abaixo foram feitos por mim e se referem, principalmente, ao fomento de um espaço discursivo mais igualitário. A partir da reprodução da postagem e de outros comentários feitos por Simone ao longo das reuniões, me parece que esta participante compartilha do ponto de vista expresso no texto. Assim, é possível que o compartilhamento represente uma tentativa de abrir um debate a respeito. Dito isso, as preocupações levantadas no texto, aparentam ter passado, pela maior parte, despercebidas, ou até descartadas, dado a ausência de interação com a postagem. Na análise de dados a ser apresentada posteriormente neste trabalho, a atenção voltará a estas questões, a partir de um olhar micro dedicado à negociação de papéis sociais e narrativos, de performances identitárias e da construção de significados, durante momentos selecionados das gravações feitas para esta pesquisa.

Encerro aqui a apresentação do grupo de debate objeto deste estudo – sua constituição, organização e as divergências que o caracterizam. Após a análise dos dados, as questões levantadas neste capítulo serão retomadas, no intuito de compreender possíveis relações entre as interações micro passíveis de investigação e o contexto macro aqui interrogado. No próximo capítulo, serão apresentados os pressupostos epistemológicos nos quais o estudo se fundamenta.

[I]n reality (...) there is no form, since form is immobile, and the reality is movement. What is real is the continual change of form: form is only a snapshot view of a transition.

Bergson, *Creative Evolution*

3. Os jogos da verdade⁶⁵

O presente capítulo se dedica à apresentação dos fundamentos teórico-epistemológicos que orientam a construção desta investigação e subjazem as escolhas feitas ao longo de seu percurso, tais como o objeto de estudo (as interações micro), o ponto de vista proporcionado pelo tipo de investigação proposta, e sua dimensão (auto)etnográfica. A partir disso, é proposta uma reflexão sobre as implicações éticas e políticas da pesquisa. No intuito de facilitar a leitura, os passos seguidos em consonância com esta perspectiva serão apresentados separadamente, no próximo capítulo.

3.1 Posicionamento teórico-epistemológico

O presente estudo segue uma perspectiva pós estruturalista da linguagem como ação performativa – ideia catalisadora na emergência das chamadas crises da representação e da validade (Denzin & Lincoln, 2006; Gergen & Gergen, 2006) – e a qual continua a gerar questões urgentes para a pesquisa social na atualidade. É sob esta ótica que compreendemos que “as práticas discursivas não são neutras e envolvem escolhas (intencionais ou não) ideológicas e políticas, que provocam diferentes efeitos no mundo social” (Fabrício, 2006, p.48). Isso significa que, em vez de existir uma realidade social pré-discursiva ou subjacente aos discursos, ela é construída nas interações e no texto, construções estas que são então interpretadas pelo pesquisador. Em outras palavras, a ação discursiva funda a realidade social, assim como a narrativa funda a memória, em função de cânones, expectativas sociais e contingências contextuais, e a pesquisa social faz parte, ela mesma, desse movimento. Isto é, esta investigação parte do pressuposto de que o conhecimento

⁶⁵ Termo cunhado por Foucault (1984).

construído nela, a respeito das práticas discursivas investigadas e da vida social da qual elas são constitutivas, é também um produto de processos sociais, atravessados por relações de poder.

Esta visão, de que “a ciência está nos processos históricos e linguísticos e não acima deles” (Clifford, 2016, p.32), desempenha um papel crucial na tomada de uma postura crítica não somente em relação aos processos discursivos sobre os quais a pesquisa busca lançar luz, como também aos processos discursivos envolvidos em compreender e representá-los. Para tal, a pesquisa social contemporânea enquanto prática interrogatória e problematizadora, inevitavelmente transdisciplinar, precisa se submeter “a reexame e a estranhamento contínuos não só suas construções, como também os ‘vestígios’ de práticas modernas, iluministas ou coloniais nelas presentes” (Fabrício, 2006, p.50-51).

A tradição acadêmica na qual me insiro aqui, o paradigma socioconstrucionista, interessa-se pelo modo como funcionam os enunciados a fim de compreender práticas sociais, analisando estratégias retóricas em jogo em determinados tipos de discurso. No mais, por considerar que determinadas interpretações são privilegiadas por questões político-históricas, a pesquisa social contra-hegemônica, na qual me engajo, busca produzir inteligibilidade sobre este processo e fazer circular narrativas alternativas (Biar, 2009). Consequentemente, este tipo de pesquisa se define pelo compromisso político e ético com a transformação social, ou, mais especificamente, com a desnaturalização de “situações de exclusão social em diversas áreas, causadoras de sofrimento humano” (Fabrício, 2006, p.52). Tal comprometimento também implica descartar a possibilidade de um sentido universalmente válido, por apostar em um terreno de investigação fértil, no qual convivem múltiplas interpretações possíveis. As “verdades parciais” (Clifford, 2016) que emergem de tal terreno no processo investigativo podem flutuar, sendo fortalecidas ou enfraquecidas por diversos procedimentos de representação, fruto do caminho teórico-epistemológico trilhado pelo pesquisador (Denzin & Lincoln, 2006; Gergen & Gergen, 2006; Schwandt, 2006).

Dito isso, na contemporaneidade, o construcionismo social tem sido alvo de críticas – de que pesquisas norteadas por essa perspectiva podem servir aos interesses “dos propagandistas da pós-verdade e suas agendas ideológicas” (Angermuller, 2018, p.2). Por isso, ao longo deste capítulo, busco também refletir

sobre a concepção de verdades efêmeras aqui apresentada, com a qual a pesquisa social contra-hegemônica se encontra entrelaçada, e as noções emergentes de “pós verdade” e “fatos alternativos”⁶⁶ com as quais ela colide.

3.1.1 A eleição do micro como ponto de partida da pesquisa social

É com base na perspectiva do discurso delineada acima que privilegio o micro como objeto de estudo, entendendo que a compreensão das ações humanas a qual busco é produzida e negociada no diálogo, sem existir independente disso (Schwandt, 2006). Nesse sentido, o contexto micro está imbricado com o macro, ou, de acordo com o princípio goffmaniano “a ordem interacional é também uma das modalidades da ordem social. Trabalhar sobre as interações é *in fine* trabalhar sobre a sociedade inteira” (Winkin, 1998, p.144). Mais do que isso, percebo o micro como “a única forma possível de se obter ‘insights’ sobre a sociedade global, uma vez que a ‘totalidade’ seria inapreensível ao olhar humano” (Biar, 2009, p.6). Assim, cabe ao pesquisador buscar a compreensão dessa “realidade situada” (Gergen & Gergen, 2006), observando a “constelação de traços heterogêneos” (Biar, 2009, p.12) das interações sociais em situações concretas, prezando pela natureza indexical dos sentidos construídos. Tal concepção se afasta do paradigma positivista e da possibilidade de descobrir uma realidade objetiva, tornando as narrativas pessoais, as experiências e as opiniões em dados valiosos, dignos de observação, análise e reflexão (Mendez, 2013), sem a pretensão de produzir relatos ou respostas definitivas ou universais “por compreender que elas significam a imobilização do pensamento” (Fabrício, 2006, p.60).

O enfoque conferido às interações micro em contextos específicos possibilita a identificação de construções sociais, tais como categorias identitárias – ou outras demarcações abstratas, tentativas retóricas e ideologizadas de representação – que emergem deste nível. Ao fazer escolhas metodológicas no intuito de privilegiar a escuta de vozes tradicionalmente silenciadas, torna-se possível lançar um olhar crítico sobre a negociação de *status* dos participantes da pesquisa no nível das

⁶⁶ Termo que ganhou notoriedade após ser utilizada pela Conselheira do Presidente dos Estados Unidos da América, Kellyanne Conway em 2017, ao defender a declaração de Sean Spicer, Portavoz da Casa Branca, sobre o número de pessoas que assistiram à tomada de posse de Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos. O termo remete à obra distópica de George Orwell, 1984.

interações, entendendo que as categorias sociais a eles atribuídos podem ser ora questionadas, ora reforçadas. Nesse sentido, tomo como princípio a ideia de que problematizar o pertencimento a categorias sociais e desestabilizar esses construtos é um papel da pesquisa no campo das ciências sociais (Velho, 1980). No mais, aposto na possibilidade de os atores sociais atuarem como agentes, interrogando os discursos macrosociais que os circulam e os posicionam de forma diferenciada nas interações, embora tal agência seja sempre limitada (Fairclough, 1992; Moita Lopes, 2001). Visto dessa forma, o micro se torna objeto relevante de investigações preocupadas em perceber a mudança social “não apenas no nível das grandes transformações, mas como resultado acumulado e progressivo de decisões e interações cotidianas” (Velho, 1980, p.12). Ou como defende Agha (2007), a divisa micro/macro ocorre mais por divergências epistemológicas do que por existir uma fronteira discernível entre os dois conceitos. Isso porque em sua visão, os fenômenos agrupados sob concepções abstratas como “hierarquia” ou “pós-feminismo” – o que poderia ser compreendido como noções “macro” – só podem ser estudadas a partir das atividades sociosemióticas nas quais essas noções se expressam e a partir dos processos nos quais se atribuem valor. No mais, por serem práticas em que muitas pessoas se engajam, constituem práticas sociais de larga escala, apesar de não se definirem pela nomenclatura típica de fenômenos vistos como “macro”.

3.1.2 O ponto de vista do observador participante

Em consonância com a postura epistemológica que vem sendo apresentada, esta pesquisa parte do pressuposto de que qualquer observador se torna, inevitavelmente, também um participante, uma vez que sua simples presença no ambiente já afeta o comportamento dos outros, constituindo o que Labov (1972) chamou do “paradoxo do observador”. Diante deste quadro, em vez de apostar em métodos para minimizar a intromissão no campo, a pesquisadora é aqui entendida como participante plena. Isso significa que busco aprofundar a compreensão do contexto investigado nessa condição, assumindo a impossibilidade de manter uma distância objetiva (Denzin & Lincoln, 2006).

Na presente pesquisa, minha participação se iniciou antes do estudo em si e se deu, inicialmente, por interesse próprio na mobilidade por bicicleta. Uma vez

inserida nesse contexto, foi a partir da inquietude com a possível construção de relações horizontais que a pesquisa começou a ser posta em movimento e os caminhos dela traçados. A perspectiva que trago para esta investigação, portanto, é uma de dentro que, aliada às experiências e às opiniões dos outros participantes, pode proporcionar novos ângulos de visão e profundidade de entendimento acerca da complexidade do contexto investigado. Entendo aqui que as interpretações deste contexto, seja o pesquisador de dentro ou de fora, são filtradas por sua lente subjetiva. Como já assinalado (cf.3.1), isso significa que o trabalho assume uma natureza parcial e incompleta, sendo que os entendimentos proporcionados têm um caráter aproximativo e não definitivo (Coelho, 2016; Velho, 1980).

Ao iniciar a pesquisa e assumir mais um papel social no contexto, de pesquisadora, acrescenta-se uma nova camada às relações possíveis com os demais participantes. Sendo assim, procuro refletir sobre os eventuais efeitos do desenvolvimento da investigação para a teia de relações criadas, inclusive aquelas nas quais estou imbricada. Considero estas relações dinâmicas e multifacetadas, não podendo ser facilmente categorizadas como unilateralmente hierárquicas ou não hierárquicas. Mais adiante, neste capítulo (cf.3.1.4), ao apresentar as considerações a respeito da dimensão (auto)etnográfica da pesquisa, voltarei a comentar esta complexidade, a partir de exemplos específicos do processo de construção da pesquisa.

Este processo é orientado pelo conjunto de crenças da pesquisadora: ontológicas, epistemológicas e metodológicas, as quais somam o paradigma que orienta a ação. Ou seja, é a partir desse esquema interpretativo que determinadas decisões são tomadas, desde a escolha do objeto até o modo de utilizar os resultados (Denzin & Lincoln, 2006). Tomando emprestadas as palavras dos psicólogos sociais Gergen & Gergen (2006, p.378), isso significa que os métodos selecionados também não são ideologicamente livres, mas sim “adquirem seu significado e sua importância dentro de redes mais amplas de significado”, redes estas que se unem a tradições ideológicas e éticas. Por isso, os autores (ibid) consideram que “a ciência é política por outros meios” e o investimento político do pesquisador não deve ser ocultado através de uma linguagem ostensivamente objetiva. Voltarei a este ponto mais adiante neste capítulo, ao discorrer sobre os aspectos (auto)etnográficos desta pesquisa (cf.3.1.3).

Com isso em mente, é necessário explicitar o processo da construção da

pesquisa, explorando o papel da biografia do pesquisador que atua nele, penetrando toda a compreensão e condicionando suas interpretações (Schwandt, 2006). Isso porque tal biografia não pode ser totalmente eliminada da investigação, já que nosso entendimento do outro sempre passa por nosso olhar subjetivo – não podemos “nos afastar da nossa própria pele” (Gallagher, 1992, *apud* Schwandt, 2006, p.199). Assim, “a compreensão requer o engajamento das tendenciosidades do indivíduo” (Schwandt, 2006, p.199), para que seja possível examinar “nossos preconceitos herdados historicamente e mantidos irrefletidamente e mudar aqueles que mutilam os esforços que fazemos para compreender os outros, e nós mesmos” (Garrison, 1996, *apud* Schwandt, 2006, p.199).

A escolha de privilegiar a assimetria de gênero nesta pesquisa, por exemplo, não significa que outras assimetrias não podem ser reproduzidas no contexto investigado. Esta escolha decorreu de vivências minhas no contexto da pesquisa, assim como na sociedade de um modo mais amplo. Nesse sentido, tal enfoque parte de uma visão de mundo particular e de preocupações minhas em relação a determinados construtos sociais e as formas pelas quais estes devem ser interrogados. Ciente de que minhas interpretações passam por esse olhar condicionado, busco reexaminá-las ao longo do trajeto da pesquisa, com o intuito de fomentar o diálogo a respeito.

Esse processo de questionamento no ato de fazer a pesquisa envolve o confronto com vozes divergentes, para que a autoridade tradicional do pesquisador possa concorrer com outros pontos de vista e uma visão mais ampla do fenômeno possa ser alcançada. De certa maneira, essa confluência de vozes advém da multiplicidade de valores concorrentes e, muitas vezes contraditórios, tanto dentro daqueles que acompanham nossas pesquisas, quanto dentro de nós mesmos. A noção aqui adotada, daquilo que pode ser chamado de uma “subjetividade nômade⁶⁷” (Braidotti, 1995), não somente rompe com a concepção de uma

⁶⁷ A partir desta concepção não essencialista da subjetividade, ser pesquisadora mulher não representa uma categoria homogênea ou estanque. A subjetividade é, portanto, compreendida como um terreno de experiências múltiplas, complexas e, muitas vezes, contraditórias; – ela é constituída por variáveis como classe, raça, faixa etária e orientação sexual, as quais se sobrepõem e interseccionam, nos posicionando e reposicionando na vida social. Entendo aqui que a interação e a concorrência destes eixos de diferenciação permitem que a pesquisadora aborde seus dados a partir de diferentes ângulos, por vezes, simultaneamente.

identidade autêntica ou estável, como também significa que o campo da pesquisa pode “conter multidões” – cabe, portanto, ao pesquisador permitir que os participantes deem expressão a toda esta complexidade e variedade de contradições (Gergen & Gergen, p.379-80). Posteriormente, ao apresentar o processo de geração dos dados no próximo capítulo (cf.4.1.1), explicito algumas tentativas de ouvir as participantes no que diz respeito à transcrição e à análise dos dados.

As multidões contraditórias as quais compõem o objeto da pesquisa, Richardson (2006, *apud* Denzin & Lincoln, 2006), compara à imagem de um cristal. Isso porque, quando a luz atinge o cristal, as reflexões lançam múltiplas versões de uma “realidade” refratada, a qual nunca pode ser apreendida em sua totalidade, uma vez que “nenhum método é capaz de compreender todas as variações sutis na experiência humana contínua” (Denzin & Lincoln, 2006, p.33). Ou seja, como vem sendo apontado, os fenômenos sociais podem ser conhecidos apenas por meio de suas representações. Embora a narrativa produzida pelo pesquisador possa buscar a inclusão de múltiplas perspectivas a fim de melhor compreender seu objeto, nunca conseguirá contemplar todas, ou atingir o *status* de uma versão definitiva correta.

Embora o retorno dos dados aos participantes, potencialmente, contribua para a validade da pesquisa, no sentido de ampliar seu caráter polifônico, não permite uma representação “verdadeira” dos pontos de vista destes participantes, pois dificilmente fornecerão explicações completas de suas ações ou intenções, apenas relatos. No mais, tais relatos encontram-se suscetíveis ao contexto, dirigidos a interlocutores específicos; ou seja, seus discursos não funcionam como janelas que se abrem para seus pensamentos íntimos. Afinal, a partir da perspectiva aqui adotada, não existe um sujeito ou significado “real” a ser descoberto, pois tais conceitos não são compreendidos como estáveis, mas sim construídos localmente na interação situada (Denzin & Lincoln, 2006).

A fim de contemplar outras versões daquilo que estudamos, bem como enfrentar perspectivas eventualmente divergentes, o diálogo ao qual venho me referindo também pode ser buscado dentro da comunidade acadêmica. O compartilhamento dos dados com pesquisadores para além do grupo de pesquisa permite o confronto com vozes dissonantes, bem como a reflexão sobre pensamentos por vezes enraizados em tradições distintas. Desde sua concepção, em 2016, o andamento desta pesquisa vem sendo compartilhado em diversos eventos voltados à divulgação científica. Ao longo desta caminhada, foi possível ouvir

contribuições de pesquisadores de áreas variadas, cujos pontos de vista, muitas vezes, entraram em conflito com pressupostos meus em relação ao desenvolvimento do estudo. Além disso, busquei o compartilhamento dos entendimentos proporcionados pelas análises em eventos voltados para a sociedade civil, mais especificamente, para aqueles interessados na mobilidade por bicicleta⁶⁸. Este movimento possibilitou debates diversos relativos à produção de conhecimento aqui apresentado. Assim, considero o presente texto o produto não somente de reflexões minhas sobre os dados empíricos, aliadas a postulações teóricas, como também o saldo de inúmeras discussões ao longo dos últimos anos, ainda que essa confluência de vozes seja orquestrada e mediada por mim, enquanto produtora do texto.

3.1.3 Da etnografia clássica à etnografia contemporânea: novas aproximações com os estudos discursivos

A compreensão da linguagem como entrelaçada com as práticas sociais torna a pesquisa – tanto nos estudos da linguagem, como nas Ciências Sociais – um esforço inevitavelmente transdisciplinar, fomentando o diálogo entre disciplinas acadêmicas, teoricamente, distintas. De acordo com Coelho (2016), apesar desta conversa entre sociedade, cultura e linguagem não ser nova, o advento do pensamento pós-moderno nessas áreas de conhecimento permite novas aproximações.

A pesquisa discursiva, a qual busca compreender o uso da linguagem em situações sociais específicas, muitas vezes se inspira na etnografia e na (auto)etnografia, se articulando com o campo das ciências sociais e constituindo “uma atividade intelectual prática que visa esclarecer os problemas, riscos e as possibilidades com que nos deparamos como seres humanos e sociedades, contribuindo também para a prática social e política” (Ramaekers, 2006, *apud* Frankham & MacRae, 2015, p.71). Dito isso, ela pode fazer uma contribuição mais válida ainda quando o pesquisador enfrenta “os problemas, riscos e possibilidades reais e atuais que se apresentam na *realização* do trabalho de investigação”. No processo de interpretação e reflexividade, o pesquisador oscila entre a teoria e a

⁶⁸ Como a primeira edição de “100gurias100medo” realizada em Porto Alegre no ano de 2016 e o “Bicicultura” de 2018.

experiência no fazer da pesquisa, trazendo algumas respostas e novas perguntas e, como venho argumentando, é justamente a problematização do processo interpretativo que pode trazer essas questões novas, e que possibilita futuras investigações.

Esse movimento se afasta das etnografias tradicionais que buscavam entender culturas geograficamente distantes, a partir de estudos de campo e da produção subsequente de relatos, ostensivamente, “objetivos”, destinados à descrição das rotinas e rituais dos outros pesquisados. Antropologias clássicas, como a de Malinowski (1976 [1922]), visavam convencer o leitor da imparcialidade do pesquisador e da veracidade de seu relato por meio de estratégias discursivas: descrições minuciosas do campo e o desaparecimento do etnógrafo no texto⁶⁹ contribuíram para a construção da autoridade autoral, ao suprimir a possibilidade de interpretações outras (Coelho, 2016).

Como vem sendo pontuado (cf.3.1), o pensamento pós-moderno compreende a construção do texto como um processo criativo, pois ao descrever sua relação com o objeto ou o campo investigado, os dados não falam por si. A experiência vivida não pode ser captada diretamente, ela é criada no texto escrito pelo pesquisador no processo narrativo (Denzin & Lincoln, 2006). A partir dessa visão, de que o texto não apresenta uma via de acesso à vida do outro, estudiosos da Antropologia Pós-Moderna como Clifford & Marcus (2016) têm argumentado que o texto etnográfico deve ser entendido como um gênero literário. Isso porque a natureza literária do texto – a metáfora, a figuração, ou a narrativa, por exemplo – afetam as formas pelas quais os fenômenos culturais são registrados, constituindo escolhas de representação. Mais do que isso, a produção do texto etnográfico envolve um processo narrativo duplo, pois o pesquisador trabalha com dados narrativos, contados pelos participantes como forma de organizar, construir e compreender suas experiências. A partir das interpretações dessas histórias, o pesquisador constrói sua própria narrativa, o texto. Por isso, a fim de entender a complexidade dos significados construídos, é necessário redirecionar o olhar para o modo como procuramos descrever o outro, constituindo aquilo que Coelho (2016, p.10) chamou da “política das representações”.

Tradicionalmente, as qualidades eliminadas da Ciência têm sido alocadas na

⁶⁹ Por meio do uso do sujeito indeterminado, por exemplo.

categoria da literatura, sendo esta última caracterizada por “invenções”, ou até “falsidade”, em oposição aos “fatos verdadeiros” descobertos pela Ciência. A escrita etnográfica já foi considerada a “arte” de convencer o leitor, na qual a adoção de um estilo “vívido”, por exemplo, favorece a construção da noção de “autenticidade”. Não estou argumentando aqui que o texto etnográfico não deva ser convincente, o risco, talvez, resida na apresentação dele enquanto versão única daquilo que se estuda. É nesse sentido que a visão do texto etnográfico como um gênero literário representa uma quebra de paradigma, pois ao assumir esse hibridismo, rompe com uma série de pressupostos engessados: (i) de que existe uma relação estreita entre o texto e a “realidade” cultural descrita (ii); de que existe uma distinção facilmente demarcada entre a escrita etnográfica e a ficção e (iii) de que existe uma separação entre os “fatos” apresentados no texto e as qualidades literárias do mesmo. Para Clifford (2016, p.35), tais premissas não se sustentam mais, já que “as dimensões literárias não podem mais ser compartimentalizadas tão facilmente. Elas atuam em todos os níveis da ciência cultural”.

Essa problematização também encontra voz no trabalho posterior de Gergen & Gergen (2006, p.380-4), em que propõem uma mudança do “individualismo metodológico e ideológico” para a pesquisa como processo relacional. De acordo com os autores, os textos tradicionais tendem a sustentar estruturas de privilégios, uma vez que o pesquisador escreve a partir de uma posição de “detentor de conhecimento” para um público que “não detém” tal conhecimento. No mais, como o gênero acadêmico tende a fazer com que o texto fique isolado do exame de um público mais amplo, muitas vezes, apresenta características monológicas, restringindo as possibilidades de interação com vozes diversas, a qual pode ser buscada pelos meios elencados na subseção anterior, entre outros (cf.3.1.2). Nesse sentido, a (re)imaginação do processo de redação aqui levantada encontra-se inseparável do debate sobre o fomento de práticas democráticas. Com isso em mente, inspirados na fala de Michelle Fine (1998), Gergen & Gergen (2006, p.384) indagam:

[Q]ue elementos da pesquisa qualitativa são atraentes, em termos produtivos, em relação às práticas democráticas/revolucionárias; em relação à organização da comunidade; às políticas sociais progressistas; a um envolvimento público democratizante com a crítica social?

Nesse sentido, a concepção do texto elaborado pelo pesquisador como uma “ficção” não precisa ser vista, necessariamente, como um “ataque à razão” (Denzin & Lincoln, 2006, p.22) ou à produção de conhecimento científico, mas sim como um ponto de partida para a reflexão sobre o processo de construção de conhecimento, a fim de democratizá-lo. A ficção elaborada pode se basear em exclusões sistemáticas e questionáveis, envolvendo, por exemplo, o silenciamento de vozes incongruentes, ou, nas palavras de Clifford (2016, p.38), se o processo criativo não for problematizado, os textos (auto)etnográficos podem representar “verdades construídas por meio de mentiras poderosas de exclusão e retórica”.

Se consideramos a visibilidade ampliada das pautas de grupos marginalizados um dos objetivos da pesquisa social, o processo de conferir enfoque às vozes advindas desses grupos, como mencionei anteriormente (cf.3.1), envolvendo-as mais ativamente na construção da pesquisa, talvez seja um meio para buscá-la. Desse modo, a pesquisa passa a desempenhar um papel no fortalecimento de suas lutas, provocando uma reflexão conjunta a partir da (re)interpretação de suas experiências. A inclusão de tal processo na escrita do trabalho permite a conscientização do leitor, bem como a construção de solidariedade, ao mesmo tempo em que produz inteligibilidade sobre o fenômeno (Mendez, 2013). Nesta pesquisa, o compartilhamento dos dados com os participantes priorizou ouvir as opiniões daqueles oriundos de grupos sociais menos privilegiados. No próximo capítulo (cf.4.1.1.3), falarei mais sobre isso.

Tal empreitada se assemelha àquilo concebido por Cameron et al (1993) como o “paradigma de empoderamento” – definido pelos autores a partir de três critérios: (i) o reconhecimento das pautas dos participantes; (ii) o uso de métodos interativos e (iii) o compartilhamento de conhecimento especializado. Gergen & Gergen (2006, p.376), por sua vez, denominam tal tipo de iniciativa a “pesquisa da capacitação”, a qual, segundo esses autores, se caracteriza como uma investigação em que o pesquisador “oferece suas habilidades e seus recursos a fim de auxiliar os grupos a desenvolverem projetos de interesse mútuo”. Nesse sentido, como apontam Cameron et al (1993), é possível que o pesquisador também siga sua própria agenda, desde que seja compartilhada com os participantes.

Os objetivos desta pesquisa foram compartilhados com os participantes antes do início das gravações, porém seu envolvimento na construção da pesquisa foi aquém daquilo que pode ser considerado uma pesquisa de capacitação. Talvez isso

tenha ocorrido dado a natureza efêmera dos encontros investigados – as reuniões, objeto desta pesquisa, se encerraram ainda no primeiro ano do doutorado. Embora algumas das participantes mulheres pareçam ter compartilhado dos incômodos que levaram ao desenvolvimento da pesquisa, estas pessoas optaram por se envolver em outras iniciativas para além das cicloconversas e da Massa Crítica, se engajando, por exemplo, na criação de espaços voltados para mulheres. Já eu me dediquei a busca de uma compreensão mais aprofundada daquele espaço já esvaziado, com as quais outras pessoas não comunicam mais tanta preocupação. Além disso, a falta de costume com uma pesquisa deste tipo pode ter causado estranhamento, gerando interpretações conflitantes em relação aos pedidos de envolvimento, ou à não priorização destes.

Em uma roda de conversa ocorrida, posteriormente, em 2018, a participante Clara reflete sobre os possíveis motivos pelo esvaziamento dos espaços e postula “*como todo mundo tem sempre alguma coisa para fazer na vida né a questão mesmo é do que você prioriza né*”. De certa forma, Clara faz alusão à natureza cíclica das atividades em prol da mobilidade por bicicleta, devido, parcialmente, às disputas que caracterizam os espaços. Ao mesmo tempo, a afirmação dela aponta para outro eventual motivo pela falta de engajamento na pesquisa – talvez os participantes simplesmente não tenham priorizado este envolvimento tal qual eu priorizei, por terem redirecionado sua atenção a compromissos e preocupações outras⁷⁰. O mergulho em profundidade do qual a pesquisa social necessita dificilmente acompanha a velocidade das interações na era digital, ou das subsequentes mudanças nas configurações dos grupos sociais. Isso não significa que o interesse dos participantes nas questões levantadas não possa ser ressuscitado posteriormente, devido a esse caráter cíclico.

A contribuição de uma pesquisa desta natureza está no que a história, isto é, o texto construído pelo pesquisador, diz sobre a vida social. Sendo assim, como vem sendo apontado, uma investigação que procura desestabilizar assimetrias e injustiças perpetuadas por práticas sociais precisa, impreterivelmente, estar atenta à reprodução das mesmas no processo de construção do estudo e do texto – do mesmo modo que a pesquisa busca desconstruir determinadas categorias sociais,

⁷⁰ A maioria das participantes não eram mães na época em que o estudo foi realizado, porém, ainda podem se encontrar sobrecarregadas por trabalho doméstico devido às expectativas sociais generificadas e, por isso, encontrar menos tempo para questões relativas à sua militância.

ela pode reforçar outras (Coelho, 2016). Ao focalizar, por exemplo, a manifestação discursiva de assimetrias de gênero, é possível que a pesquisa colabore com a produção de uma ficção homogeneizante da categoria de “mulher”, ao mesmo tempo em que questiona a noção binária de gênero e os papéis socialmente construídos e atrelados a estas categorias. Afinal, como afirma Clifford (2016, p. 33), a etnografia “descreve processos (...) de estruturação e faz parte, ela mesma, desses processos”.

De acordo com Walford (2004, *apud* Mendez, 2013), a pesquisa social tem um compromisso com a apresentação de reivindicações organizadas, com base em dados empíricos, como a reprodução minuciosa de conversas que se desenvolvem no campo, em vez de simples relatos. Observações anotadas em um diário de campo possibilitam a compreensão de regras sociais, por vezes implícitas, de um dado contexto. Posto isso, a fim de “agarrar firme a comunicação” (Winkin, 1998, p.129) daquele contexto, advogo, nesta tese, pela necessidade de ir além do estudo de campo, voltando a atenção às práticas discursivas a fim de proporcionar um mergulho profundo na dinâmica das interações. Nesse sentido, a pesquisa discursiva apresenta uma possível contribuição aos estudos (auto)etnográficos, pois além de descrições e (auto)reflexões a partir das observações no campo, busca-se a compreensão do contexto estudado com base em dados empíricos gravados, das interações entre os participantes, posteriormente transcritas e analisadas. Nesse sentido, a investigação a qual adentra as práticas discursivas de uma determinada comunidade pode constituir o que Clifford (2016, p.45) denomina uma “escuta etnográfica”: em vez de simplesmente ler a “realidade”, ela busca ouvir os participantes, para que seja possível interpretar os significados construídos em suas interações, permitindo entendimentos mais aprofundados do contexto estudado.

Essa multiplicidade de métodos, ou “*bricolagem*”, confere fôlego, complexidade e riqueza às descrições dos dados (Denzin & Lincoln, 2006; Frankham & MacRae, 2015). Sobretudo, ao reunir métodos diversos em sua construção, a pesquisa transdisciplinar tem por objetivo compreender, de forma mais ampla, não somente a complexidade envolvida nos fenômenos sociais, como também seus desdobramentos políticos” (Fabrício, 2006, p.58). O processo de geração dos dados a partir de múltiplos métodos será descrito no capítulo a seguir, enquanto a próxima subseção se dedica a reflexões sobre a dimensão (auto)etnográfica da pesquisa.

3.1.4 A pesquisa de inspiração (auto)etnográfica: o colapso do binário sujeito/objeto

Este estudo apresenta uma dimensão (auto)etnográfica, uma vez que, conforme já apontado (cf.3.1.2), pesquisei um ambiente em que minha participação se iniciou aproximadamente um ano antes da investigação, além de ter ocorrido por motivos independentes dela. Inicialmente, os objetivos, enquanto ativista e pesquisadora se misturaram. Porém a partir dos questionamentos desencadeados pela iniciação da investigação – a respeito da potencialidade transformadora do espaço – o interesse próprio em participar das reuniões diminuiu. Nesse sentido, a permanência nas reuniões após o surgimento de novas percepções do espaço, se deu em função, principalmente, dos objetivos da pesquisa.

A (auto)etnografia emerge durante a “crise da representação” (cf.3.1) como uma tentativa de dar mais ênfase para a forma pela qual o pesquisador interage com a cultura investigada, a partir do entendimento de que ela desempenha um papel na construção da pesquisa. A (auto)etnografia se torna um método de investigação possível quando descartamos a premissa de uma “distância mínima”, que garantiria neutralidade ou olhos imparciais. Nesse tipo de pesquisa, assim como na etnografia contemporânea, assumimos que a “realidade” será sempre filtrada pelo ponto de vista do pesquisador e, assim, as interpretações guiadas por sua lente ideológica e seu contexto sociocultural e histórico. Ou seja, o processo de construção de conhecimento sobre a vida social, necessariamente, implica um grau de subjetividade, o qual não é mais visto como intruso na pesquisa, já que ele integra o próprio projeto de conhecimento da alteridade (Coelho, 2016).

Na contemporaneidade, talvez seja difícil traçar fronteiras estáveis entre a (auto)etnografia e a etnografia. Tradicionalmente, a (auto)etnografia se diferenciava por representar o colapso do binário sujeito/objeto, isto é, da separação presumida entre o pesquisador e o objeto de estudo. Dito isso, a etnografia contemporânea tem trilhado um caminho parecido (ver, por exemplo, Albuquerque, 2019). Na (auto)etnografia, o investigador “explora em profundidade os aspectos nos quais suas histórias pessoais saturam a investigação”, incorporando sua voz ao trabalho em uma forma de auto exposição, por entender que “confrontar o mundo a cada momento é o mesmo que confrontar o eu” (Gergen & Gergen, 2006, p.369-70). A partir desta perspectiva, o grau de familiaridade com o “objeto” de estudo só

representa um impedimento se não for relativizado e objeto de reflexão. As opiniões do pesquisador sobre as características dos participantes, por exemplo, são essenciais para interpretar as interações estudadas. O aspecto reflexivo da (auto)etnografia disponibiliza oportunidades para o reexame dessas opiniões ao longo da pesquisa, embora sejam sempre informadas pelo olhar subjetivo do pesquisador, como vem sendo pontuado (cf.3.1.2).

Ao aceitar o envolvimento do pesquisador com o contexto como inevitável, a (auto)etnografia mostra-se vantajosa em vários aspectos. Primeiramente, ela representa uma ferramenta para analisar a vida humana que não requer o mesmo investimento de tempo que a etnografia – pôr-se no lugar do outro exige um mergulho em profundidade, porém na (auto)etnografia o pesquisador já está mergulhado no contexto que estuda. Como postulam Frankham & MacRae (2015, p.71), fazer etnografia ou observação participante “significa exatamente tentar se tornar (parcialmente) em alguém ‘de dentro’”. Na (auto)etnografia, o estudo se inicia dessa posição “de dentro” e a partir dessa visão o pesquisador busca questionar seu ambiente, as normas que o regem e suas relações com o contexto macro, a fim de aprofundar sua compreensão de um fenômeno ou de uma dada cultura, enquanto participante (Mendez, 2013; Velho, 1980).

Além disso, a (auto)etnografia auxilia a desestabilização das relações de poder pesquisador/pesquisados, enraizadas nas etnografias clássicas sobre culturas distantes, como já mencionado. O estudo de um ambiente familiar e geograficamente próximo possibilita que as interpretações do pesquisador concorram com outras na sociedade e que assim, sejam questionadas. Ou, nas palavras de Velho (1980, p.44-5)

[A]o estudar o que está próximo, a sua própria sociedade, o antropólogo (sic) expõe-se, com maior ou menor intensidade a um confronto com outros especialistas, com leigos e até, em certos casos, com representantes dos universos que foram investigados, que podem discordar das interpretações do investigador.

Como vem sendo discutido, o confronto com diferentes versões e múltiplas interpretações – possibilitado pelo estudo do familiar, oferece vantagens em termos das possibilidades de rever e enriquecer os resultados das pesquisas, a fim de observar a complexidade do contexto estudado.

Conforme apontado no início deste capítulo (cf.3.1.2), as relações

pesquisador/pesquisados encontram-se entrelaçadas com as diferentes posições que ocupamos na vida social. Por exemplo, eu, enquanto mulher, em um contexto em que participam poucas mulheres e a masculinidade hegemônica pode prevalecer nas performances identitárias valorizadas, me encontro em uma posição subordinada⁷¹. Posto isso, enquanto pesquisadora e produtora do texto sobre tal contexto, me encontro em uma posição de poder, uma vez que construo a pesquisa a partir de meu próprio sistema de crenças. A entrada no campo enquanto participante por si só produz mudanças na conduta dos outros (Labov, 1972), já a iniciação da pesquisa (auto)etnográfica introduz mais uma camada de intersubjetividade, de pesquisadora/pesquisados, desestabilizando novamente as relações construídas, e possibilitando novas configurações.

A título de exemplo, apesar do poder inerente na representação dos outros ao produzir a presente tese, ao longo do trabalho de campo, os demais participantes do estudo se engajaram em discussões a respeito da realização da pesquisa. Nessas interações, apareceram diversas sugestões, tais como: o melhor método para a obtenção de qualidade nas gravações; possíveis meios para renomear os participantes (a partir de letras, por exemplo), bem como as questões éticas envolvidas em tal processo, apesar de estas contribuições não terem sido explicitamente solicitadas nos momentos em que foram proferidas. Reproduzo a seguir, uma postagem minha feita no grupo “virtual” dedicado à organização dos debates presenciais, em relação à possível alteração dos nomes dos participantes para os fins da pesquisa. Minha intenção, ao fazer a postagem, era obter a autorização do uso dos dados por escrito, além do uso do nome próprio ou não. No entanto, como pode ser visto na figura 6, a seguir, Paulo acrescenta uma opinião no que tange a possíveis questões éticas envolvidas na alteração dos nomes.

Como pode ser observado, na minha postagem original, não compartilhei minha visão das repercussões envolvidas na eventual mudança dos nomes. A escolha de me limitar a uma postagem mais breve se deu em função, pelo menos parcialmente, de um desejo que os participantes a lessem e interagissem. Além disso, tendo a apostar na interação presencial para tal tipo de reflexão, por

⁷¹ De acordo com contagens feitas pela ONG Transporte Ativo: <http://transporteativo.org.br/wp/producoes-ta/relatorios/>, o uso da bicicleta enquanto meio de transporte é uma atividade predominantemente masculina no Rio de Janeiro. A porcentagem de ciclistas mulheres varia entre 30% na orla de Copacabana e 4% no Centro da Cidade, segundo pesquisas feitas em 2014 e 2012, respectivamente.

considerá-la mais produtiva.



Figura 6: Postagem feita no grupo das cicloconversas a respeito do uso dos dados.

Embora a postagem solicite apenas uma resposta do tipo sim/não, nos comentários de Paulo abaixo, o participante veicula um posicionamento a respeito, elencando possíveis vantagens e desvantagens, a partir de exemplos da psicologia. Ao citar pesquisas acadêmicas, Paulo parece reivindicar conhecimento e autoridade

sobre o assunto – as questões pertinentes aos aspectos metodológicos de uma pesquisa acadêmica e, de certa forma, ele inverte, mesmo que seja temporariamente, o que tende a ser uma relação mais convencionalmente assimétrica de pesquisadora/pesquisado. Destaco esse dado de campo, típico das interações, por considerá-lo crucial para a interpretação dos dados gravados e transcritos a serem analisados nos capítulos 5 e 6. Apesar de Paulo ter iniciado o debate sobre as repercussões, participante algum expressa uma preocupação com a descontextualização e a (re)contextualização dos dados, assim como sua interpretação, a partir da transcrição e análise. Simone adverte sobre o risco de o grupo ser criminalizado, porém tal inquietação não desencadeia reflexão alguma sobre a reprodução dos dados em outros contextos, como no grupo de pesquisa, em aulas, em eventos acadêmicos, ou naqueles voltados para a sociedade civil, embora tal reprodução seja sinalizada na postagem. Gustavo, por sua vez, solicita que seu nome seja substituído por um nome feminino. Este pedido sugere que, apesar dos objetivos da pesquisa terem sido comunicados aos participantes – isto é, de que busca interrogar a eventual construção da horizontalidade a partir de suas práticas discursivas – a possibilidade de as assimetrias de gênero, por exemplo, se tornaram um eixo de análise, bem como as consequências disso para a reprodução, interpretação e análise de suas falas, é mais dificilmente contemplada por este participante.

As repercussões decorrentes da complexidade das relações pesquisador/participantes se tornam uma questão primordial na (auto)etnografia e na etnografia contemporânea, ocupando um lugar central nas discussões epistemológicas desenvolvidas ao longo dos relatos de pesquisa. Isso porque a (auto)etnografia, assim como a etnografia, possui uma dimensão autobiográfica (cf.3.1.2), porém ela se distingue da autobiografia no sentido de que ela envolve múltiplas camadas de consciência que conectam o pessoal ao cultural, sendo uma prática não apenas de escrever sobre as experiências, mas sim de adotar uma postura crítica a respeito, examinando as relações de poder que atravessam a montagem do texto (Coelho, 2016; Mendez, 2013). Na próxima e última seção, a seguir, busco refletir sobre as implicações ético-políticas desta pesquisa, a partir das questões que vem sendo apresentadas.

3.2 Implicações éticas e políticas da pesquisa

Esta pesquisa se preocupa não apenas em oferecer explicações dos fenômenos identificados, como também em dismantlar estruturas injustas. Assim, ela se opõe à etnocentricidade das etnografias tradicionais, elaboradas pelo observador solidário, dotado de autoridade, tipicamente masculino, branco e europeu, cujas narrativas reforçavam construtos coloniais e foram apresentadas como uma singela verdade (ver, por exemplo, Malinowski, 1976 [1922]). Conforme já discutido, a visão construcionista, norteadora desta investigação, rompe com a ideia de um cientista “a quem cabe desvelar uma verdade sobre o mundo” (Biar, 2009, p.9). Pelo contrário, a realidade social é aqui concebida como construída discursivamente por atores sociais motivados por interesses políticos e ideológicos, cuja agência é, simultaneamente, restringida por contingências macrossociais. Como consequência, este estudo compactua com a crença de que “vivemos em uma sociedade injusta e não podemos ser neutros perante o que desejamos transformar” (ibid, p.10). Portanto, esta pesquisa assume um compromisso ético com a transformação social, buscando criar inteligibilidade sobre os processos discursivos subjacentes que sustentam, legitimam e naturalizam a organização hierárquica da sociedade. Para tal, em vez de estudar sujeitos “passivos”, busca envolver os participantes, dialogando com vozes tradicionalmente silenciadas, por entender que algumas versões da “verdade” já têm circulação ampla, enquanto outras precisam ser urgentemente ouvidas e reconhecidas (Sousa Santos, 2007).

Como uma das preocupações que consta na agenda deste tipo de pesquisa é a desnaturalização de papéis sociais convencionais atrelados a relações assimétricas, nem todas as interpretações são consideradas igualmente válidas – as válidas seriam aquelas que se comprometem com a desconstrução de práticas sociais injustas (Schwandt, 2006). Por esta razão, de acordo com a proposta de Sousa Santos (2007), a priorização destas vozes, tradicionalmente excluídas ou marginalizadas, objetiva valorizar “os saberes exilados dos centros hegemônicos de produção de conhecimento” (Biar, 2009, p.15), tendo por intuito

movimentar o ângulo de observação do centro (isto é, dos países desenvolvidos e dos discursos e epistemes ocidentais neles produzidos) para as franjas do sistema globalizado, para as organizações invisíveis, para as periferias, para as formas de ser consideradas subalternas ou inferiores (Fabrício, 2006, p.51).

Tal movimento visa a disseminação e a compreensão de diferentes formas de percepção e de organização de experiência “não comprometidas com lógica e sentidos históricos viciados” (ibid, p.52). No mais, por entender que os valores diferenciados atribuídos às práticas discursivas associadas a determinados grupos sociais constituem um “capital simbólico” (Bourdieu, 1977) desigualmente distribuído na sociedade, o enfoque conferido às opiniões e às experiências de grupos sociais menos privilegiados objetiva redistribuir tal capital, por conceber a redistribuição e o reconhecimento como inextricavelmente entrelaçadas (Fraser, 2002).

Esta noção de validade implica permanecer atento ao fato de que as instituições acadêmicas propriamente ditas, responsáveis pela geração de conhecimento, também funcionam como fontes de autoridade. Como pontua Foucault (1978), à medida que as descrições, explicações e diagnósticos das disciplinas acadêmicas disseminam-se através da educação e outras práticas, elas ampliam o potencial do domínio da subjugação. Em sua defesa, a pesquisa nas ciências sociais tende a seguir caminhos contra-hegemônicos, criticando as instituições de governo, o controle econômico, as instituições educacionais, a mídia, e assim por diante. Nesse sentido, é possível que funcione como uma força de resistência, desde que ela não “transform(e) em discurso disciplinar as realidades do senso comum, não inspecionados da cultura” (Gergen & Gergen, 2006, p.376). De certa medida, é a partir da postura crítica tomada, bem como a transparência em relação a seus modos de produzir conhecimento, que a pesquisa social busca redefinir a noção de validade científica. Tal compromisso significa a manutenção de um diálogo aberto, seja ao longo do texto ou por outros meios, sobre como a validade situada é conquistada, mantida e subvertida; ou seja, através de que meios diferentes pesquisadores chegam a diferentes noções de validade e diferentes representações de determinados fenômenos.

A preocupação com a validade, a qual surge a partir do momento em que admitimos a impossibilidade de “alegar a legitimidade da verdade através do método observacional” (Gergen & Gergen, 2006, p.378-9), vem se tornando uma questão cada vez mais urgente perante o conflito entre diferentes concepções “do bem”, as quais correm o risco de serem transformadas em retórica. Essa disputa, sobre o que constitui o hegemônico, tem catalisado um movimento ciente da “dificuldade, cada vez maior, de traçar limites sólidos entre ‘norma’ e ‘desvio’”,

defendendo, diante desse impasse “o questionamento ético de todas as práticas sociais, inclusive as da própria pesquisa, e da relevância e responsabilidade sociais dos conhecimentos produzidos” (Moita Lopes, 2004, *apud* Fabrício, 2006, p.51).

O embate sobre aquilo que adquire o *status* da norma social em um determinado contexto se dá, em parte pela compreensão de que essas normas não são estáticas, mas sim mutáveis. Tal flutuação significa que a noção da “torre de marfim”, o edifício distante e inabalável o qual habitamos, demanda substituição por outra metáfora que traduza a pluralidade e a dinamicidade que a produção de conhecimento científico necessariamente implica. A fim de melhor compreender essas aparentes contradições da ciência moderna, podemos recorrer à metáfora alternativa proposta pelo filósofo Nietzsche (1999 [1873]). Na sua concepção, a ciência se assemelha a uma “delicada teia de aranha sobre a correnteza de um rio, firme em sua fragilidade, apesar de assentado sobre um solo movente” (Nietzsche (1999 [1873]) *apud* Fabrício, 2006, p.53).

Sendo assim, embora o reconhecimento da instabilidade, de certa forma, desestabilize a autoridade convencional da academia, ela precisa ser vista não como a abertura para um “vale tudo”, ou até a legitimação daquilo que fere as práticas democráticas, mas sim, como uma oportunidade para a reflexão sobre o processo epistemológico. Afinal, as críticas dos meios de fazer pesquisa social não têm por objetivo a proposta de outro paradigma mais “verdadeiro”, mas sim apontar inconsistências e incoerências internas, ao desconfiar de sistemas explicativos coesos (Fabrício, 2006; Gergen & Gergen, 2006).

Quando adotamos a perspectiva foucaultiana, de que a realidade é um efeito em vez de um dado, e que a ideia de poder é produzida por “regimes de verdade” que normatizam e normalizam a vida social, legitimando determinadas formas de vida e outras não, nosso interesse recai, necessariamente, sobre a forma como esses significados são produzidos, examinando tal processo em contextos específicos. Como já se disse, ao lançar um olhar crítico sobre a produção de significados, as instituições acadêmicas e suas diferentes áreas de conhecimento também constroem e divulgam discursos que produzem o efeito de verdade. Dessa forma, ao tomar emprestadas as palavras de Fabrício (2006, p. 62), aposto “nos descaminhos e na desaprendizagem de qualquer tipo de proposição axiomática como um refinamento do processo de conhecer”. Por isso, o movimento aqui proposto significa tornar explícito o processo de produção de conhecimento, entendendo o efeito da realidade

como um sistema aberto, feito e refeito em nossas práticas discursivas. Dessa forma, podemos apresentar nossos trabalhos

como fabricação de “edifícios” móveis, cujos “alicerces” líquidos não permitem a solidificação do conhecimento “erguido”, seu esgotamento ou o alcance de um alvo certo. A mobilidade permite a proliferação, a ampliação e multiplicação de perspectivas (ibid, p.60).

Esse mesmo pensamento igualmente fornece um ponto de partida para pensar o hegemônico, compreendido, nesta tese, como significados cristalizados ou fixos, e cuja construção deve ser buscada na “rede complexa e intrincada de conexões dentro de um solo histórico, econômico, político e sociocultural” (ibid).

A ideia de um tema evanescente levanta ainda outras questões para a pesquisa – sem a possibilidade de um objeto fixo ou estável, a relevância da investigação é novamente colocada em xeque. Conforme já comentado (cf. 3.1.3), a compressão do espaçotempo na contemporaneidade, e a aceleração da vida social em um mundo globalizado de um modo geral, produz uma série de contradições – ao mesmo tempo em que advogamos pelo estudo em profundidade, percebemos que aquilo que estudamos encontra-se em desenvolvimento constante, capaz de se transformar antes da publicação do estudo. No mais, a investigação social altera esse fluxo, sendo necessário, assim, buscar espaços de diálogo ativo, os quais o advento da internet, de algum modo, fomenta. Tal fenômeno, inicialmente visto como um meio que pudesse fomentar as práticas democráticas, tem também produzido inúmeras questões em torno delas. A formação dos mais diversos grupos *on-line*, os quais são essencialmente centrípetos, estimula a participação de um círculo relativamente fechado de significados reiterativos, sem se empenhar em produzir diálogos. Essas “bolhas”, as quais produzem o efeito de “câmara de eco”, apontam para a necessidade de a comunidade de pesquisa criar recursos que fomentem a troca de ideias *on-line* entre pensamentos divergentes (Gergen & Gergen, 2006). Ao longo do percurso dessa pesquisa, o compartilhamento dos entendimentos se deu principalmente no dito mundo “presencial”, o que não significa que esses mesmos entendimentos não podem ser objeto de debate, posteriormente, no dito mundo “virtual”.

Se “nossas construções devem objetivar uma vida melhor” (Fabrício, 2006, p.62), a pergunta que não se cala é “melhor para quem?”. Como já assinalado, os

defensores da bicicleta tendem a pertencer a uma monocultura. Dito isso, a presença de mulheres nos debates objeto micro desse estudo, ainda que sejam das camadas mais privilegiadas da sociedade, possibilita que a pesquisa priorize a escuta de suas vozes, conferindo enfoque à análise de suas práticas narrativas. A partir disso, o estudo busca identificar práticas discursivas eventualmente entrelaçadas com a construção de relações mais assimétricas/simétricas, a fim de estimular debates sobre a participação de grupos minoritários nos movimentos sociais contemporâneos no sentido geral.

Mesmo munida de uma pauta contra-hegemônica, é fundamental lembrar que a pesquisa social é uma prática que “envolve compromissos morais e políticos” (Schwandt, 2006, p.207), uma vez que as compreensões do pesquisador, do que outros estão fazendo, passam a circular na esfera pública. “[A]s questões morais nascem do fato de que uma teoria de conhecimento é amparada por uma determinada visão da atividade humana” (ibid). Isto é, a visão do pesquisador. Sendo assim, precisa se atentar para possíveis consequências políticas, sociais e econômicas da circulação desses relatos tanto na “sociedade do observador” quanto na “sociedade do observado” (Coelho, 2016, p.10). Nesse sentido, é imprescindível manter em mente o fato de que todos os participantes são leitores em potencial e não deveriam constar no texto observações que não seriam feitas na sua presença. Afinal, o entendimento do texto como um gênero narrativo significa que o narrador, nesse caso a pesquisadora, apresenta-se, quase patologicamente, em uma luz favorável (Goffman, 1959). Por isso, a pesquisa precisa recorrer a uma “ética de *accountability*” (Mendez, 2013, p.283), tornando visíveis os processos envolvidos na sua elaboração.

Ao renunciar a alegada onisciência do pesquisador e sua autoridade tradicional, a pesquisa social também assume a natureza efêmera do conhecimento construído. Isso não diminui a importância de seu papel na busca pela compreensão da atividade humana, mas sim a aumenta, pois, novas pesquisas sempre serão necessárias a fim de avançar a inteligibilidade da vida social. Portanto, o compromisso com a transformação social parte do pressuposto de que a sociedade é um projeto, produzido por todos em conjunto, e a pesquisa faz parte de tal projeto. Sobretudo, tendo por objetivo o questionamento das relações assimétricas produzidas na sociedade, é preciso iniciar esse processo a partir de uma reflexão crítica sobre nossas próprias práticas e as relações construídas no desenvolvimento

de nossas pesquisas, entendendo que, nesse tipo de investigação, como sublinhado por Sacks “a marginalidade é a única posição digna”. Sendo assim, a construção de relações menos hierárquicas na realização da pesquisa representa um começo produtivo.

Finalmente, ao assumir a natureza posicionada do conhecimento produzido, é crucial refletir sobre possíveis injustiças mais dificilmente identificadas pelo pesquisador, devido à sua biografia e ao seu contexto sociocultural. Como já apontado (cf.3.1.2), o destaque conferido às assimetrias de gênero no processo analítico decorre de experiências próprias e de uma forma única de viver e interpretar o mundo. Esta pesquisa não objetiva capturar todas as versões da realidade, ou compreender todas as possíveis assimetrias criadas nas interações investigadas. Isso significa que outras pesquisas serão necessárias a fim de preencher estas lacunas, assim como ampliar o entendimento das questões aqui levantadas, a partir de olhares diversos. Essa tese não encerra as questões, mas sim se insere no diálogo a respeito delas, neste processo dinâmico e inacabado que é compreender a ação humana.

Mas cê vai começar a gravar agora?

Já começou!

Boa tarde senhores, nós estamos aqui na cicloconversa aqui no celular da Naomi.. vamos parar de falar besteira

Interação entre Joaquim e Gustavo, *cicloconversa 7*

4. Deslocamentos de uma pesquisa em terreno movediço

Neste capítulo, descreverei os procedimentos metodológicos adotados em consonância com os fundamentos teórico-epistemológicos apresentados no capítulo anterior. A primeira seção discute a geração dos dados e a delimitação do campo, abordando as possíveis relações entre as reuniões presenciais, espaços *on-line* e o diário de campo. Após isso, na segunda seção, apresento o recorte feito para os fins de análise e sua organização. Finalmente, a terceira seção se dedica a uma caracterização dos participantes que aparecem nas gravações, bem como nos dados (auto)etnográficos nos quais também me apoio para as análises realizadas. Ao descrever o caminho metodológico aqui trilhado, busco refletir sobre algumas das questões apresentadas no capítulo anterior e suas implicações para o processo epistemológico.

4.1 Procedimentos de pesquisa

Seguindo as orientações teórico-epistemológicas apresentadas no capítulo anterior, esta pesquisa se preocupará com as práticas discursivas e interacionais dos participantes das cicloconversas, gravadas, transcritas e analisadas conforme os procedimentos a seguir neste capítulo. Ao entender o processo de elaboração dessa pesquisa como uma *bricolagem*, ou seja, como o saldo das diferentes escolhas tomadas ao longo de seu percurso, busco adotar uma postura crítica em relação a elas. Para Denzin & Lincoln (2006, p.18-20), esta “*bricolagem* consciente”, pode contribuir para uma representação que contempla a complexidade do objeto. Os autores identificam cinco tipos de *bricolagem* principais: (i) a *bricolagem* metodológica, a qual reúne diferentes procedimentos metodológicos e processos de geração de dados, tal como o alinhamento das transcrições às reflexões anotadas no

diário de campo; (ii) a *bricolagem* teórica, pela qual entende-se a junção de diferentes perspectivas teóricas as quais possibilitam múltiplas leituras dos dados; (iii) a *bricolagem* narrativa, que diz respeito à ciência de que a produção do texto se assemelha ao processo narrativo no qual o texto construído sobre os dados selecionados é editado e costurado até construir coerência; (iv) a *bricolagem* política, a qual significa estar ciente das relações de poder envolvidas na produção de significados, assim como suas implicações políticas, assumindo um compromisso cívico a respeito e (v) a *bricolagem* interpretativa, a qual se refere à criação de um conjunto de representações mutáveis e interligadas, ao levar em consideração as múltiplas perspectivas possíveis. Sendo assim, ao descrever os passos da pesquisa e suas implicações, reflito também sobre a busca pela produção de uma bricolagem consciente.

4.1.1 Geração dos dados e delimitação do campo

Uma descrição do contexto urbano contemporâneo do qual nascem as lutas pela mobilidade ativa se encontra no segundo capítulo deste trabalho, situando os encontros analisados em relação à Massa Crítica do Rio de Janeiro, manifestação local do movimento mundial de mesmo nome, a qual se encaixa no contexto mais amplo dos movimentos sociais contemporâneos. Conforme já delineado (cf. 2.3), minha participação nas iniciativas voltadas à mobilidade por bicicleta no Rio de Janeiro iniciou-se em maio de 2014 quando conheci os espaços “virtuais” e presenciais da Massa Crítica da mesma cidade. Ao longo de 2014 e 2015 participei dos atos mensais da Massa Crítica e, no começo de 2015, com o surgimento das plenárias da Massa Crítica, passei a participar também destes espaços de debate presenciais, inicialmente por interesse próprio na mobilidade por bicicleta. A partir da quarta plenária realizada em 2015, com a autorização dos demais, iniciei as gravações para os fins da pesquisa. Participei das cicloconversas ao longo de 2016 e as gravei desde o início.

No segundo capítulo, descrevi o surgimento da primeira plenária, além de levantar algumas questões a respeito de sua organização e configuração, as quais julguei relevantes para a discussão proposta nesta tese. Esta seção versa mais especificamente sobre o processo de delimitação do campo desta pesquisa, o qual contempla: a participação nas plenárias de 2015; as cicloconversas ocorridas em

2016, nas quais as gravações a serem analisadas foram realizadas, bem como as interações que se desenvolveram nos espaços de debate “virtuais”, a serem descritas a seguir. A busca pela compreensão dos fenômenos identificados nestes espaços também leva em consideração as anotações feitas no diário de campo, assim como tentativas posteriores de inclusão das opiniões dos participantes neste processo. Considero o campo uma construção minha, delimitada a partir de decisões minhas a respeito daquilo que pode contribuir para o entendimento das questões aqui levantadas. Sendo assim, nesta seção, além de caracterizar os diferentes espaços elencados para constituir o campo, explico o processo de produção deste recorte e as considerações envolvidas nele.

4.1.1.1 Reuniões presenciais e espaços “virtuais”

Os fragmentos transcritos e analisados para os fins desta tese advêm das cicloconversas realizadas ao longo de 2016, porém sua análise igualmente leva em consideração observações (auto)etnográficas possibilitadas pela participação nas plenárias ocorridas em 2015. De certa forma, apesar da nomenclatura diferenciada, considero a “cicloconversa” uma evolução da plenária, ao mesmo tempo em que contemplo as diferenças explicitadas pelos participantes⁷². A seleção dos fragmentos se deu em função dos fenômenos discursivos identificados em momentos específicos – por considerá-los exemplares das interações típicas observadas ao longo das reuniões de 2015 e 2016.

As gravações, a partir das quais os fragmentos foram transcritos, foram feitas com telefone celular próprio. Durante as reuniões, os participantes costumavam se organizar em um círculo, sentados, geralmente, no chão, e o aparelho foi posicionado no meio. Por vezes, as reuniões foram gravadas também por outros participantes, porém as gravações transcritas para esta pesquisa foram aquelas feitas com o próprio aparelho. O uso do celular, em vez de algum outro tipo de equipamento, se deu por motivos práticos. Por serem itinerantes e realizadas em espaços públicos, o uso de algum equipamento maior poderia ter apresentado

⁷² Por exemplo, com o surgimento da “cicloconversa” foi consenso que ela não teria incidência sobre a Massa Crítica do Rio de Janeiro, uma questão que em 2015 tinha gerado conflito.

desafios de logística e de instalação⁷³. As gravações foram feitas em áudio, o que significa que não foi possível analisar posturas corporais, gestos e assim por diante; a análise se fundamenta na interação verbal captada pelo gravador do telefone celular. Pelo fato de ocorrerem em ambientes públicos, muitas vezes, estas gravações também incluem ruídos, como a passagem de veículos, o que pode comprometer a audição de determinadas falas. Assim como qualquer outro método de gravação, podem ser consideradas apenas representações parciais daquelas interações, em vez de constituir registros completos ou verdadeiros, aos quais, de acordo com a perspectiva aqui adotada, não é possível ter acesso.

Além dos espaços de debate presenciais, a análise dos dados conduzida nesta tese leva em consideração as interações que se desenvolveram nos espaços “virtuais” do grupo investigado. Conforme já disse (cf. 2.4), tanto as plenárias quanto as cicloconversas foram organizadas a partir da criação de eventos na plataforma *on-line* “facebook”. Esses espaços visaram a divulgação e o compartilhamento de informações a respeito dos encontros, além de funcionarem como núcleos de debate sobre questões consideradas pertinentes às reuniões presenciais.

Conforme já dito (cf. 2.4), os eventos “virtuais” criados para os fins das plenárias de 2015 foram feitos a partir do perfil do grupo “virtual” da Massa Crítica do Rio de Janeiro⁷⁴. Porém, devido às polêmicas já mencionadas (cf.2.4), desencadeadas por divergências relativas a eventual incidência da plenária sobre o ato, as reuniões cessaram durante alguns meses. Quando, no início de 2016, um participante, Reinaldo, sugeriu, novamente no grupo “virtual” da Massa Crítica do Rio de Janeiro, a criação de um espaço presencial para “*uma conversa informal sobre temas ligados à bicicleta*”⁷⁵, ele optou por criar o primeiro encontro a partir de seu próprio perfil, adicionando outras pessoas que demonstraram interesse nas reuniões como coorganizadores. Em seguida, foi adotada uma prática de

⁷³ O uso de uma câmera pequena do tipo “gopro”, a qual conta com lente “olho de peixe” (ou “*fish eye*”) e pode ser instalada em uma bicicleta (no guidão, por exemplo), permitiria a gravação em vídeo, porém na época das gravações não tive acesso a um equipamento deste tipo. Além disso, conversas com participantes da pesquisa sugeriram que poderia ter sido mais difícil obter a autorização para a gravação em vídeo.

⁷⁴ Qualquer pessoa que seja administrador de uma página no “facebook” pode criar eventos a partir deste perfil. Caso um evento seja criado desta forma, demais participantes não conseguem visualizar quem o criou, produzindo a impressão de uma iniciativa coletiva.

⁷⁵ Propósito da conversa de acordo com a descrição elaborada por Reinaldo no primeiro evento “virtual” criado para divulgação e organização do debate presencial.

rotatividade entre os participantes para a criação dos eventos. Por vezes, os demais participantes ativos⁷⁶ foram acrescentados como coorganizadores, a fim de estimular a participação na organização e na divulgação de cada encontro. Apesar de esta proposta, as pessoas raramente se voluntariavam para este papel, da criação do evento. Por vezes, os participantes afirmaram não ter conhecimento suficiente da plataforma “facebook” a fim de assumir o papel, ou não ter uma rede ampla o suficiente para fins de divulgação e assim por diante. De um modo geral, as tarefas administrativas, como a criação do evento “virtual” e a elaboração da ata, pareciam não suscitar o interesse dos integrantes.

No que diz respeito à criação dos eventos, mais especificamente, após a primeira reunião de 2016, propulsãoada principalmente por Reinaldo, os eventos seguintes passaram a ser criados, pelo menos inicialmente, por participantes mulheres⁷⁷. O momento em que esta função é assumida por participantes homens parece representar também o momento de esvaziamento feminino das reuniões. O quadro 1, a seguir, busca ilustrar a composição das reuniões durante 2016, bem como a distribuição destas duas tarefas administrativas: a criação do evento “virtual” e a elaboração da ata.

No.	Data	Participantes mulheres	Participantes homens	Evento “virtual”	Ata
1	22/01	Amanda; Carmem; Clara; Kátia; Marcela; Naomi; Simone e Thamires.	Diego; Enzo; Gustavo; Henrique; Joaquim; Pascal; Reinaldo.	Reinaldo	-
2	29/01	Clara; Juliana; Naomi; Simone; Thamires.	Diego; Gustavo; Joaquim; Mateus e Theo.	Thamires	-
3	02/02	Clara; Juliana, Laura; Mariana; Naomi; Simone; Thamires.	Anderson; Danilo; Diego; Fabrício; Gustavo; Joaquim; Mateus; Pascal e Theo.	Simone	Juliana
4	16/02	Clara; Juliana; Laura; Mariana; Miriam; Simone; Thamires.	Anderson; Diego; Gustavo; Joaquim; Marcelo; Paulo e Theo.	Juliana	Juliana

⁷⁶ Por participante ativo, entendo aqueles que frequentavam as reuniões presenciais.

⁷⁷ Realço que por “mulher” e “homem” entendo tanto pessoas trans quanto pessoas cis, porém todos os participantes da pesquisa eram cisgênero.

5	23/02	Juliana; Laura; Mariana; Naomi; Simone; Thamires.	Fernando; Mateus; Paulo e Theo.	Clara	Juliana
6	02/03	Clara; Cristina; Juliana; Lilian; Mariana; Naomi; Simone; Thamires.	Adriano; Anderson; Diego; Francisco; Gustavo; Joaquim; Mateus e Theo.	Laura	Lilian
-	12/03 ⁷⁸	-	-	Diego	-
7	17/03	Naomi	Adriano; Diego; Gustavo; Joaquim; Mateus; Paulo e Thales.	Naomi	Naomi
8	29/03	Fernanda; Naomi; Paloma.	Adriano; Enzo; Gustavo; Joaquim; Mateus; Reinaldo e Thales.	Mateus	Thales
9	10/04	Camila; Heloísa; Naomi; e Vera.	Adriano; Carlos; Gustavo; Joaquim; Mateus; Pascal; Thales.	Thales	Naomi
10	16/04	Liliana; Naomi.	Adriano; Gustavo; Joaquim; Mateus; Reinaldo e Thales.	Adriano	Naomi
11	30/04	Heloísa; Naomi.	Carlos; Gustavo; Roberto e Thales.	Gustavo	Gustavo
12	15/05	Naomi	Gustavo	Heloísa	-

Quadro 1: distribuição de tarefas administrativas em reuniões agendadas em 2016

A elaboração das atas se iniciou após a terceira conversa, quando o grupo fechado, anteriormente mencionado (cf.2.4), foi criado no “facebook” para fins de organização. Como pode ser visto, a tarefa de elaboração da ata foi desempenhada principalmente por mulheres – das nove atas elaboradas, sete foram feitas por mulheres. Já a criação do evento “virtual” foi distribuída de forma mais igualitária entre homens e mulheres – dos quinze eventos criados, oito foram criados por homens e sete por mulheres. Porém, ao levar em consideração a quantidade de participantes femininos e masculinos nas reuniões, emerge uma perspectiva alternativa desta divisão. Da segunda cicloconversa, no dia 29 de janeiro de 2016,

⁷⁸ A conversa marcada neste dia foi desmarcada na véspera devido às condições climáticas. Seu cancelamento, bem como a forma pela qual foi feito, foi objeto de discussão acalorada no grupo das cicloconversas no “facebook”, bem como na próxima reunião realizada no dia 19/03/2016.

até a sexta conversa, no dia 01 de março do mesmo ano, há pouca disparidade de gênero em termos numéricos, porém as mulheres arcaram com todas as tarefas administrativas, tanto a criação dos eventos, como a elaboração das atas. A partir da sétima reunião, no dia 19 de março, os participantes masculinos começaram a arcar com algumas das tarefas administrativas, porém, como pode ser observado, igualmente representavam um número mais significativo em todas as reuniões após esta data. A título de exemplo, Joaquim participou de nove das onze conversas realizadas ao longo de 2016, porém não assumiu tarefa administrativa em momento algum. No mais, em vez dos participantes se voluntariarem para tarefas, esta divisão ocorreu, muitas vezes, devido a um pedido feito por terceiros. Apresento, a seguir, no excerto 1, momento da décima conversa em que é possível observar esta dinâmica.

Excerto 1

Naomi	quem vai criar o evento? >cê já criou?<
Joaquim	ah cara melhor eu não criar porque tô com problema no celular e meu celular ele tipo []
Adriano	[guhstahhvo]
Naomi	cê já criou? [evento?]
Gustavo	[não] ainda não
Mateus	[hhhhhhhhhhhhhhhhhhhh]
Naomi	[então você pode fazer,]
Gustavo	[°tá bom°]
Mateus	não eu não pego eu não crio mais não já criei (.) tô passando a bola

Esta dinâmica de evitação se estende também à anotação durante as reuniões de um modo geral. No início da nona reunião, por exemplo, Joaquim se dirige a mim, especificamente, sugerindo que eu assuma a tarefa *Naomi se quiser anotar*. Este movimento interacional parece ser reforçado em momentos posteriores, quando o mesmo participante se direciona a mim a respeito do que precisa ser anotado *Naomi ãã (...) a nossa esfera vai ser municipal*. Após as análises, no final do sexto capítulo, voltarei a refletir sobre a negociação destas tarefas e possíveis relações entre tal processo e as reivindicações de *status* dos participantes, a partir de exemplos específicos. Por enquanto, gostaria, apenas, de ressaltar o uso de estratégias discursivas que, ora produzem uma distribuição de tarefas convencionalmente generificada, ora contestam tal configuração.

Como anteriormente indicado (cf. 2.4), para as cicloconversas realizadas em

2016, um grupo “fechado” igualmente foi criado no “facebook”, com o intuito de reunir as informações relativas às reuniões em um único espaço. Os eventos “virtuais”, tanto das cicloconversas, quanto das plenárias, eram “públicos”, no sentido de que poderiam ser encontrados por qualquer usuário da plataforma. Esta opção foi escolhida com vistas a estimular a participação de todos aqueles interessados na mobilidade por bicicleta, independentemente de laços sociais. A ideia de criar também um grupo *on-line* surgiu na segunda cicloconversa e foi consenso que só seriam adicionadas pessoas que já tinham participado das reuniões presenciais. Por isso o perfil do grupo foi “fechado”, significando que, embora possa ser encontrado por qualquer usuário da plataforma, as postagens e as discussões encontram-se visíveis apenas aos participantes já aceitos como membros. Esta escolha se deu no intuito de limitar o escopo do debate aos assuntos pertinentes às pautas das reuniões. Isso diferenciava o grupo *on-line* daquele da Massa Crítica do Rio de Janeiro, por exemplo, o qual conta com mais de seis mil membros no momento de elaboração desta tese, embora o ato mensal dificilmente reúna mais de cinquenta participantes. A quantidade de participantes neste grupo, muitos dos quais nunca participaram do ato em si, torna amplo o escopo do debate.

Além das interações que se desenvolveram nos espaços “virtuais” aqui elencados, a análise realizada nesta tese também se apoia em fotos feitas das reuniões⁷⁹, bem como interações com os participantes das reuniões a respeito da construção da pesquisa as quais ocorreram por outros canais, como e-mail e reuniões posteriores, por exemplo, a serem detalhadas mais adiante nesta seção.

Embora os espaços *on-line* venham sendo descritos como “virtuais”, não são compreendidos aqui como menos autênticos, concretos ou verdadeiros do que os espaços físicos em que as interações se desenvolvem. Com o advento da Web 2.0, a distinção real/virtual, bem como a noção de um campo de estudo cujos limites possam ser determinados em termos geográfico-espaciais, tem sido cada vez mais objeto de interrogação. Conforme já mencionado, o campo desta pesquisa abrange espaços múltiplos, das interações em ambientes *on-line*, até os mais variados espaços físicos em que as reuniões presenciais se realizaram.

Dito isso, esta pesquisa se distancia de uma pesquisa multissituada no sentido proposto por Marcus (1995), pois embora os espaços contemplados como “campo”

⁷⁹ Algumas dessas fotos foram feitas por mim, outras foram postadas nos eventos “virtuais” (públicos) pelos demais integrantes e posteriormente baixadas por mim.

tenham sido selecionados por mim, não se tornaram interconectados nesse processo. A título de exemplo, o grupo *on-line* das “cicloconversas” foi criado pelos integrantes do grupo de debate presencial, justamente para ampliar as possibilidades de comunicação entre si. Por isso, tenho como crença que a pesquisa não produz, nem estabelece essa relação – ela examina as práticas discursivas emergentes desses espaços, os concebendo como partes constituintes de um campo cujas fronteiras se definem mais pela organização em prol de um objetivo ostensivamente comum, do que por um espaço físico delimitado ou membros fixos.

A respeito da noção de uma pesquisa multissituada, em estudo sobre uma comunidade *on-line*, Lewis (2016) opta por caracterizá-la como uma etnografia “móvel”, em vez de multissituada. Esta pesquisa igualmente apresenta características móveis, como a itinerância das reuniões, a fluidez do grupo e dos seus espaços *on-line*. De certa forma, ela também faz uso de “métodos móveis” no sentido proposto por Buscher & Veloso (2018). Para as autoras, a incorporação das mobilidades aos métodos da pesquisa busca avançar a compreensão de uma realidade social “cuja natureza é sempre emergente e na qual as coisas, ideias e pessoas estão sempre em fluxo” (ibid, p.135). Esta pesquisa se debruça sobre os movimentos interacionais de um grupo que se move pela cidade, a fim de realizar reuniões relativas à mobilidade ativa. A partir da circulação pelos espaços por eles ocupados, tanto físicos, quanto “virtuais”, a pesquisa visa alcançar uma compreensão mais aprofundada da forma pela qual seus movimentos discursivos constroem e reconstroem construções sociopolíticas-culturais, como o gênero. Segundo Buscher & Veloso (ibid), o ato de se mover, no exame de processos intrinsecamente móveis como estes, constitui um caminho para o enfrentamento das imobilidades, sejam elas forçadas ou imaginadas, como as categorias de gênero, sejam elas tangíveis, como a imobilidade urbana, ao lançar luz sobre seus processos de construção.

4.1.1.2 O diário de bordo e o olhar retrovisor

A fim de pensar sobre este campo móvel, mantive também um diário de campo, no qual anotei minhas impressões, frustrações e anseios. O diário tem uma função catártica, além de analítica, sendo uma forma de processar as leituras do campo, a fim de melhor entendê-las. As anotações foram feitas em função de

observações advindas não somente das experiências no campo da pesquisa no sentido estrito das plenárias e cicloconversas, como também em sentido amplo, contemplando as diversas iniciativas organizadas em prol da mobilidade por bicicleta das quais participei, bem como as minhas vivências de locomoção por bicicleta na cidade. Na realidade, esse registro amplo aponta para uma das dificuldades enfrentadas nesta pesquisa – a delimitação do campo. Se o campo inclui as vivências de deslocamento até os debates, objeto micro do estudo, e as assimetrias de gênero foram eleitas enquanto perspectiva norteadora da análise, porque a vivência de circular pela cidade de bicicleta (aqui compreendida como marcada pelo gênero) não pode igualmente proporcionar reflexões que contribuam para a apreensão e compreensão do objeto? Por isso, embora o espaço urbano não seja entendido como constituinte do campo *stricto sensu*, a anotação dessas experiências no diário possibilitou a identificação de elos entre estas percepções e aquelas a respeito das interações selecionadas para a microanálise. Apesar de contemplar a eventual abrangência do campo nesse sentido, as anotações feitas no diário, necessariamente, representam um recorte. Não foi possível anotar todos os pensamentos que me ocorreram, tampouco me propus a fazer tal coisa.

No processo de escrita desta tese, além de incorporar reflexões do diário, também recorri às diversas interações ocorridas nos espaços “virtuais”, a fim de avançar a compreensão das questões aqui problematizadas. As sensações provocadas por estas releituras não são consideradas menos verdadeiras do que aquelas registradas no diário do campo, partindo do pressuposto de que todos os registros feitos e apresentados aqui constituem recortes, não possibilitando acesso a alguma percepção mais “verdadeira” ou “completa” do campo estudado. Isso porque as percepções dos fenômenos sociais não são estanques, se modificam à medida que se passa por experiências novas.

No mais, como observa Legey (2017) em estudo (auto)etnográfico sobre a circulação pela cidade de tecnologias motorizados e não motorizados, o ato de escrever um diário de campo sobre um contexto do qual é participante independente do estudo implica uma delimitação temporal, a qual não é marcada por uma entrada ou saída física. Nesse sentido, o autor sugere que esses momentos de entrada e saída podem ser compreendidos a partir do início e fim das atividades de pesquisa, tal como a escrita do diário, justamente porque possibilita um novo olhar. Ao mesmo tempo, a sensação ao desenvolver esta pesquisa era que ela possibilitou também a

reinterpretação de experiências para além daquele momento dedicado a atividades de pesquisa, tais como interações com outros integrantes do movimento que ocorreram antes de resolver torná-las objeto de estudo, ou com participantes do estudo em ambientes não considerados constituintes do campo.

Este fenômeno Mishler (2002) denomina a “mão dupla do tempo”. O termo cunhado pelo autor diz respeito ao olhar retrovisor possibilitado pelo ato de narrar (entendendo a produção da tese como uma prática narrativa). Em outras palavras, os enredos das nossas vidas são organizados a partir de seu “final”, ou – posto de outra forma – nossa posição presente, a partir da qual narramos. Isso quer dizer que redefinimos a significância relativa de eventos passados de acordo com essa perspectiva atual, reenquadrando o significado desses eventos dentro de nossas vidas correntes e em curso, “descobrimos conexões das quais não estávamos previamente cientes” (ibid, p.105). Ou, nas palavras do autor:

Nós nos movemos para trás e para frente, entre nossos entendimentos do todo e de suas partes, engajando-nos em uma reciclagem repetitiva de movimentos interpretativos em direção a um entendimento mais profundo e abrangente de uma história e de como ela é encaixada. Nesse processo, à medida que aprendemos mais sobre como o enredo é construído e como ele termina, nos movemos em uma direção a uma interpretação de como a sequência de eventos é conectada para resultar em uma unidade significativa.

Para Mishler, tal concepção da narrativa produz consequências para a pesquisa social, pois significa que nossos achados se caracterizam por limitações inescapáveis. Além de representarem elos na cadeia infinita de produção de conhecimento, mudando nossa compreensão de pesquisas anteriormente realizadas, a nossa compreensão delas mudará a partir de pesquisas novas, no processo inesgotável de “recontar e reescrever nossa história coletiva dos estudos da narrativa” (ibid, p.117).

Esta percepção do processo da pesquisa foi crescendo ao longo de sua prática, porém incorporei uma sugestão de Winkin (1998), desde o início, que auxiliou tal processo – a anotação das observações na coluna de esquerda do diário, deixando a direita em branco. Tal método permite releituras das anotações e o acréscimo de reflexões posteriores a respeito, à medida que o olhar retrovisor, norteador destas leituras, evolui. Este movimento, das releituras, proporcionou novos entendimentos a respeito de determinados incômodos, cujos motivos inicialmente me escaparam. A subsequente (re)organização e edição das anotações, a partir desse olhar

retrospectivo, aponta para a função narrativa desempenhada pela pesquisa, pois foi nesse processo que a pesquisa se costurou e se constituiu, construindo uma sensação de coerência a respeito daquilo que era uma vez nebuloso, além de produzir uma unidade significativa que é a tese.

Alguns destes incômodos, aos quais me refiro, diziam respeito à inserção e à participação efetiva das mulheres no espaço investigado. Como consequência das minhas reflexões, ao longo do ano de 2016, passei a participar menos ativamente dos atos da Massa Crítica do Rio de Janeiro e me envolver mais ativamente em iniciativas voltadas às mulheres e pessoas transgênero, como pedais, rodas de conversa, atos avulsos e festivais em prol da mobilidade ativa no Rio de Janeiro e em outras cidades do Brasil. Meu interesse em construir esses espaços se despertou, inicialmente, ao participar de um pedal avulso no início de 2015, cujo objetivo foi a união de mulheres e a reivindicação de seu direito de pedalar na rua. O pedal era iniciativa de Clara, posteriormente participante também das cicloconversas. Durante a atividade, foi palpável o quanto me sentia à vontade no espaço, em comparação com a Massa Crítica e outras iniciativas em prol da mobilidade ativa. Isso porque, nesses espaços mistos, em certa medida, minhas experiências se aproximavam daquela de pedalar na rua – se caracterizavam pela objetificação e pela subestimação enquanto participante legítima, bem como a necessidade de adotar uma postura defensiva de um modo geral.

A decisão de conferir enfoque à eventual construção discursiva de assimetrias de gênero decorreu destas reflexões emergentes ao longo do trabalho de campo, aliadas ao processo de reouvir as gravações e iniciar as transcrições. Dito isso, o compartilhamento dos dados e das análises preliminares com pesquisadores para além do grupo de pesquisa sugeriu que as interações gravadas eram suscetíveis sim a múltiplas interpretações. Sendo assim, busquei ampliar o debate e, no intuito de compreender como os participantes entendiam suas próprias ações, os convidei a opinar sobre as transcrições e análises.

4.1.1.3 A inclusão de múltiplos olhares: algumas tentativas

A primeira transcrição dos dados foi feita a partir da quinta cicloconversa, para uma disciplina cursada em instituição acadêmica do Rio de Janeiro no primeiro período de 2016. Nesta época, a pesquisa encontrava-se em fase

embrionária, voltada à interrogação da construção da horizontalidade, porém sem um norte mais específico. A possibilidade de conferir enfoque às assimetrias de gênero surgiu na discussão após o compartilhamento dos dados.

Na interação escolhida, apareceram apenas dois participantes: Simone e Theo. Antes da data do seminário, a transcrição foi compartilhada no grupo “virtual” no “facebook” dedicado à organização das cicloconversas. Apesar de a postagem ser vista por um número significativo dos participantes, nenhum deles interagiu com ela, tampouco opinou sobre a transcrição, conforme figura 7.



Figura 7: Compartilhamento de transcrição no grupo das cicloconversas

Além disso, a transcrição e o áudio foram compartilhados diretamente com Simone e Theo, solicitando que ouvissem o áudio e opinassem sobre a transcrição. Em e-mail enviado a Theo no dia 23 de março de 2016, escrevo “(t)inha uma certa dificuldade para transcrever suas falas (acho que eu estava sentada mais perto da Simone) e queria muito que vc opinasse sobre a transcrição que eu fiz”. Na resposta recebida de Theo no dia 30 de março de 2016, esta solicitação é enquadrada como um pedido de ajuda “Baixei o arquivo. Qual é o trecho que vc precisa de ajuda para entender?” A ação linguística de Theo nesse momento destaca a natureza mutável

dos papéis sociais e as hierarquias a eles relacionados. A partir do reenquadramento do pedido, Theo se posiciona enquanto detentor de conhecimento, possibilitando que a relação assimétrica de pesquisadora/pesquisado seja invertida. Apesar destas tentativas de inclusão no processo de transcrição, nenhum dos dois opinou sobre o arquivo compartilhado. Novamente, a falta de preocupação com a representação de suas falas sugere que os participantes não perceberam esta etapa da pesquisa como interpretativa, na qual sua participação possibilitaria um grau de controle sobre o processo.

Conforme o andamento da pesquisa, busquei privilegiar as vozes das participantes mulheres, não somente focalizando as narrativas por elas produzidas, como também buscando ouvi-las em relação ao caminho percorrido, bem como às impressões iniciais que apontaram para tal. A transcrição da nona cicloconversa, a qual será analisada para os fins desta tese, foi compartilhada com a narradora Heloísa. Neste caso, a transcrição e o áudio foram enviados para a participante por e-mail e, posteriormente, marcamos de almoçar nas proximidades de seu trabalho, a fim de conversar a respeito. As impressões de Heloísa, sobre a transcrição e a minha análise dela, proporcionaram novos entendimentos dos dados e foram, posteriormente, incorporadas ao texto. Tentativas de diálogo com a participante Camila, no entanto, foram frustradas, apesar da disponibilidade para me locomover até a Zona Oeste, onde a participante reside.

Como mencionado anteriormente, no ano em que ocorreram as cicloconversas, também surgiu o primeiro pedal semanal voltado a mulheres e pessoas transgênero no Rio. No entanto, assim como nas plenárias e nas cicloconversas, a iniciativa se tornou terreno de diversos conflitos. Diante de tal quadro parecia produtivo marcar uma roda de conversa a fim de refletirmos sobre os motivos pelos quais aquele espaço tinha sido inicialmente construído, assim como compartilhar nossas frustrações e anseios a respeito. Com a autorização das participantes, esta roda de conversa igualmente foi gravada e as interações que se desenvolveram contribuíram para o conhecimento construído nesta tese. Mais adiante, nesta tese (cf.7), passarei a refletir sobre estas contribuições.

4.1.2 Procedimentos de análise

Conforme vem sendo debatido, nesta investigação, a elaboração da pesquisa

é vista como um processo criativo e interpretativo, desde a escolha dos objetivos, perpassando a seleção dos fragmentos a serem transcritos e analisados, o processo de transcrição em si e, por fim, a análise, orientada por princípios teóricos também selecionados pela pesquisadora. Assim sendo, a subseção a seguir descreve as escolhas feitas a respeito da seleção dos dados a serem analisados, sua representação no texto, bem como as questões que norteiam a organização do texto e o aporte teórico eleito para a condução da análise.

4.1.2.1 Recorte analítico e categorias selecionadas

Como já assinalado, esta investigação recorta como seu objeto a negociação de significado no contexto microsocial das cicloconversas no Rio de Janeiro, a fim de interrogar os modos de produção política/resistência, e a alegada horizontalidade dos movimentos sociais contemporâneos de um modo geral. As reuniões gravadas para os fins desta pesquisa emergiram por conta de divergências de opinião recorrentes no grupo “virtual” da Massa Crítica, entre outros motivos. Assim, constituem um *locus* para a disputa de significados, sua eventual resolução e o trabalho interacional que a acompanha. Privilegio o estudo de narrativas por considerá-las propícias para a compreensão dos significados coconstruídos pelos participantes, bem como a negociação das normas e dos valores que regem as interações.

Como já foi dito (cf. 2.4), quando as plenárias se iniciaram, em 2015, elas reuniam em torno de vinte pessoas, se assemelhando ao número típico presente nos atos da Massa Crítica na época. Como metodologias de interação foram propostas nos encontros, limitando as falas de cada um, a (re)construção de narrativas canônicas representou um trabalho interacional significativo. Todavia, emergiram narrativas canônicas em alguns momentos, além de inúmeras narrativas breves. No decorrer do tempo, por diversos motivos, a aderência às reuniões foi diminuindo, até as plenárias não serem mais realizadas. Com o advento das cicloconversas, em 2016, cujo propósito era semelhante, o interesse em manter um espaço de debate presencial parecia ter ressurgido. Entretanto, com o passar do tempo, ocorreu o mesmo processo de esvaziamento. Por outro lado, isso fez com que as últimas reuniões proporcionassem mais oportunidades para a emergência de narrativas, pelo fato de o piso conversacional ser compartilhado entre menos participantes.

A seleção dos fragmentos foi norteada pela orientação teórico-epistemológica da pesquisa que vem sendo apresentada, além de noções teóricas relativas à constituição de narrativa e de conflito, escolhidas em decorrência dos objetivos do estudo, e em que a microanálise se apoia. Como já assinalado, resolvi privilegiar narrativas contadas por mulheres, por entender que as mulheres, assim como outros grupos minoritários, têm sido tradicionalmente excluídas do espaço. Ao focalizar suas práticas narrativas, busco compreender até que ponto um grupo menos privilegiado, que se faz presente no espaço, participa ativamente da construção de significados. As narrativas selecionadas para análise advêm da nona e da décima-primeira cicloconversas, sendo que a décima-primeira foi a última realizada (se consideramos que na décima-segunda não houve quórum para tal). Ao longo da tese, apresento também excertos de interações das demais reuniões, as quais podem auxiliar a interpretação dos fenômenos destacados nas narrativas aqui escolhidas como representativas dos dados como um todo. Como disse no início deste capítulo (4.1.1.1), a seleção das narrativas foi feita em função das questões que o estudo busca problematizar. Dentre as gravações feitas, estas narrativas se destacaram e me comoveram enquanto pesquisadora. Isso porque versam sobre momentos de transgressão e resistência e/ou trazem para a esfera pública pautas tradicionalmente excluídas dela. No mais, condensam fenômenos discursivos típicos, identificados ao longo do corpus como um todo, constituindo, assim, amostras propícias para sua análise.

Os pressupostos teóricos que orientam a microanálise serão apresentados mais detalhadamente nos capítulos teórico-analíticos (cf.5 & 6), intercalados com as duas lâminas de análise. Dentre as categorias selecionadas para o desenvolvimento da análise, algumas, como a de avaliação, decorrem dos próprios objetivos do estudo, já outras, como as concepções de performances generificadas e de diálogo construído, foram escolhidas em função dos fenômenos identificados no corpus. As categorias são elencadas a seguir: (i) avaliação (Labov, 1972; Linde, 1997; Schriffin, 1984); (ii) performances identitárias generificadas (Bucholtz & Hall, 2004, 2005; Butler, 1990; Goffman, 1977, 1979); (iii) narrativas de resistência (Ewick & Silbey, 2003) (iv) diálogo construído (Tannen, 2007 [1989]); (v) práticas de higiene verbal (Cameron, 2006) (vi) alternâncias de código (Blom & Gumperz, 2002) e (vii) papéis narrativos (Ochs & Taylor, 1995). Entendo que a identificação destes fenômenos também faz parte de pressupostos culturais sobre o que constitui

tal prática, sendo, portanto, um processo interpretativo.

4.1.2.2 Transcrição dos dados

No curso de uma pesquisa desta natureza, o processo de (re)ouvir os dados e transcrevê-los também desempenha um papel na construção de conhecimento. Este processo objetiva a seleção dos fragmentos a serem analisados e constitui um momento crucial para a identificação de fenômenos que não atendem, necessariamente, às questões problematizadas pela pesquisa, mas que podem apontar outros caminhos produtivos. As gravações foram reouvidas diversas vezes a fim de identificar os momentos narrativos considerados propícios para as questões problematizadas pela pesquisa – por reunir a um só tempo diversos fenômenos discursivos típicos dos dados como um todo – para então transcrevê-los. As transcrições foram feitas de acordo com as convenções sugeridas por Sacks, Schlegoff & Jefferson (1974), entendendo tal processo como uma etapa já interpretativa, guiada pelos olhos, e pelo ouvido, do pesquisador. A fim de representar as interações gravadas nesta pesquisa transdisciplinar, busquei a inclusão de detalhes suficientes para a identificação dos fenômenos julgados relevantes, como silêncios verbais e mudanças prosódicas, ao mesmo tempo em que busco produzir um texto acessível a eventuais leitores de demais disciplinas, ou aqueles de fora do âmbito acadêmico, com os quais o estudo busca dialogar. Por isso, apenas os recursos de transcrição necessários para os fins da análise foram incluídos.

4.2 Apresentação da análise e as questões de pesquisa

A ordem de apresentação dos dados representa minha visão deles, ou seja, a maneira que julgo compreensível para a apresentação das relações percebidas entre o material empírico e as reflexões teóricas. Este processo de seleção, costura e edição produz uma “colagem” de fragmentos de gravações de reuniões específicas, aliados às observações de cenas soltas, vivenciadas ou presenciadas pelo pesquisador (Coelho, 2016, p.19). Como já comentado (cf. 4.1), em vez de ser um produto acabado, tal *bricolagem* é passível de mudanças, assumindo “novas formas à medida que se acrescentam diferentes instrumentos, métodos e técnicas de

representação e de interpretação a esse quebra-cabeça” (Denzin & Lincoln, 2006, p.18). Dessa forma, a pesquisa está em constante evolução, já que, mesmo após sua publicação, diferentes leituras possibilitarão novas interpretações. Isto é, ao mudar o enfoque analítico, selecionar outros fragmentos e redirecionar o olhar a outros aspectos (auto)etnográficos, seria possível produzir resultados diferentes. Isso porque, embora a presente pesquisa procure levar em consideração pontos de vista diversos, examinando os dados a partir de ângulos distintos, não será possível dar conta de toda a complexidade da situação social investigada dentro de uma única tese.

O processo de descontextualização e recontextualização (Bauman & Briggs, 2006), na elaboração da pesquisa que vem sendo descrito neste capítulo produz repercussões tanto epistemológicas quanto éticas, pois constrói conhecimento a partir dos critérios do pesquisador. Por isso, conforme vem sendo argumentado (cf.4.1.1.3), o envolvimento dos participantes na elaboração da pesquisa e/ou do texto contribui para a construção de uma bricolagem política-interpretativa, ao limitar o poder do pesquisador sobre seus discursos. No que diz respeito à bricolagem teórica, a pesquisa reúne contribuições teóricas advindas de tradições acadêmicas distintas: dos estudos narrativos e dos estudos da interação, assim como noções da sociologia, da antropologia e da geografia, entre outros campos de saber, buscando o diálogo interdisciplinar. Diante da impossibilidade de se captar uma realidade estável por meio de métodos objetivos e bem-definidos, esta sobreposição de diferentes representações ou modos de argumentar também apresenta uma alternativa à validação (Biar, 2012). A montagem dos capítulos teórico-analíticos (cf. 5 & 6) se dá em função das narrativas selecionadas – sua análise se divide em duas lâminas (ibid), proporcionando uma apresentação dos mesmos discursos de dois diferentes pontos de vista e paradigmas analíticos, com vistas a contemplar a complexidade dos fenômenos identificados. Esta decisão de intercalar as contribuições teóricas com os dois níveis de análise privilegia as interfaces estabelecidas no trabalho.

Conforme já apontado na introdução, o objetivo central: *interrogar os modos de produção política/resistência, e a alegada horizontalidade dos movimentos sociais contemporâneos, a partir do exame das práticas discursivas de um grupo específico* orienta a análise como um todo. A partir desta questão, as duas perguntas, a seguir, foram delimitadas indutivamente ao longo do percurso analítico,

mobilizando as lâminas de análise propriamente ditas:

- 1) *Como se dá a navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrado?*
- 2) *Como se dá a navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrativo?*

Desse modo, a primeira lâmina examina o evento narrado, isto é, com base nos estudos narrativos, investiga os significados construídos e as identidades performadas a partir da construção no mundo narrado, na qual as narradoras comunicam seu entendimento das expectativas macrossociais relativas a um “*site of engagement*” (Scollon & Scollon, 2004) específico. A segunda lâmina já volta sua atenção para o evento narrativo, o qual se localiza em um espaçotempo específico. Ou seja, ao se fundamentar em construtos dos estudos da interação, entre outros, busca a compreensão das interações que se desenvolvem ao longo da prática narrativa – os papéis sociais negociados, bem como as relações criadas, sejam elas mais simétricas ou assimétricas. A partir destas duas lâminas de análise, procura-se, então, identificar elos com o contexto macrossocial no qual a investigação se insere. A figura 8, a seguir, tem por objetivo ilustrar a relação entre as duas lâminas de análise.

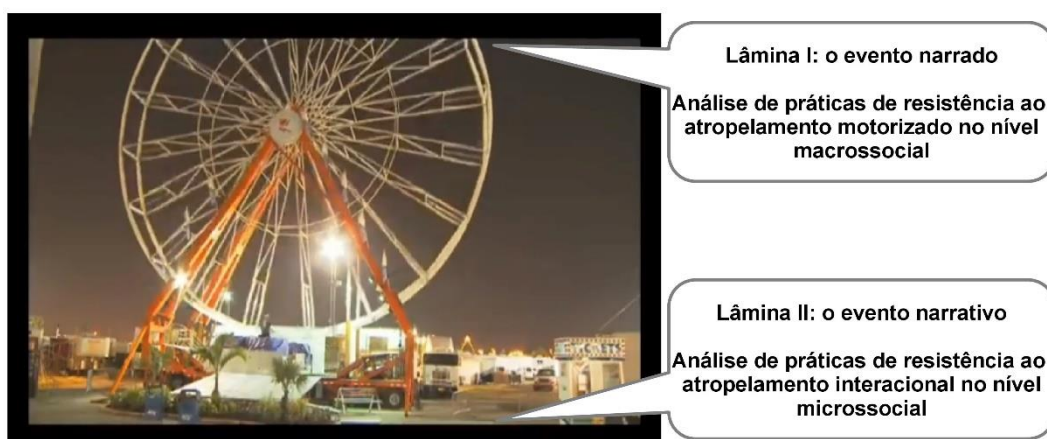


Figura 8: A roda gigante busca ilustrar a relação micro/macro de acordo com a visão exposta por Rod Watson em palestra oferecida na PUC-Rio em 2011⁸⁰.

A roda gigante é proposta como metáfora para pensar a relação micro/macro,

80 Imagem disponível em vídeo da palestra acima mencionada, publicado pelo grupo de pesquisa em interações digitais (GRID) da PUC-RIO, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oldXp1pfq8Y>. Acesso em agosto de 2018.

uma vez que o distanciamento da vida humana possibilitada pela elevação da roda proporciona uma visão ampla de sua organização – de certo modo – a chamada estrutura macro. No entanto, esta mesma distância dificulta o exame minucioso da sociedade que se estuda. Sendo assim, a fim de compreender sua complexidade, é necessária a aproximação, ao descer da roda. Por meio desta metáfora, a figura busca ilustrar os objetivos de cada lâmina de análise, ao mesmo tempo em que demonstra que tal separação não ocorre em função de uma fronteira tangível entre os diferentes níveis – a ordem social do nível macro permeia a ordem interacional do nível micro e vice-versa. A separação se dá no intuito de contemplar os fenômenos estudados de diferentes pontos de vista, constituindo, assim, uma *bricolagem* interpretativa a qual reúne múltiplas perspectivas com a finalidade de refletir sobre as variações sutis desta “realidade” refratada, observada a partir das diferentes lâminas (Denzin & Lincoln, 2006).

4.3 Os participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa são aqueles que aparecem nas gravações, a partir dos fragmentos selecionados. Conforme já assinalado, o grupo é bastante homogêneo, sendo que a maioria dos participantes se aproximam culturalmente da classe dominante, economicamente e politicamente falando: são homens cisgênero, geralmente brancos, de classe média, com ensino superior completo ou em andamento e, muitas vezes, moradores de regiões da cidade mais privilegiadas, próximas ao Centro. Tal composição se mostra mais preocupante ainda quando se considera que a maioria daqueles que adotam a bicicleta enquanto meio de transporte no Brasil são das classes D e E⁸¹, sendo assim moradores de bairros mais periféricos (cf.2.3).

As duas reuniões a partir das quais os fragmentos nesta tese foram selecionados apresentam uma diversidade ligeiramente maior, como pode ser visto pelos perfis apresentados a seguir. Esta composição foi um dos motivos pelos quais estas reuniões, especialmente, proporcionaram diversos momentos narrativos propícios para a observação detalhada de fenômenos identificados ao longo do corpus como um todo – condensam estratégias discursivas típicas das interações

⁸¹ Segundo pesquisa feita pela ONG “Transporte Ativo” em 2015: http://transporteativo.org.br/wp/blog/uploads/2015/09/resultados_preliminaresNACIONAL.pdf.

que se desenvolvem quando atores sociais menos privilegiados buscam participar ativamente da construção de significados. Talvez a diversidade maior dessas reuniões tenha se dado em função dos locais dos encontros, os quais foram realizados nas Zonas Norte e Oeste da cidade, possivelmente estimulando a participação de moradores dessas regiões. A itinerância foi proposta pelos participantes justamente a fim de possibilitar a participação de ativistas de diversas regiões da cidade, uma vez que, assim como as atividades culturais, iniciativas desta natureza costumam ser concentradas no eixo Centro-Zona Sul. Essa situação torna a participação de moradores de bairros distantes do Centro mais difícil, ou, por vezes, inviável, dado o investimento de tempo e dinheiro necessário. Nesse sentido, a escolha de espaços tipicamente não priorizados pelo poder público representa uma tentativa de valorizá-los, bem como reverter, temporariamente, as desigualdades sociais sustentadas entre moradores de diferentes regiões da cidade pela concentração de recursos e atividades em bairros específicos.

Durante as reuniões das quais participei ao longo da realização da pesquisa, conheci inúmeros outros ativistas. Nesta seção, apresento perfis breves apenas dos participantes cujas falas foram transcritas e consideradas significativas para as análises apresentadas neste trabalho. Isso inclui participantes cujas falas não aparecem nos fragmentos selecionados para a microanálise, mas foram levadas em consideração de um ponto de vista (auto)etnográfico e se encontram reproduzidas nos debates construídos ao longo desta tese. Os nomes de todos os participantes foram substituídos pelas questões discutidas ao longo deste capítulo. No que diz respeito aos locais de moradia dos participantes, em vez de identificar os bairros específicos em que residem, optei por identificá-los pelas áreas de planejamento (APs). Esta escolha tem por objetivo privilegiar o anonimato dos participantes ao mesmo tempo em que permite uma noção do seu *status* socioeconômico. A fim de tornar o conceito de AP mais significativo, a figura 9, a seguir na próxima página, ilustra as áreas de planejamento urbano do município do Rio de Janeiro⁸².

Conforme a legenda abaixo do mapa, as cinco áreas de planejamento urbano englobam dezesseis *regiões* de planejamento, denominadas 1, 2.1, 2.2 e assim por diante, as quais se dividem em bairros. Como explica Nascimento (2017, p.29), em estudo sobre a espacialização de bicicletas compartilhadas, esta organização segue

⁸² Para melhor visualização da imagem, é possível acessar a fonte original em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5148142/4145881/ListadeBairroseAPs_Mapa.

privado, como a AP 2. Já a AP 3, a área com a maior população, concentra também o rendimento médio mensal mais baixo (e, curiosamente, constitui uma das APs, junto à 5, que até a elaboração da pesquisa, não se beneficiou do sistema de bicicletas compartilhadas).

Reunidas abaixo, portanto, são as informações biográficas que considero relevantes para a análise e a interpretação dos dados a serem apresentados nos próximos capítulos. Busquei padronizar as informações compartilhadas, porém isso nem sempre foi possível, uma vez que nem todos os participantes compartilharam as mesmas informações comigo, como sua orientação sexual, por exemplo. Explicitadas estas ressalvas, a apresentação dos participantes segue abaixo e se encontra organizada por ordem alfabética, a fim de facilitar consultas posteriores desta seção, após ou durante a leitura dos capítulos de análise.

Camila é moradora da AP 4.1 e a identifico como mulher branca. Ela já participava de projetos voltados à bicicleta quando a conheci em 2014. Participou da maioria das plenárias e da nona cicloconversa. Vem promovendo diversos eventos visando a humanização e a valorização da Zona Oeste. É arquiteta e empreendedora e tinha 29 anos quando as gravações foram feitas.

Clara é moradora da cidade vizinha de Niterói e se identifica como parda. Conheci Clara em 2015 quando organizou um pedal voltado a mulheres. Participou das cicloconversas 1 a 6. Na época, tinha 23 anos e cursava graduação em arquitetura. Ela se identifica como bissexual.

Gustavo é morador da AP 2.2 e o identifico como homem branco. Nós nos conhecemos em 2015 quando começou a participar da Massa Crítica e se tornou participante ativo das atividades relacionadas ao cicloativismo no Rio de Janeiro. Participou das plenárias e da maioria das cicloconversas. Na época das gravações tinha 25 anos e cursava mestrado em administração.

Heloísa mora na AP 2.2 e a identifico como mulher branca. Conheci Heloísa na nona cicloconversa. Além de participar de duas cicloconversas, fazia parte da organização de dois pedais semanais, um deles voltado para mulheres. Na época tinha 29 anos e trabalhava como diretora de produção em uma agência publicitária. É casada com outro participante que não aparece nas gravações, Carlos.

Joaquim é morador da AP 1 e o identifico como homem negro. Começou a participar da Massa Crítica em 2014 e nós nos conhecemos neste momento. Foi Joaquim quem sugeriu as plenárias, das quais participou ativamente, além das

cicloconversas. Na época das gravações das cicloconversas tinha 24 anos e trabalhava como mensageiro⁸³.

Marcia era moradora da AP 2.1 na época das gravações e a identifico como mulher branca. Conheci Marcia na primeira Massa Crítica que fui. Participou de algumas plenárias, porém não participou das cicloconversas. Na época era ativa em iniciativas voltadas à bicicleta, tinha 57 anos e era funcionária pública.

Mateus é morador da AP 3.1 e o identifico como homem branco. Participou da última plenária em 2015 e foi neste momento que o conheci. A partir desse momento, passou a participar de diversas iniciativas voltadas à mobilidade por bicicleta no Rio de Janeiro, além de estar presente na maioria das cicloconversas, Tinha 55 anos na época das gravações e trabalha como escritor.

Naomi é moradora da AP 2.1 e é uma mulher branca. Começou a participar da Massa Crítica em 2014 e passou a participar de diversas outras iniciativas em prol da mobilidade ativa, principalmente aquelas voltadas às mulheres. Participou da grande maioria das plenárias e das cicloconversas. Na época das gravações tinha 34 anos e cursava doutorado em Letras.

Pablo era morador da AP 2.1 na época das gravações e o identifico como homem branco. Conheci Pablo quando comecei a participar da Massa Crítica, da qual já era participante, assim como outras iniciativas voltadas à mobilidade por bicicleta. Participou da maioria das plenárias, porém não participou das cicloconversas. Na época tinha 36 anos, atuava na área de informática e estava em um relacionamento com uma mulher.

Paulo é morador da AP 2.1 e o identifico como homem branco. Conheci Paulo na primeira plenária em 2015. Participa esporadicamente de iniciativas em prol da mobilidade por bicicleta e estava presente em três das cicloconversas em 2016. Tinha 26 anos na época das gravações, cursava graduação em filosofia e estava em um relacionamento com uma mulher.

Reinaldo é morador da AP 3.1 e o identifico como homem branco. Conheci Reinaldo na primeira plenária da Massa Crítica. Participou da maioria das plenárias

⁸³ Embora esta profissão costume ser considerada de baixo *status* de um modo geral, devido às condições, muitas vezes, instáveis do trabalho, neste meio pode ser considerada uma profissão de *status* mais elevado. Isso porque para ser mensageiro é necessário ter um conhecimento apurado da geografia da cidade, além de saber pedalar rápido no trânsito. A Massa Crítica foi iniciada por um grupo de mensageiros e organizam-se provas não oficiais pela cidade, por vezes chamadas de “*Alley Cat*”, as quais simulam o cotidiano do mensageiro.

e algumas das cicloconversas, além de inúmeras outras iniciativas em prol da mobilidade por bicicleta. Na época das gravações tinha 22 anos, atuava na área da mobilidade urbana e estava em um relacionamento com uma mulher.

Roberta é moradora da AP 2.1 e a identifico como mulher branca. Conheci Roberta na primeira plenária. Participou de algumas plenárias, porém não participou das cicloconversas. Está presente em muitas iniciativas voltadas à mobilidade por bicicleta. Na época das gravações tinha 29 anos. É jornalista e em um relacionamento com um homem.

Roberto é morador da AP 4.1 e o identifico como homem branco. Conheci Roberto em 2014 ao participar de um pedal organizado por Camila na Zona Oeste, onde já participava de iniciativas voltadas para a mobilidade por bicicleta. Roberto é formado em ciências sociais e atua como professor. Na época da gravação tinha 31 anos.

Simone é moradora da AP 2.1 e a identifico como mulher branca. Conheci Simone em 2014 na Massa Crítica. Passou a se fazer presente em diversas iniciativas em prol da mobilidade ativa, principalmente aquelas voltadas às mulheres. Participou da maioria das plenárias e das cicloconversas até a sexta edição. Simone tinha 30 anos na época das gravações e é engenheira. Ela se identifica como homossexual.

Thales é morador da AP 1 e o identifico como homem branco. Começou a participar da Massa Crítica em 2015 e foi neste momento em que o conheci. Participou das cicloconversas a partir da sétima edição. Na época fazia parte da organização de um pedal semanal voltado aos ciclistas urbanos. Tinha 30 anos na época das gravações, é formado em letras e trabalha como empresário.

Theo é morador da AP 2.1 e o identifico como branco. Conheci Theo nas plenárias, em 2015, das quais ele participou, além das cicloconversas. É formado em arquitetura, tinha 38 anos na época das gravações e trabalha com produção de eventos. É casado com outra participante que não aparece nas gravações, Juliana.

Nos capítulos teórico-analíticos voltarei a ressaltar características dos participantes consideradas relevantes para as análises realizadas. Tendo explicitado o processo de construção desta pesquisa, orientado pelo posicionamento epistemológico anteriormente apresentado, o próximo capítulo se dedica a apresentação dos princípios teóricos nos quais a primeira lâmina de análise se fundamenta, seguida pela análise propriamente dita.

An angry man in cinema is Batman. An angry male musician is a member of Metallica. An angry male writer is Chekhov. An angry male politician is passionate, a revolutionary... The anger of men is a powerful enough tide to swing an election. But the anger of women? That has no place in government, so it has to flood the streets.

Roxane Gay, *Not That Bad: Dispatches from Rape Culture*

5. Práticas de atropelamento e práticas de resistência no mundo narrado

Conforme delineado no capítulo anterior, nesta primeira lâmina de análise, observarei os significados construídos a respeito do mundo narrado em diferentes momentos narrativos identificados nos dados gerados para o estudo. Como já informado, estes fragmentos foram selecionados por serem considerados produtivos para as questões que a pesquisa busca problematizar, bem como prototípicos dos dados como um todo. Em outras palavras, permitem a observação detalhada de múltiplos movimentos interacionais característicos das interações que se desenvolvem quando integrantes mulheres procuram participar ativamente da construção de significados no espaço investigado (cf. 3.2.2.1). A prática narrativa é eleita como um objeto privilegiado para a investigação da construção de significados, pois é durante esse processo que os atores sociais (re)estabelecem as normas e os valores que regem determinadas comunidades de prática. Isso é feito ao posicionar-se avaliativamente em relação aos personagens, aos objetos e às ações narradas, negociando suas identidades na interação com o outro. No grupo sob escrutínio neste estudo, o modo de fazer política se funda no compartilhamento e na reflexão sobre histórias de resistência no meio urbano, as quais emergem de conversas cotidianas em que múltiplos participantes se engajam. Considero estas narrativas um *locus* para o estudo não apenas da negociação de significados em contextos específicos, como também das relações entre atores posicionados de forma diferenciada na vida social (cf. 2.1). Início esta seção traçando as origens dos estudos em narrativa, passando, posteriormente, a apresentar conceitos contemporâneos da narrativa como prática discursiva e projeto identitário, nos quais

me apoio nessa investigação, além de noções específicas da narrativa como prática de resistência. A apresentação destes princípios teóricos é seguida pela primeira lâmina de análise, norteadas pela pergunta seguinte: *como se dá a navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrado?*

5.1 Narrativas canônicas e reformulações posteriores

Os trabalhos pioneiros de Labov (Labov & Waletzky, 1967, Labov, 1972) despertaram tamanho interesse nos estudos narrativos como meio para compreender a experiência que os debates a respeito perpassavam disciplinas da psicologia à antropologia, literatura e linguagem, entre outras, impulsionando a chamada “virada narrativa”. Suas investigações auxiliam a identificação de narrativas canônicas, concebendo a narrativa como uma unidade discursiva com a seguinte função e estrutura: “um método de recapitular experiências passadas, combinado com uma sequência verbal de pelo menos duas orações e uma sequência temporal de eventos que [infere-se] ocorreram de fato”. Nesta perspectiva, o que caracteriza uma narrativa, e não um relato, por exemplo, é o fato de ela remeter a uma instância definida e não a hábitos passados ou ações recorrentes. Ainda de acordo com Labov (1972), a narrativa também precisa ter um ponto, isto é, um motivo pelo qual é contada, geralmente ligado ao tópico da atividade conversacional, e deve ser contável, critério designado **reportabilidade**. A reportabilidade faz referência à aceitação da narrativa pelos outros participantes da interação, evitando comentários do tipo “e daí?”

A fim de identificar a presença de uma narrativa, Labov (1972) estabelece elementos que possam vir a caracterizá-la, a saber: **resumo, orientação, ação complicadora, avaliação, resolução e coda**. O resumo funciona como um sumário da narrativa e indica o assunto, como, por exemplo, *eu já tive um problema com metrô por conta disso*⁸⁴, enquanto a orientação se refere ao contexto e a aspectos como tempo, local, participantes e situação, assim como *eu trabalho na barra (...)* e *eu moro no grajaú*. A ação complicadora é considerada um elemento obrigatório, assim como a avaliação, e é formada por uma sequência de enunciados ordenados cronologicamente, tal como *eu deixei a minha bicicleta de manhã (1.0) peguei o*

⁸⁴ Os exemplos aqui citados constam no corpus desta pesquisa e serão analisados, posteriormente, neste capítulo e no capítulo 6.

metrô eu fui pro centro do centro fui pra barra e assim por diante. Para Labov (1972), a avaliação transmite as emoções do narrador e está difusa em toda a narrativa. A resolução finaliza a sequência de eventos no passado e a coda indica que a narrativa chegou ao seu fim. De acordo com a caracterização laboviana, há uma relação estreita entre a reportabilidade e a avaliação, pois é durante o momento da avaliação que a história pode ser considerada relevante e reportável ou não. Ou seja, a avaliação é a razão de ser da narrativa, comunicando o significado, informando a carga dramática e estabelecendo seu ponto. Isto é, que o acontecimento narrado ou relatado não foi comum, usual ou cotidiano e sim assustador, perigoso, esquisito, louco, engraçado, hilário, incrível e assim por diante.

Embora as contribuições de Labov tenham inaugurado os estudos em narrativa, posteriormente, suas formulações vieram a sofrer diversas críticas, devido à centralidade na estrutura, sem considerar como os enunciados estão ancorados no mundo. A partir da chamada “segunda virada narrativa”⁸⁵, autores como Bruner (1997), Linde (1993), e Riessman, (1993, 2008), entre outros, passaram a dar mais centralidade a aspectos da narrativa referentes a valores socioculturais e interacionais que fundamentam a prática discursiva. Esta nova perspectiva possibilitou reflexões sobre a natureza agentiva dos processos de criação de sentido, por entender as narrativas como recontagens situadas e dialógicas, em vez de recapitulações, como Labov (1972) originalmente tinha postulado. Sob esta nova ótica, a narrativa representava uma forma de dar ordem, coerência e sentido ao mundo, sendo um dos principais meios para veicular a visão do mundo e construir significados, além de convidar os outros a compartilhar desta visão (Schriffin, 1984). Nesse sentido, diferente da perspectiva laboviana, somente a posição retrospectiva possibilitaria a organização temporal do evento narrado, por meio da interpretação e (re)construção durante o evento narrativo. Como já apontado (cf.1), a distinção entre evento narrado e evento narrativo na qual esta pesquisa se baseia é aquela delineada por Bauman (1986). O autor denomina o evento (re)construído na prática narrativa o “evento narrado”, enquanto as interações que acompanham este processo constituem o “evento narrativo”. Nesta investigação, a primeira pergunta da pesquisa: *como se dá a navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrado?*, debruça-se sobre a (re)construção do

⁸⁵ Conforme concebido por Georgakopolou, 2006.

mundo narrado, enquanto a segunda: *como se dá a navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrativo?*, volta sua atenção ao evento narrativo. Cabe mencionar que, em estudos posteriores, alguns autores têm se distanciado mais ainda da noção de ações passadas que possam ser recapituladas ou reconstruídas – para estes, não existiria um evento narrado pré-discursivo, pois tal coisa seria construída na prática narrativa e assim, sempre contestada, filtrada pela lente do narrador (Langellier, 2001). Entendido assim, toda a experiência seria narrativa, não havendo uma realidade social a qual temos acesso, sem que ela seja narrativizada (Carr, 1986, *apud* Brockmeier & Carbaugh, 2001). Esta tese procura observar a contestação da (re)construção do mundo narrado a partir da segunda pergunta da pesquisa, conferindo enfoque ao processo de negociação de significados e a dinâmica de relações ao longo do evento narrativo.

Não obstante estas novas concepções de narrativa, autores como Bruner (1997), Linde (1993) e Riessman (1993), ainda se mantinham mais fiéis aos estudos de Labov, principalmente no quesito estrutural, considerando a sequencialidade imposta durante o processo narrativo prototípico, bem como sua função organizadora, qualidades indispensáveis que diferenciavam a narrativa de outros gêneros discursivos. Apesar de esta definição ainda restrita de narrativa em termos formais, estes autores conceberam a narrativa como um espaço produtivo para a criação de novos significados, tendo em vista que a organização da experiência ocorreria em função das normas culturais, ao mesmo tempo em que ela (a narrativa), as construiria, em permanente relação de implicação mútua (Bruner, 1997; Linde, 1993). Os meios disponíveis aos narradores e seus locutores para a negociação de novos significados são apresentados na subseção a seguir.

5.2 Narrativa, avaliação e intersubjetividade

Segundo Linde (1997), a construção de novos significados poderia ser catalisada por questionamentos da experiência que emergem do momento de avaliação. O conceito de avaliação, já considerado fundamental por Labov (1972), passou a ser ampliado por Linde em trabalhos posteriores (1993, 1997). Os estudos de Labov (1972) centraram-se nos recursos sintáticos (tal como a repetição) disponíveis aos narradores para produzir avaliações, embora também tenham levado em consideração a reconstrução de falas internas ou aquelas dirigidas a

terceiros, bem como o uso de recursos paralinguísticos e prosódicos, como o alongamento de vogais. Para o autor, o uso de recursos como estes constitui uma **avaliação encaixada**, como, por exemplo, *mano então deixo eu te explicar um negócio*, a qual privilegia a continuidade dramática; já um comentário de natureza avaliativa, o qual interrompe a narrativa, tal como *foi um inferno*, constitui uma **avaliação externa**, cuja força dramática é reduzida.

Linde (1997, p.152), por sua vez, define a avaliação como “qualquer instância em que o falante indique o significado social ou o valor de uma pessoa, um objeto, um ocorrido ou uma relação”. A autora propõe duas dimensões avaliativas: referência à reportabilidade e referência às normas sociais. A primeira remete à prática de relatar eventos não previsíveis ou esperados, ou seja, à excepcionalidade da narrativa (Bruner, 1997; Labov, 1972; Sacks, 1984) e à necessidade de justificar a tomada de um turno mais longo, tal como a avaliação *então isso é mó doideira*. A segunda faz referência aos comentários morais ou percepções de mundo veiculadas durante a narrativa “sugerindo como o endereçado deveria se comportar em uma circunstância parecida em sua vida” (Linde, 1993, p.113). De acordo com a autora, tal julgamento normativo precisa ser negociado pelos participantes, que visam alcançar um acordo sobre significados morais em diversas ações, tornando narrativa e avaliação práticas sociais essenciais para a compreensão de uma determinada pessoa, suas ações e seu contexto, constituindo-se não apenas a avaliação de determinada experiência ou ação, mas a própria construção de significados em ação no discurso. Nesse sentido, pesquisas como as de Linde (1993, 1997) começaram a salientar a natureza intersubjetiva da prática narrativa, indo além da abordagem laboviana em sua compreensão da reportabilidade, que, segundo a nova visão, seria dependente da coavaliação cooperativa. Para Linde (ibid), o papel do outro, ou do público, seria fundamental, pois, em vez de serem solilóquios, as narrativas solicitam respostas (Linde, 1993). A observação destas respostas e o processo de negociação que as acompanha pode contribuir, especialmente, para compreender as relações criadas entre os participantes. O próximo capítulo examina, mais especificamente, esta dinâmica.

No que diz respeito ao engajamento dos interlocutores na produção de significados e na coconstrução de avaliações, o diálogo construído – já considerado uma forma de avaliação encaixada por Labov – foi posteriormente desenvolvido enquanto conceito no trabalho de Tannen (2007 [1989]), que o propõe como um

meio persuasivo para acionar este engajamento. A autora pontua que tanto o chamado discurso direto quanto o indireto permitem criatividade ao incorporar as palavras do outro no discurso. Desse modo, o discurso de um terceiro nunca poderá ser reproduzido na íntegra, sendo sua reconstrução um processo transformador, situado e dialógico. A desconstrução do binário discurso direto/indireto, pela qual Tannen (2007 [1989]) advoga, apoia-se no pensamento bakhtiniano e nos conceitos de dialogismo, polifonia e alteridade. O dialogismo faz referência à natureza interdiscursiva da linguagem, isto é, considera-se que nenhum enunciado é original, sempre remetendo a algo que já foi dito, em uma cadeia infinita de enunciados. Tal concepção possui uma relação estreita com os conceitos de polifonia — a qual diz respeito à multiplicidade de vozes presentes em um determinado enunciado — e de alteridade — que faz referência ao outro, a quem a mensagem se destina (Bakhtin, 1997). A partir desta visão, os enunciados não podem ser considerados a propriedade de quem os produz, por serem atravessados por discursos anteriores. Além disso, seus significados dependem da interpretação ativa pelos participantes da interação, cujas respostas são igualmente antecipadas pelo enunciator. Assim, para Tannen (2007 [1989]), a reconstrução da voz do outro por meio do chamado discurso direto representa, na realidade, uma estratégia de envolvimento que traz uma carga dramática para a interação. Assim como Labov (1972), Tannen (ibid) salienta o uso de recursos paralinguísticos ou prosódicos para animar a voz do outro, o qual contribui para a construção de personagens e pode assumir uma função avaliativa, tal como o alongamento do vogal em *aí ele ficou nã:o*. Nesse sentido, esta prática não é vista como neutra, mas sim um recurso para a criação de significados que sempre visa algum objetivo interacional, como, por exemplo, a construção de solidariedade com os interlocutores. Nesta primeira lâmina de análise, a microanálise dos dados busca a compreensão dos significados construídos durante o diálogo construído, enquanto na segunda serão examinadas as relações criadas entre os interlocutores ao longo de seu engajamento nesta estratégia discursiva.

Como mencionado no início deste capítulo, as práticas avaliativas aqui apresentadas desempenham papel central na negociação de identidades na interação. Apesar de Linde (1993) ter sublinhado a intersubjetividade envolvida na criação de significados, no que diz respeito à construção identitária, a posição da autora enfatizava processos cognitivos internos tanto quanto processos discursivos,

argumentando que o *self* expresso e negociado na interação alimentaria uma sensação de *self* interno, a qual cristalizaria na adolescência. Nesse sentido, a narração autobiográfica seria uma forma de manter uma impressão de continuidade, já que a distância temporal permitiria a reflexão e a edição necessária para costurar as identidades fragmentadas até criar um *self* coerente (Linde, 1993). Esta pesquisa, no entanto, se alinha com a concepção de identidades mutáveis e contraditórias; a próxima subseção versará mais especificamente sobre a relação entre estas noções de identidades performadas e incompletas, e os conceitos contemporâneos da narrativa como prática situada, nos quais este trabalho se fundamenta.

Na realidade, apesar das abordagens da chamada segunda virada terem evoluído do estudo da narrativa como texto para o estudo da narrativa no contexto, bem como a interação que a acompanha, as investigações neste período, como as de Jefferson (1978) e Schriffin (1984) ainda se preocupavam com questões estruturais, como a negociação da emergência e do fim da narrativa na interação, sem necessariamente considerar a dinâmica de relações entrelaçada com esse processo. No mais, como já mencionado, o que constituía uma narrativa ainda estava definido com base nos termos labovianos, nos critérios formais e abstratos propostos pelo autor (Georgakopolou, 2006). As limitações impostas por esta estrutura e as repercussões para a evolução da pesquisa em narrativa começaram a ser problematizadas por autores como Bamberg (1997, 2006), Georgakopolou (2006) e De Fina & Georgakopolou (2008). Estes pesquisadores passaram a questionar a hegemonia da entrevista de pesquisa como o *locus* principal para a geração de narrativas dignas de investigação, no intuito de compreender a experiência humana. Passamos, então, a contemplar estas críticas e os paradigmas atuais propostos para a pesquisa em narrativa.

5.3 A terceira virada narrativa: pequenas histórias e performances situadas

Estudos contemporâneos têm advogado cada vez mais pela investigação de narrativas que fogem do cânone laboviano, concebendo a narrativa como uma prática discursiva – uma atividade enraizada em práticas socioculturais (Bamberg, 2006; Georgakopolou, 2006), cujo estudo implica em examinar a pragmática, além da semântica (Langellier, 2001; Schriffin, 1984). Embora a concepção da narrativa

como performance (Bauman, 1977, 1986; Langellier, 2001; Schriffin, 1984) já venha sendo discutida desde a primeira virada narrativa, Georgakopolou (2006) denomina a mudança de enfoque em curso nos estudos narrativos nas últimas décadas da “terceira virada”.

Para De Fina e Georgakopolou (2008), o que diferencia esta nova ótica dos estudos anteriores seria o olhar para além da entrevista de pesquisa tradicional e as narrativas autobiográficas solicitadas neste contexto, a fim de contemplar narrativas espontâneas emergentes de contextos cotidianos, ignoradas por investigações guiadas fielmente pela lente laboviana. Ao examinar um leque maior de situações sociais em que atores se engajam na prática narrativa, produzindo narrativas muitas vezes não canônicas, volta-se a atenção para a forma como estas são moldadas pelo contexto macrossocial em que se inserem, ao mesmo tempo em que moldam a dinâmica das interações em curso, impactando as relações entre os atores (ibid).

Investigações que rompem com a estrutura laboviana têm desestabilizado a visão da história de vida como a forma privilegiada para entender o *self*, passando a conceber a identidade como “feita” na interação com outro (Georgakopolou, 2017; McEntee & Litosseliti, 2017). Segundo este novo olhar, a reflexão interna não seria o ímpeto principal para a produção de performances identitárias, mas sim a interação com o outro ao engajar-se no mundo narrativo. Ao entender que a reflexão e a construção de identidade se desenvolvem neste processo discursivo interdependente (em vez de ocorrer por meio de processos cognitivos internos aos quais não temos acesso) podemos nos debruçar sobre as práticas narrativas e interacionais a fim de observá-las. No discurso e, mais especificamente, na prática narrativa, os participantes estabelecem os tópicos e constroem relações, assumindo posições avaliativas. O estudo deste processo não revela a organização interna do *self* dos interlocutores, mas é nesta aproximação entre o mundo narrado e o mundo narrativo que seus posicionamentos relativos ao mundo narrado, ao outro e ao Discurso macro que os posiciona se articulam e podem ser sim objeto de investigação (Bamberg, 2006).

Embora Linde (1993) já reconhecesse a negociação discursiva como fundamental para a compreensão da construção identitária, ao colocar a investigação de espaços mais dinâmicos na agenda da pesquisa narrativa, abrem-se possibilidades de investigação que vão além daquela de uma entrevista de pesquisa muitas vezes diádica. A partir da visão contemporânea, portanto, argumenta-se que

a entrevista de pesquisa precisa ceder sua posição hegemônica como local privilegiado para a produção de narrativas que possibilitem o estudo da experiência (Bamberg, 2006).

Além de advogar pelo estudo da narrativa na interação em contextos diversos e dinâmicos, Georgakopolou (2006) propõe “narrativas pequenas” como o novo objeto privilegiado para a investigação de construções identitárias, deslocando a dominância da narrativa autobiográfica ensaiada. Investigações que seguem este viés não priorizam mais um *self* coerente, autônomo e refletido, costurado nas recontagens das histórias de vida, como na visão de Linde (1993); em vez disso, identificam *selves* fragmentados, múltiplos e passageiros, cujas definições adquiridas na relação com o outro encontram-se em fluxo constante. De acordo com Georgakopolou (2006), a fim de compreender a experiência humana em toda sua diversidade, é preciso abrir a pesquisa em narrativa para além das restrições de uma “narrativa única”. Pouco representadas nas investigações, ela define pequenas narrativas como fragmentos breves que fogem das expectativas do cânone. Estas histórias podem contar sobre eventos em curso, futuros, hipotéticos ou compartilhados. Contemplam-se também momentos de alusão à narrativa, as narrativas adiadas ou recusadas, ou seja, os momentos de orientação narrativa muitas vezes ignorados por uma lente analítica preocupada apenas com a identificação de narrativas plenamente desenvolvidas. Recusas para contar uma história, ou narrativas adiadas, podem, por exemplo, auxiliar na compreensão daquilo que os participantes constroem como adequado para contar ou não em um determinado contexto, ou seja, as normas sociais que regem aquela comunidade de prática (Georgakopolou, 2006). Entre as narrativas selecionadas para análise neste capítulo, a primeira apresenta uma organização mais canônica, já as outras podem ser consideradas narrativas breves, vistas aqui como dados igualmente produtivos para a investigação das questões aqui propostas.

A fim de desenvolver pesquisas que indagam narrativas pequenas, sejam elas silenciadas, ignoradas ou recusadas, além das interações que as acompanham, Georgakopolou (2006) advoga por um novo paradigma coerente e inclusivo. Isso porque a mudança avançada pela terceira virada representa uma ruptura não apenas analítica, como também epistêmica e ontológica (De Fina & Georgakopolou, 2008). O novo enfoque na interação possibilita um diálogo maior entre os paradigmas interacionais e a análise da narrativa; a segunda pergunta da pesquisa: *como se dá*

a navegação discursiva pelas dinâmicas de poder no mundo narrativo? busca costurar esta ponte, ao trazer construtos teóricos dos estudos da interação para a investigação da negociação de significados no mundo narrativo. Estes conceitos serão apresentados no próximo capítulo, seguidos pela segunda camada de análise, a qual se baseia neles.

Tendo situado o estudo diante das abordagens narrativas aqui apresentadas, a próxima subseção desenvolverá a noção de identidade esboçada nesta seção, apresentando os princípios teóricos em que o estudo se fundamenta para observar as construções identitárias emergentes da prática narrativa e nas interações que a acompanha.

5.4 Práticas identitárias e a produção de *status*

A partir de vertentes teóricas distintas, Bucholtz & Hall (2004, 2005) desenham uma abordagem multidisciplinar para o estudo das identidades, a qual pode ser propícia para entender a eventual dinâmica entre a contestação/o reforço de papéis sociais convencionais na tentativa de forjar relações mais simétricas/assimétricas, bem como a relação destas práticas interacionais com a ordem social no nível macro. As autoras concebem a identidade como um fenômeno sociocultural e relacional, que perpassa componentes macro, relacionados aos processos culturais de categorias mais amplas, e aspectos micro, pertinentes aos papéis e posicionamentos temporais assumidos pelos participantes da interação. A fim de compreender a complexidade das identidades, propõem cinco princípios para sua análise: emergência, posicionalidade, indexicalidade, relacionalidade e parcialidade.

A **emergência** refere-se à noção de que a identidade é constituída pela ação sociodiscursiva, suscetível às condições específicas da interação situada. Nesse sentido, as identidades são produzidas localmente – a identidade de gênero normativa⁸⁶, por exemplo, é reificada cada vez que o outro é categorizado a partir do sistema binário. A recorrência destas práticas acumula, até produzir tanto a identidade de gênero do indivíduo, quanto o gênero como um sistema social significativo. Neste mesmo processo, a identidade do grupo social posicionado

⁸⁶ As discussões teóricas a respeito de gênero enquanto performance serão desenvolvidas e embasadas no capítulo 6, a seguir.

favoravelmente nas hierarquias construídas torna-se menos visível, ou não marcada, pois emerge como a norma a partir da qual todos os outros grupos desviam. As identidades de *status* elevado não são dadas de antemão, mas sim negociadas na interação. Posto isso, uma vez construído como poderoso e normativo, o *status* especial das categorias não marcadas se naturaliza, e o esforço necessário para atingir tal *status* torna-se invisível. No entanto, o mesmo processo pode tornar-se visível a partir do engajamento em práticas sociodiscursivas que transgridem as expectativas de uma determinada categoria social atribuída, como as categorias de gênero, raça, classe social, orientação sexual e assim por diante. Tais práticas subversivas desestabilizam pressupostos essencialistas e argumentos fundamentados na biologia e na cultura, ilustrando como os processos sociais são construídos nas práticas semióticas em que os atores sociais se empenham na interação.

O processo identitário aqui concebido produz identidades mutáveis, múltiplas e fragmentadas (cf.4.3), pois a manifestação delas depende das demandas interacionais de contextos sociais específicos. Esta concepção as autoras denominam **posicionalidade**, entendendo que os papéis temporários assumidos pelos atores sociais na interação, assim como avaliador, contador de piadas ou ouvinte ativo, por exemplo, contribuem para a formação da subjetividade e da intersubjetividade tanto quanto as categorias macro. Estas posições, mesmo efêmeras, podem acumular associações ideológicas a categorias sociais, tanto em uma escala macro, como no contexto local. Uma vez forjadas, podem moldar quem faz o que e como nas interações, embora nunca determinem tal coisa por completo. Na realidade, diversas posições diferentes podem ser assumidas e abandonadas pelos atores sociais empenhados em uma dada interação. Dessa forma, a fim de dar conta da complexidade das identidades, o analista deve buscar contemplar as múltiplas facetas projetadas pelos participantes da interação, em vez de limitar-se a uma determinada dimensão da identidade.

Os primeiros dois princípios aqui apresentados focalizam a natureza ontológica das identidades, enquanto a **indexicalidade**, o terceiro princípio, representa o mecanismo pelo qual as identidades se constituem, dizendo respeito à criação de associações entre formas linguísticas e significados sociais. De acordo com Bucholtz & Hall (2005), a formação de identidades se debruça sobre estruturas ideológicas – ou seja, as associações criadas são enraizadas em crenças e

pressupostos culturais sobre quem pode ou deve produzir determinados discursos, tal como o uso da linguagem padrão, coloquial ou tabu, ou quem pode dominar determinados assuntos, como o da mobilidade urbana, por exemplo. Os processos indexicais são múltiplos, perpassando componentes macro e micro, assim como: menções públicas de rótulos e categorias identitárias; pressuposições e implicaturas relativas às posições identitárias de si e de outros; orientações avaliativas e epistêmicas emergentes da interação discursiva (assim como os papéis e posicionamentos específicos dos participantes na interação); bem como o uso de sistemas e estruturas linguísticas que são ideologicamente associadas a outros. Por serem associadas a valores diferenciados, a repetição destas práticas ofusca sua base ideológica e, no decorrer do tempo, reifica marcas de diferença entre as categorias sociais estabelecidas, servindo para justificar esta diferenciação. Desse modo, permitem que determinados grupos acumulem “capital simbólico” (Bourdieu, 1977), isto é, recursos que podem ser aproveitados para construir sucesso socioeconômico e ocupar posições hegemônicas. A subordinação de determinadas categorias sociais faz com que os alegados membros destas categorias não possam adquirir *status* social lutando pelas mesmas conquistas que aqueles julgados pertencentes às categorias hegemônicas.

Apesar disso, tentativas de ensinar aqueles menos privilegiados a se adequarem às normas dos grupos dominantes, a fim de “obter sucesso”, persistem na atualidade. A concepção de que determinados modos de usar a linguagem são funcionalmente, esteticamente ou moralmente preferíveis, Cameron (2006) denomina “higiene verbal”. Para a autora, tal noção enquadra a subordinação de *status* como um problema individual, de incapacidade comunicativa, em vez de uma construção cultural, cujos valores precisam ser colocados em xeque. No mais, ignora o possível custo social envolvido em adotar um estilo discursivo que não é associado à categoria à qual o indivíduo teoricamente “pertence”. A aceitação cultural das mulheres, por exemplo, tem dependido de recursos simbólicos como linguagem, estética e personalidade (cf.3.1.2); quanto mais uma mulher afasta-se do uso da linguagem padrão, mais ela desafia os parâmetros estabelecidos para seu gênero (Eckert, 1989). Ou seja, as expectativas sociais generificadas não permitem que as mulheres simplesmente criem relações mais simétricas com os demais ao adotar estilos discursivos tipicamente vistos como masculinos.

O quarto princípio, a **relacionalidade**, diz respeito ao caráter social da

identidade. De acordo com esta visão, a identidade não é autônoma ou independente, ela adquire significado social apenas em relação às outras posições identitárias e aos outros atores sociais. Embora a questão da relacionalidade tenha sido abordada por diversos estudos, estes tendem a focalizar um único eixo, o de semelhança e diferença (Benford & Snow, 2000; Duszak, 2002; Snow & Benford, 1998). Esta perspectiva é ampliada por Bucholtz & Hall (2005), que sugerem que a identidade é intersubjetivamente construída por relações que se sobrepõem e se complementam. Estas relações incluem adequação/distinção; autenticação/desnaturalização e autorização/deslegitimação, denominadas, coletivamente, táticas de intersubjetividade, a serem apresentadas a seguir.

A noção de adequação/distinção se distingue da noção tradicional de semelhança/diferença, pois a adequação não implica a construção da homogeneidade por completo; isto é, os membros do grupo precisam se construir apenas como suficientemente similares (em vez de idênticos), para os propósitos interacionais em curso. Assim, diferenças que prejudicam o processo de adequação serão diminuídas, enquanto semelhanças consideradas salientes para o projeto identitário atual serão destacadas. A distinção, por sua vez, depende da ocultação de semelhanças sociais para produzir a ideia de diferença.

O segundo processo, de autenticação/desnaturalização, se refere a reivindicações de veracidade e alusões a artifício. A construção da autenticidade é suscetível a pressupostos situados que dizem respeito a que tipo de linguagem e a que tipo de falantes contam como “genuínos” para determinados fins. Os atores sociais podem, por exemplo, se construir como os narradores “autênticos” de determinadas histórias, por meio de reivindicações a determinados tipos de conhecimento. A desnaturalização, por sua vez, representa o processo contrário, em que a atenção é direcionada à forma como a identidade é forjada, fragmentada, problemática ou falsa, desestabilizando associações entre identidades generificadas e práticas linguísticas, por exemplo. No mais, tal processo pode tornar visíveis os mecanismos e as ideologias subjacentes à hierarquização das categorias sociais.

Finalmente, a relação intersubjetiva de autorização/deslegitimação contempla os aspectos estruturais e institucionais da formação de identidade. No processo de autorização, as identidades podem ser afirmadas ou impostas por meio de estruturas institucionalizadas de ideologia e de poder, sejam elas locais ou translocais. Já no processo de deslegitimação, as identidades são descartadas, censuradas ou

ignoradas pelas mesmas estruturas. As estruturas ideológicas podem operar tanto no nível macro, quanto no micro, sendo reificadas nas interações cotidianas sem, necessariamente, a presença de uma autoridade identificável. Nesse sentido, nas interações micro estudadas, os participantes podem atualizar ideologias macrosociais relativas ao *status* social dos participantes, autorizando ou deslegitimando determinadas performances identitárias.

O quinto e último princípio proposto pelas autoras para o estudo das identidades é o de **parcialidade**. Este conceito dialoga com o posicionamento epistemológico adotado neste estudo (cf.3), por entender que todas as representações são parciais. Assim sendo, embora múltiplas identidades possam ser construídas pelos participantes ao longo da interação, elas ainda constituem um relato parcial, situado naquele contexto social específico.

O grupo aqui investigado se reúne devido à identificação de reivindicações coletivas no contexto da mobilidade urbana e assim, é possível que se engajem em um projeto identitário compartilhado. No entanto, como suas práticas discursivas são atravessadas por outras lutas, torna-se pertinente investigar como isso se dá nas interações, isto é, até que ponto os participantes interrogam a construção de categorias sociais de valores diferenciados, bem como as consequências para as relações construídas. Os cinco princípios aqui apresentados constituem um aparato-teórico propício para a compreensão dos processos sociais que subjazem a produção, negociação e hierarquização das identidades sociais. Por meio da abordagem proposta, torna-se possível observar, no nível micro das interações, a construção, a contestação e o reforço de diferenças entre grupos sociais, como, por exemplo, as categorias binárias de sexo, as noções de classe social, ou assimetrias relativas à escolarização, a fim de iluminar sua relação com as estruturas hierárquicas do contexto macrosocial no qual se inserem. O estudo centra-se em falantes que transgridem as expectativas sociais em suas práticas discursivas, por considerar que aqueles que resistem às normas sociodiscursivas são cruciais para a compreensão teórica da identidade como o saldo da agência, pelo qual os atores sociais desafiam contingências macrosociais com vistas a progressivamente desmantelá-las (Bucholtz & Hall, 2004).

Dessa forma, embora a pesquisa faça uso da terminologia dicotômica homem/mulher, masculino/feminino, ciclista/bicicleteiro e assim por diante, ela igualmente procura interrogar as noções de comunidades simbólicas criadas nas

interações, ao tornar visível os mecanismos pelos quais são criadas e reificadas, visando entender a relação entre estas construções e a possibilidade dos ativistas “interagir(em) em condições de igualdade com os demais” (Fraser, 2002, p.11). A partir desta compreensão – de que é ao direcionar a atenção a práticas identitárias que desafiam convenções sociais que o processo de negociação de relações mais simétricas pode ser observado – a próxima subseção parte para um conceito mais específico: o de narrativas de resistência, considerando tal prática um *locus* para observar esta eventual contestação, tanto no evento narrado, quanto no evento narrativo.

5.5 Narrativas de resistência

No estudo dos movimentos sociais, o foco muitas vezes recai sobre a criação de uma sensação de “we-ness”⁸⁷ e a construção de identidades coletivas, bem como sua relação com o engajamento na ação coletiva (Benford & Snow 2000; Snow & Benford, 1998). Entretanto, de acordo com Ewick & Silbey (2003), a narração de pequenos atos individuais de resistência de pessoas subordinadas também merece atenção, pois a circulação de narrativas que relatam momentos em que estruturas sociais são questionadas e restrições temporariamente suspensas pode igualmente viabilizar e coletivizar a resistência, seja esta resistência trazida à tona na construção do mundo narrado, seja nas relações que se desenvolvem ao longo do evento narrativo, ou nos dois.

A partir da concepção das autoras (ibid) estas narrativas contra-hegemônicas⁸⁸ constituem atos criativos e políticos em que atores sociais articulam bases estruturais de poder, avaliando a justiça e a moralidade da apropriação deste poder. Elas precisam ser contadas diversas vezes, gerar segundas histórias e entrar em circulação, uma vez que sua narração transcende temporal e espacialmente o momento da ação, possibilitando que as reivindicações morais e as práticas resistentes contadas se tornem parte dos recursos narrativos disponíveis. Desse modo, outros podem também questionar o exercício do poder, produzindo

⁸⁷ Snow, D. Collective Identity and Expressive Forms. California University, Irvine scholarship repository, 2001.

⁸⁸ Narrativas em que o *status quo* é questionado, visando provocar rupturas com, por exemplo, relações de poder naturalizadas.

mudanças estruturais e políticas.

Central para sua abordagem, Ewick & Silbey (ibid) concebem o poder hegemônico como um produto da interação social, produzido e reproduzido nas interações micro, muitas vezes, sem ser percebido. Assim como Goffman (1967) observou em *Ritual de Interação*, as relações de poder podem estar tão ritualizadas e enraizadas culturalmente ou institucionalmente que se tornam invisíveis, fazendo com que formas alternativas de organização não se encontrem mais aparentes. Em outras palavras, a organização de relações e recursos ofusca os mecanismos que sistematicamente distribuem *status* e privilégios, naturalizando o poder sistêmico. Ewick & Silbey (2003) chamam a atenção à forma pela qual a organização burocrática, por exemplo, reduz o exercício do poder a uma aplicação supostamente técnica e imparcial de regras "racionais". Narrativas de resistência tornam estas estruturas visíveis, desafiando os arranjos naturalizados e atribuindo responsabilidade a indivíduos pelas injustiças identificadas.

Os narradores destes atos se constroem como indivíduos agentivos, por meio da construção de significados de oposição, de transformação e de vitória moral – demonstram entendimento de que a ação social na sociedade contemporânea é organizada por meio de papéis sociais, regras, hierarquias, tempo e espaço, e que se encontram em posições subordinadas. No mais, os enredos de suas narrativas veiculam conhecimento do papel das estruturas do poder não só na limitação, como também na possibilitação da ação: como elas podem ser apropriadas para produzir resultados diferentes, mesmo que sejam efêmeros. Nesse sentido, a atividade narrativa constitui uma prática simbólica em que os grupos sociais se engajam a fim de reivindicar legitimidade e reconhecimento e, dessa forma, acumular mais capital simbólico e poder social (cf.1).

Narrativas de resistência contribuem para o deslocamento de relações assimétricas apresentadas como naturais na interação social, assimetrias cuja (des)construção este estudo investiga. A narração da injustiça permite que os atores sociais adotem uma postura avaliativa diante da apropriação de poder; entretanto, a (re)produção de relações de poder pode ocorrer tanto durante o evento narrado, como durante o evento narrativo. Assim, o conceito de narrativas de resistência de Ewick & Silbey (ibid), potencialmente, lança luz sobre as duas perguntas da pesquisa que mobilizam as diferentes camadas de análise. Isto é, ao direcionar o enfoque analítico a estas narrativas será possível observar eventuais práticas de

resistência direcionadas à ordem social no nível macro, a qual atropela os atores sociais que buscam se deslocar por meios de transporte alternativos, bem como as práticas de resistência direcionadas à ordem interacional no nível microssocial, cujas normas e regras podem naturalizar o atropelamento interacional daqueles menos privilegiados (Goffman, 1983).

Encerra-se aqui a apresentação dos conceitos teóricos nos quais a primeira lâmina de análise se embasa. Na próxima subseção apresento as narrativas selecionadas para o desenvolvimento desta primeira lâmina, norteada pela pergunta: *como se dá a navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrado?*

5.6 A navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrado

Como vem sendo apontado ao longo deste capítulo, na busca pela construção de relações mais simétricas, é necessário que os participantes interroguem as categorias sociais e os valores diferenciados a elas atribuídas. A fim de observar esta eventual contestação, foram selecionadas para a primeira lâmina de análise três narrativas concebidas como narrativas de resistência⁸⁹, contadas por participantes mulheres⁹⁰. Ou seja, ao conferir enfoque a estas narrativas, é possível observar a participação de integrantes de categorias sociais convencionalmente menos valorizadas no ambiente investigado, além das possíveis práticas identitárias em jogo nas performances sobre as quais o estudo se debruça. A primeira destas narrativas advém da nona cicloconversa, a qual ocorreu no dia 10 de abril de 2016, no Parque Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, na Zona Norte do Rio de Janeiro, conforme já informado (cf.4.1.2.1). Este encontro contou com a participação de onze ativistas: Adriano; Camila; Carlos; Gustavo; Heloísa; Joaquim; Mateus; Naomi; Pascal; Thales e Vera, sendo quatro mulheres e sete homens, porém apenas sete aparecem nos fragmentos transcritos: Camila; Gustavo; Heloísa; Joaquim; Mateus; Naomi e Thales. Ressalto, mais uma vez, que privilegiei a transcrição de fragmentos com maior protagonismo das participantes mulheres, visando observar como se dá sua participação.

⁸⁹ A primeira narrativa a ser analisada constitui uma narrativa de resistência canônica no sentido proposto por Ewick & Silbey (2003). As outras duas se distanciam mais do conceito em sentido estrito, porém também representam momentos em que relações de poder e arranjos convencionais são questionados.

⁹⁰ Informações mais completas sobre o contexto em que os dados foram gerados, bem como o corpus como um todo, podem ser encontradas no segundo e terceiro capítulos desta tese.

A narrativa a ser analisada é contada por Heloísa e ocorre aproximadamente quarenta minutos após o início da reunião – neste momento, os participantes estão empenhados em uma discussão sobre a política da prefeitura no que tange ao planejamento de infraestrutura cicloviária. Durante esse debate, afirmam que a então prefeitura contempla o uso da bicicleta apenas como veículo intermodal, por meio de projetos que visam alimentar o transporte coletivo, em vez da criação de uma rede cicloviária a qual conectaria diferentes bairros e zonas da cidade. Desse modo, a narrativa de Heloísa está ligada ao tópico da conversa, uma vez que constitui uma crítica ao sistema de transporte atual, em termos da possibilidade de ele possibilitar o deslocamento intermodal. Apresento, abaixo, portanto, a unidade discursiva em que identifiquei este momento narrativo. A análise que se segue visa abordar a primeira pergunta da pesquisa: *como se dá a navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrado?*

Fragmento 1

1	Gustavo	[é (.) uma opção é]
2	Heloísa	[eu trabalho na barra]
3	Mateus	[°pode ser também°]
4	Heloísa	(.) e eu moro no grajáú (.) então eu não posso
5		subir o alto de bicicleta >ainda mais de fixa<
6		(.) é impossível=
7	Mateus	=é
8	Heloísa	>°não dá°<
9	Mateus	[o joaquim]
10	Heloísa	[todo dia] então assim (.)
11	Joaquim	[<nelson>]
12	Heloísa	[eu tenho que deixar] minha bicicleta ou na
13		praça saens peña ou no metrô da rua uruguai aí
14		eu pego 301 e subo <de:> de ônibus depois eu
15		volto pego minha bicicleta à noite e volto pra
16		casa (.) o único=
17	Thales	= >aí tu prende na rua<
18	Mateus	[<°tu deixa no bicicletário°>]
19	Joaquim	[é o ideal seria um] para- bicicletário=
20	Camila	=[(.....)]
21	Joaquim	[não paraciclo]
22	Heloísa	[eu pren-]eu prendo no bicicletário do metrô
23	Joaquim	[aaaahhhh]

24	Heloísa	[que fica do lado de fora do metrô] não de dentro
25		que de dentro eu já tive um problema com metrô
26		por causa disso=
27	Joaquim	=chegou tarde
28	Thales	por causa da hora
29	Heloísa	<u>não</u> eu deixei a minha bicicleta de manhã (1,0)
30		peguei o metrô eu fui pro centro do centro fui
31		para Barra (0.5) trabalhei e () de
32		noite eu- eu vim de de ônibus para buscar o: a
33		bicicleta que tava dentro do metrô (.) e eles
34		falaram >que eu tinha que [pagar uma passagem de
35		metrô porque a bicicleta-<]
36	Gustavo	[é isso eu sei que é eles só aceitam]
37	Naomi	[<cara:lho>]
38	Gustavo	[se você paga a
39		passagem é verdade]
40	Heloísa	[>e aí eu falei olha]
41		me desculpa mas< eu deixei a [bicicleta]
42	Joaquim	[é]
43	Heloísa	hoje de manhã aqui peguei (.) o teu trem (.) e
44		aí o cara foi muito escroto o o::
45	Joaquim	=segurança=
46	Heloísa	=o atendente né virou e falou cara cê sabe que o
47		metrô (.) é (.) uma: >empresa particular< não
48		sabe falei sei (.) então para você entrar na área
49		do metrô você tem que pagar (1.0) e >tipo assim<
50		<u>mano</u> então deixa eu te explicar um negócio=
51	Gustavo	=antes de tudo o metrô é uma concessão pública=
52	Heloísa	=EXATAMENTE [mas o <u>buraco</u> não é teu]
53	Gustavo	[SUA ÁREA É PÚBLICA PROPRIEDADE PÚBLICA]
54	Heloísa	você tá ali porque [alguém deixou você tá]
55	Camila	[porque alguém deixou vc tá]
56	Heloísa	o buraco é nosso entendeu do tipo: a empresa está
57		ali tomando conta (.) mas o negócio é público
58		então relaxa na pica aí
59	Gustavo	hhhhhh

60	Heloísa	mas enfim aí ele ficou nã:o mas não posso deixar
61		entrar não sei o que falei >perai perai< então
62		você tá me dizendo o seguinte eu não posso entrar
63		para tirar minha bicicleta se eu quiser (.)
64		entrar na área do metrô pra fazer <qualquer
65		coi:sa> pra mijar no chão e sair <eu posso> (.)
66		não eu falei não sei que eu não posso fazer isso
67		mas eu não preciso pegar o trem >não não< o
68		metrô ele ele dá >o serviço do metrô é o trem<
69		então você tem que pagar >então eu falei eu tenho
70		que entrar e <u>usar</u> o ↑trem <correto> >então eu
71		quero entrar para buscar minha bicicleta não tô
72		usando o trem então tenho que pagar< não não mas
73		aí você vai entrar na área do metrô você tem que
74		pagar tipo assim <completamente NON SENSE>=

Como mencionado anteriormente (cf.2.4 & 4.1.2.1), as cicloconversas se iniciaram com a proposta de metodologias de interação, as quais visavam uma distribuição de turnos mais igual, proporcionando o piso a cada um durante um tempo monitorado, para que pudesse se posicionar sobre determinado assunto. Isso posto, no decorrer do tempo e com a rotatividade dos participantes, as conversas se tornaram menos estruturadas, permitindo a emergência de narrativas mais desenvolvidas, como a de Heloísa aqui apresentada.

Ao longo de sua construção do mundo narrado, Heloísa cria significados de oposição – dos problemas enfrentados devido à localização geográfica de seu trabalho (1.2 & 4-6), até o *problema* (1.25) enfrentado no dia específico da ação. Embora os responsáveis pela injustiça sofrida sejam, inicialmente, apresentados como uma autoridade despersonalizada: *eles* (1.33), posteriormente, emerge um personagem específico, o *cara escroto* (l. 44), cuja apropriação de poder pode ser então contestada (Ewick & Silbey, 2003; Goffman, 1967).

As relações que se desenvolvem entre Heloísa e este funcionário no mundo narrado são comunicadas a partir do diálogo construído (1.46-50 & 60-74). Nessas interações, o funcionário se engaja no que pode ser interpretado como um processo de autorização (Bucholtz & Hall, 2005), ao reivindicar conhecimento superior sobre a organização institucional do metrô nas linhas 46-7 *cara cé sabe que o metrô (.) é (.) uma: >empresa particular< não sabe*. A formulação da pergunta aqui construída não coloca em questão a informação veiculada, mas sim o conhecimento de Heloísa a respeito. O enquadramento do espaço como particular tem como função restringir o acesso, a partir da apropriação do poder simbólico nas linhas 60-1 *não posso deixar entrar*.

Diante dos desafios narrados, Heloísa não apenas afirma conhecimento das regras, mas também assume o papel de educadora a respeito delas, nas linhas 49-50 *mano* então deixa eu te explicar um negócio=. O uso da linguagem informal, ao optar por chamar seu interlocutor de *mano*, desestabiliza a relação assimétrica emergente em outros momentos do diálogo construído. A partir de escolhas lexicais como esta, Heloísa se engaja no que interpreto como um processo de desnaturalização: as metáforas sexuais nas linhas 52 e 56 – *o buraco*, a referência ao órgão sexual masculino na linha 58 *relaxa na pica aí*, e a alusão à possibilidade da narradora *mijar no chão* (l.65) (uma prática sujeita a um grau maior de sanção social para aquelas na condição de mulher), podem ser entendidas como ações discursivas progressivamente mais “transgressoras”, constituindo um questionamento das normas generificadas que sustentam associações entre a categoria social da mulher e noções de delicadeza (Bucholtz & Hall, 2004, 2005). No próximo capítulo, examinarei mais a fundo a negociação e recepção destas práticas identitárias ao longo do mundo narrado.

A partir da performance identitária na qual se engaja e dos significados construídos ao longo da narrativa, a arbitrariedade e a incoerência da situação em que ela se encontra são colocadas em xeque. A coda, nas linhas 73-4, *tipo assim <completamente NONSENSE>* =, enfatizada aqui pelo uso de recursos prosódicos – uma desaceleração no ritmo de fala acompanhada por um aumento de volume – reforça essa avaliação. O uso de língua estrangeira, apesar de um leque de opções disponíveis em português, serve para conferir destaque à mensagem e o aumento de volume mais uma vez interroga expectativas sociais generificadas, dessa vez de passividade. Nesse sentido, diante dos empecilhos narrados, Heloísa se apresenta como disposta a transgredir as regras e normas de ordem macro – tanto a organização burocrática dos sistemas de transporte, quanto as noções essencialistas de gênero – a fim de alcançar uma vitória moral (Bucholtz & Hall, 2004, 2005; Ewick & Silbey, 2003).

Como já vem sendo pontuado, esta narrativa foi selecionada por ser considerada uma narrativa de resistência no sentido canônico, proporcionando uma análise das práticas de resistência em duas lâminas – no evento narrado e no evento narrativo – a partir da qual é possível refletir sobre a produção de resistência/política e a eventual criação de relações simétricas entre os participantes. A segunda lâmina de análise lançará mais um olhar crítico sobre esse fragmento, desta vez a partir de

um novo ângulo, interrogando as práticas interacionais dos participantes na negociação dos significados.

Antes disso, examinaremos outra narrativa, em que é também possível observar o questionamento da ordem social no mundo narrado construído. Este segundo fragmento a ser analisado advém da décima-primeira cicloconversa. Esta reunião se realizou na Praça Seca, em Jacarepaguá, Zona Oeste da cidade, no dia 30 de abril de 2016 e contou com a presença de apenas seis participantes: Carlos, Gustavo, Heloísa, Naomi, Roberto e Thales, conforme informado no quarto capítulo. Ela teve como pauta ouvir os ciclistas da região, bem como debater possíveis ações de intervenção e formas de financiamento do grupo. A discussão durou aproximadamente uma hora e quarenta e cinco minutos e a narrativa selecionada ocorre após cerca de vinte e cinco minutos. Esta narrativa é contada por mim e é seguida por uma segunda, contada por Heloísa. No momento em que surge, o debate se centraliza no planejamento urbano. As colocações feitas pelos integrantes problematizam a crença generalizada no carro particular enquanto solução para os problemas coletivos da mobilidade urbana e parece haver consenso. Apresento, a seguir, a unidade discursiva em que identifico a primeira narrativa.

Fragmento 2

1	Naomi	[mas assim mas também tipo] eu tava
2		comentando com (.) algumas amigas minhas sobre né >quando
3		você anda de bicicleta você pode< (.) interagir com seu
4		(.) meio ambiente que isso né (.) é uma das vantagens
5		que você tem? da bicicleta? (.) tipo às vezes eu paro no
6		<u>sinai</u> (.) e quem tá de moto assim né puxa um papo <u>legal</u>
7	Roberto	aham
8	Naomi	acontece às vezes
9	Heloísa	uhã
10	Naomi	nem sempre é xinga(hh)mento
11	Heloísa	e [é você-]
12	Naomi	[aí eu tava] falando sobre isso e falei ah ↑né (.)
13		você pode né interagir com as pessoas às vezes né eu
14		vejo um amigo meu na rua assim >se eu tivesse no ônibus
15		(.) não ia dar pra parar e conversar<
16	Heloísa	ã
17	Naomi	aí eu tava fa- falando sobre isso com algumas amigas
18		minhas (.) e elas falaram justamente por isso que a gente
19		prefere andar de carro a gente [NÃO QUER INTERAGIR]
20	Heloísa	[não quer] é é
21	Roberto	não ↑quer o contato=
22	Naomi	=a gente tem <u>MEdo</u> de interagir

23	Heloísa	é é
24	Naomi	é <u>foda</u>

A narrativa não é canônica, no sentido laboviano, pois é composta principalmente por diálogo construído, sem ação complicadora *stricto sensu*. Se encaixa, no entanto, na noção de “narrativas pequenas” proposta por Georgakopolou (2006), que abrange narrativas não plenamente desenvolvidas como esta. Ela se inicia após quatro tentativas de tomada de piso, identificadas nas interações que antecedem à transcrição aqui apresentada. Assim, sua natureza breve e a ausência de elementos formais (como referências ao tempo/local específico em que os eventos alegadamente ocorreram), possivelmente se dá pela necessidade de comunicar o ponto antes que o piso seja reivindicado por outro. Sua inclusão aqui, portanto, decorre do objetivo de focalizar vozes e/ou pautas possivelmente ignoradas por uma lente analítica preocupada apenas com narrativas estruturalmente canônicas. Sua estrutura se assemelha, mais especificamente, ao conceito de anedota avançado por Bauman (1986), quando o evento narrado, segundo o autor, pode ser inteiramente composto por diálogo construído. Isso porque, além de representar um dispositivo performático, é possível que tal fenômeno constitua o próprio enfoque da história – o elemento que apresenta a reportabilidade máxima.

A narrativa aqui apresentada traduz uma tensão identitária que parece estar em jogo nas práticas discursivas das integrantes do movimento. Por um lado, a necessidade de (i) comprovar seu valor enquanto membras do movimento para seus pares no evento narrativo (questão a ser explorada mais a fundo a partir de outros fragmentos na próxima lâmina), pelo engajamento em processos de distinção de características simbolicamente associadas à feminilidade como vulnerabilidade e medo e, por assim dizer, engajar simultaneamente em processos de adequação aos valores simbolicamente masculinos do movimento, e (ii) diante do outro (nesse caso, os interlocutores do mundo narrado, *algumas amigas minhas* 1.2), engajar em performances coerentes com os ideais do movimento do qual fazem parte (o qual igualmente pode ser compreendido como um processo de adequação), ao desafiar os discursos hegemônicos e midiáticos que enquadram o ato de pedalar para o transporte como uma atividade perigosa por si só, mitigando ocorrências de

violência as quais não se encaixam em tal projeto. Por outro lado, a mitigação da violência, imbricada com estas performances, diminui a relevância das pautas relativas às suas experiências generificadas da mobilidade urbana, as quais elas simultaneamente buscam incorporar à agenda do movimento.

Esta tensão é esboçada, inicialmente, nas linhas 1-6, a partir da produção de um relato sem ancoragem temporal *eu tava comentando com algumas amigas minhas sobre né> quando você anda de bicicleta (...) às vezes eu paro no sinal (.) e quem tá de moto assim né puxa um papo legal* (um mundo narrado encaixado no mundo narrado, por assim dizer). A omissão da violência do relato é sutilmente trazida à tona pelo advérbio de frequência *às vezes* (1.5), cuja modalização comunica a excepcionalidade da experiência de engajamento em um *papo legal* (1.6), ao fazer alusão a um padrão de interação diferenciado. O diálogo com as crenças em circulação sobre a violência aparece mais nitidamente nas linhas 8 e 10, nas quais a repetição de *às vezes* e a negação *nem sempre é xingamento* – uma referência mais específica a um tipo de interação eventualmente mais comum – tornam a potencial agressividade mais visível, ao mesmo tempo em que mitigam seu impacto.

Os laços anafóricos construídos ao longo do evento narrado – a repetição lexical de *interagir* nas linhas 3 e 13, constroem uma sensação de coesão, cuja densidade e multiplicidade culminam no diálogo construído nas linhas 19 e 22 *a gente [NÃO QUER INTERAGIR]* (1.19) e *a gente tem MEdo de interagir* (1.22). A manutenção do tempo verbal no presente traz uma performance mimética ao diálogo, intensificando a sensação de reencenação e, acoplada ao aumento de volume, sua natureza teatral dá relevo ao discurso do outro, aqui o epicentro do mundo narrado. Ao se remeter à noção de *interagir* introduzida nas linha 3 e 13, esses discursos desempenham a função de coda, ressignificando a noção positiva originalmente posta; a alusão feita às agressões e violências inicialmente silenciadas a partir do *MEdo de interagir* traz à tona as relações de poder generificadas as quais imprimem marcas significativas nas experiências da mobilidade urbana. Nesse sentido, a ambivalência a qual me referi parece ser superada pela atribuição do medo a um terceiro, as *amigas* (1.2), possibilitando, assim, a projeção da imagem adequada e o destaque às pautas generificadas a um só tempo, a partir do distanciamento.

Após esta coda, a narrativa é seguida por uma segunda narrativa de Heloísa, a qual desempenha uma estratégia retórica parecida e é reproduzida a seguir.

Fragmento 3

25	Heloísa	é >mas é porque também< para mulher <a: a> uma viagem de
26		<ônibus>=
27	Roberto	=têm outras questões que envolve também [o <assé:dio>]
28	Heloísa	[ah ah <u>muitas</u>
29		outras] questões eu tava até (.) es- essa semana
30		encontrei com com menino >que trabalhou comigo no (nome
31		da empresa)<
32	Gustavo	[.....]
33	Heloísa	[no ônibus eu tava de] mochila (.) tinham vários caras
34		que estavam passando por mim ↑né cê quer que eu segure
35		então sua mochila falei ↑ <u>não</u> eu não quero que você segure
36		[minha mochila]
37	Roberto	[a mochila é quase que] um escudo né
38	Heloísa	porque é um escu- é ela fica ali nas costas e o cara vai
39		encostar na mochila <↓foda se> mas se eu tivesse sem?
40		[saca?]
41	Roberto	[é]
42	Heloísa	então assim? <de repente as meninas ficam assim (.) um
43		pouco: (.) com vontade de>=
44	Roberto	=[é]
45	Heloísa	[de de] se colocar num casu:lo (.) <por conta disso
46		assim>(.)mas a bicicleta ↓cara é
47	Roberto	mas por aqui o que que tá <u>valendo</u> assim é a ideia de que
48		a solução é o carro entendeu?
49	Heloísa	é o ↑carro
50	Roberto	[e a bicicleta acaba criando] um problema entendeu né
51	Heloísa	[<é o mini paraíso>]

Em termos puramente labovianos, esta narrativa também não é plenamente desenvolvida; a ação complicadora se inicia na linha 29 a partir do marcador temporal *essa semana* e é seguida por diálogo construído nas linhas 34-6, o qual encerra as atividades no passado. Posto isso, se encaixa na concepção de narrativa breve (Georgakopolou, 2006), ou anedota (Bauman, 1986), dado, em especial, ao papel central ocupado, novamente, pelo diálogo construído. Se aproxima igualmente da noção de narrativa de resistência de Ewick & Silbey (2003), pois traz à tona as relações generificadas que atravessam uma prática, ostensivamente, altruísta, possibilitando sua reinterpretação.

A partir do compartilhamento de uma experiência em primeira pessoa, a pauta – as *muitas outras] questões* (l.28-9) envolvidas nos deslocamentos das mulheres – aparece mais explicitamente do que na primeira narrativa, embora a narrativa seja caracterizada por elipses como esta nas linhas 28-9. A prática à qual se refere, comum nos ônibus lotados do Rio de Janeiro, ocorre quando os passageiros

sentados se oferecem para carregar os volumes daqueles em pé, a fim de, em princípio, deixá-los mais confortáveis durante a viagem. A narrativa, por sua vez, confere destaque à possibilidade de a bagagem desempenhar também a função de barreira, protegendo vítimas potenciais contra assédios ou agressões sexuais as quais podem vir a ser cometidas dentro dos coletivos.

A partir de sua repetição ao longo da narrativa (l.33, 35 e 36), a bagagem, nesse caso, a mochila, passa por transformações semânticas – de ostensivo portador de objetos na orientação *eu tava de mochila* (.) (l.33), a possível incomodo – reenquadrado a partir da animação da voz do outro *cê quer que eu segure então sua mochila* (l.34-5), a potencial fonte de conforto ou proteção *↑não eu não quero que você segure [minha mochila]* (l.35-6). A manutenção dos tempos verbais no presente traz, novamente, uma carga teatral ao discurso construído, conferindo-lhe destaque. A repetição do *não* (l.35) e a subida de tom enfatizam a contestação do significado de incômodo, porém o processo de ressignificação se estende às próximas linhas (l.38-40) nas quais a eventual função da mochila enquanto barreira é avaliada *mas se eu tivesse sem? [saca?]*

Apesar de se apresentar na posição de vítima potencial da agressão, os processos de distinção e adequação nos quais a narradora se engaja atribuem o medo, mais uma vez, a um terceiro ausente *as meninas (...) com vontade de>= (...) se colocar num casu:lo* (l.42-3 & 45). O distanciamento de noções convencionais de feminilidade, como delicadeza, ou a preferência pela linguagem indireta, é intensificado a partir do diálogo construído *↑não eu não quero que você segure [minha mochila]* (l.35-6) – a recusa da oferta sem atenuá-la por recursos de mitigação ou atender a face do outro, e a avaliação das possíveis repercussões *<foda-se>* (l.39).

A partir do pressuposto de que a criação de uma organização horizontal implica “a equalização de relações de poder entre atores privilegiados e não privilegiados em processos de tomada de decisão formais e informais” (Carpentier, 2016, p. 72, cf.2), a visibilidade aumentada das pautas dos grupos menos privilegiados – como a violência de gênero, por meio da prática narrativa, favorece tal processo. Ao mesmo tempo, a suavização das relações de poder em jogo no mundo narrado, omitindo a ameaça, sempre presente, de sanções sociais direcionadas a quem viola as regras da interação (devido à falta de preocupação com a face do outro, por exemplo), dificulta seu combate. O projeto identitário

identificado, no qual traços simbolicamente masculinos são valorizados, parece atender às demandas do evento narrativo, salientando a relação de implicação mútua entre o mundo narrado e o mundo narrativo, os quais encontram-se separados apenas para os fins de análise.

Antes de passar a investigação do mundo narrativo, a última subseção deste capítulo, a seguir, visa costurar mais precisamente possíveis relações entre os fenômenos discursivos identificados nas narrativas apresentadas neste capítulo e o contexto macrossocial com o qual dialogam.

5.7 Encaminhamentos

Esta primeira lâmina de análise se desdobra do objetivo geral da pesquisa: a interrogação dos modos de produção de política/resistência, e a alegada horizontalidade dos movimentos sociais contemporâneos, a partir do exame das práticas discursivas de um grupo específico, e foi norteada pela pergunta: *como se dá a navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrado?* Para tal, examinou três narrativas, consideradas representativas dos dados como um todo, buscando identificar os significados, práticas avaliativas e identitárias emergentes delas.

Os encontros do grupo investigado se fundam em práticas narrativas; histórias cotidianas nas quais os percalços pela cidade são revividos pelos participantes. O modo de fazer política no movimento social em tela se baseia no compartilhamento e na reflexão sobre essas histórias. A análise conduzida indica a força da prática narrativa na construção da resistência e na visibilidade aumentada de pautas tradicionalmente excluídas da esfera pública, a partir das estratégias retóricas aqui identificadas. Por meio da construção dos mundos narrados, as narradoras comunicam entendimento da organização social do mundo em que vivem e de que se encontram em posições menos privilegiadas. Suas narrativas tornam visíveis estruturas sociais que hierarquizam papéis sociais; seja ao expor a apropriação de poder como arbitrário, seja ao levantar questionamentos sutis a respeito da organização espacial das nossas cidades, e a experiência generificada que é produto desses arranjos.

Ao mesmo tempo, suas performances são marcadas por conflitos identitários, atrelados à ambivalência entre seus objetivos interacionais e os processos discursivos típicos nos quais valor simbólico é acumulado no espaço investigado.

Por um lado, o distanciamento de noções essencialistas de feminilidade – a partir de escolhas lexicais, registros adotados, ou da projeção de características que desafiam padrões generificados – contribui para a desnaturalização de uma categoria homogênea imaginada. Por outro lado, é possível que tal distanciamento mitigue a força ou a relevância de suas pautas, diminuindo sua visibilidade. Estas performances são igualmente ancoradas nos mundos narrativos, nos quais precisam ser negociadas. Este processo e os embates discursivos a ele relacionados serão examinados na segunda lâmina da análise.

Encerra-se aqui a primeira lâmina de análise. O próximo capítulo focalizará os conceitos interacionais que fundamentam a segunda pergunta da pesquisa: *como se dá a navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrativo?* Após isso, as narrativas aqui apresentadas serão novamente analisadas, juntas a outras selecionadas com vistas a responder esta pergunta. As duas lâminas de análises serão, então, seguidas por uma discussão dos dados no intuito de costurar elos entre estes dois mundos e a ordem social a qual as práticas discursivas analisadas também constituem.

Quem tem alguma coisa para falar, fala. Quem não queria falar nada, fala nada.

Paulo, *Cicloconversa 5*

6. Práticas de atropelamento e práticas de resistência no mundo narrativo

Conforme vem sendo dito, o movimento social do qual nasce o espaço discursivo sob escrutínio nesta pesquisa desafia a crença enraizada na primazia dos modais motorizados, subjacente a inúmeras políticas públicas as quais legitimam a “colonização motorizada” da via urbana. Ou seja, os ativistas engajados neste movimento questionam as dinâmicas de poder pelas quais se navegam tanto no nível macro do planejamento urbano, como no nível micro das interações e nas agressões cotidianas em que estas hierarquias são, muitas vezes, naturalizadas e a violência no trânsito, banalizada. Esta pesquisa, portanto, tem por objetivo compreender até que ponto estes mesmos ativistas criam relações mais igualitárias entre si em suas práticas interacionais, e até que ponto criam relações hierarquizadas, tal como ocorre em suas vivências de deslocamento pela cidade por bicicleta. Para tal, a segunda lâmina de análise direciona um olhar crítico ao evento narrativo, isto é, sobre as interações que se desenvolvem entre os participantes enquanto a narrativa se desdobra. A extensão deste capítulo decorre do fato de que esta lâmina de análise possibilitou que a discussão sobre horizontalidade, proposta como objetivo geral, se adensasse, confirmando a necessidade de se investigar as práticas interacionais como agenda investigativa para as questões de poder.

Tomando o micro como ponto de partida para a investigação de questões também de ordem macro, a análise aqui proposta, embasa-se em construtos teóricos dos estudos da interação, orientada por uma perspectiva de gênero, a qual foi escolhida em função das percepções proporcionadas pelo estudo de campo, bem como pelo processo de audição e transcrição dos dados. Norteada pela pergunta: *como se dá a navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrativo?*, esta segunda lâmina interroga a dinâmica de disputas por *status*, por aprovação ou por

reconhecimento, as quais podem se manifestar em práticas de higiene verbal (Cameron, 2006), na alternância de códigos (Blom & Gumperz, 2002) e na negociação e/ou problematização de papéis narrativos e performances identitárias (Bucholtz & Hall, 2004. 2005; Cameron, 2010; Ochs & Taylor, 1995). Também retomo a noção de diálogo construído e de segundas narrativas com vistas a examinar seu papel nesse processo (Garcez, 2001; Tannen, 2007 [1989]). A partir deste amparo teórico, o estudo, então, busca compreender como os participantes administram a negociação de sentido na interação, por tornarem visíveis elementos da metacomunicação no nível micro, podendo, assim, avançar conhecimentos concernentes ao “que está acontecendo aqui e agora [no contexto em estudo]?”, a partir dos quais é possível tecer elos com dinâmicas de poder macrossociais com as quais se entrelaçam (Goffman, 1967).

A organização deste capítulo se dá da seguinte maneira: a primeira seção apresenta a perspectiva de gênero, norteadora da análise, além de detalhar as razões pelas quais o foco nesta assimetria, em específico, foi escolhido. Após isso, a segunda seção versa sobre o papel da linguagem na construção de gênero, apresentando a noção de práticas de higiene verbal. A terceira situa brevemente a sociolinguística interacional no âmbito dos estudos do discurso, conferindo enfoque a um conceito específico no qual a segunda lâmina de análise se apoia: alternância de código, assim como sua relevância para o contexto aqui investigado. A quarta seção, por sua vez, focaliza as noções de papéis narrativos e de problematização, bem como sua relação com a manifestação de conflitos sutis nas interações. Feito isso, na quinta seção, reapresento narrativas analisadas anteriormente no quinto capítulo, abordando-as a partir de um ângulo diferente – examinando as práticas interacionais emergentes do mundo narrativo – isto é, as relações que se desenvolvem entre os participantes presentes no momento da narração. A sexta seção revisita o debate teórico apresentado no quarto capítulo a respeito de diálogo construído, a fim de pensar, mais especificamente, sobre seu possível papel na negociação de papéis sociais e de relações entre os participantes. A partir disso, analiso mais dois momentos narrativos, com o intuito de pensar sobre suas possíveis funções e as repercussões para a dinâmica das relações no mundo narrativo. A sétima seção encerra o capítulo ao sintetizar as práticas discursivas identificadas nas análises realizadas, a fim de refletir sobre seu papel na construção de relações mais simétricas/assimétricas.

6.1 Gênero como performance identitária contestável

Entre as diversas assimetrias que podem se manifestar nas interações, nesta investigação, escolho privilegiar a identificação de estratégias discursivas eventualmente decorrentes de pressupostos generificados. Nesse sentido, o foco aqui recai sobre fenômenos discursivos os quais podem levar à criação de relações hierarquizadas atreladas às categorias sociais de gênero. Além das percepções proporcionadas pelo desenvolvimento da pesquisa, esta escolha também se dá em função da visão de mundo que orienta este trabalho; o percurso da pesquisa é norteado por preocupações minhas em relação à ação humana, e crenças minhas em relação à forma pela qual ela deve ser estudada, ao mesmo tempo em que busco refletir sobre o papel desta minha subjetividade na construção do conhecimento aqui apresentado. Esta escolha, portanto, não significa que outras assimetrias não podem se manifestar nas interações investigadas, tampouco no contexto estudado de um modo mais amplo, elas simplesmente se encontram para além do escopo deste trabalho.

Como vem sendo discutido ao longo desta tese, a realidade social é aqui concebida como construída discursivamente. Assim como outras categorias sociais, as noções de gênero fazem parte desta realidade que é atualizada a todo momento nas práticas identitárias, negociadas na interação. Dessa forma, além dos processos socioculturais e históricos os quais moldam as concepções de gênero, o conceito é aqui compreendido como também performativo⁹¹ (Butler, 1990; Goffman, 1977, 1979). De acordo com o conceito inicialmente desenvolvido por Goffman, aprendemos a performar determinados papéis na sociedade de acordo com o “pertencimento” às categorias de sexo culturalmente estabelecidas. Estas categorias normativas prescrevem o modo como vivenciamos o mundo, nos tornando sujeitos a expectativas sociais diferenciadas, ao mesmo tempo em que fornecem uma base para desculpar, justificar, explicar ou condenar a conduta do indivíduo. Assim, as alegadas diferenças entre as categorias de sexo são produzidas pela ritualização dos papéis de gênero e pela segregação institucional, em vez delas serem inatas ou

⁹¹ A noção de performatividade desenvolvida por Butler (1990) se vale da teoria dos atos de fala de Austin (1962) e destaca a produção da identidade de gênero a partir de atos de fala performativos. O conceito se distancia da noção de teatralidade na obra de Bauman (1977, 1986).

decorrentes de diferenças biológicas⁹².

As condutas estereotipadas aprendidas e convencionalizadas na socialização são designados por Goffman (1979) “**displays**” de gênero. Seu significado não está no comportamento em si, “mas sim nos códigos culturais que [nele imprime] significado” (Gastaldo, 2008, p.152). Ao escolher performar determinados “displays”, o indivíduo comunica tacitamente aos outros seu alinhamento a uma determinada situação e aos rituais de interação esperados nela. Assim, a natureza do gênero reside na capacidade e na vontade para aprender a fornecer e seguir prescrições de masculinidade e feminilidade em um processo que legitima e retroalimenta a crença em sua base biológica (Goffman, 1979).

Embora advenha de uma tradição acadêmica distinta, o trabalho seminal de Butler (1990), o qual enfatiza as possíveis repercussões para aqueles que não se conformam com os códigos culturais de gênero, complementa a obra de Goffman (1977, 1979), ampliando a noção de performance. Do mesmo modo que seu antecessor, Butler (2003, p.59) considera o gênero um fenômeno culturalmente performado e “performativamente constituído”, em vez de ser uma propriedade essencial ou pré-discursiva do indivíduo. No mais, para além dos rituais observados por Goffman, ela considera todo ato de comunicação uma performance, ou parte constituinte dela. Nas palavras tão citadas da autora, o gênero constitui “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida”. Desse modo, o gênero é uma cópia de uma cópia, sem possuir original; se cristaliza no decorrer do tempo até produzir a aparência de uma substância, ou “essência”, ostensivamente relacionada a categoria de sexo atribuída. A partir da noção de performatividade, estudos posteriores têm focalizado a diversidade de gênero e de performances disponíveis a determinados atores em contextos distintos, além da possibilidade para agência dentro da “estrutura reguladora” – palpável em performances de gênero que subvertem e resistem às ideologias dominantes de masculinidade e de feminilidade prescritivas e/ou as apropriam para seus próprios fins (Ver Barrett, 1995; Hall, 1995).

No contexto estudado, os participantes se identificam com as categorias

⁹² Em diversos momentos das conversas gravadas, há participantes que se expressam a favor da horizontalidade ao mesmo tempo em que fazem alusão à liderança enquanto característica “natural” de determinadas pessoas. É possível que tais crenças encontrem-se imbricadas com os papéis generificados problematizados por Goffman.

binárias de sexo a eles atribuídas; isto é, no momento de elaboração deste trabalho não participam pessoas transgênero nas reuniões estudadas. A ausência de heterogeneidade do grupo neste sentido, uma vez que não conta com participantes que não se encaixam nas categorias culturalmente estabelecidas, talvez indique que o espaço não acolhe uma diversidade de performances de gênero. No entanto, o foco aqui recai sobre uma questão mais específica. Questão esta que pode ser examinada a partir das práticas discursivas emergentes das reuniões gravadas; isto é, o presente estudo voltará sua atenção para as performances de gênero dos participantes que aparecem nas gravações, principalmente aquelas que questionam ou subvertem as expectativas sociais, buscando compreender as consequências interacionais destas ações discursivas.

As expectativas sociais decorrentes de pressupostos generificados foram problematizadas por Goffman em sua obra pioneira “*Gender Advertisements*”, publicada em 1979. Neste estudo multimodal, o autor lança luz sobre a ritualização de papéis sociais na produção de imagens de publicidade. Dentre as práticas sociais identificadas em seu corpus, direciona a atenção a situações recorrentes em que as mulheres aparecem na posição de “aprendiz”, enquanto os homens ocupam a posição de “educador”. A partir de suas observações, o autor alerta para a forma pela qual estas imagens perpetuam uma relação de poder naturalizada, apresentando a subordinação da mulher como uma obviedade, quando, na realidade, elas fundamentam, reiteram e sustentam esta relação.

No que diz respeito aos papéis generificados na contemporaneidade, observações proporcionadas pelo estudo de campo realizado para esta pesquisa sugerem que papéis estereotipados ainda podem ser reproduzidos nas interações, embora sejam sujeitos a contestação. Tal dinâmica pode ser observada a partir de um exemplo da quinta conversa, realizada na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro⁹³). Neste dia, eu e outros moradores da Zona Sul e do Centro fomos juntos, de bicicleta, até o local, onde encontramos participantes de outras regiões da cidade no entorno do prédio. Após o estacionamento de nossas bicicletas, procuramos uma sala para a realização da reunião. Embora muitos participantes já conhecessem o local, neste processo, o participante Paulo parecia assumir o papel de guia, explicando vários aspectos da universidade aos demais e levando o grupo

⁹³ Este encontro ocorreu no dia 23 de fevereiro de 2016 e contou com 10 participantes: Simone, Paulo, Mateus, Laura, Theo, Fernando, Naomi, Thamires, Mariana e Juliana.

a uma sala considerada adequada para a reunião. No final da reunião, alguns participantes defenderam o aproveitamento de universidades públicas para a realização de reuniões posteriores. As primeiras quatro conversas de 2016 tinham sido realizadas na mesma praça pública, Cinelândia, no Centro da Cidade, a qual também constitui o local da concentração da Massa Crítica. A escolha de realizar as reuniões em ambientes públicos tinha sido tomada pelos participantes justamente por entender que tais locais permitem que qualquer pessoa participe, independentemente de sua condição financeira, ou qualquer outro impedimento. O excerto 2, a seguir, representa um momento da interação em que Paulo versa sobre o funcionamento de instituições públicas e em que Simone parece resistir ao papel de “aprendiz” a ela atribuída.

Excerto 2

Paulo	=universidades são lugares abertos ambientes públicos que ninguém pode impedir a entrada de ninguém inclusive vale lembrar disso prédios públicos é proibido impedir a entrada você tem que deixar entrar é proibido proibir
Juliana	proibido proibir
Paulo	hhhhh
Simone	é
Mateus	que bom é
Paulo	o papel é isso que eu quero falar num prédio público você não pode impedir que alguém entre nele ()
Mariana	um cara ()
Simone	não tudo bem estudei sete anos numa faculdade federal tô ligahhda

A partir do enquadre da informação como nova – a motivação pela qual as reuniões se realizam em espaços públicos – repetido ao longo dos turnos de Paulo, parece emergir uma dinâmica de professor/alunos, neste momento da interação. A reivindicação de conhecimento igual por Simone *estudei sete anos numa faculdade federal tô ligahhda*, por sua vez, desestabiliza tal relação assimétrica.

Nesta segunda lâmina de análise observaremos mais a fundo como tais padrões generificados são negociados pelos participantes em suas práticas discursivas. Sendo assim, a seção a seguir se dedica, mais especificamente, a reflexão sobre o papel da linguagem na construção dos padrões de gênero, bem como as possibilidades para reconstruí-los em outras bases.

6.2 Pressupostos generificados e higiene verbal

O papel da linguagem na produção da binária de gênero, assim como na negociação das relações de poder a ela atrelada, tem sido interrogado por diversos estudiosos. Alguns, como Lakoff (1975), West & Zimmerman (2010) ou Fishman (2010), têm avançado a ideia de que haveria um “registro feminino”, o qual as mulheres aprendem a adotar na socialização. Este registro incluiria o uso de marcas linguísticas que comunicam subordinação e uma falta de autoridade em suas interações. West & Zimmerman (2010), por exemplo, atribuem o uso de estratégias discursivas por grupos dominantes, como a chamada “interrupção”, a relações de dominância, cujo uso mantém os grupos sociais menos privilegiados em posições subalternas. Já outras pesquisas, como as desenvolvidas por Coates (1986, 1989) e Tannen (2010), atribuem esta ostensiva diferença entre “linguagem feminina/masculina” a normas e valores “femininos”; isto é, uma diferença cultural tal qual como Gumperz (1982) identificou em interações entre interlocutores oriundos de grupos sociais culturalmente distintos. Tannen (2010), por exemplo, considera que o estilo discursivo adotado por homens seria mais competitivo, enquanto mulheres adotariam um estilo discursivo mais colaborativo. No entanto, tal diferença não seria relacionada ao *status* ou a assimetrias sociais, e sim à cultura, sendo atribuída à socialização, muitas vezes, segregada na infância. Por isso, a autora atribui a ocorrência de “mal-entendidos” entre os dois grupos à falta de conhecimento cultural necessário para a interpretação de enunciados produzidos por grupos distintos.

Ambas as abordagens têm sido alvo de críticas, principalmente por sustentar uma concepção binária de gênero, além de pressupor dois grupos homogêneos. Cameron (1992a, 1992b, entre outros), por exemplo, se opõe às duas visões, sublinhando a necessidade de um olhar atento aos pressupostos generificados que condicionam a lente do próprio pesquisador na seleção e na interpretação dos dados, para que o senso comum não seja, simplesmente, confirmado. Nesse sentido, cabe ao pesquisador voltar sua atenção a dados que também fujam e contestem os padrões de gênero, a fim de melhor compreender como a noção é produzida discursivamente, e igualmente pode ser interrogada.

Como vem sendo argumentado, categorias culturalmente construídas, como o “masculino” e o “feminino”, são moldadas dentro de grupos sociais e flutuam ao

longo da história, sendo sistematicamente relacionadas a outras áreas do discurso, “como a natureza das pessoas, do poder e de uma ordem moral desejável” (Gal, 1991, p.171). Considero o uso da chamada “linguagem feminina”, isto é, a adoção de normas de uso consideradas convencionalmente femininas, como uma performance (cf.5.4), a qual pode reificar padrões culturais de feminilidade, e/ou produzir uma visão de gênero como estático. Ao mesmo tempo, como identifica Hall (1995), este tipo de performance pode ser aproveitado para alcançar objetivos interacionais específicos como, por exemplo, a venda de um determinado tipo de feminilidade por atendentes de telessexo. Tal ação discursiva, isto é, a escolha de uma determinada performance dentre toda uma gama disponível, aponta para a pluralidade do chamado “feminino”.

Nesse sentido, a “linguagem feminina” (Lakoff, 1975) é aqui vista como uma categoria simbólica em vez de uma categoria empírica – estratégias discursivas ideologicamente atreladas a noções de “feminilidade”, (ou “masculinidade”, por sua vez), podem ser empregadas por falantes diversos, visando atingir fins distintos. Em vez de indexar uma ausência de poder *a priori* (como sugerem Lakoff, 1975; West & Zimmerman, 2010; Fishman 2010, por exemplo), seu significado encontra-se suscetível a interpretações, informadas por pressupostos relativos a categorias sociais, organizadas hierarquicamente.

Não obstante estas problematizações, a noção de que existiria um estilo ou registro “feminino” e de que tal registro seria, de alguma forma, problemático, ou um desvio da norma (masculina), se tornou parte do senso comum. No mais, a circulação desta crença produz consequências práticas, como por exemplo, a proliferação de cursos de “comunicação profissional”, direcionados, principalmente, a mulheres. Como mencionado brevemente no capítulo anterior (cf.5.4), a prática de ensinar os menos privilegiados a se adequarem às normas discursivas dos grupos dominantes, a fim de “obter sucesso” na vida pública, Cameron (2006) denomina “higiene verbal”. De acordo com a autora, esta prática se fundamenta na concepção de que determinados modos de usar a linguagem são funcionalmente, esteticamente ou moralmente preferíveis e têm raízes históricas. No século XVIII, por exemplo, as mulheres eram aconselhadas a restringir suas falas à esfera doméstica privada, cultivar a arte de escutar e estimular a fala dos seus interlocutores masculinos, bem como evitar qualquer manifestação de humor, erudição, vulgaridade ou agressão (Armstrong & Tennenhouse, 1987). Os

programas de treinamento comunicativo profissional, aos quais Cameron (2006) se refere e critica, foram popularizados nos anos 90. Embora sejam menos comuns na atualidade, as crenças sobre linguagem e gênero nas quais se baseiam ainda fazem parte do imaginário coletivo, podendo se manifestar nas interações cotidianas contemporâneas. Estas crenças enquadram a subordinação de *status* como um problema individual, de incapacidade comunicativa na vida pública, em vez de um problema socio estrutural, cujos valores requerem interrogação. No mais, ignoram o possível custo social envolvido na adoção de um estilo discursivo que não é associado à categoria identitária à qual o indivíduo teoricamente “pertence”.

Ao interrogar as crenças específicas que subjazem a prática de higiene verbal, Cameron (2006) aponta que, entre os conselhos direcionados às mulheres, o mais comum diz respeito ao uso de linguagem direta. Isto é, as mulheres são aconselhadas a evitar a mitigação a fim de não criar “mal-entendidos”. Para a autora (ibid, p.67), o pressuposto de que as mulheres fazem uso maior de estratégias indiretas, e de que tal uso leva a problemas comunicativos em ambientes públicos e profissionais, não se sustenta empiricamente, e ignora princípios teóricos da sociolinguística interacional e da pragmática relativos à competência comunicativa (Brown & Levinson, 1987; Grice, 1975). Conforme observado na primeira lâmina de análise, (cf. 5.6), o diálogo construído no fragmento 3 rompe com a expectativa generificada do uso da indiretividade.

Como Cameron ilustra em outro artigo (1998), o uso da indiretividade, convencionalmente associada à “linguagem feminina”, produz diferentes efeitos pragmáticos, a depender de quem emite o enunciado e de quais pressupostos são mobilizados ao interpretá-lo. A produção de uma solicitação indireta, como a pergunta “você gostaria de terminar o relatório hoje?”, quando emitida por mulher e direcionada ao subordinado masculino no âmbito profissional, pode ser interpretada como apenas uma sugestão, sem acarretar o efeito ilocucionário de ordem. Já a produção de uma solicitação indireta no âmbito domiciliar, como “Vera, tem ketchup?”, emitido por homem e direcionada à sua esposa, pode acarretar o efeito ilocucionário de ordem, levando Vera a produzir o item logo em seguida.

Os exemplos apresentados pela autora sugerem que a indiretividade, assim como outras estratégias discursivas, não simplesmente indexa uma identidade “feminina”, empregada apenas por aqueles que se encontram em posições sociais subalternas – seu significado pode ser ambíguo e, muitas vezes, multifuncional.

Sendo assim, a interpretação de tais enunciados não está inerente à forma, tampouco depende de conhecimento “cultural” restrito a um grupo generificado específico. Em vez disso, depende de pressupostos relativos à devida posição social de quem emite o enunciado, dos quais os interlocutores lançam mão na interação.

Desse modo, diferente da “linguagem feminina”, a linguagem usada por aqueles menos privilegiados pelos padrões de gênero constitui sim uma categoria empírica sobre a qual a análise pode se debruçar. Estudos que seguem um viés feminista precisam conferir enfoque à recepção e à negociação dos enunciados produzidos por estes grupos nos mais variados contextos sociais, em vez de centrar sua atenção em tentativas de categorizá-los. Sendo assim, como já assinalado, o olhar analítico precisa atentar-se não somente a situações em que padrões de gênero são reproduzidos, como também a situações em que emergem atos de resistência à estrutura rígida de tais padrões, para que seja possível examinar as dinâmicas interacionais que acompanham tais práticas. Como Eckert (1989, p.256) tem argumentado, embora os homens, em muitas culturas, possam “justificar e definir seu *status* com base em suas conquistas”, as mulheres, tipicamente, tem dependido mais significativamente de recursos simbólicos para tal, como o uso da linguagem padrão (cf. 3.1.2; cf. 5.4). Levando esta observação em consideração, a segunda lâmina de análise examinará a negociação das performances identitárias que fogem destes padrões – como, por exemplo, o uso de metáforas sexuais identificado no fragmento 1 – partindo do pressuposto de que a negociação de crenças subjacentes a práticas de higiene verbal pode se manifestar na substituição de itens lexicais, no uso de prosódia e de volume e na alternância de códigos.

Pesquisas de orientação micro e aquelas de perspectiva feminista têm se aproximado cada vez mais com o advento de um pensamento feminista que igualmente desconfia de generalizações globais e da possibilidade de forças estruturantes atuarem sobre as interações de forma homogênea, sem a possibilidade de resistência (Cameron, 2006). A partir deste pressuposto, de que é na negociação do significado nas interações que as categorias sociais e os valores a elas associados se produzem, a abordagem aqui proposta busca identificar “como as pessoas usam recursos linguísticos para produzir a diferença de gênero” (Cameron, 2010, p.132). Para tal, focaliza a eventual dinâmica emergente entre relações de poder convencionais, as quais atravessam as interações sociais e limitam as possibilidades de ação, e práticas de resistência aos padrões generificados.

Como vem sendo assinalado, a noção de gênero, escolhida como enfoque da segunda lâmina de análise, representa apenas um dos diversos construtos que podem ser mobilizados na interpretação dos enunciados, em conflitos por poder social nas interações. A análise a seguir neste capítulo se fundamenta na ideia de que as estratégias discursivas identificadas não buscam, simplesmente, a inteligibilidade ou o engajamento na conversa; o uso delas faz parte da navegação por relações de poder, inclusive no contexto de movimentos, ostensivamente, engajados na contestação dos padrões culturais nos quais a organização hierárquica dos grupos sociais se sustenta.

Estas estratégias podem assumir diversas funções, sendo ou colaborativas, ou competitivas, ou, por vezes, as duas coisas simultaneamente, desempenhando um papel na negociação de performances identitárias e os valores a elas atribuídos. Nesse sentido, embora a conversa requeira um grau de cooperação para que se ocorra, é possível que um elemento de competição igualmente se manifeste, seja por *status*, por reconhecimento ou por aprovação. Participantes podem, por vezes, estar em desacordo total, enquanto ainda respeitam os turnos dos demais, ou podem aparentar apoiar uns aos outros enquanto procuram elevar sua própria posição social a partir de tal apoio (Cameron, 2010).

Por esse motivo, busco entender se, ao interpretar enunciados, os participantes fazem uso de pressupostos conflitantes em relação à posição social, ou à devida posição social, de um determinado falante em uma dada situação e, por assim dizer, aos seus direitos e obrigações enquanto participante da interação. Estes pressupostos fazem parte do não dito “conhecimento” que mobiliza a interpretação dos enunciados na interação. Tais crenças conflitantes criam um

terreno fértil para desentendimentos ‘estratégicos’, em que a relatividade ou a ambiguidade de estratégias discursivas pode ser aproveitada como uma arma em conflitos entre homens e mulheres, que hoje em dia concorrem pelo mesmo poder e *status*, em vez de assumirem papéis complementares (Cameron, 1998, p.447).

Afinal, a divisão sexual de trabalho linguístico não é uma questão arbitrária; “conflitos entre homens e mulheres são muitas vezes conflitos políticos, (...) têm causas materiais e (...) expressam algo mais profundo que desentendimento casual” (Cameron (1992b, p.467). Quando uma pessoa se direciona a outra, sua posição social é sempre um pressuposto implícito. A fim de traçar a atuação do poder social

em uma determinada interação, precisamos, então, identificar: “quais pressupostos sobre gênero e relações de poder provavelmente estão envolvidos quando os participantes descartam determinadas interpretações e recorrem a outras” (Cameron, 1998, p.451-2).

Nesse sentido, nas interações estudadas, é possível que ocorrências de falas, ostensivamente, colaborativas sejam interpretadas simultaneamente como instâncias de conflito, as quais surgem como efeito da tensão em jogo entre poder e resistência (Cameron, 1998). Ao navegar pelas dinâmicas de poder e interrogar diferentes categoriais sociais, os participantes podem lançar mão de estratégias discursivas diversas, tais como registros ou códigos que fujam das expectativas sociais. Dessa forma, a próxima subseção versa, mais especificamente, sobre a oscilação entre códigos distintos e seu possível papel na negociação de papéis sociais e de relações mais simétricas.

6.3 Alternância de código

A justaposição feita pela sociolinguística interacional de tradições de pesquisa provenientes da linguística, da antropologia e da sociologia possibilita estudos sobre os processos interpretativos que subjazem à percepção de sinais comunicativos que afetam a compreensão nas interações sociais, focalizando os contextos específicos nos quais elas ocorrem (Goffman, 1974). Busca-se, assim, entendimentos do processo interacional, isto é, dos modos como as pessoas atribuem valor simbólico ao que é dito e feito nos encontros sociais, seja em meio ao cruzamento entre papéis sociais que posicionam os atores de forma diferenciada, seja na tentativa de compreender a atuação da linguagem em situações específicas, como na narração de atos de resistência no contexto dos movimentos sociais contemporâneos.

Estudos discursivos orientados por esta perspectiva precisam se atentar para “as regras culturais (que) estabelecem como os indivíduos devem se conduzir em virtude de estarem em um agrupamento” (Goffman, 2002b, p.17). As regras sociais às quais o autor se refere encontram-se, muitas vezes, não ditas e, por isso, dignas de análise pormenorizada, a fim de aprofundar a compreensão de arranjos sociais implícitas. Nas plenárias eleitas como objeto micro deste estudo, além das regras implícitas sobre as quais o estudo busca produzir inteligibilidade, foram também

definidas normas mais explícitas. Para cada encontro, por exemplo, foi estabelecida uma pauta com o intuito de orientar o debate. Além disso, foram propostas metodologias para o gerenciamento de turnos, visando fomentar a participação de todos os presentes, uma vez que buscaram, teoricamente, acolher todos os interessados pela mobilidade por bicicleta (cf.2). Sendo assim, a partir dos princípios teóricos apresentados, a segunda lâmina de análise procura examinar possíveis relações entre os propósitos tornados explícitos pelo grupo em seu discurso, e as normas subjacentes às interações as quais norteiam suas escolhas linguísticas.

Esta investigação parte do pressuposto de que o grupo de debate objeto do estudo se insere no contexto macro de esfera pública, conforme concebida por Habermas (1999 [1992]), e revisada posteriormente por Fraser (1997). Como a esfera pública dominante, ou “burguesa” nas palavras de Habermas (ibid), tradicionalmente foi o reduto dos grupos sociais hegemônicos, é possível que, no grupo aqui investigado, as normas e regras sociodiscursivas implícitas ainda exibam rastros a eles associadas. No que tange ao uso da linguagem, por exemplo, será pertinente observar quais registros ou estilos discursivos são adotados pelos participantes – até que ponto se aproximam da variante hegemônica associada à esfera pública burguesa e até que ponto se abrem para uma pluralidade de variantes linguísticas. Conforme apontado no segundo capítulo desta tese (cf.2.2), os grupos antigamente excluídos da esfera pública burguesa, como as mulheres e as classes populares, desenvolveram suas próprias normas discursivas dentro de seus próprios espaços, o que não significa que seus repertórios linguísticos se limitam a estes domínios. Isso posto, a fim de estimular a participação de grupos plurais e a criação de relações mais simétricas, os valores diferenciados atribuídos a estilos discursivos ou variedades linguísticas que se afastam dos registros hegemônicos associados ao discurso político da esfera pública burguesa precisam ser negociadas pelos participantes dos movimentos sociais contemporâneos.

A fim de observar a negociação dos valores atribuídos a diferentes registros, esta pesquisa se apoia na noção de **alternância de código** (Blom & Gumperz, 2002). O conceito diz respeito a alternâncias entre diferentes registros, por vezes sutis, bem como às relações subjacentes negociadas pelos participantes da interação. A seguir, destaco aspectos do conceito julgados propícios para a investigação aqui proposta, apontando as relações identificadas com os dados

gerados para a presente pesquisa.

As alternâncias de código possíveis dependem do **repertório linguístico** (Gumperz, 1964), do falante, isto é, a totalidade de recursos linguísticos de que se pode lançar mão nas interações sociais. No contexto que constitui o objeto desta pesquisa, a grande maioria pertence à classe média, com ensino superior em andamento ou completo. Isso significa que transitam por contextos acadêmicos e profissionais em que é necessário fazer uso de registros formais. Com base nesta informação, e nas observações proporcionadas pelo trabalho de campo, é tomado como pressuposto que a maioria tem acesso ao registro associado ao âmbito das instituições acadêmicas, assim como as jurídicas, políticas e assim por diante, embora seu domínio possa variar. Este registro designo aqui a variante privilegiada, ou “norma padrão”, na concepção avançada por Bagno (2007 [1999]). Além deste registro, o estudo de campo realizado indica que o repertório linguístico dos participantes inclui o domínio de registros menos formais, do qual lançam mão para sinalizar relações familiares, por exemplo. Nos dados gerados, o código menos formal se caracteriza pela ausência de linguagem técnica ou acadêmica, podendo ser identificado a partir do uso dos pronomes “tu” e “teu”, bem como gírias locais e palavrões. Embora, na atualidade, vocábulos como “escroto”, identificado no fragmento 1 (cf. 5.6), não sejam consideradas “tabu” em muitos ambientes familiares, ainda podem causar estranhamento ou constrangimento caso seu uso estenda a determinados contextos profissionais, acadêmicos e assim por diante. No contexto aqui investigado, ao fazer uso do código menos formal, a interpretação das ideias expressas, muitas vezes, depende de conhecimento compartilhado, dada a presença também de elipses recorrentes. Acho pertinente, igualmente, pontuar que a oscilação entre diferentes registros, ou códigos, nas interações, não representa, necessariamente, uma questão de inteligibilidade, já que, como já se disse, a maioria tem acesso tanto ao “padrão” quanto a registros menos formais. Sendo assim, a escolha entre um registro ou outro se dá em função de fatores sociais, a serem debatidos ao longo desta seção (Blom & Gumperz (2002)).

Tais fatores sociais se encontram imbricados não somente com os contextos nos quais as interações ocorrem, como também as relações criadas entre os participantes. Para Blom & Gumperz (ibid), a qualidade de laços entre participantes de uma determinada comunidade de prática, engajados na realização de ideias comunitários, é simbolizada pela informalidade na postura em relação aos outros

membros do grupo. O movimento aqui investigado compartilha, alegadamente, de ideais comunitários, encontrando-se agrupado em prol da mobilidade por bicicleta. Posto isso, devido, possivelmente, às diferentes posições que ocupam na vida social, os integrantes não necessariamente compartilham de uma visão coletiva da forma pela qual seus ideais podem ser alcançados. Como pontuado por Bourdieu & Passeron (1985 [1964]), embora o compartilhamento de experiências por grupos localizados no mesmo espaço-tempo possa fomentar a construção de uma identidade coletiva, essa construção não elimina as categorias sociais às quais os integrantes pertencem (como as de classe, por exemplo). Visões de mundo distintas, proporcionadas por vivências diferenciadas, levam à falta de consenso palpável nas disputas que se manifestam nas interações gravadas para esta pesquisa e vêm sendo apontadas ao longo desta tese. Dessa forma, ao se atentar para eventuais alternâncias de código, será possível mapear os momentos em que os participantes salientam valores compartilhados e os momentos em que eles são contestados, bem como as repercussões para as relações construídas.

No que diz respeito aos diferentes códigos que se manifestam nas interações aqui investigadas, é possível que o uso da fala padrão, a qual se baseia em normas literárias e se associa a instituições oficiais e órgãos do poder, represente uma reivindicação de *status*. Como afirma Bagno (2007 [1999]) em *Preconceito linguístico*, o abismo entre os falantes da variedade “padrão” e os falantes das variedades “não-padrão” advém de diferenças de *status* social, uma vez que o “padrão” é a língua ensinada na escola, à qual nem todos têm o mesmo acesso. No mais, de acordo com o mesmo autor, os indivíduos que detêm o poder no Brasil

não são (quando são) apenas falantes da norma culta (sic), mas são sobretudo, em sua grande maioria, homens, brancos, heterossexuais, nascidos/criados na porção Sul-Sudeste do país ou oriundos das oligarquias feudais do Nordeste (ibid, p.66).

Ou seja, conforme vem sendo apontado, nem todos os atores sociais podem acumular valor simbólico nas interações a partir do uso dos mesmos recursos. Ou, nas palavras de Bagno (ibid, p.44), “o problema não está *naquilo* que se fala, mas em quem fala o *quê*”. Ou, nas palavras de Blom & Gumperz (2002, p.58) a separação entre o padrão e o dialetal ocorre “devido às identidades culturais inseridas em cada código e aos valores sociais neles embutidos”.

O valor social embutido quando uma elocução é usada em certo contexto, os

autores denominam **significado social**. Estes significados podem vincular-se “não apenas a sinais acústicos, como também a cenários, a itens do conhecimento acumulado, assim como a certas sequencias de palavras” (ibid, p.58-9). Sendo assim, os valores agregados a uma pessoa ou à sua reputação profissional desempenham um papel na compreensão do que a pessoa diz, podendo influenciar a seleção de respostas às suas ações. Por esta razão, a análise a ser apresentada neste capítulo confere enfoque à eventual mobilização de pressupostos relativos às categorias identitárias atribuídas aos falantes na interpretação do uso de diferentes registros.

No que tange aos fatores sociais subjacentes à oscilação entre diferentes registros, são destacadas as variáveis relativas ao contexto da interação. Quando a definição social dada por participantes engajados em uma determinada atividade em um determinado espaço físico se altera, essa mudança pode ser sinalizada por várias pistas, entre as quais estão as pistas linguísticas.

Esta mudança é denominada **alternância de código** e serve para recontextualizar a interação, podendo se manifestar de duas maneiras distintas. A primeira, a **alternância de código situacional**, presume uma relação direta entre a língua e a atividade na qual estão engajados. Nesse sentido, o uso de uma variante ou outra encontra-se vinculado à definição social desta atividade e à rigidez de seus rituais. No contexto desta pesquisa, por exemplo, uma audiência pública a respeito da mobilidade por bicicleta, à qual é possível fazer referência nas práticas interacionais, permite um grau menor de escolha do que as plenárias aqui investigadas, embora as duas possam, teoricamente, ocorrer no mesmo espaço físico, envolvendo os mesmos participantes.

Alterações que produzem mudanças significativas na definição dos direitos e deveres dos participantes os autores designam, por sua vez, **alternâncias de código metafóricas**. Neste caso, a mudança linguística está relacionada a determinados tópicos e assuntos, e não a mudanças na atividade realizada. Ela pode ocorrer em situações que permitem que duas ou mais relações sejam postas em prática entre o mesmo conjunto de indivíduos. Nesse sentido, apresenta uma natureza mais efêmera, podendo ocorrer diversas vezes no decorrer de uma interação.

De um modo geral, nas plenárias aqui investigadas o registro do debate principal tende a se assemelhar mais ao registro “padrão”, ou alterna entre o padrão e o não padrão/informal, tal como no fragmento 1 analisado no quarto capítulo.

Dessa forma, o significado social de intimidade se agrega à interação por meio de outras pistas. Muitas vezes, ocorrem conversas paralelas sobre os mais diversos assuntos particulares, uma vez que muitos participantes mantêm laços para além dos propósitos dos encontros. As conversas particulares são pontuadas por maior ocorrência de risos, o uso de palavrões e de diretividade, assim como no enunciado “<po:::r(hhh)ã> você pegou minha tom↑a(hhh)da”, emitido por Simone e direcionado a mim na sexta reunião, ocorrida na UFRJ.

Antes de encerrar esta seção, considero pertinente salientar contribuições posteriores ao estudo seminal de Blom & Gumperz (2002), as quais vem agregando ao debate sobre a relação entre mudanças de código e projetos identitários. Dou destaque aqui a investigação de Blommaert & De Fina (2017) sobre a oscilação entre variedades hegemônicas e não hegemônicas, na qual salientam as complexidades do trabalho identitário envolvido nas mudanças de registro. De acordo com os autores, as complexidades emergem em função de normas conflitantes, relativas ao registro e/ou comportamento esperado, as quais habitam no âmbito de grupos sociais localizados no mesmo espaço-tempo. A partir de exemplos da sala de aula, identificam a forma pela qual convivem identidades socialmente dominantes, como as de professor/aluno, e identidades liminares, em desenvolvimento nos bastidores. Suas análises sugerem que as indexicalidades mobilizadas pelo uso da variante não hegemônica se valem de eixos generificados. Embora, para os participantes masculinos, represente uma escolha não marcada, para as participantes femininas, seu uso mobiliza interpretações a respeito de suas performances identitárias.

Nesse sentido, ao buscar identificar eventuais alternâncias de código e consequentes mudanças nos direitos e deveres dos participantes da interação, será possível mapear as relações salientadas pelos participantes e o grau de simetria criada, além das possíveis identidades projetadas, sua recepção e negociação ao longo das interações. Antes de passar para a segunda lâmina de análise, a seção a seguir apresenta os conceitos teóricos de papéis narrativos e de problematização, a fim de contemplar seu possível papel na navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrativo.

6.4 Papéis narrativos, problematização e assimetrias sociais

O estudo de Ochs & Taylor (1995), sobre papéis narrativos, lança luz sobre a reprodução, muitas vezes inconsciente, de dinâmicas de poder paternais. Apesar de ter sido realizado em um contexto distinto, abordando seu corpus a partir de métodos mistos, o estudo apresenta diversas noções teóricas consideradas pertinentes para a presente pesquisa.

Estas dinâmicas tendem a emergir de contextos com múltiplos participantes, o que as autoras denominam “multiparty activity systems⁹⁴”. Se distanciando das interações diádicas, típicas de entrevistas de pesquisa, nestes contextos dinâmicos, é possível que um leque amplo de papéis sociais, organizados hierarquicamente, entre em jogo. A análise de Ochs & Taylor gira em torno de narrativas colaborativas, as quais contam com múltiplos conarradores; um tipo de narrativa recorrente nos dados gerados para o presente estudo.

Este tipo de narrativa é compreendido como a base da socialização, podendo instanciar identidades generificadas emergentes dos papéis narrativos assumidos pelos participantes. Em outras palavras, consideram as interações que se desenvolvem ao longo da prática narrativa um meio primordial para negociar, manter, transformar e socializar identidades generificadas – atreladas ao gerenciamento de assimetrias sociais, cuja navegação esta pesquisa busca compreender. Assim, ao direcionar a atenção aos papéis narrativos assumidos e abandonados por ativistas no contexto de um grupo de debate dinâmico, será possível observar não somente a produção e a contestação de estruturas generificadas normativas no mundo narrado, como também traçar a negociação das dinâmicas de poder que se desenvolve durante a conarração no mundo narrativo.

A contribuição central do estudo consiste na identificação de uma assimetria generificada (teoricamente ultrapassada) denominada “pai sabe melhor”. Nesta dinâmica, a figura paternal é tipicamente posicionada, por práticas narrativas recorrentes – suas próprias e dos outros – como público primário, assumindo o papel de juiz e crítico das ações, condições, pensamentos e sentimentos dos outros membros de sua família, tanto como protagonistas no mundo narrado, quanto como conarradores no mundo narrativo.

⁹⁴ “Sistemas de atividade de múltiplos participantes”, em tradução livre.

Os papéis narrativos identificados por Ochs & Taylor (ibid) contemplam: **protagonista**; **introdutor** (quem solicita ou inicia a narrativa); **destinatário primário**, **problematizador** e **problematizado**. O **protagonista** é definido como o personagem principal, ou quem assume o papel de líder no evento narrado. Na dinâmica identificada pelas autoras, o protagonista é apresentado como o “tópico” a ser avaliado. Nesse sentido, ser protagonista significa que suas ações, condições, pensamentos e sentimentos narrados estão conferidos destaque durante a prática narrativa. Posto isso, tal destaque nem sempre é positivo, pois o papel do protagonista no mundo narrado encontra-se suscetível não apenas a elogios, como também a escrutínio, ironia, desafio e crítica.

O papel de **introdutor**, por sua vez, é visto como central no controle da atividade narrativa, uma vez que quem assume este papel seleciona os tópicos narrativos, além de decidir quem será o protagonista e, por assim dizer, o foco da atenção – quais aspectos de sua vida serão expostos e quando. No mais, o introdutor decide quem vai narrar, podendo solicitar uma narrativa de outro participante, além de escolher quem será o destinatário principal, ao nomeá-lo, como, por exemplo, no enunciado “*Gustavo, vc foi- de repente você pode falar daquela reunião que você foi essa semana*”.

O **destinatário primário** constitui o conarrador para quem a narrativa está principalmente orientada. Este papel é, potencialmente, poderoso, pois quem o assume está autorizado, pelo menos implicitamente, a avaliar as ações, pensamentos e sentimentos dos outros enquanto protagonistas e/ou narradores. Nesse sentido, permite uma perspectiva panóptica, no sentido de que o destinatário é concedido um olhar onisciente a fim de monitorar “os sujeitos sob sua guarda”.

No que diz respeito ao papel de **problematizador**, ele é definido pelas autoras (ibid, p.109) como um “conarrador que torna uma ação, um pensamento ou um sentimento de um protagonista ou conarrador problemático, ou possivelmente problemático”. Já o termo **problematizado** refere a um conarrador cujas ações, condições, pensamentos ou sentimentos são avaliados como potencialmente problemáticos.

O ato de problematizar pode ser feito a partir de diferentes bases. O objeto da problematização pode ser tratado como falso, implausível ou duvidoso, ou ainda injusto, grosso ou exagerado. As problematizações podem direcionar-se às ações do protagonista no mundo narrado, como, por exemplo, a escolha do local para a

guarda da bicicleta no fragmento 1 no capítulo anterior (cf.5.6), ou, alternativamente, às contribuições de um conarrador no mundo narrativo. Esta distinção torna-se saliente, pois a problematização ocorrida no mundo narrativo pode, por vezes, constituir uma “contra problematização” (ibid, p.112), ou prática de resistência em que o problematizador responde a uma problematização feita anteriormente por outro.

Mais especificamente, as posições sociais diferenciadas ocupadas pelos participantes na vida social podem ser mobilizadas nas dinâmicas de poder que se desenvolvem a partir dos papéis narrativos reivindicados. Isso significa que aqueles que já ocupam papéis de *status* elevado tendem a aproveitar determinados papéis narrativos para problematizar as ações dos outros, enquanto aqueles que se encontram em posições subalternas tendem a autoproblematizar mais, independente do papel narrativo ocupado. No mais, as problematizações iniciadas por atores menos privilegiados constituem, muitas vezes, atos de resistência, em que ações já problematizadas são defendidas. Estas dinâmicas indicam que os papéis narrativos não representam papéis poderosos/não poderosos *a priori* – o grau de exposição ao qual o narrador está sujeito dependerá dos pressupostos mobilizados nas interações a respeito de sua posição social no contexto.

Como o presente estudo focaliza narrativas iniciadas por mulheres, em que elas assumem um papel ativo na construção de significados, será pertinente observar, nesta segunda lâmina de análise, a dinâmica de problematizações que emerge – quem assume o papel de problematizador o e tipo de problematização feita, isto é, até que ponto se assemelha a um ato de resistência ou não.

Ochs & Taylor (ibid) concluem que a figura paternal, potencialmente, desfruta de maiores “direitos à problematização”. Aliaremos essa questão à já mencionada alternância de código, a qual pode produzir mudanças nos direitos e deveres dos participantes da interação (Blom & Gumperz, 2002). Nesse sentido, pode ser propício investigar até que ponto os direitos à problematização flutuam no decorrer do evento narrativo e até que ponto interseccionam com eventuais alternâncias de código. Como já pontuado, os papeis narrativos ocupados pelos participantes e as assimetrias que emergem não representam uma binária simples ou estática. A fim de mapear as dinâmicas de poder, portanto, é necessário observar os padrões de problematização, bem como as relações construídas em função deles, uma vez que problematizar “exibe a distribuição de papéis mais significativamente

assimétrica na narração” (Ochs & Taylor, 1995, p.112).

Tendo exposto os conceitos teóricos nos quais a segunda lâmina de análise se fundamenta, a próxima seção passará a investigar a navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrativo, a partir de três momentos narrativos nos quais integrantes mulheres buscam assumir um papel ativo na construção de significados. Como já mencionado, essas narrativas foram selecionadas para a microanálise por serem consideradas representativas das disputas de poder identificadas no corpus como um todo. Ou seja, as estratégias discursivas sobre as quais a análise se debruça foram observadas em diversos outros momentos das interações objeto micro do estudo; a escolha de centrar a análise nestes fragmentos, especificamente, se dá pela possibilidade de observar um leque amplo dos fenômenos problematizados pela pesquisa a partir de um recorte em que se condensam.

6.5 A navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrativo

Nesta seção, inicio a segunda lâmina de análise, a qual se debruça sobre o que venho chamando do evento narrativo. Como sugere o título da seção, esta lâmina é norteada pela pergunta: *como se dá a navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrativo?*. Sendo assim, a atenção se voltará às práticas interacionais dos participantes, a fim de aprofundar a compreensão dos processos de negociação de significados, das performances identitárias e dos papéis narrativos assumidos e abandonados por eles. Como já dito em outros momentos desta tese, examinarei estratégias discursivas como alternâncias de código, práticas de higiene verbal e problematizações, entre outros recursos, os quais podem ser considerados ou cooperativos, ou competitivos, ou multifuncionais. As categorias aqui eleitas surgiram a partir da análise de dados, processo no qual sua relevância para a investigação da construção da horizontalidade veio à tona. Reitero que, nesta tese, estes fenômenos são entendidos como o saldo da tensão entre práticas de resistência e relações de poder. Assim, podem lançar luz sobre eventuais reivindicações de *status* e o encadeamento da construção discursiva de relações mais simétricas entre os participantes (Cameron, 1998).

O primeiro fragmento a ser analisado a partir deste ângulo já foi examinado sob outra ótica no quinto capítulo (cf. 5.6) e surgiu na nona cicloconversa, a qual ocorreu no Parque Quinta da Boa Vista. Já que o objetivo deste capítulo é explorar

a dinâmica de relações construídas pelos participantes, antes de passar a análise propriamente dita, acrescentarei algumas observações (auto)etnográficas consideradas pertinentes para os fins da lâmina de análise aqui proposta.

Na figura 10, a seguir, é possível ver o local específico do parque em que os participantes se reuniram nesse dia. Esta foto foi feita por uma mulher que não participava da cicloconversa. Em primeiro plano, aparece um grupo de mulheres engajadas em uma oficina de mecânica, ocorrida independente da cicloconversa, paralelamente, nas proximidades. Do lado esquerdo, parcialmente ocultados pela máquina fotográfica, segurada pela mulher em primeiro plano, é possível identificar os participantes agrupados para a cicloconversa, sentados na grama em um círculo. Já que o espaço é público, há outros grupos de pessoas reunidas por fins de lazer em segundo plano, tanto do lado direito, como do lado esquerdo. Voltarei a comentar o evento paralelo posteriormente.



Figura 10: O parque “Quinta da Boa Vista” no dia 10 de abril de 2016.

Podemos considerar a atividade na qual os participantes estão engajados na nona cicloconversa uma discussão de assuntos públicos, mais especificamente, de mobilidade urbana. De acordo com a descrição do evento elaborado por Thales, a pauta contemplava o seguinte: *escrever a Carta de Princípios a partir da colaboração que cada um levar; ouvir os ciclistas de Jacarepaguá, entender suas necessidades e como podemos ajudar; criação do fórum, vale ou não a pena?* A colaboração mencionada se refere aos esboços apresentados no segundo capítulo

(cf.2.4). Após a sexta reunião, alguns destes rascunhos ficaram sob a guarda de Diego. Como este participante não compareceria à nona reunião, foi decidido na oitava que eu buscaria os papéis na sua portaria e os levaria para o Quinta da Boa Vista, para que pudéssemos dar continuidade ao debate. O segundo item, *ouvir os ciclistas de Jacarepaguá*, constava na pauta uma vez que a reunião estava inicialmente prevista para se realizar nesta região da cidade. A mudança para São Cristóvão, um bairro muito mais próximo ao Centro da Cidade, ocorreu no dia anterior. Esta alteração se deu por conta de uma alegada falta de interesse por parte dos moradores da Zona Oeste, devido à baixa movimentação na página do evento “virtual” criado para divulgação. Dito isso, a participante Camila se deslocou de bicicleta do bairro da Taquara, em Jacarepaguá, até o bairro de São Cristóvão, a fim de participar da nona cicloconversa, uma distância de aproximadamente vinte quilômetros. Não obstante a presença desta participante, sua possível contribuição a respeito da mobilidade ativa na Zona Oeste não foi solicitada durante a reunião.

Como comentado, o evento no “facebook” foi criado por Thales, participante já de duas reuniões anteriores. Thales adicionou mais duas pessoas como coorganizadores do evento: eu e Gustavo. Em eventos criados nesta plataforma, há uma seção dedicada à discussão, onde organizadores e convidados podem levantar qualquer assunto julgado relevante a fim de interagir com os demais a respeito. Neste espaço, Thales inseriu o comentário seguinte: *Naomi e Gustavo, coloquei vocês como organizadores aqui. Qualquer mudança de planos, vocês alteram aqui, por favor, porque amanhã vou lá visitar a família antes da Quinta. Valeu!* A escolha de dois participantes específicos, em vez de adicionar todos aqueles já participantes das reuniões, acrescentada ao uso de linguagem direta – o presente do indicativo – sem algum tipo de modalização, é passível de questionamento, uma vez que transfere a responsabilidade pela tarefa, sem abrir margem de negociação.

O evento “virtual” indica que sessenta e uma pessoas foram convidadas pelo “facebook”. Deste número, onze marcaram interesse e oito confirmaram presença: eu, Camila, Gustavo, Thales, Joaquim, Mateus, Adriano e Mariana. Com a exceção de Mariana, todos os participantes confirmados compareceram no dia. Pascal, Vera, Heloísa e Carlos não tinham sido convidados pelo “facebook”, porém compareceram. Heloísa afirmou, em conversa posterior, que tinha ido ao local com o intuito de participar do evento voltado para mulheres ciclistas, se tornando ciente da conversa ao chegar, avistar a roda e reconhecer algumas pessoas. Camila

participou do pedal de mulheres até São Cristóvão, se juntando à cicloconversa na chegada, porém afirmou que tinha se dirigido ao local com este propósito. Vera participou do pedal das mulheres e posteriormente, da cicloconversa, após sua chegada ao parque. Nesse sentido, o relativo equilíbrio entre homens e mulheres nesta conversa, especificamente, se deu parcialmente pela presença do evento paralelo.

A proximidade dos dois eventos possibilitou a interação entre os dois grupos, tanto que Simone, que não participava da cicloconversa neste dia específico, aparece na gravação, ao se dirigir aos participantes a respeito de outro assunto. O evento voltado para mulheres era iniciativa de Simone, participante das primeiras seis cicloconversas, e contemplava o pedal já mencionado, bem como uma oficina colaborativa no parque. Entre aquelas presentes no evento voltado para mulheres, constavam mais duas participantes anteriores da cicloconversa, Clara e Cristina. Este evento, inicialmente, tinha sido marcado no dia 13 de março, sendo iniciativa minha e de Simone, porém foi desmarcado devido ao mesmo tempo instável que levou ao cancelamento da sétima cicloconversa. Mesmo não tendo ocorrido, a elaboração do evento “virtual” no “facebook” tinha provocado diversos conflitos. Isso porque estipulamos que o público contemplado se restringia a mulheres e pessoas transgênero. Tal descrição levou a críticas advindas de pessoas diversas (homens e mulheres) indignados com a postura “excludente”. Novamente, isso suscita uma questão que se encontra no cerne desta tese: *quais práticas podem estimular a participação ativa de grupos minoritários historicamente excluídos da esfera pública?*

Como já explicitado nesta tese (cf.2.2), a formação de seus próprios grupos possibilita que aqueles subordinados encontrem espaço para o debate de suas próprias pautas e a formulação de contra discursos sem a supervisão dos grupos dominantes. A saída de mulheres da cicloconversa e a atividade paralela promovida sugerem que a cicloconversa talvez não tenha realizado seu potencial, acolhendo estas pessoas e suas preocupações. Apesar de os conflitos a respeito da criação de um espaço destinado a grupos minoritários, nos meses seguintes surgiram outras iniciativas voltadas especificamente às ciclistas mulheres, inclusive uma proposta por outra participante anterior das cicloconversas, Amanda. Acho pertinente sublinhar que, embora minha participação na cicloconversa tenha se iniciado por interesse pessoal pela mobilidade por bicicleta, minha permanência, neste espaço

específico, após a saída de outras mulheres, se deu principalmente por interesses de pesquisa. Continuava a frequentar o grupo e gravar as reuniões na busca por entendimentos mais aprofundados destas alterações na sua configuração, bem como possíveis relações com as práticas discursivas dos participantes, ao mesmo tempo em que, paralelamente, comecei a participar de iniciativas voltadas para o público feminino, na medida do possível.

Quanto aos participantes da cicloconversa neste dia específico, Vera, Heloísa e Carlos podem ser considerados participantes “novos”, por participarem do grupo de debate pela primeira vez. Nesse sentido, os graus de intimidade entre os participantes variavam. Eu, Gustavo, Joaquim, Mateus e Adriano tínhamos participado de várias reuniões anteriores, além de já nos conhecermos da Massa Crítica. Os demais, apesar de não compartilharem deste histórico, possuíam algum tipo de vínculo com outro(s) participante(s), seja por se conhecerem da Massa Crítica, ou de outras iniciativas em prol da mobilidade por bicicleta.

Antes de passar à microanálise propriamente dita, aproveito para lembrar que, em consonância com os objetivos desta pesquisa, os momentos escolhidos para análise são aqueles em que as mulheres se engajam na prática narrativa. Tal foco se dá com o intuito de observar a negociação de suas performances identitárias e eventuais reivindicações de *status* dentro do grupo, para que seja possível refletir sobre as práticas discursivas que contribuam ou não para a construção de relações mais simétricas. Por isso, retorno à narrativa contada por Heloísa, já analisada a partir da primeira pergunta de pesquisa. Com vistas a facilitar a leitura, este fragmento narrativo é apresentado novamente em sua íntegra a seguir.

Fragmento 1:

1	Gustavo	[é (.) uma opção é]
2	Heloísa	[eu trabalho na barra]
3	Mateus	[°pode ser também°]
4	Heloísa	(.) e eu moro no grajaú (.) então eu não posso
5		subir o alto de bicicleta >ainda mais de fixa<
6		(.) é impossível=
7	Mateus	=é
8	Heloísa	>°não dá°<
9	Mateus	[o joaquim]

10	Heloísa	[todo dia] então assim (.)
11	Joaquim	[<nelson>]
12	Heloísa	[eu tenho que deixar] minha bicicleta ou na praça
13		saens peña ou no metrô da rua uruguai aí eu pego
14		301 e subo <de:> de ônibus depois eu volto pego
15		minha bicicleta à noite e volto pra casa (.)↑o
16		único=
17	Thales	= >aí tu prende na rua<
18	Mateus	[<°tu deixa no bicicletário°>]
19	Joaquim	[é o ideal seria um] para- bicicletário=
20	Camila	=[(.....)]
21	Joaquim	[não paraciclo]
22	Heloísa	[eu pren-]eu prendo no bicicletário do metrô
23	Joaquim	[aaaahhhh]
24	Heloísa	[que fica do lado de fora do metrô] não de dentro
25		que de dentro eu já tive um problema com metrô
26		por causa disso=
27	Joaquim	=chegou tarde
28	Thales	por causa da hora
29	Heloísa	não eu deixei a minha bicicleta de manhã (1,0)
30		peguei o metrô eu fui pro centro do centro fui
31		para Barra (0.5) trabalhei e () de noite
32		eu- eu vim de de ônibus para buscar o: a
33		bicicleta que tava dentro do metrô (.) e eles
34		falaram >que eu tinha que [pagar uma passagem de
35		metrô porque a bicicleta-<]
36	Gustavo	[é isso eu sei que é eles só aceitam]
37	Naomi	[<cara:lho>]
38	Gustavo	[se você paga a
39		passagem é verdade]
40	Heloísa	[>e aí eu falei olha]
41		me desculpa mas< eu deixei a [bicicleta]
42	Joaquim	[é]
43	Heloísa	hoje de manhã aqui peguei (.) o teu trem (.) e
44		aí o cara foi muito escroto o o::
45	Joaquim	=segurança=
46	Heloísa	=o atendente né virou e falou cara cê sabe que o
47		metrô (.) é (.) uma: >empresa particular< não
48		sabe falei sei (.) então para você entrar na área
49		do metrô você tem que pagar (1.0) e >tipo assim<
50		<u>mano</u> então deixa eu te explicar um negócio=
51	Gustavo	=antes de tudo o metrô é uma concessão pública=
52	Heloísa	=EXATAMENTE [mas <u>o buraco</u> não é teu]
53	Gustavo	[SUA ÁREA É PÚBLICA PROPRIEDADE PÚBLICA]
54	Heloísa	você tá ali porque [alguém deixou você tá]

55	Camila	[porque alguém deixou vc tá]
56	Heloísa	o buraco é nosso entendeu do tipo: a empresa está
57		ali tomando conta (.) mas o negócio é público
58		então relaxa na pica aí
59	Gustavo	hhhhhh
60	Heloísa	mas enfim aí ele ficou nã:o mas não posso deixar
61		entrar não sei o que falei >perai perai< então
62		você tá me dizendo o seguinte eu não posso entrar
63		para tirar minha bicicleta se eu quiser (.)
64		entrar na área do metrô pra fazer <qualquer
65		coi:sa> pra mijar no chão e sair <eu posso> (.)
66		não eu falei não sei que eu não posso fazer isso
67		mas eu não preciso pegar o trem >não não< o
68		metrô ele ele dá >o serviço do metrô é o trem<
69		então você tem que pagar >então eu falei eu tenho
70		que entrar e <u>usar</u> o ↑trem <correto> >então eu
71		quero entrar para buscar minha bicicleta não tô
72		usando o trem então tenho que pagar< não não mas
73		aí você vai entrar na área do metrô você tem que
74		pagar tipo assim <completamente NON SENSE>=

A primeira lâmina de análise (cf. 5.6), observou a navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrado e os significados emergentes. Nesta segunda lâmina de análise, o olhar analítico é direcionado à navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrativo: à recepção e à negociação dos significados identificados na primeira lâmina, a fim de melhor compreender a dinâmica de relações entre os participantes e a eventual construção da horizontalidade.

No momento em que a narrativa é iniciada há conversas paralelas em andamento; o piso é negociado ao longo de uma série de turnos nas linhas 2, 4-6, 8, 10, 12-16, 22 e 24-26 até o início da ação complicadora propriamente dita na linha 29. Heloísa introduz a narrativa e se autosseleciona enquanto protagonista, dessa forma, se tornando o foco da atenção e do eventual monitoramento e julgamento. Embora o papel de introdutor possa constituir um *lôcus* de poder, permitindo a tomada de decisões sobre os assuntos narrados, a escolha aqui se dá em função do tópico da atividade conversacional já em andamento. Nesse sentido, a narrativa pode ser considerada relevante ou, nas palavras de Labov (1972), isso contribui para sua “reportabilidade”. A negociação do piso se dá a partir de dois processos identitários simultâneos – de adequação enquanto membra de um movimento em prol da mobilidade por bicicleta e de autenticação enquanto narradora – ao frisar a característica compartilhada com o grupo, o uso da bicicleta, por meio de um

“account”⁹⁵ *então eu não posso subir o alto de bicicleta >ainda mais de fixa< (.) é impossível*= (1.4-6). Neste momento da orientação, os desafios que caracterizam o deslocamento ganham destaque, e sua complexidade é sublinhada pela repetição de verbos de movimento *fui fui* (1.30) e *vim* (1.32). Tal projeção identitária (na qual é investida mais trabalho interacional do que na justificação da reportabilidade da narrativa, cuja excepcionalidade é salientada apenas na coda *<completamente NONSENSE>*= na linha 74) sugere a possível antecipação de barreiras ocultas à reivindicação do *status* de igual nas interações, já mitigando sua eventual diminuição.

Embora nenhum dos participantes seja escolhido enquanto destinatário primário, problematizações relativas à confiabilidade da narradora emergem ao longo do fragmento; a partir do enquadramento de suas escolhas lexicais como possivelmente inadequadas (apesar do ostensivo apoio, a substituição de *cara* por *segurança* nas linhas 44-45 pode ser interpretada dessa forma), e de suas avaliações como duvidosos ou exagerados, como a introdução do personagem *nelson* na linha 11. Embora esse enunciado não se complete, Nelson é um ciclista conhecido pelos presentes por se engajar no que é apresentado aqui como um desafio físico – *subir o alto de fixa* (o enunciado parece dialogar com/substituir a eventual atribuição da característica à *Joaquim* iniciada na linha 9). Embora sutil, o conhecimento compartilhado trazido à tona neste momento, pela menção do terceiro, põe em xeque a avaliação da subida enquanto *impossível* (1.6). A alusão a um ciclista de bicicleta fixa, externo e “real”, pode representar uma tentativa de reafirmar o *status* de uma categoria masculina não marcada no contexto do cicloativismo. Isto é, uma categoria homogênea imaginada cuja força física maior garante seu *status* como cicloativista “genuíno”.

A partir de mecanismos também sutis, tal como a conarração ostensivamente cooperativa, as ações da narradora enquanto protagonista do mundo narrado igualmente parecem ser problematizadas. Isso ocorre a partir da antecipação de elementos da orientação =>*ai tu prende na rua<*” (1.17) e [*<tu deixa no bicicletário>*] (1.18); ou da ação complicadora =*chegou tarde* (1.27) e *por causa da hora* (1.28), alusões a linhas de conduta hipotéticas [*é o ideal seria um*] para-

⁹⁵ De acordo com a proposta de Scott & Lyman (1968).

bicicletário= (l.29) e a corroboração das ações narradas [*é isso eu sei que é eles só aceitam*] (l.36) e [*se você paga a passagem é verdade*] (l.38-39). Assim como as problematizações direcionadas às interações no mundo narrativo, a partir do potencial multifuncional destas estratégias, enquanto reivindicações de conhecimento sobre a mobilidade urbana, o status epistêmico de Heloísa é sutilmente desestabilizado.

No que diz respeito ao código usado ao longo do evento narrativo, tanto Heloísa quanto os conarradores adotam um registro que pode ser classificado como informal, marcado pelo uso dos pronomes *tu* (linhas 17 e 18), *teu* (linha 43) e *mano* (l.50), além de palavrões como *caralho* (linha 37) e *escroto* (l.44). Este registro se distancia da fala “padrão”, potencialmente simbolizando os laços entre o grupo, seu grau de intimidade uns com os outros, e os valores compartilhados (Blom & Gumperz, 2002). Dessa forma, as ocorrências de conarração nas linhas 51 =*antes de tudo o metrô é uma concessão pública*= e 53[*SUA ÁREA É PÚBLICA PROPRIEDADE PÚBLICA*] podem ser lidas como alternâncias de código metafóricas, por representar diferenças de formalidade no léxico. Blom & Gumperz (2002, p.76-7) observaram que universitários, por vezes, iniciam mudanças para o padrão a fim de performar identidades de *status* elevado e que “quando uma discussão exigia que um participante validasse seu *status* como intelectual, ele tenderia a empregar as formas padrão”. Na época da gravação, Gustavo cursava mestrado. Heloísa, por sua vez, tinha ensino superior completo e atuava em sua área de formação. Apesar de comunicar apoio na superfície, ao corroborar os significados veiculados nas linhas 50 e 52, é possível que as alternâncias para o padrão sejam informadas por pressupostos relativos ao *status* social da narradora e seu domínio do código do qual o conarrador lança mão neste momento. Desse modo, podem ser lidas como práticas de higiene verbal, ao comunicar a crença de que o código formal é preferível neste momento da interação.

Ao direcionar um olhar mais apurado à forma pela qual a narradora dialoga com as práticas de conarração até agora destacadas, o potencial destas estratégias discursivas enquanto problematizações se torna mais saliente. Os meios possíveis elencados para a guarda da bicicleta encontram um “*não*” enfático na linha 29. O item lexical fornecido na linha 45, *segurança*, tampouco é aceito, substituído pela

escolha da narradora – *atendente* na linha seguinte⁹⁶. Sobretudo, ao longo das interações, a narradora não alterna entre o código padrão e não padrão, apesar das mudanças iniciadas por outro. A manutenção do código informal, marcado pela metáfora sexual na linha 52 =*EXATAMENTE [mas o buraco não é teu]*, sugere um possível conflito a respeito do código adequado neste contexto e, por assim dizer, o papel de narrador autêntico também. A repetição do conteúdo semântico na próxima linha [*SUA ÁREA É PÚBLICA PROPRIEDADE PÚBLICA*], porém a partir de mais uma alternância para o código padrão, parece sustentar este conflito implícito. Embora o aumento de volume possa sinalizar engajamento na conversa, as falas sobrepostas tornam a audição do enunciado simultâneo mais difícil.

O que pode parecer comportamento linguístico cooperativo e um projeto de produção em conjunto – a partir da antecipação de enunciados, a corroboração de significados veiculados, ou a reciclagem de itens lexicais e frases ao longo de turnos diferentes – pode ser simultaneamente uma competição por atenção ou aprovação, na qual os interlocutores engajam em disputas de *status*, ao se posicionarem enquanto os detentores de conhecimento sobre determinados assuntos (como a infraestrutura metroviária, suas regras e horários de funcionamento, por exemplo), ou ao lançar mão de registros julgados mais adequados (Cameron, 2006, 2010; Goffman, 1979). Nesse sentido, as práticas de conarração identificadas ao longo do evento narrativo parecem desempenhar multifunções a um só tempo: ora se aproximando do ideal da horizontalidade a partir do fomento de relações mais simétricas, ora se distanciando dele, ao fragilizar o *status* da narradora.

A partir de suas escolhas lexicais, a narradora interroga expectativas generificadas a respeito do uso da linguagem (Bucholtz & Hall, 2004). Por isso, o questionamento tácito de seu *status*, a partir das práticas aqui identificadas, talvez constitua algum tipo de sanção social. Simultaneamente, a posição de resistência por ela adotada, ao não se assemelhar, coloca em questão as associações criadas entre *status* e o código padrão, reivindicando uma legitimidade alternativa (Bucholtz & Hall, 2004, p.387).

A nona cicloconversa foi a primeira reunião da qual Heloísa participou. É

⁹⁶ Em conversa posterior sobre os dados, Heloísa afirmou ter interagido tanto com o segurança, presencialmente, quanto com um atendente, por telefone. Ao levar em consideração esta informação, a ação discursiva de Heloísa constitui não apenas uma reivindicação de seu direito de escolher o item lexical, como também uma disputa por significado – ao fornecer um item lexical julgado semanticamente mais adequado no contexto, o de atendente.

possível que participantes vistos como novos precisem se engajar em trabalho interacional significativo, como performances identitárias em que salientam sua compreensão dos valores compartilhados pelo grupo, a fim de reivindicar o *status* de membros “adequados” (Bucholtz & Hall, 2004, 2005).

O segundo momento narrativo selecionado para a segunda lâmina de análise, a partir da pergunta: *como se dá a navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrativo?* advém da décima-primeira cicloconversa. Dentre os presentes, Roberto participava pela primeira vez. Sendo assim, pode ser produtivo traçar seu processo de reivindicação de *status* no contexto e o possível trabalho interacional enfrentado. O fragmento escolhido para análise já foi examinado a partir da primeira pergunta de pesquisa: *como se dá a navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrado?* Nesta lâmina, a atenção se volta para as práticas interacionais dos participantes ao longo do evento narrativo. Como já informado (5.6), esta reunião ocorreu na Praça Seca, em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Novamente, aproveito para apresentar observações etnográficas julgadas relevantes para esta segunda lâmina de análise, antes de reexaminar o fragmento.

O evento “virtual”, feito por fins de organização no “facebook”, foi criado por Gustavo. A pauta da reunião, divulgada neste espaço *on-line*, é apresentada na figura 11, a seguir na próxima página. Como pode ser visto, um dos itens na pauta foi alvo de críticas por outro membro da plataforma. O item em questão, de possível patrocínio, igualmente tinha sido objeto de debate acirrado em conversas presenciais anteriores. Na quinta reunião, em especial, alguns participantes se expressaram contra qualquer tipo de patrocínio, enquanto outros se expressaram a favor, a depender das atividades da empresa, e já outros se declararam abertos a patrocínio até de bancos privados, por exemplo⁹⁷. Em postagem separada, também na página do evento “virtual”, a participante Simone afirma que não participará da reunião por não se alinhar com a pauta postada por Gustavo. Simone não vinha comparecendo às reuniões após a sexta conversa, porém continuava a participar dos debates no grupo *on-line* e, por vezes, demonstrava interesse em, novamente,

⁹⁷ O sistema de bicicletas compartilhadas no Rio de Janeiro recebe patrocínio de um banco privado e tem sido alvo de críticas por não abranger as regiões menos privilegiadas da cidade (ver Nascimento, 2017). Esta mesma empresa patrocina eventos em prol da mobilidade por bicicleta, além de investir em pesquisas sobre mobilidade urbana (o qual pode representar um conflito de interesse para quem critica seu modelo de expansão do sistema de bicicletas compartilhadas, por exemplo).

frequentar as reuniões.



Figura 11: Pauta da cicloconversa 11 postada por Gustavo no evento “virtual”.

Como já assinalado no quarto capítulo, esta reunião contou com a presença de apenas seis participantes. Como pode ser observado no quadro 1 apresentado no quarto capítulo (cf. 4.1.1.1), a aderência vinha diminuindo ao longo do ano de um modo geral. Porém é possível que o local escolhido para a décima-primeira cicloconversa também tenha desempenhado papel na aderência, por ser mais distante do Centro e das regiões mais privilegiadas da cidade onde muitos dos integrantes residiam. Como já comentado (cf.4.3), a escolha do local representava uma tentativa de dialogar com pessoas interessadas na mobilidade por bicicleta residentes em regiões menos privilegiadas, como a Zona Oeste. Apesar disso, Roberto era o único morador da região que compareceu no dia e era já conhecido por vários membros do grupo.

Conforme postagem feita por Gustavo no evento criado no “facebook”, havia outra reunião no âmbito da mobilidade urbana marcado no mesmo dia, horário e

local, intitulado: *Reunião da luta pelo transporte de Jacarepaguá*⁹⁸, o qual visava mobilizar os moradores a respeito de um projeto de corte de linhas de ônibus. Entretanto, apesar de interações preliminares entre os dois grupos, não houve uma aproximação maior no dia, e a cicloconversa acabou por não acolher mais moradores da região. A ausência de convergência talvez tenha se originado da pauta postada no evento “virtual”: ao fazer alusão ao financiamento privado como possível solução para as questões de mobilidade urbana, representava um distanciamento ideológico da reunião paralela em prol do transporte público.

Além disso, no dia da reunião, as condições de tempo, novamente, tornaram a permanência na praça inviável. A chegada de participantes pode ser vista na figura 12 a seguir, na qual a baixa movimentação da praça é também visível.



Figura 12: Participantes da décima-primeira cicloconversa chegam na Praça Seca, Jacarepaguá.

Apesar de uma tentativa de permanecer no coreto, presente no fundo, devido

⁹⁸ https://web.facebook.com/events/220606011637168/?active_tab=discussion.

à pouca proteção oferecida pela estrutura, acabamos por migrar para uma lanchonete no entorno da praça. Mudanças desta natureza podem dificultar a chegada de participantes novos, pois pressupõem o acesso à internet por dispositivo móvel por exemplo, a fim de acompanhá-las⁹⁹. Além disso, a permanência em estabelecimentos comerciais tende a requerer o consumo, possivelmente afastando aqueles sem condições financeiras para tal.

Em relação ao grau de intimidade entre os participantes presentes neste dia, Roberto já era conhecido por alguns, da Massa Crítica e de outros eventos em prol da mobilidade por bicicleta, apesar de nunca ter participado da cicloconversa em si. Nas interações iniciais, um projeto de construção de identidade coletiva do grupo parece emergir, a partir de um outro imaginado, de ciclistas esportivos, os quais não compartilhariam da mesma visão da bicicleta enquanto meio de transporte.

O uso do registro informal, pontuado pelo uso do pronome “tu”, gírias e palavrões, contribui para salientar os valores compartilhados pelos participantes. Dito isso, também ocorrem momentos em que alguns parecem reivindicar *status* elevado, a partir do uso de vocábulos mais específicos (para se referir a formas de organização e vias institucionais, por exemplo), em vez das elipses típicas das interações entre o grupo ao versarem sobre assuntos de interesse comum. Isso ocorre, por exemplo, quando Roberto destaca sua proximidade de um vereador da Zona Oeste *“já fui na gabinete dele lá mas eu nunca fiz esse movimento assim porque eu entendo que toda iniciativa voltada para bicicleta é uma iniciativa coletiva e ela é horizontal”*. O enunciado é enquadrado como uma revelação a partir da abertura *“vou ser sincero com vocês”*. O registro então adotado, representa uma diferença de especificidade no léxico, sendo assim uma possível reivindicação de *status* elevado, de quem circula em ambientes instituições nas quais decisões são tomadas a respeito da mobilidade urbana. Na quinta cicloconversa, Paulo valoriza a participação daqueles que possam exercer “influência” no diálogo com o poder público – ou seja, pessoas de grupos sociais hegemônicos – e aqui Roberto parece se apresentar como pertencente a essa categoria. Embora ele faça referência à criação de relações menos hierarquizadas, o enunciado, simultaneamente, serve para destacar sua rede e o potencial que representa para um tipo específico de

⁹⁹ A título de exemplo, a escolha da sala para a quinta cicloconversa foi tomada na chegada à UERJ, provocando discussões posteriores a respeito. Isso porque participantes que chegaram depois não encontraram a reunião, por não terem acesso à internet por dispositivos móveis.

incidência política.

Como já mencionado, um dos objetivos da pauta consistia em *ouvir os ciclistas de Jacarepaguá* e a fala de Roberto aqui apresentada decorre de um convite de compartilhamento de suas experiências de mobilidade por bicicleta na região. A solicitação é feita por Thales, ao se dirigir a Roberto e afirmar “*você é uma boa pessoa para falar isso porque anda de bike aqui direto*”. Aproveito para lembrar que, tanto Camila como Heloísa, não foram convidadas a compartilhar suas experiências enquanto ciclistas da Zona Norte, ou da Zona Oeste, ao participar da nona cicloconversa. Como as experiências da mobilidade humana encontram-se atravessadas por marcas sociais, como as categorias de gênero, a falta de padronização desta dinâmica – a solicitação de seu compartilhamento – restringe a possibilidade do debate de pautas diversas e/ou questões historicamente excluídas da esfera pública. Nos movimentos interacionais examinados ao longo desta conversa, o papel de introdutor funciona para a condução da reunião e a seleção dos tópicos, tais como: o compartilhamento de experiências pessoais; relatos sobre as reuniões anteriores e/ou outras atividades em prol da mobilidade ativa realizadas. Os narradores selecionados tendem a ser os integrantes pertencentes aos grupos hegemônicos; – e sua seleção em vez de expô-los, parece elevar seu *status*, como no caso de Roberto, que assume o papel de “representante” da Zona Oeste.

O fragmento selecionado dessa reunião para análise a partir da segunda pergunta de pesquisa já foi apresentado no capítulo anterior (fragmento 3, cf. 5.6) e versa sobre a ameaça de assédio/agressão sexual dentro dos ônibus de transporte coletivo. A fim de facilitar a leitura, é apresentada novamente na íntegra a seguir.

Fragmento 3

25	Heloísa	é >mas é porque também< para mulher <a: a> uma viagem de
26		<ônibus>=
27	Roberto	=têm outras questões que envolve também [o <assé:dio>]
28	Heloísa	[ah ah <u>muitas</u>
29		outras] questões eu tava até (.) es- essa semana
30		encontrei com com menino >que trabalhou comigo no (nome
31		da empresa)<
32	Gustavo	[(.....)]
33	Heloísa	[no ônibus eu tava de] mochila (.) tinham vários caras
34		que estavam passando por mim ↑né cê quer que eu segure
35		então sua mochila falei ↑ <u>não</u> eu não quero que você segure
36		[minha mochila]

37	Roberto	[a mochila é quase que] um escudo né
38	Heloísa	porque é um escu- é ela fica ali nas costas e o cara vai
39		encostar na mochila <↓foda se> mas se eu tivesse sem?
40		[saca?]
41	Roberto	[é]
42	Heloísa	então assim? <de repente as meninas ficam assim (.) um
43		pouco: (.) com vontade de>=
44	Roberto	=[é]
45	Heloísa	[de de] se colocar num casu:lo (.) <por conta disso
46		assim>(.)mas a bicicleta ↓cara é
47	Roberto	mas por aqui o que que tá <u>valendo</u> assim é a ideia de que
48		a solução é o carro entendeu?
49	Heloísa	é o ↑carro
50	Roberto	[e a bicicleta acaba criando] um problema entendeu né
51	Heloísa	[<é o mini paraíso>]

Como esta narrativa é introduzida a partir da autosseleção, acho pertinente observar como este papel é conquistado e negociado ao longo do evento narrativo. A conarração, emergente ao longo da narrativa, novamente desempenha múltiplas funções, como: a antecipação do assunto =*tem outras questões que envolve também [o assé:dio]* (1.27); possíveis mudanças de código [*a mochila é quase que*] um escudo né (1.37) e a antecipação do ponto *mas por aqui o que tá valendo é a ideia de que a solução é o carro entendeu?* (1.47-8). Embora os enunciados destacados possam ser lidos como manifestações de apoio ou expressões de concordância, é possível que, simultaneamente, constituam reivindicações de conhecimento sobre o assunto narrado. Para examinar essas possíveis funções, é necessário voltar a atenção às dinâmicas da interação e a negociação de seu significado.

A especificação do assunto a ser narrado [*o <assé:dio>*] (1.27), marcada pela desaceleração da fala, leva a um conflito sutil, seja por conhecimento, seja pelo papel de narrador. Isso ocorre a partir da sobreposição do próximo turno [*ah ah muitas outras*] questões (1.28-9), e a repetição de *outras questões*, qualificada pelo item *muitas*, dado destaque pelo tom enfático. Ao sugerir um conhecimento mais amplo das *muitas* questões, o enunciado pode ser lido como uma “contra reivindicação”, ou de conhecimento, ou do papel de narradora autêntica a respeito do assunto (Bucholtz & Hall, 2004).

Quanto à alternância de código, a narradora opta pelo uso de um registro informal, marcado por gírias como *cara* (linhas, 33, 38 e 46) e *saca* (1.40), bem como palavrões como *foda* (1.39). O uso de um léxico mais específico [*a mochila é*

quase que] um escudo né (1.37), em vez das elipses típicas das interações informais entre o grupo, inicialmente parece ser corroborado, reproduzido no próximo turno *é um escu-* (1.38). Porém o corte abrupto sugere que a mudança de código é resistida.

A antecipação e coconstrução do ponto redireciona o foco da atenção – da pauta aqui levantada – as relações de gênero que atravessam a luta pela mobilidade urbana, para uma questão menos delimitada, o *status* do carro particular. A repetição na linha a seguir *é o ↑carro* (1.49), ratifica o significado criado. Embora a introdução do assunto e autosseleção enquanto narradora e protagonista possam ser lidas como uma reivindicação da relevância da pauta no âmbito da esfera pública, é possível que os laços entre os participantes sejam privilegiados no momento da coconstrução do ponto, pois ao rejeitar o enquadramento proposto e advogar mais explicitamente pela inserção da pauta de assédio, a narradora arrisca se distanciar de um ponto já estabelecido enquanto consenso entre o grupo.

Nesse sentido, a análise das dinâmicas interacionais aqui sugere que o significado das pautas trazidas por grupos minoritários à esfera pública pode ser reenquadrado por aqueles tradicionalmente privilegiados, a partir dos papéis narrativos reivindicados e negociados nas interações.

Esta seção buscou analisar narrativas introduzidas por mulheres, que se autosselecionam enquanto narradoras e protagonistas de suas histórias, a fim de observar a negociação discursiva de suas performances e dos significados veiculados. A análise indica que, ao longo do evento narrativo, suas ações enquanto protagonistas e seu *status* enquanto narradoras encontram-se passíveis de questionamento. Com o intuito de aprofundar a compreensão desta dinâmica, a próxima seção examina o papel do diálogo construído e de segundas narrativas na construção de relações mais assimétricas/simétricas.

6.6 Segundas narrativas, diálogo construído e dinâmicas interacionais

Ao encapsular o mesmo ponto avaliativo de uma história anterior, segundas narrativas constituem um meio para demonstrar a compreensão desse ponto e construir solidariedade (Garcez, 2001; Linde, 1997; Sacks, 1992). A partir de exemplos típicos, selecionados a partir do corpus como um todo, esta seção de análise examina suas possíveis funções. Para tal, se fundamenta também na noção de diálogo construído, construto teórico apresentado no quinto capítulo (cf. 5.1.2).

Nesta segunda lâmina de análise, o diálogo construído apresenta, novamente, uma categoria analítica produtiva, por ser um meio para convidar os interlocutores a coconstruírem as avaliações veiculadas. A participação nesse processo serve tanto para ratificar as avaliações construídas, como para questionar a visão de mundo que nelas habitam. A seguir, nesta seção, apresento dois fragmentos nos quais o diálogo entre diferentes narrativas pode ser observado. A primeira constitui uma resposta à narrativa apresentada no fragmento 1, a respeito do bicicletário do metrô (fragmento 1, cf. 5.6 & 6.5). A segunda, por sua vez, representa a continuação da narrativa a respeito do bicicletário do metrô, posteriormente reiniciada.

O primeiro fragmento sob escrutínio aqui surge após a coda *tipo assim* <completamente NONSENSE> = (1.73-4) da narrativa apresentada no fragmento 1. Por encerrar a ação complicadora, a coda pode ser lida como um sinal para outro participante assumir o piso conversacional e Camila se autosseleciona enquanto narradora e protagonista na narrativa reproduzida a seguir.

Fragmento 4

75	Camila	=eu passei por um problema muito parecido agora há pouco
76		quando eu fui tentar entrar no trem (.) e eu tinha nota
77		de cem só para pagar o bilhete
78	Heloísa	aham
79	Camila	e a mulher "enfim" por lei ela não é obrigada a aceitar
80		mas eu também >só tinha uma nota de cem<
81	Naomi	uhã
82	Camila	aí eu fui lá não não posso trocar aí eu fui no carinha do
83		pastel não não troco aí eu vi que tinha um caixa
84		eletrônico dentro falei moça deixa eu
85	Heloísa	[tirando dinheiro (...)]
86	Camila	[sacar dez reais]
87	Gustavo	hhhhh
88	Camila	pra [pagar]
89	Gustavo	[<u>não</u>]
90	Camila	e eu vou entrar=
91	Gustavo	= <u>não</u> só pra entrar hhh <u>não</u>
92	Camila	não cê não pode entrar
93	Gustavo	hhhh
94	Thales	cara=
95	Camila	=↑moça só vou sacar dez reais [eu preciso pegar o trem]
96		
97	Heloísa	[não eu vou tirar eu vou
98		dar dinheiro para você]
99	Camila	[não]
100	Gustavo	[hhhhhh]

101	Heloísa	[eles são muito irredutíveis cara]
102	Camila	[eu tive que sair ir atravessar ir lá no Bradesco] sacar
103		dinheiro em outra rua e voltar
104		[para conseguir entrar]

Embora esta narrativa breve conte com diversos conarradores, nas dinâmicas interacionais que se desenvolvem ao longo do evento narrativo, emerge um padrão diferenciado. Os participantes se engajam em um projeto de construção de identidade coletiva diante do outro – a burocracia arbitrária do sistema metroviário, representado por seus funcionários, no qual as funções dos enunciados parecem ser, maioritariamente, colaborativas. Esse processo se inicia por meio do diálogo construído nas linhas 82-99, a partir do qual os participantes se envolvem na coconstrução da narrativa. Os diferentes papéis assumidos durante um diálogo altamente teatral – o funcionário do metrô *=não só pra entrar hhh não* (1.91) e a protagonista *[não eu vou tirar eu vou dar dinheiro para você]* (1.97-8) – permitem a coconstrução das avaliações. A ironia da qual lançam mão sublinha a arbitrariedade das regras e comunica solidariedade. Além disso, as sobreposições paralinguísticas (1.78 & 81) e risos (1.87, 91, 93 & 100) servem para sinalizar um ouvido atento e ratificar os significados.

As ações discursivas da protagonista – a apresentação de uma nota acima do valor aceito pelo sistema metroviário – não são problematizadas – tampouco emergem reivindicações de conhecimento a respeito da regra. A narradora já tinha participado de uma das reuniões realizadas em 2015, além de ser conhecida por alguns integrantes enquanto fundadora de uma das Massas Críticas no Rio de Janeiro. Sendo assim, é possível que seu *status* no contexto mobilize pressupostos diferenciados na interpretação de seus enunciados, diminuindo o trabalho interacional necessário para a reivindicação de igual. Ao mesmo tempo, é possível que a frequência menor de gírias, e a ausência de palavrões e metáforas sexuais, ao longo da narrativa, também desempenhem papel nesta dinâmica. Apesar de fazer uso de um código informal, ao se assemelhar mais às expectativas sociais discursivas, as práticas narrativas aqui analisadas parecem representar uma ameaça menor à ordem social.

No que diz respeito ao diálogo estabelecido com a narrativa anterior, ao dar destaque à arbitrariedade das regras do sistema metroviário e a apropriação do poder simbólico por seus funcionários, esta narrativa ratifica os significados veiculados

na primeira. A intransigência do adversário, o ponto de conexão entre as duas, é tornada explícita na linha 101 [*eles são muito irredutíveis cara*], sublinhando a relação de empatia criada entre as narradoras. A credibilidade conferida à primeira narradora parece alterar a dinâmica das relações entre os participantes. No fragmento 5 a seguir, apresento a continuação da primeira narrativa, visando traçar os movimentos interacionais a partir dos quais esta alteração se produz.

Fragmento 5:

105	Heloísa	[foi um inferno e eu não consegui] convencer o cara
106		por telefone
107	Mateus	que isso sacanagem
108	Heloísa	fiquei assim puta da vida eu entrei dentro do metrô
109		porque era era véspera de feriado <então eu não ia
110		andar de metrô no outro dia> e eu queria minha
111		↑bike e eu ainda falando pô mas o metrô tá tipo
112		retendo u::m bem meu aí dentro sabe tipo assim não
113		é uma forma que vocês aí tão num lugar particular
114		de vocês vocês tão retendo uma coisa que é minha
115		cara sabe que eu quero buscar e eu não quero pagar
116		três e setenta para isso ah não pode não pode não
117		pode e no final o segurança foi mega chato falou
118		vai lá rapidão aí ele abriu a porta para mim e fui
119		mas se ele não fosse ele ser legal e entender a
120		doideira que era
121	Thales	é porque assim não faz o menor sentido isso
122	Heloísa	então você paga três e setenta sendo que o metrô
123		virou para mim no telefone e falou que eles não
124		fazem serviço de bicicletário (.) >mas a partir do
125		momento que você entra dentro no metrô para você
126		simplesmente buscar sua bicicleta que tá ali dentro
127		eles estão fazendo serviço de bicicletário
128	Thales	sim é
129	Heloísa	então isso é mó doideira

A partir da retomada da narrativa na linha 105, as avaliações da narradora, agora suavizadas *um inferno* (l.105), passam a ser endossadas a partir da comunicação explícita de acordo nas linhas 121 *é porque assim não faz o menor sentido isso* e 128 *sim é*. A avaliação, *que isso sacanagem* (l.107), amplifica a noção de injustiça veiculada, o uso do palavrão sinalizando os laços entre os participantes por se aproximar ao código usado pela narradora. A dinâmica aqui observada sublinha a natureza fluida das relações entre os participantes. Sua constante construção permite a aproximação aos ideais do movimento em determinados momentos, e o distanciamento deles em outros.

6.7 Encaminhamentos

Este estudo iniciou-se com o objetivo de interrogar os modos de produção de política/resistência, e a alegada horizontalidade dos movimentos sociais contemporâneos, a partir do exame das práticas discursivas de um grupo específico. A microanálise conduzida debruçou-se sobre práticas narrativas, interacionais e identitárias, norteadas por duas perguntas mais especificamente delimitadas, as quais mobilizaram as duas lâminas de análise. Este segundo capítulo teórico-analítico lançou um olhar crítico sobre as interações que se desenvolvem entre os participantes ao longo do evento narrativo e foi orientado pela pergunta: *como se dá a navegação pelas dinâmicas de poder no mundo narrativo?* A fim de aprofundar a compreensão desta questão, busquei, a partir de momentos narrativos selecionados, examinar estratégias discursivas que podem ser ou colaborativas, ou competitivas, ou as duas coisas a um só tempo. A análise se apoiou, mais especificamente, em noções de gênero como performance sociodiscursiva, práticas de higiene verbal, alternâncias de código, papéis narrativos e problematizações, bem como diálogo construído e as possíveis funções de segundas narrativas.

As análises conduzidas apontam para a emergência de dinâmicas de poder entre os participantes que ora aproximam, ora distanciam o movimento sob escrutínio do ideal de horizontalidade, nas quais as assimetrias de gênero aparentam se sobressair. Dentre os modos pelos quais isso pode ocorrer, destaquei, dentre outras estratégias discursivas, a negociação de papéis narrativos. A partir dos dados etnográficos incorporados ao texto, observei a forma pela qual o papel de introdutor, muitas vezes, serve para confirmar o *status* de participantes “pertencentes” a grupos hegemônicos – sua seleção enquanto narradores tende a enquadrá-los como “*experts*”, a respeito dos assuntos sobre os quais discursam. Já grupos minoritários tradicionalmente excluídos da esfera pública, como as protagonistas cujas narrativas constituem o objeto desta tese, tendem a recorrer à autosseleção, a fim de compartilhar suas experiências. Esse processo se distingue da introdução por parte de terceiros no sentido de que, recorrentemente, implica uma carga aumentada de trabalho interacional para que o *status* de narradora possa ser reivindicado.

Nessa busca pelo *status* de membras dignas de serem ouvidas, as narradoras, frequentemente, se engajam em performances identitárias, ou “processos de adequação” (Bucholtz & Hall, 2004, 2005), em que traços convencionalmente

associados à masculinidade hegemônica parecem ser valorizados. Por um lado, é possível que suas contribuições não sejam dadas a mesma atenção pelos demais caso não se empenhem em performances deste tipo; por outro lado, sem desafiar o valor simbólico atribuído a tais características, o grupo mais dificilmente incorpora sujeitos diversos, ou até desafiar a violência que caracteriza as interações na via urbana. Voltarei a discutir este ponto mais a fundo no próximo capítulo, em que viso tecer possíveis relações entre os entendimentos proporcionados pela microanálise e o contexto macro no qual se inserem.

No que diz respeito à recepção e à negociação dessas performances identitárias, as práticas discursivas analisadas sugerem a desestabilização tácita dos papéis reivindicados, bem como o *status* epistêmico das integrantes enquanto membras adequadas do grupo. Isso ocorre a partir de problematizações: de suas avaliações enquanto narradoras e de suas ações enquanto protagonistas, bem como práticas de higiene verbal direcionadas aos registros escolhidos. A identificação destas estratégias discursivas indica, por sua vez, que a conarração pode ser simultaneamente colaborativa e competitiva, potencialmente, servindo para reenquadrar pautas levantadas por grupos minoritários no contexto da esfera pública. Estas observações realçam os eventuais obstáculos a serem navegados por grupos tradicionalmente excluídos da esfera pública, ao buscarem fazer circular suas histórias e canalizar a energia dos movimentos em direções diversas.

Dito isso, em diversas ocasiões, identifiquei o engajamento em práticas de resistência por parte das narradoras, seja pela manutenção do registro eleito, seja pela reivindicação de conhecimento a respeito do assunto narrado e do *status* de parceira da interação de igual valor. No mais, observei que, a partir da articulação do mesmo ponto, segundas narrativas funcionam, potencialmente, para alterar o fluxo das relações entre os participantes, ao ratificar significados veiculados e conferir credibilidade a outros. Ao mesmo tempo, vale lembrar que as protagonistas que aparecem nas gravações são mulheres brancas de classe média, se aproximando, assim, do perfil típico do movimento. Desse modo, é fundamental indagar: a quem é permitido performar essa resistência?

As dinâmicas interacionais aqui salientadas podem ser compreendidas como a manifestação de disputas sutis, por reconhecimento, por aprovação, ou por *status*, as quais, possivelmente, decorrem de pressupostos sociais generificados: a respeito de quem tem direito a determinados conhecimentos, a usar determinados códigos

linguísticos, ou a assumir determinados papéis sociais e narrativos neste contexto específico, como o de narrador de experiência pessoal e participante ativo na construção de significados e no estabelecimento da agenda do movimento.

Ao mesmo tempo, emergem índices de que participantes menos privilegiados, como as mulheres, podem sim participar mais ativamente dos debates sob determinadas circunstâncias. O uso de um repertório linguístico e/ou estilo discursivo que desestabiliza menos os arranjos sociais que distribuem privilégios, bem como a aderência a pautas convencionais, parece acarretar posturas mais colaborativas, tais como a ratificação de avaliações e um grau menor de problematizações ao longo do evento narrativo.

Tais percepções encontram-se em consonância com as observações feitas por Eckert (2000), já mencionadas nesta tese (cf. 2.2). Por ainda ser percebida e se perceber como “intrusa” em determinados contextos, a mulher precisa performar respeito maior pelas normas discursivas. Para Shaw (2000), na esfera pública, em especial, as pressões contraditórias – de, ou aderir aos padrões discursivos já estabelecidos, ou aderir a expectativas sociais generificadas – tendem a levar as mulheres a performarem um estilo competitivo o suficiente para ganhar e manter o piso conversacional, porém sem lançar mão de estratégias discursivas como “interrupções”, provocações, obstruções ou piadas, tipicamente usadas por seus pares masculinos neste contexto. A observação mais rígida das regras oficiais se dá em função da percepção de que sua não observação pode torná-las sujeitas a sanções sociais mais severas do que seus contemporâneos masculinos, que desfrutam de uma liberdade maior para tal.

No que tange à produção discursiva de política e de resistência, mais especificamente, entre as estratégias discursivas possivelmente atreladas ao acúmulo de valor simbólico nas interações, o estudo destaca a oscilação entre dois códigos: o formal e o informal. Como mencionado anteriormente, as alternâncias de código para o formal são aqui compreendidas como possíveis práticas de higiene verbal, eventualmente envolvidas na construção de relações assimétricas, ao indexar escolarização. Como afirmam Blom & Gumperz (2002, p.64) “alternativas linguísticas no repertório simbolizam as diferentes identidades sociais que os membros podem assumir”. Ou seja, ao longo das interações, os participantes sinalizam os laços e os valores compartilhados e, em outros, reivindicam identidades de *status* elevado, uma vez que “não existe uma simples relação

biunívoca entre variedades de fala e identidades sociais” (ibid).

Nos discursos midiáticos e no senso-comum, prevalece uma imagem negativa de “o ciclista” – um sujeito que não respeita as regras de trânsito, não respeita o pedestre, se acha acima da lei e assim por diante¹⁰⁰. As práticas de resistência identificadas neste estudo colocam em questão a possibilidade de uma “classe universal” de “ciclistas”, ao lançar luz sobre uma das diversas lutas que atravessam o movimento sob investigação. Mais especificamente, nas práticas discursivas emergentes das reuniões, emergem índices de diálogo com esta categoria macro do “ciclista”, por meio de duas performances identitárias, potencialmente, binárias. Na quinta cicloconversa, a participante Simone faz alusão a esta divisão, a partir do diálogo construído

pelo que eu lembro que ela colocou tipo ah vamo- tem que ter um pessoal que vai lá que vai conversar com prefeitura e tal e tem um pessoal que vai fazer o- é terrorativismo? Eu não me lembro qual foi o nome que ela usou, mas ações de intervenção urbana né (...) eu lembro da Miriam propondo que a gente separasse os grupos vamo separar os grupos a gente faz um pessoal que vai botar roupa bonitinha não lembro que termo que ela usou e vai conversar com prefeitura e ter um pessoal e não podem ser as mesmas pessoas um pessoal que vai fazer a intervenção urbana.

Como já se disse (cf.6.3), o estudo parte do pressuposto de que todos os participantes do estudo dominam tanto o registro formal, quanto o informal, podendo transitar entre os dois, a escolha entre um e outro comunicando os valores salientados em momentos distintos. A partir da preferência por registros formais e a reivindicação de capacidade discursiva nos contextos institucionais, identifico o que denomino uma performance de “ciclista profissional”. Tal projeto identitário se distancia do imaginário popular, ao prezar pelo respeito às regras do trânsito – confirmando o senso-comum de “respeitar para ser respeitado” – e privilegiando os canais oficiais enquanto meio para efetuar mudanças sociais, a partir da formalização e institucionalização do grupo. A projeção desta identidade como ideal – a partir da valorização do registro atrelado a noções de escolaridade, entre outros recursos – possivelmente, restringe a participação de quem não o domina ou não está disposto a se assemelhar.

¹⁰⁰ A categorização identitária a partir do modal de transporte utilizado tem sido problematizado pelo jornalista e autor, Peter Walker, em vídeo produzido para o jornal britânico “The Guardian”, acessível em: <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/video/2019/may/09/do-cyclists-think-theyre-above-the-law-and-does-it-even-matter-video>.

Já a performance de “bicicleteiro”, indexada a partir do uso do registro menos formal e gírias frequentes, reivindica uma “competência comunicativa” alternativa – a possibilidade de interação com pessoas de diferentes camadas sociais das mais diversas regiões da cidade, bem como sua incorporação ao movimento. Se reapropriando, por vezes, da nomenclatura pejorativa “bicicleteiro”, os participantes problematizam esta categoria estigmatizada. Ao se engajaram nesta performance, tendem a valorizar a ação direta e a intervenção urbana como meios para efetuar mudanças sociais, destacando a necessidade de rompimento com as regras oficiais para que uma nova ordem social possa ser criada.

Essas duas identidades não são estanques – conforme os propósitos das interações em curso, é possível que os participantes oscilem entre a reivindicação de uma ou de outra. Dito isso, salientam um outro embate no cerne do grupo: embora seja possível identificar, nas interações gravadas, momentos de consenso em relação às questões enfrentadas pelos participantes, a forma pela qual podem ser abordadas representa um terreno de conflito.

Reitero que as estratégias discursivas identificadas nos dados analisados nesta tese são vistas como, potencialmente, multifuncionais, sendo sua interpretação suscetível a considerações contextuais e (auto)etnográficas. Posto isso, nos quadros 2 & 3, a seguir, busco sintetizar as práticas discursivas que venho discutindo nesta seção, indicando sua possível contribuição para a construção da horizontalidade.

Prática discursiva identificada	Exemplo
Reivindicação do papel de narrador por participante menos privilegiado	Heloísa: “ <i>já tive um problema com metrô por causa disso</i> =” (fragmento 1, cicloconversa 9)
Reivindicação do <i>status</i> de membro adequado do grupo	Heloísa: “ <i>não posso subir o alto de bicicleta >ainda mais de fixa< (.) é impossível</i> =” (fragmento 1, cicloconversa 9)
Alternâncias de código para registro menos formal/ manutenção de código informal	Heloísa: “= <i>EXATAMENTE [mas o buraco não é teu]</i> ” (fragmento 1, Cicloconversa 9) Mateus: “ <i>que isso sacanagem</i> ” (fragmento 5, cicloconversa 9)
Ratificação de significado a partir de segunda narrativa	Camila: “= <i>eu passei por um problema muito parecido agora há pouco</i> ” (fragmento 4, cicloconversa 9)

Redistribuição de papéis administrativos	Naomi: “ <i>quem vai criar o evento? >cê já criou?<</i> ” (excerto 1, cicloconversa 10, cf. 4.1.1.1)
--	---

Quadro 2: práticas discursivas que podem contribuir para a construção de relações mais simétricas

Prática discursiva identificada	Exemplo
Solicitação de narrativas que conferem <i>status</i> de expert	Thales: “ <i>você é uma boa pessoa para falar isso porque anda de bike aqui direto</i> ” (cicloconversa 11, cf. 6.5)
Problematizações de confiabilidade do narrador	Joaquim: “ <i>=segurança=</i> ” (fragmento 1, cicloconversa 9)
Problematizações de <i>status</i> epistêmico do protagonista da narrativa	Thales: “ <i>=chegou tarde</i> ” (fragmento 1, cicloconversa 9)
Alternância de código metafórica para registro formal	Gustavo: “ <i>=antes de tudo o metrô é uma concessão pública=</i> ” (fragmento 1, cicloconversa 9)
Reivindicações de conhecimento	Gustavo: “ <i>[é isso eu sei que é eles só aceitam]</i> ” (fragmento 1, cicloconversa 9)
Reenquadramento de pautas de grupos minoritários e/ou não ratificação do ponto da narrativa	Roberto: “ <i>mas por aqui o que tá <u>valendo</u> é a ideia de que a solução é o carro entendeu?</i> ” (fragmento 3, cicloconversa 11)
Evitação de papéis administrativos possivelmente generificados	Joaquim: “ <i>ah cara melhor eu não criar porque tô com problema no celular e meu celular ele tipo</i> ” (cicloconversa 10, cf. 4.1.1.1)
Reforço de papéis administrativos convencionais	Joaquim: “ <i>=Naomi se quiser anotar</i> ” (cicloconversa 9, cf. 4.1.1.1)

Quadro 3: práticas discursivas que podem contribuir para a construção de relações mais assimétricas

Como pode ser observado, além das práticas discursivas identificadas nos fragmentos narrativos analisados, incluo, nos quadros 2 e 3 acima, práticas observadas ao longo do trabalho de campo a respeito da negociação de papéis narrativos e da distribuição de tarefas administrativas. Sua inclusão aqui se baseia na crença de que podem lançar luz sobre possíveis pressupostos generificados a respeito dos devidos papéis sociais dos participantes, dos quais os interlocutores

lançam mão nas interações. Realço que a percepção destas dinâmicas desempenhou papel fundamental no caminho teórico-analítico percorrido e na interpretação dos dados gravados e transcritos.

Conforme pontuado no início deste capítulo (6.1 & 6.2), a ritualização de papéis sociais a partir de padrões generificados foi trazida à tona por Goffman no ano de 1979. Em contextos contemporâneos, nos quais homens e mulheres concorrem pelo mesmo poder e *status*, em vez de assumirem papéis complementares, conflitos podem emergir a respeito desses papéis (Cameron, 1998). Para Walsh (2001), a entrada de mulheres em ambientes tradicionalmente masculinos, por vezes, produz uma divisão interna de trabalho. Tais “arranjos” se caracterizam por sua natureza generificada – as tarefas tradicionalmente vistas como “masculinas”, e as quais tipicamente conferem *status* maior, são desempenhados por homens, enquanto as mulheres arcam com as tarefas tipicamente vistas como femininas, as quais tendem a conferir *status* menor. Entendo as tarefas aqui salientadas – a criação dos eventos e a elaboração das atas – como meramente administrativas, sem, necessariamente, proporcionar uma participação mais significativa. A pauta, horário, data e local das reuniões, assim como o potencial significado de decisões tomadas em reuniões anteriores tendem a ser deliberadas nas reuniões presenciais, cujos processos discursivos venho analisando ao longo desta tese. A ata, por sua vez, não costuma ser lida pelos participantes, o que talvez contribua para a possível falta de interesse em elaborá-la. As interações observadas neste estudo a respeito da redistribuição de papéis tradicionalmente vistas como femininas, ou de menor *status*, sugere que os arranjos convencionais tendem a ser desafiados pelas mulheres, na busca por uma organização mais simétrica. Já aqueles privilegiados pelos arranjos em vigência tendem a resistir a criação de novas configurações. Ao direcionar o olhar analítico a estas dinâmicas discursivas, a investigação lança luz sobre a tensão emergente entre a mobilização de pressupostos generificados e a resistência das participantes menos privilegiadas por estas normas. Estas narradoras buscam participar ativamente da criação de significados a partir de suas próprias normas e regras discursivas, trazendo pautas diversas que, muitas vezes, atravessam a causa central.

Neste capítulo teórico analítico, examinei as interações micro que se desenvolvem ao longo dos eventos narrativos selecionados, a fim de entender as relações negociadas entre os participantes, a partir de um olhar (auto)etnográfico.

Este projeto de análise tornou visíveis as dinâmicas de poder discutidas ao longo desta seção, em que normas generificadas que circulam no contexto macrossocial parecem ser simultaneamente mobilizadas e contestadas nas práticas discursivas micro do grupo investigado. Sendo assim, o próximo capítulo busca refletir sobre as duas lâminas de análise realizadas (capítulos 5 & 6), com vistas a resumir os entendimentos proporcionados, assim como pensar possíveis elos entre os entendimentos proporcionados pelo estudo e o contexto mais amplo do qual o movimento faz parte.

tá tudo errado, que merda esse vídeo aí de mulheres, aí enfim, tão frágeis né, na rua, no meio da rua sem capacete tá errado. mas enfim, não foi dessa vez que me chamaram de misândrica não. mas acho que quise(hhhh)ram.

Clara, *Roda de Conversa*, 2018.

7. Práticas de atropelamento, práticas de resistência e práticas transformacionais

Cansado de ouvir gritos de “*queria ser a bike, tá muito tarde, é perigoso*”, entre outros, um grupo de ciclistas produziu um vídeo intitulado “Respeita as Mina!¹⁰¹”, cujo início sobrepõe tais discursos a rostos de mulheres que não desviam o olhar. A cena corta para uma paisagem noturna – uma via larga passa por uma área urbana desprovida de sinais de vida humana, salvo uma mulher que pedala pela pista do meio, em posição aerodinâmica e com expressão determinada. Pouco a pouco, emergem outras mulheres das laterais, se aglutinando até formar um conjunto focado – pois aceleram em direção ao espectador, sem sequer abrir um sorriso. Enquanto isso, a legenda: *Ser mulher e pedalar na rua é remar contra a maré em um mar de carros e ondas de assédio* passa na tela. Embora sejam todas brancas e magras, relativamente jovens, se encaixando em um padrão de beleza ocidental, o vídeo ainda apresenta uma cena fora do comum e me serviu de inspiração em diversas ocasiões – periodicamente, procuro assistir novamente, sobretudo após sofrer algum tipo de agressão na rua. Lançado originalmente em 2016, foi compartilhado no grupo *on-line* da Massa Crítica do Rio de Janeiro e se tornou objeto de críticas, provocando um debate acirrado, o qual é lembrado por Clara ao participar da roda de conversa acima citada. A natureza do debate desencadeado por comentários direcionados à “segurança” das mulheres que aparecem no vídeo – sobre o uso ou não do capacete e o ato de pedalar na pista do meio – traz à tona um conflito recorrente no grupo, em relação à possibilidade de pressupostos generificados subjacentes às interações. Isto é, para alguns, as problematizações às quais Clara se refere, não seriam atreladas a padrões de gênero e sim, isento deles. Argumento, nesta tese, que crenças como essas encontram-se

¹⁰¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nbz9aVmykgE>.

imbricadas com visões utópicas dos avanços conquistados por grupos minoritários e com o que tem sido chamado de uma cultura “pós-feminista” (Litosseliti et al, 2019, entre outros), segundo o qual as mulheres, hoje, arquitetas de seu próprio destino e agentes ousadas – cuja força é palpável na sua ocupação da rua – não seriam mais restringidas por relações de poder.

Por acreditar que a sutileza de determinadas agressões discursivas faz com que seja difícil apontá-las com precisão, esta tese, de certa forma, constitui uma tentativa de identificar estratégias microdiscursivas, eventualmente, entrelaçadas com a produção e/ou contestação de assimetrias sociais. Ela procurou apresentar o desenvolvimento e os resultados de uma pesquisa que se debruça sobre as práticas discursivas de um grupo de ativistas localizados no Rio de Janeiro, interessados na luta por mobilidade ativa em sentido estrito, e na construção de cidades mais humanas em sentido mais amplo. O trabalho dá relevo à força da prática narrativa na produção discursiva de política e de resistência, e das simultâneas dinâmicas interacionais nas quais os significados emergentes são negociados. Partindo do pressuposto de que as relações assimétricas pelas quais a vida social encontra-se permeada podem manifestar-se nos próprios movimentos que alegam combatê-las, a microanálise buscou pontuar as formas sutis pelas quais isso, potencialmente, ocorre na ordem micro interacional, conferindo enfoque às relações de gênero. Este capítulo objetiva lançar uma lente retrovisora sobre o caminho teórico-analítico percorrido, apontando possíveis contribuições, além de indicar lacunas que possam ser preenchidas por eventuais pesquisas futuras.

Por entender o campo da pesquisa como parte constituinte da chamada “esfera pública”, o capítulo 2 apresentou as reflexões teóricas a respeito desse conceito, examinando as possibilidades para a construção de relações mais simétricas no âmbito dos movimentos sociais contemporâneos. O debate tecido se fundamentou nos questionamentos levantados por Fraser (1997), no que tange à participação significativa de grupos minoritários nessa arena discursiva, traçando elos com exemplos específicos da luta pela mobilidade ativa; a partir de literatura sobre a Massa Crítica enquanto movimento mundial (Carlsson et al, 2002, 2012), bem como experiências próprias proporcionadas pela inserção em suas manifestações localmente situadas no Rio de Janeiro. O direcionamento de um olhar apurado às práticas discursivas que se desenvolvem no/sobre esse meio urbano – diversas vezes, hostil e agressivo – suscitou uma questão específica para esta pesquisa: se,

por um lado, atores sociais engajados nas lutas urbanas contemporâneas interrogam as desigualdades decorrentes da organização espacial do meio urbano e as relações de poder que nele se desenvolvem, até que ponto, em suas próprias práticas discursivas, contestam valores associados a identidades simbólicas de *status* elevado, tal como a masculinidade hegemônica, os quais esse trabalho considera enraizados na produção desse cenário.

As experiências enquanto integrante do espaço investigado – suas expressões presenciais e “virtuais”, detalhadas ao longo desta tese, bem como o estudo de campo mais especificamente delimitado – apresentaram índices de que o grupo objeto desta investigação não acolhe uma diversidade de participantes e/ou confere valor simbólico diferenciado a suas contribuições. Esta percepção, aliada às leituras sobre esfera pública *grosso modo* e os movimentos em prol da mobilidade ativa *stricto sensu*, foi crucial na definição do objetivo norteador desta pesquisa: a interrogação da produção de política/resistência a alegada horizontalidade do grupo, a partir do exame crítico de suas práticas discursivas, focalizando a eventual manifestação de assimetrias generificadas. A escolha de privilegiar o protagonismo de participantes mulheres se fundamentou no posicionamento epistemológico delineado no terceiro capítulo (Sousa Santos, 2007, entre outros), tendo por intuito a priorização da escuta de narrativas alternativas, muitas vezes, silenciadas ou ignoradas, movimentando, assim, o ângulo de observação de seu polo hegemônico tradicionalmente centrado na figura masculina. A análise dessas narrativas, inspirada nas contribuições de Bauman (1986) e Biar (2012), se dividiu em duas lâminas – a primeira voltada à construção do mundo narrado e a segunda às dinâmicas interacionais emergentes do mundo narrativo. Estas lâminas se traduziram nos capítulos 5 e 6, em que os dados selecionados foram analisados a partir dessas duas perspectivas distintas, visando contemplar a complexidade dos fenômenos investigados.

Como já pontuado, no cerne desta pesquisa, está a crença no poder da prática narrativa na construção da resistência. Tal resistência se dá a partir da indagação do mundo narrado e da projeção de uma visão, ainda que seja fugaz, sobre um mundo cuja organização se dá de modo alternativo. A partir do entendimento de que a nem todos os integrantes são conferidos – ou até mesmo cedidos – o piso de forma igual, as contribuições teóricas de Bamberg (2006) e de Georgakopolou (2006), apresentadas no quinto capítulo – acoplados à noção de narrativas de resistência de

Ewick & Silbey (2003) – possibilitaram que o projeto de análise aqui realizado desse “zoom” à narração dessas visões alternativas, cuja estrutura não, necessariamente, apresenta as características prototípicas no sentido laboviano. O olhar mais esmiuçado lançado sobre a construção do mundo narrado nos três exemplos representativos apresentados ao longo do capítulo 5 deu destaque a práticas discursivas nas quais, ao se distanciarem de uma categoria imaginada de “mulher” – a qual seria caracterizada por domesticidade e delicadeza – as narradoras desnaturalizam a noção homogênea da feminilidade.

Nesse sentido, a análise dos processos identitários com base nos construtos propostos por Bucholtz & Hall (2004, 2005) parecia sugerir que, no contexto do movimento investigado, integrantes possivelmente vistas como “intrusas”, recorrentemente, reivindicam o *status* de igual a partir de performances identitárias em que traços associados à masculinidade simbólica são ressaltados, se aproximando de uma noção “pós feminista” da mulher destemida e ousada, ao qual me referi há pouco. Este entendimento está em consonância com a literatura apresentada nesta tese sobre a participação de mulheres na esfera pública (Shaw, 2000), e aponta para a linha tênue que, ainda neste contexto contemporâneo, precisa ser trilhada pelas narradoras que ora interrogam categorias identitárias simbólicas, ao romperem com determinadas expectativas sociais, ora reproduzem a distribuição desigual do capital simbólico, ao se adequarem às normas simbolicamente masculinas da esfera pública. As discussões teóricas a respeito do conceito de gênero, apresentadas nesta tese (Butler, 1990; Shaw, 2000; Walsh, 2001, entre outros), sugerem que esta oscilação, entre a resistência e a conformidade decorre, muitas vezes, das sanções sociais aos quais encontram-se suscetíveis quando se engajam em comportamento linguístico que foge dos padrões socialmente estabelecidos. O capítulo 6, portanto, se dedicou à investigação da negociação destas performances e a realização discursiva de eventuais “punições” neste contexto específico.

Neste segundo capítulo teórico-analítico, a justaposição dos conceitos de papéis narrativos e problematizações de Ochs & Taylor (1995), à noção de táticas de intersubjetividade de Bucholtz & Hall (2004, 2005) – ambos escolhidos em função das percepções proporcionadas pela observação participante – permitiram o mapeamento de dinâmicas de poder nas quais posições sociais de *status* diferenciado vinham sendo (re)negociadas pelos participantes do evento narrativo.

Ao traçar estes movimentos interacionais, a análise apontou para disputas tácitas por aprovação, por reconhecimento e pela pauta, emergentes da prática de conarração. No mais, a lente analítica viabilizada pela concepção de alternância de código, proposta por Blom & Gumperz (2002), à luz da noção de higiene verbal de Cameron (2006), indicou que a interrogação das normas discursivas, nesse contexto contemporâneo, produz interlocuções multifuncionais, a um só tempo colaborativas e competitivas, e os quais concebo aqui como atropelamentos microdiscursivos. Apesar de sua natureza implícita, tais obstáculos, me parece, entravam a participação significativa na construção de significados e na deliberação da agenda dos movimentos.

Ainda no intuito de compreender a navegação pelas dinâmicas de poder no evento narrativo, uma terceira abordagem analítica construída no capítulo 6 direcionou sua atenção à eventual função de segundas narrativas. O reexame das narrativas na sequência em que apareceram nas reuniões salientou a dinamicidade das relações entre os participantes, sugerindo que a ratificação de significados por meio de uma segunda narrativa desempenha um papel na acumulação de *status*. As práticas analisadas se encaixam com as teorias de identidade aqui adotadas, que a concebem como mutável, feita e refeita na interação com outro. Dessa forma, a prática intersubjetiva da segunda narrativa, aliada, em especial, a estratégias de envolvimento como o diálogo construído, parecia representar um modo pelo qual valores diferenciados associados a determinadas performances identitárias poderiam ser renegociados.

A partir das reflexões embrionárias aqui articuladas, sugeri, adicionalmente, que a adoção de uma postura menos “adversarial” pelas integrantes do espaço, sem introduzir assuntos pautados em questões de gênero, ou fugir significativamente das normas discursivas, talvez proporcione uma receptividade maior por parte de seus pares. Tal estratégia, me parece, constitui uma resposta ao regime “pós-feminista” (Litosseliti et al, 2019), podendo representar uma faca de dois gumes. Inseridas na conjuntura social do “pós-feminismo”, às mulheres é permitido maior acesso a determinadas liberdades ou oportunidades, desde que renunciem ao feminismo enquanto movimento político para a mudança social radical. A concepção de que a vivência na cidade é igual para todos e/ou de que a segurança viária é responsabilidade de cada indivíduo, avançada nos discursos ao qual me referi no início deste capítulo, se encaixa, me parece, em uma ideologia pós-feminista. A

partir dessa perspectiva, as pautas levantadas nas narrativas aqui apresentadas – tais como o medo de interações no espaço público, de assédio e de agressões –, não apresentariam pertinência, pois os deslocamentos não passariam por essas questões. Sendo assim, o embate identificado por Fraser (1997) – entre o levantamento de pautas caras a grupos minoritários na esfera pública e os valores diferenciados atribuídos a suas práticas discursivas – aparenta ainda ser uma questão aberta no contexto contemporâneo investigado.

No que diz respeito ao fomento da construção de relações mais (as) simétricas, no final do capítulo 6, busquei classificar, mesmo que de modo embrionário, as práticas discursivas identificadas no estudo e suas eventuais funções. A partir desta organização, assinalei mais uma função das alternâncias de código, as quais podem estar a serviço da indexação de identidades sociais e coletivas, atreladas à valorização de dois meios distintos de fazer política: (i) a ação direta produzida por grupos organizados horizontalmente e (ii) a via institucional e demandas feitas ao poder público a partir da formalização do grupo e uma possível organização hierárquica.

Limitações e contribuições

Esta tese abordou uma questão com relevância macrossocial, a partir da análise de um contexto de ordem microsocial. Conforme já exposto (cf.1; cf.3), ela não busca produzir generalizações a partir de um grupo localmente situado, o qual exhibe suas próprias particularidades, e sim provocar questões a respeito da configuração dos movimentos sociais contemporâneos no sentido geral. As especificidades do grupo investigado, observadas na condição de participante, a partir de um olhar inevitavelmente condicionado, foram fundamentais para a eleição das assimetrias de gênero como norte analítico. Nesse sentido, é possível que releituras do campo, sob óticas distintas, produzam novos entendimentos.

A contribuição que este trabalho pode vir a oferecer está no olhar crítico que se procurou lançar sobre a construção da resistência a partir da prática narrativa, e as dinâmicas de poder catalisadas pelo protagonismo das integrantes mulheres. Seus resultados desestabilizam uma crença típica do senso comum – de que a organização horizontal constitui uma característica dos movimentos sociais contemporâneos *a priori*.

No que diz respeito aos estudos sobre narrativa, as quais tendem a perceber a conarração como colaborativa, a pesquisa apresenta uma perspectiva alternativa, de que ela pode estar a serviço de embates discursivos decorrentes da posição social da narradora. Finalmente, no campo da sociolinguística interacional, propõe uma reflexão a respeito das eventuais funções de alternâncias de código, ao examiná-las à luz do conceito de higiene verbal.

Ao investigar fenômenos discursivos possivelmente informados por pressupostos generificados em um campo delimitado no espaçotempo, este trabalho, de inspiração (auto)etnográfica, possibilitou a organização embrionária de práticas discursivas eventualmente envolvidas na criação de relações mais (as)simétricas, *grosso modo*. Dessa forma, cabe a investigações futuras adentrar movimentos sociais distintos, localizados em contextos múltiplos, examinando as mais diversas assimetrias sociais, a fim de avançar a compreensão destas questões. Esse trabalho não procura apresentar respostas definitivas às perguntas levantadas, mas sim constitui em elo na cadeia de enunciados produzidos sobre o assunto, dialogando, assim, com vozes que já se pronunciaram e antecipando respostas futuras.

Epílogo

Este trabalho produz inteligibilidade sobre fenômenos discursivos cuja pertinência, potencialmente, abarca um leque diverso de movimentos sociais. Simultaneamente, estabelece um ponto de partida para pensar, mais especificamente, sobre a reprodução eventual, por parte de integrantes do movimento sob escrutínio, das dinâmicas de poder que caracterizam as interações no meio urbano por eles interrogado. Tais paralelos incluem, mas não se limitam a: a sustentação de diferenças de *status* a partir de expectativas diferenciadas a respeito da aderência a normas e regras de um dado contexto, bem como às sanções sociais e agressões direcionadas àqueles vistos como “intrusos”, e/ou que interrogam as ditas normas e regras a partir de suas ações¹⁰². O lema “*atropelar ciclista não é*

¹⁰² A afirmação de que “ciclista também precisa respeitar o sinal”, por exemplo, ignora as relações desiguais sustentadas pela organização espacial das cidades, bem como o fato de que, muitas vezes, a não observação do sinal de trânsito representa uma postura defensiva.

*acidente*¹⁰³”, ao qual fiz alusão no primeiro capítulo desta tese, coloca em xeque os discursos macrosociais que enquadram as violências no trânsito como ocorrências inevitáveis. De modo análogo, argumento aqui que os conflitos analisados nesta tese são de cunho político, apresentam obstáculos à interrogação da violência em uma escala maior e por isso os denomino atropelamentos microinteracionais

Apesar da inquietação com essas questões ser pré-datada ao início desta pesquisa, a noção de que o atropelamento poderia se manifestar de formas diversas começou a tomar contornos mais nítidos durante a investigação propriamente dita. Esta percepção culminou com a participação em um protesto simbólico contra o “Velo-city”, um evento internacional, alegadamente em prol do ciclismo, sediado pelo Rio de Janeiro no ano de 2018. Indignada com o valor do ingresso, de \$270 dólares americanos, acompanhado pelo discurso propaganda de “inclusão social”, me dirigi, junto a outros manifestantes, ao destino do pedal proposto pelos organizadores do evento. Enquanto alguns estenderam uma faixa com a mensagem “Inclusão social à venda. Um salário mínimo + juros”, eu e outros de nós nos deitamos no chão, com nossos corpos pintados de sangue¹⁰⁴. A um só tempo, ao som de música festiva, os participantes do evento – aqueles encarregados do debate sobre o futuro da mobilidade ativa no Rio de Janeiro e no mundo como um todo – começaram a passar por cima de nossos corpos com suas bicicletas, perceptivelmente incomodados com os obstáculos que se apresentaram no seu caminho. Enquanto fomos atropelados por um mar de bicicletas, circularam discursos como *“ela já está morta, então posso passar por cima”*, remetendo ao cotidiano dos gritos lançados de veículos anônimos, enquanto passam em velocidade acelerada. A violência simbólica vivenciada nesse momento, me parece, representa mais uma das diversas formas pelas quais os papéis sociais, se organizam e são reorganizados em momentos distintos, e na qual a reconfiguração das relações de poder viabiliza novas formas de atropelamento.

Como assinalado no primeiro capítulo, a eventual manifestação discursiva das assimetrias de gênero nos movimentos em prol da mobilidade ativa, a qual inspirou esta pesquisa, igualmente propulsionou a formação de grupos de pedal

¹⁰³ Movimentos como “Transportation Alternatives” e “Families for Safe Streets” nos EUA advogam pelo uso do termo “batida” em vez de “acidente” a fim de comunicar que as violências do trânsito que deixam milhares de mortos e feridos todo ano são evitáveis sim.

¹⁰⁴ Na língua inglesa, tal tipo de protesto tem sido chamado de *“die in”* e busca direcionar a atenção à violência do trânsito.

exclusivamente para mulheres e pessoas transgênero, dos quais venho participando desde 2015. Dentre os motivos pelos quais tais grupos surgiram, estava a crença no seu potencial auxílio no fomento da solidariedade entre pessoas menos acolhidas pelo movimento hegemônico. Buscavam, assim, a construção de espaços em que as vivências destas pessoas poderiam ser compartilhadas e reinterpretadas. Dito isso, com o passar do tempo, tornou-se perceptível o quanto tais grupos igualmente se distanciavam de seus ideais utópicos. Para além das relações de gênero, diversas são as assimetrias as quais podem se manifestar nas interações, caso não sejam interrogadas explicitamente. A roda de conversa realizada em 2018, à qual me referi no início deste capítulo, teve por objetivo compreender o esvaziamento dos pedais semanais que vinham sendo realizados ao longo de 2016 e 2017, abrindo um espaço em que as frustrações e incômodos a respeito podiam ser compartilhados. As diversas questões levantadas, tais como a falta de consenso em relação ao cunho político do grupo, bem como a alegada falta de priorização do espaço por outras membras, salientam a complexidade da construção de espaços democráticos na esfera pública contemporânea.

A partir do entendimento de que a horizontalidade é um processo de construção constante, carente de monitoramento, é possível que atores engajados nos movimentos sociais contemporâneos tomem uma postura crítica a respeito de suas próprias práticas sociodiscursivas, examinando a reprodução dos padrões institucionalizados de valor cultural e sua relação com a perpetuação da homogeneidade dos movimentos dos quais participam. Tenho como crença que apenas esse processo reflexivo abre a possibilidade para o engajamento em práticas transformacionais. Afinal, um movimento que nunca cresce pela incorporação de pessoas marginalizadas, nunca conseguirá desafiar as hierarquias e injustiças existentes. Para tal, é preciso voltar nossa atenção a narrativas alternativas e fazer circular “as experiências coletivas de mulheres na contramão de modelagens normativas oficiais” (Castro, *apud* Hollanda, 2020), bem como as experiências de outros grupos sociais historicamente excluídos. Se as regras não foram criadas viabilizando nossa circulação pela cidade, ou nossa participação nas lutas urbanas contemporâneas que buscam reimaginá-la, será preciso reinventar as regras, indo justamente pela contramão.

8. Referências bibliográficas

AGHA, A. **Language and Social Relations: studies in the social and cultural foundations of language**. New York: Cambridge University Press, 2007.

ALBUQUERQUE, M. **De quantos caminhos se faz um direito?** – mobilidade e gênero nos quadros da cidade. Rio de Janeiro, 2019. 121p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ANGERMULLER, J. Truth after post-truth: for a Strong Programme in Discourse Studies. **Palgrave Communications**. v.4, n.30, mar. 2018. Não paginado.

ARAÚJO, E. “Não tá acontecendo nada e eles passam pra tocar um terror”: repressão policial e construções identitárias em narrativas de junho de 2013. Rio de Janeiro, 2015. 134p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ARENDT, H. Que é autoridade? In: **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Mauro Barbosa. São Paulo: Perspectiva, p.127-186. 1972. Título original: Between Past and Future.

ARMSTRONG, N. & TENNENHOUSE, L. (Eds.) **The Ideology of Conduct**. New York: Methuen, 1987.

AUSTIN, J. L. **How to Do Things with Words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2007 [1999].

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Tradução Maria Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Título original: Estetika Slovesnogo Tvortchestva.

BAMBERG, M. Positioning between structure and performance. **Journal of Narrative and Life History**, v.7, p.335-342. 1997.

_____. Stories: Big and small. Why do we care? **Narrative Inquiry**, v.16, n.1, p.139-147. 2006.

BARRETT, R. “Supermodels of the world, unite!” Political economy and the language of performance among African American drag queens. In: LEAP, W. (Ed.). **Beyond the Lavender Lexicon: Authenticity, Imagination and Appropriation in Gay and Lesbian Languages**. Buffalo, NY: Gordon and Breach, p.207-26. 1995.

BAUMAN, R. **Verbal art as performance**. Prospect Heights, Illinois: Waveland Press, 1977.

_____. **Story, performance and event. Contextual studies of oral narrative**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BAUMAN, R; BRIGGS, C. Poética e performance como perspectiva crítica sobre

a linguagem a vida social. Tradução Vânia Z. Cardoso. **Revista de Antropologia**, v.8, n.1. p.185-229. 2006. Título original: Poetics and Performance as Critical Perspectives on Language and Social Life.

BENFORD, R.D.; SNOW, D.A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, v.26, p.611-639. 2000.

BEY, H. **Zona Autônoma Temporária**. Tradução de Patrícia Decia & Renato Resende. Baderia: São Paulo, 2001. Título original: Temporary Autonomous Zone.

BIAR, L. Demarcando o território? Situando a linguística aplicada “interdisciplinar”. **Linguagem em (re)vista**, n.10, p.2-19. 2009.

_____. **Realmente as autoridades veio a me transformer nisso**: narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio. Rio de Janeiro, 2012. 246p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BLICKSTEIN, S.; HANSON, S. Critical Mass: forging a politics of sustainable mobility in the information age. **Transportation**, v.28, n.4, p.347-362. 2001.

BLOM, J. & GUMPERZ, J. O Significado social na estrutura linguística: alternância de códigos na Noruega. In: RIBEIRO, B. & GARCEZ, P. (Orgs.). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2002. p.45-84.

BLOMMAERT, J; DE FINA, A. Chronotopic identities: on the timespace organization of who we are. In: DE FINA, A; WEGNER, J; IKIZOGLU, D. (Eds.), **Diversity and Super-diversity. Sociocultural Linguistic Perspectives**. Washington DC: Georgetown University Press, 2017. p. 1-16.

BLUE, E. **Bikenomics**: como a bicicleta pode salvar a economia. Tradução de Luciana Spedline, Maysa Blay Roizman e Tatiana Carvalho. Rio de Janeiro: Babilônia. 2016. Título original: Bikenomics: how bicycling can save the economy.

BODZIN, S. Politics can be fun. In: CARLSSON, C. (Ed.), **Critical Mass, Bicycling's defiant Celebration**. Oakland: AK Press. 2002. p.100-104.

BOURDIEU, P. The Economics of Linguistic Exchanges, **Social Science Information**, v.16, n.6, p. 645–68. 1977.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C.; **Les Héritiers: Les Etudiants et la Culture**. Paris: Minuit, 1985 [1964].

BRAIDOTTI, R. **Nomadic Subjects**: Embodiment and Sexual Difference in Contemporary Feminist Theory. New York: Columbia University Press. 1995.

BROCKMEIER, J. & CARBAUGH, D. (Orgs.). **Narrative and Identity Studies in Autobiography, Self and Culture**. Amsterdam, John Benjamins, 2001.

BROWN, P. & LEVINSON, S. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BRUNER, J. **Atos de significação**. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. Título original: *Acts of Meaning*.

BRUZZONE, M. Putting the "Critical" in Critical Mass: Patriarchy, Radical Feminism and Radical Inclusiveness. In: CARLSSON, C.; ELLIOTT, L.; CAMARENA, C. (Eds.). **Shift Happens! Critical Mass at 20**. San Francisco: Full Enjoyment Books. 2012. p.131-142.

BUCHOLTZ, M; HALL, K. Language and Identity. In: DURANTI, A (Ed.). **A Companion to Linguistic Anthropology**. Oxford: Basil Blackwell. 2004. P.369-394.

_____. Identity and Interaction: A Sociocultural Linguistic Approach. **Discourse Studies**, v.7, n. 4-5, p.585-614. 2005.

BUSCHER, M. & VELOSO, L. Métodos móveis. **Tempo Social**, v.30, n.2, p.133-151. 2018.

BUTLER, J. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge. 1990.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Título original: *Gender Trouble*.

CAMARENA, A. The Blind Spot: Subcultural Exclusivity in Critical Mass. In: CARLSSON, C.; ELLIOTT, L.; CAMARENA, C. (Eds.) **Shift Happens! Critical Mass at 20**. San Francisco: Full Enjoyment Books. 2012. p.117-126.

CAMERON, D. 'Not gender difference but the difference gender makes'-explanation in research on sex and language. **International Journal of the Sociology of Language**. v. 94, p.13-26. 1992a.

_____. Review of Tannen, D. "You just don't understand": Women and Men in Conversation. **Feminism & Psychology**, v.2, n.3, p.465-8. 1992b.

_____. "Is there any ketchup Vera?": gender, power and pragmatics. **Discourse & Society**, v.9, n.4, p.437-455. 1998.

_____. Language, Gender, and Sexuality: Current Issues and New Directions. **Applied Linguistics**, v.26, n.4, p.482-502. 2005.

_____. Linguistics misapplied? Verbal Hygiene for Women. In: CAMERON, D. **On language and sexual politics**. London: Routledge, 2006.

_____. Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual. In: OSTERMANN, A.C.; FONTANA, B. (Orgs). **Linguagem, Gênero e Sexualidade**. São Paulo: Parábola, 2010. p.129-150.

CAMERON, D. et al. Ethics, Advocacy and Empowerment: issues of method in researching language. **Language & Communication**, v. 13, n. 2, p. 81-94. 1993.

CARLSSON, C. The hidden class politics of bicycling, trains, cars, BART(!). In C. Carlsson, J. Swanson & H. D. Andrade (Eds.), **Critical Mass Essays, Flyers**,

Images from San Francisco. (1992-1998). Disponível em: <http://www.scorcher.org/cmhistory> (acesso em junho 2019).

CARLSSON, C. Introduction. In: CARLSSON, C (Ed.). **Critical Mass: Bicycling's Defiant Celebration.** Oakland: AK Press. 2002. p.5-8.

CARPENTIER, N. Beyond the ladder of participation: an analytical toolkit for the critical analysis of participatory media processes. **Javnost - The Public**, v.23, n.1, p.70-88. 2016.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais da Era da Internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CLIFFORD, J. Verdades Parciais. In: CLIFFORD, J. & MARCUS, G (orgs.). **A escrita da cultura – Poética e política da etnografia.** Tradução de Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016. Título original: Writing Culture. p.31-61.

COATES, J. **Women, Men and Language.** London: Longman. 1986.

_____. Gossip Revisited: language in all-female groups. In: COATES, J.; CAMERON, D. (Eds.) **Women in their speech Communities: New Perspectives on Language and Sex.** London: Longman. 1989. p.94-122.

COELHO, M, C. Sobre tropas e cornetas: apresentações à edição brasileira de writing culture. In: CLIFFORD, J. & MARCUS, G (orgs.). **A escrita da cultura – Poética e política da etnografia.** Tradução de Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016. p.7-25.

DAMIANI, A. L. **Espaço e Geografia: Observações de Método – Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia.** São Paulo, 2008. (Tese de livre docência em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

D'ANDRADE, H. Personal Mass. In: CARLSSON, C.; ELLIOTT, L.; CAMARENA, C. (Eds.) **Shift Happens! Critical Mass at 20.** San Francisco: Full Enjoyment Books. 2012. p.19-29.

DE FINA, A.; GEORGAKOPOLOU, A. Introduction: Narrative Analysis in the shift from texts to practices. In: **Text & Talk**, v.28, n.3, p. 275-81. 2008.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens.** Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. p.15-41. Título original: The Landscape of Qualitative Research.

DUSZAK, A. **Us and Others.** Social Identities across languages, discourses and cultures. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002.

ECKERT, P. The Whole Woman: Sex and Gender Differences in Variation. **Language Variation and Change**, v.1, p.245-267. 1989.

_____. Gender and linguistic variation. In COATES, J. (Ed.). **Language and Gender: A Reader**. Oxford: Blackwell. 2000. p.57-66.

EWICK, P.; SILBEY, S. Narrating Social Structure: Stories of Resistance to Legal Authority. **American Journal of Sociology**. v.108, n.6. p.1328-1372. 2003.

FABRÍCIO, B. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: LOPES, M. (Org.) **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. Parábola: São Paulo. 2006. p.45-65.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

FISHMAN, P. O trabalho que as mulheres realizam nas interações. In: OSTERMANN, A.C.; FONTANA, B. (Orgs.). **Linguagem, Gênero e Sexualidade**. São Paulo: Parábola, 2010. p.31-47.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Título original: Une Microphysique du Pouvoir.

_____. **História da Sexualidade: O uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984. Título original: Histoire de la sexualité: l'usage de plaisir.

FRANKHAM, J.; MACRAE, C. Etnografia. In.: **Teoria e métodos de pesquisa social**. SOMEKH, B.; LEWIN, C. (Orgs.). Tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015. p.72-89. Título original: Theory and Methods in Social Research.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: FRASER, N. **Justice Interrupts** – Critical reflections on the “post socialist” condition. New York: Routledge. 1997. p.69-98.

_____. Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea. Tradução de Paulo Martins Grachet. In: **Interseções**, v.4, n.1, p.7-31. 2002.

FREEMAN, J. The Tyranny of Structurelessness. **Berkeley Journal of Sociology** v.17, p.151-165. 1972.

FURNESS, Z. Critical Mass, Urban Space and Vélomobility. **Mobilities**, v.2, n.2, p.299-319. 2007.

GAL, S. Between Speech and Silence: The Problematics of Research on Language and Gender. In: DiLEONARDO, M. (Ed.) **Gender at the Crossroads of Knowledge: Toward a New Anthropology of Gender**. Berkeley: University of California Press, 1991. p.175-203.

GARCEZ, P. M. Deixa eu te contar uma coisa: o trabalho sociológico do narrar na conversa cotidiana. In: RIBEIRO, B. T.; LIMA, C.; DANTAS, M. T. (Orgs.). **Narrativa, Identidade e Clínica**. Rio de Janeiro: IPUB. 2001. p.189-213.

GASTALDO, E. Goffman e as relações de poder na vida cotidiana. **Revista brasileira de ciências sociais**, v.23, p.149-153. 2008.

GEORGAKOPOLOU, A. Thinking big with small stories in narrative and identity analysis. **Narrative Inquiry**, v.16, n.1, p.122-130. 2006.

_____. Sharing the moment as small stories: the interplay between practices and affordances in the social media-curation of lives. **Narrative Inquiry**, v.27, n.2, p.311-33. 2017.

GERGEN, M.M.; GERGEN, K.J. Investigação qualitativa: tensões e transformações. In: DENZIN, N. K., LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. p.367-388. Título original: The Landscape of Qualitative Research.

GOFFMAN, E. **The Presentation of Self in Everyday Life**. New York: Anchor Books, 1959.

_____. **Interaction Ritual: Essays on face-to-face behavior**. Doubleday: New York. 1967.

_____. **Frame Analysis**. New York: Harper & Row, 1974

_____. The Arrangement Between the Sexes. **Theory and Society**, v.4, p.301-332. 1977.

_____. **Gender Advertisements**. New York: Harper & Row, 1979.

_____. The Interaction Order. In: **American Sociological Review**, v.48, n.1. p.1-17. 1983.

_____. Footing. In: RIBEIRO, B.; GARCEZ, P. (Orgs.). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2002a. p.107-148.

_____. A Situação Negligenciada. RIBEIRO, B.; GARCEZ, P. (Orgs.). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2002b. p.13-20.

GOHN, M.G. Mulheres atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política e Sociedade**, v.6, n.11. p.41-70. 2007.

GRICE, P. Logic and Conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Eds.) **Syntax & Semantics 3: Speech Acts**. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58

GUMPERZ, J. Linguistic and social interaction in two communities. **American Anthropologist**, v.66, n.6 p.137-153. 1964

HABERMAS, J. **Strukturwandel der Öffentlichkeit**. (The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society). Neuwied and Berlin: Luchterhand. 1962.

_____. "Further Reflections on the public sphere". Tradução de Thomas Burger. In: CALHOUN, C (ed.) **Habermas and the public sphere**. Massachusetts: The MIT Press, 1999 [1992]. p.421-461.

HALL, K. Lip Service on the fantasy lines. In: HALL, K; BUCHOLTZ, M. (Eds.). **Gender Articulated: Language and the Socially Constructed Self**. London: Routledge, 1995. p.183-216.

HARKOT, M. K. **A bicicleta e as mulheres: mobilidade ativa, gênero e desigualdades socioterritoriais em São Paulo**. São Paulo, 2018. 192p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

HOFFMAN, M. **Our Bikes in the Middle of the Street: Community Building, Racism and Gentrification in Urban Bicycle Advocacy**. Minnesota, 2013. 268p. Tese. (Doutorado em Filosofia). Faculdade de Filosofia, Universidade de Minnesota.

_____. **Bike lanes are white lanes: bicycle advocacy and urban planning**. University of Nebraska Press: Lincoln & London, 2016.

HOLLANDA, H. B. Introdução. In: HOLLANDA, H.B. et al. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p.11-44.

JEFFERSON, G. Sequential aspects of storytelling in conversation. In SCHENKEIN, J. (Ed.), **Studies in the organisation of conversational interaction**. New York: Academic Press. 1978. p.219-248.

KESSEL, A. Why They're Wrong About Critical Mass: The Fallacy of Bicycle Advocates' Critique. In: CARLSSON, C. (Ed.), **Critical Mass, Bicycling's defiant Celebration**. Oakland: AK Press. 2002. p.105-111.

KLETT, M. A uniquely democratic experiment. In: CARLSSON, C. (Ed.), **Critical Mass, Bicycling's defiant Celebration**. Oakland: AK Press. 2002. p.90-93.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: LABOV, W. **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972. p.354-396.

LABOV, W; WALETZKY, J. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, J (Org.). **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press, 1967. p.12-44.

LAKOFF, R. **Language and Woman's Place**. New York: Harper & Row. 1975.

LANGELLIER, K, M. "You're marked": breast cancer, tattoo, and the narrative performance of identity. In: BROCKMEIER, J.; CARBAUGH, D. (orgs.). **Narrative and Identity**. Studies in autobiography, self, and culture. Amsterdam, John Benjamins, 2001. p.145-184.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991. Título original: *La Vie Quotidienne dans le Monde Moderne*.

LEGEY, P. **Modos de circular, Modos de existir: tecnologias de mobilidade motorizadas e não motorizadas na constituição de territórios urbanos e existências**

no circular pela cidade. Rio de Janeiro, 2017. 126p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LEWIS, E. S. **Acho que isso foi bastante macho pra ela: reforço e subversão de ideologias heteronormativas em performances narrativas digitais de praticantes de pegging**. Rio de Janeiro, 2016. 333p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

LINDE, C. **Life Stories, the creation of coherence**. New York: Oxford University Press. 1993.

_____. Evaluation as linguistic structure and social practice. In: GUNNARSON, B. L.; LINELL, P.; NORGBERG, B. (Eds.). **The Construction of Professional Discourse**. UK: Addison-Wesley Longman, 1997. p.151-172.

LITOSSELITI, L.; GILL, R.; FAVARO, L.G. Postfeminism as a critical tool for gender and language study. **Gender and Language**, v.13, n.1, p.1-22, 2019.

LOPES, G. **Embaralhando as pernas: diferentes visões sobre a bicicleta como forma de mobilidade urbana**. Rio de Janeiro, 2010. 105p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

LUDD, N. Nós somos o trânsito! Ou Everyday is a Holiday. In: LUDD, N. **Apocalypse Motorizado**. São Paulo: Conrad, 2005. p.123-128.

MALINOWSKI, B. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. Tradução de Anton. P. Carr. São Paulo: Abril Cultural. 1976 [1922]. Título original: *Argonauts of the Western Pacific: an account of native enterprise and adventure in the archipelagoes of Melanesian New Guinea*.

MARCUS, G. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, p. 95-117. 1995.

McENTEE-ATALIANIS, L., & LITOSSELITI, L. Narratives of sex segregated professional identities. **Narrative Inquiry**, v.27, n.1, p.1-23. 2017.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, v.17, p.49-66. 1989.

MENDEZ, M. Autoethnography as a research method: Advantages, limitations and criticisms. In: **Colombian Applied Linguistics Journal**, v.15, n.2, p.279-287. 2013.

MISHLER, E. Narrativa e Identidade: a mão dupla do tempo. In: MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras, 2002. p.97-119.

MOITA LOPES, L. P. Práticas narrativas como espaço de construção de identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. In: RIBEIRO, B. T.; LIMA, C.;

DANTAS, M. T. (Orgs.). **Narrativa, Identidade e Clínica**. Rio de Janeiro: IPUB. 2001. p.55-71.

NASCIMENTO, C. R. **A Espacialização do serviço de bicicletas compartilhadas no município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2017. 58p. Monografia. (Bacharel em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

NIETZSCHE, F. Sobre a verdade e memória no sentido extramoral. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, (1999 [1873]). p.51-60.

NOGUEIRA DA CRUZ, M. **"Minas na Pista": a bicicleta como ferramenta de empoderamento feminino**. Rio de Janeiro, 2017. 62p. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

OCHS, E., & TAYLOR, C. The "Father Knows Best" Dynamic in Dinnertime Narratives. In: HALL, K.; BUCHOLTZ, M. (Eds.), **Gender Articulated: Language and the Socially Constructed Self**. London: Routledge. 1995. p.99-122.

ORTON, N. E. Desigualdade de gênero e a (i)mobilidade urbana contemporânea: uma visão goffmaniana. **Revista Rua**, v.27, n.2. p.243-266. 2017.

PAIVA, A, R. Movimentos sociais e teoria crítica: notas sobre a redemocratização brasileira. In: D'Araújo, M.C. (Org.). **Redemocratização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p.117-143.

RIESSMAN, C, K. **Narrative Analysis**. Newbury Park, Sage. 1993.
_____. **Narrative Methods for the Human Sciences**. CA, USA: Sage. 2008.

ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Boitempo Editorial, 3.^a ed., 2013. Não paginado.

SACKS, H. On doing "being ordinary". In: ATKINSON, J. M. & HERITAGE, J. **Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p.2-17.
_____. **Lectures on Conversation**. Cambridge: Blackwell, 1992.

SACKS, H.; SCHLEGOFF, E.A.; JEFFERSON, G. A. Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking for Conversation. In: **Language**, v.50, p.696-735. 1974.

SANTOS, B de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Rio de Janeiro: Boitempo. 2007.

SCHRIFFIN, D. How a Story Says What it Means and Does. **Text & Talk**. v. 4, n. 4, p.313-346. 1984.

SCHWANDT, T. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p.193-218.

SCOLLON, R.; SCOLLON, S. W. **Nexus analysis**: Discourse and the emerging internet. London/New York: Routledge. 2004.

SHAW, S. Language, gender and floor apportionment in political debates. **Discourse & Society**, v.11, p.401-18. 2000.

SILVA, D.N. **Escalas sociolinguísticas horizontais e a escalada da violência**: uma perspectiva aplicada nos estudos da linguagem. Rio de Janeiro: CNPq, 2017. 33p. (CNPq. Projeto 305975/2017-0). Projeto em andamento.

SITRIN, M. A. **Everyday Revolutions**: Horizontalism and Autonomy in Argentina. London: Zed Books, 2012.

SITRIN, M.; AZZELLINI, D. They Can't Represent Us! Reinventing Democracy from Greece to Occupy. London: Verso, 2014.

SNOW, D. Collective Identity and Expressive Forms. California University, **Irvine scholarship repository**, 2001. Não paginado.

SNOW, D. A; BENFORD, R.D. Ideology, frame, resonance, and participant mobilization. **International social movement research**, v.1, n.1, p.197-217. 1988.

TANNEN, D. "Oh talking voice that is so sweet": constructing dialogue in conversation. **Talking voices**. Cambridge: Cambridge University Press. 2007 [1989].

_____. "Quem está interrompendo? Questões de dominação e controle. In: OSTERMANN, A.C.; FONTANA, B. (Orgs). **Linguagem, gênero e sexualidade**. São Paulo: Parábola, 2010. p.67-92.

TILLY, C. **From Mobilization to Revolution**. Reading: Addison-Wesley, 1978.

TOPLIŠEK, A. & THOMASSEN, L. From Protest to Party: Horizontality and Verticality on the Slovenian Left. **Europe-Asia Studies**, v.69, n.9, p.1383-1400. 2017.

VELHO, G. Observando o familiar. In: **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980. p.36-46.

WALSH, C. **Gender and Discourse**: Language and Power in Politics, the Church and Organizations. London: Longman, 2001.

WEST, C.; ZIMMERMAN, D.H. Pequenos insultos: estudo sobre interrupções em conversas entre pessoas desconhecidas e de diferentes sexos. In: OSTERMANN, A.C.; FONTANA, B. (Orgs). **Linguagem, gênero e sexualidade**. São Paulo:

Parábola, 2010. p.49-66.

WINKIN, Y. Descer ao campo. In: WINKIN, Y. **A Nova Comunicação:** da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papirus, 1998. p.129-145.